

Ramiro Corrêa Júnior

Ética no sistema de idéias de Noam Chomsky

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Filosofia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Roberto Romano da Silva.**

**Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em:**

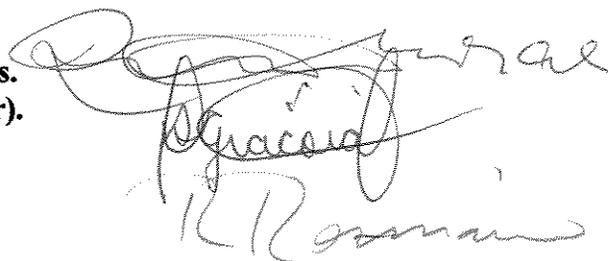
24 / 03 / 2003

BANCA:

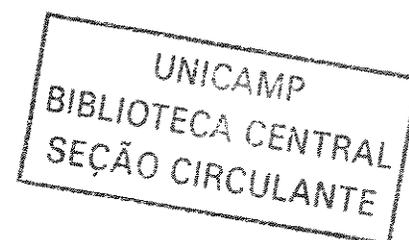
Prof. Dr. Oswaldo Giacoia Júnior.

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes.

Prof. Dr. Roberto Romano da Silva (Orientador).



Março de 2003



UNIDADE	80
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	C817e
V	EX
TOMBO BC	59291
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	19/06/03
Nº CPD	

CM00185873-2

BIB ID 294.159

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C817e

Corrêa Júnior, Ramiro

Ética no sistema de idéias de Noam Chomsky / Ramiro Corrêa Júnior - Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Roberto Romano da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ética. 2. Aquisição de linguagem. 3. Garantia de qualidade. 4. Empresas multinacionais - Administração. 5. Caos quântico. I. Silva, Roberto Romano da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Este trabalho contrapõe o discurso hegemônico da Qualidade, praticado nas grandes empresas, à perspectiva de Noam Chomsky, no que concerne à crise de valores e aos problemas éticos que se apresentam na relação entre o particular, o homem, e o universal, que se quer como mundo liberal.

A pesquisa não nega a eficiência dos métodos e normas aplicados à Qualidade, nas organizações. Todavia, mostra que, a partir das consequências sobre a redução do trabalho contido e do aumento das tarefas automatizadas, homens são reduzidos a estatutos de máquinas, gerando uma crise ética.

Uma vez constatada a crise social de valores morais submetidos às contingências, à opressão e à miséria, Noam Chomsky sugere uma forma inusitada de ativismo político em prol dos oprimidos. Os seus estudos acadêmicos acerca da Linguagem e o entendimento das referências teóricas que encontra na filosofia de Platão, nos filósofos das Luzes, no pensamento anarquista e nos elementos fundamentais da teoria da Catástrofe, levam-no a proclamar o ideal de uma Ética Universal Absoluta.

ABSTRACT

v

This work opposes the hegemonic speech of the Quality, practiced in the great companies, to Noam Chomsky's perspective, in what concerns to the crisis of values and the ethical problems that come in the relationship among the matter, the man, and the universal, that is wanted as liberal world.

The research doesn't deny the efficiency of the methods and norms applied to the Quality, in the organizations. Though, I show that, starting from the consequences about the reduction of the contained work and of the increase of the automated tasks, men are reduced to statutes of machines, generating an ethical crisis.

Once verified the social crisis of moral values submitted to the contingencies, to the oppression and the poverty, Noam Chomsky suggests an unusual form of political activism on behalf of the oppressed ones. His academic study, concerning the Language, and the understanding of the theoretical references that he finds in the philosophy of Plato, in the philosophers of the Lights, in the anarchist ideal and in the fundamental elements of the Catastrophe Theory, they take him/it to proclaim the ideal of an Absolute Universal Ethics.

Agradeço à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – pela concessão de Bolsa de Estudos.

Aos Professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, em especial ao meu Orientador.

À minha família, minha irmã, em especial Walmando e Maria Alice.

Ao pessoal do INMETRO RJ / MG.

Ao professor Noam Chomsky.

Dedicatória:

À Mãezinha Sádhana e ao MEM Philippe

À memória de minha filha Luisa.

Às memórias de meus pais.

À minha senhora.

À minha filha Marina, meu grande amor.

Sumário

Introdução Geral.....	011
Introdução: Corporações e gestão participativa.....	017
I.1 – Corporações: a paixão e a racionalidade universal	017
I.1.1 – Interpretação crítica às Corporações.....	020
I.1.2 – A Qualidade enquanto paixão e a utilidade marginal.....	023
I.1.3 - A Economia como Ciência da Escassez.....	025
I.1.4 - O princípio de racionalidade universal.....	027
I.2 - Ética da Contingência	029
I.3 - A Motivação e o expurgo da lascívia.....	032
I.4 - Ética da Opressão, a partir da necessidade de motivação.	035
I.5 - Da linguagem uni-dimensional ao jogo-dos-ganhos	038
I.6 - A reciprocidade entre <i>pares distintos</i>	043
I.7 - A flexibilização e a homogeneização.	044
I.8 - Amigos e Inimigos dentro da empresa flexibilizada.....	048
I.9 - A Terceirização.....	050
I.9.1 - O conceito de supermercado	051
I.9.2 - Evitando-se o racionalismo cartesiano.....	052
I.10 - A “libertação” do paradigma totalizante.....	055
I.11 - O Controle <i>de</i> e <i>da</i> Qualidade	056
I.12 - As noções de <i>Eficiência e Eficácia</i> , do <i>taylorismo</i>	057
I.13 - Coerção e Autonomia Outorgada nas Corporações.....	061
I.13.1 - Ambientes da Corporação alheios à Qualidade.	062
I.13.2 - A quem se destina a Coerção.....	064
I.14 - Ética da Miséria.	069
Capítulo I: <i>As Normas Internacionais da Qualidade</i>	077
1.1 - Das grandes corporações às regras e normas de controle.....	077
1.2 - Sistemas da Qualidade, regras e Norma Internacional.....	078
1.3 - A Qualidade da Norma Internacional ISO 9000.....	079
1.4 - Sobre a aceitabilidade de independência e credibilidade.	085
1.5 - Sobre as opções de Certificação da Qualidade.	092
1.6 - Os requisitos da Norma ISO 9000.	096
1.7 - Requisitos da Norma ISO 9000 e os paradigmas.....	098
1.7.1 - Os itens 4.6, 4.7 e 4.8 da Norma e a dependência.....	098
1.7.2 - O item 4.18 da Norma: treinamento para tarefas.	103
1.8 - Entrevistas, levantamentos e estatísticas	107
Capítulo II: <i>A prudência, a simulação e a dissimulação</i> :	109
<i>hermenêutica da Contingência</i>	109
2.1 – Exame da Ética das Contingências.....	109
2.1.1 – Ética das Contingências e mentira.....	115
2.1.2 – Ética das Contingências e prudência: Aristóteles.....	121
2.1.3 – Ética das Contingências e dissimulação.	128
Capítulo III: <i>Ética e linhagem cartesiana, para Noam Chomsky</i> . 134	
3.1 – Solidariedade, Justiça Social e Oportunidade.	134
3.2 – Núcleo temático da concepção ética de Chomsky.....	141
3.2.1 - Princípio Orientador da ação ativista de Chomsky.	141

3.2.2 - Anarcosindicalismo: o socialista-libertário em Chomsky.	153
3.2.3 - Chomsky: passagem do racionalismo cartesiano para os fundamentos do liberalismo clássico.	158
Capítulo IV: <i>Direito de Propriedade: posse de bens versus instinto para a liberdade.</i>	162
4.1 - Crítica de Chomsky aos alicerces do liberalismo: Locke.	162
4.2 - Chomsky contra o liberalismo: Keynes e Hayek.	171
4.3 - Dos clássicos do pensamento liberal ao anarcosindicalista.	180
Capítulo V: <i>A Teoria da Catástrofe e a Linguagem</i>	186
5.1 - Desfazendo pressupostos acerca da Linguagem.	186
5.1.1 - Diferença entre frase desprovida de sentido.	192
5.1.2 - Probabilidade de ocorrência de uma palavra.	193
5.1.3 - Independência da gramática diante de qualquer discurso.	194
5.2 - A caixa preta da Linguagem.	199
5.3 - Passagem de Platão a Descartes, conforme Chomsky.	201
5.4 - A concepção chomskyana de Linguagem Inata.	211
5.5 - Linguagem Inata e Física Quântica.	213
Capítulo VI: Teoria da Catástrofe e Ética Universal Absoluta.	217
6.1 - Ética da Anarquia.	217
6.2 - A Teoria da Catástrofe: lineamento.	224
6.2.1 - Mapeamento plano a plano e Teoria da Catástrofe.	227
6.2.2 - A Teoria da Catástrofe nos estudos da Linguagem.	234
Anexos.	241
Bibliografia.	279

A presente Dissertação de Mestrado estuda o pensamento de Noam Avram Chomsky (1928 -) e sua concepção de Ética, voltada para a crise de valores morais nas sociedades.

A crítica de Chomsky, face a sua proposta de uma Ética Universal Absoluta, está voltada para monólitos sobrepostos, desde as grandes corporações, as gestões participativas e as normas da Qualidade, bem como as contingências de argumentações que se fundam nas esferas da moral, da filosofia política e dos estudos da Linguagem.

Ao contrapor o discurso hegemônico da Qualidade, praticado nas grandes empresas, à perspectiva de Noam Chomsky, a presente pesquisa não nega a eficiência dos métodos e normas aplicados à Qualidade nas organizações, mas destaca que, do aumento das tarefas automatizadas, homens são reduzidos a estatutos de máquinas, gerando uma crise de valores.

Após examinar o texto, o leitor poderá notar duas situações completamente antagônicas. Uma, que é aquela apresentada na realidade das grandes corporações (vistas nos dois primeiros capítulos). Outra, a proposta para uma nova ética (vista no último capítulo). Desse antagonismo que vai se elencando pelos capítulos intermediários, pode-se perceber as aporias e a desigualdade nas relações de forças entre indivíduos e Normas, entre o homem e a sociedade, entre Chomsky e a oposição que ele enfrenta. Meu propósito na pesquisa é, justamente, evidenciar este antagonismo que, segundo nosso autor, contribui para a atual crise de valores morais.

A partir de questões como as dos paradigmas das gestões participativas nas grandes corporações, da Qualidade Total e seu modelo normatizado por instituições de âmbito internacional, Chomsky identifica a existência de inúmeros modelos que se pretendem éticos, mas se fundam nas circunstâncias cotidianas, nas opressões daí decorrentes e na conseqüente comiseração do indivíduo.

A crítica às corporações, cujo enlace se dá no homem como autômato, considera a concepção socialista-libertária de Chomsky, que conduz a um exame para além das esferas política e ética, propriamente na linguagem do indivíduo.

Para alcançar a proposta de Noam Chomsky, voltada para a revisão e o combate à crise de valores morais, o caminho a ser percorrido na Dissertação de Mestrado é o seguinte:

No correr da Introdução (*As grandes corporações e a gestão participativa*), interpreto a transposição que se dá nas grandes corporações - da gestão administrativa ortodoxa para a gestão participativa -, onde são introduzidas formas de controle e motivação aos empregados. Análise dados relativos ao comportamento dos indivíduos que, enquanto obedecem normas da Qualidade e folhas de operação de produção, permitem-se reduzir a estatutos de máquinas, sob regras que produzem automatismo e comprometimento.

Noam Chomsky, a cada passo dessas políticas administrativas e participativas, indica modelos que se pretendem éticos, mas que, sobretudo, trazem consigo a supressão da condição de liberdade do indivíduo, que resulta nas Éticas da Contingência, da Opressão e da Miséria.

Dentro do Capítulo Primeiro, verifico a justaposição às gestões administrativas participativas das corporações, ao modelo da Garantia da Qualidade em projeto, desenvolvimento, produção, instalação e serviços associados (ISO 9000), para efeito explicativo. Neste que pode ser considerado o guia básico para implantação de um programa de Garantia da Qualidade, encontram-se os Requisitos do Sistema da Qualidade que estabelecem toda a amplitude do projeto.

Ao término deste capítulo, ficam evidenciadas, segundo Chomsky, as razões pelas quais os empregados temem pela perda de seus postos de trabalho, na medida em que qualquer avanço tecnológico, desobediência às normas estabelecidas, possa afetar seus empregos. Transformam-se, desta forma, indivíduos em autômatos humanos, que adotam a linguagem conveniente à Política da Qualidade.

A seguir, no Capítulo Segundo (*A prudência, a simulação e a dissimulação: hermenêutica da Contingência*), evidencio o reforço que Chomsky dá em sua crítica à Ética

das Contingências nas corporações, a partir de suas convicções originadas nas filosofias de Platão e Aristóteles, até Descartes e os filósofos das Luzes.

Neste segundo capítulo, realizo um estudo sobre a simulação, a dissimulação e a mentira, nas relações humanas, que produzem uma Ética das Contingências. Culmina com a análise do importante pensamento de Aristóteles acerca da prudência, das virtudes e dos vícios. A Teoria do Caminho do Meio – ou a Justa Medida -, tem sua base de sustentação invertida pelas contingências do cotidiano.

Concomitantemente, apresento uma análise à crítica ao automatismo, dados os conceitos de sátira e ironia, conforme entende Chomsky ao invocar um “cinismo sadio”. A noção de humanidade que se realiza na história tem uma relação intrínseca com a lingüística. A língua e o caráter nacional mostram uma estrutura própria, típica, que reflete e condiciona o modo de pensar das pessoas. São evidenciadas, neste capítulo, as posições de Chomsky segundo as quais ao homem basta a posse de sua linguagem para o exercício de si mesmo.

Chomsky declara que aquelas atitudes salvíficas adotadas por empregados colaboradores, nas corporações – atitudes vistas nos dois capítulos anteriores -, assumem o caráter de ética. Assim, mostra a inversão completa do valor moral apregoado pelos Antigos.

O Capítulo Terceiro (*Ética e linhagem cartesiana, para Noam Chomsky*), procura situar a sua adesão a fundamentos cartesianos. Na tentativa de desfazer o estigma de lingüista de linhagem cartesiana, mostro que há uma tese subjacente ao interesse de classificá-lo como tal. A partir disto, torna-se imprescindível compreender os elementos teóricos básicos por ele adotados na abordagem de âmbito social – comparando ao importante pensamento de Michel Foucault -, sem o que não se pode avançar no exame do sistema ético proposto por Noam Chomsky.

Chomsky anuncia, neste capítulo, quatro principais estratégias que adota para o embate a que se propõe no terreno ético.

No Capítulo Quarto (*Direito de Propriedade: posse de bens versus instinto para a liberdade*), trato da crítica de Chomsky à racionalidade tecnológica que está subsumida à ideologia liberal e seus preceitos macroeconômicos.

Neste capítulo, evidencio a contraposição de Chomsky ao ideário político liberal. De uma análise dos pensamentos de Locke, até a crítica ao keynesianismo, o ativista procura fazer ver que, para a sociedade civil-burguesa, é imprescindível a sobreposição e a aceitação dos princípios macroeconômicos, dos ideais políticos e da atitude positiva e circunstancial dos indivíduos, sem as quais o mecanismo motopropulsor das corporações, diante das normas internacionais da Qualidade, entra em colapso, pondo em risco a supremacia da ordem geral e do *status quo*

Enquanto isto, Chomsky afirma a tradição que funda seus próprios valores morais. Tais princípios, no seu caso, foram expressos desde sua tenra idade e fundamentados ao longo de suas atividades acadêmicas (nos estudos da Linguagem) e em seu ativismo político. As filosofias das corporações, as normas da Qualidade, o ideal da eficácia operativa na macroeconomia não se coadunam com uma educação voltada para princípios éticos universais.

Emerge, a partir do Capítulo Quinto (*A Teoria da Catástrofe e a Linguagem*), o discurso sobre as reflexões de Chomsky que culminam com suas teorias linguísticas, dada a importância de suas investigações de nexos entre a linguagem, o pensamento, a mente e o conhecimento, na formação dos valores éticos.

Neste capítulo, Chomsky mostra distorções no entendimento do conceito de Linguagem e, para além disso, sobre errôneas interpretações acerca do que ele próprio diz a respeito da Linguagem. No que respeita ao seu conceito de Linguagem, ao apontar para as *Estruturas Profundas*, Chomsky sugere a adoção de princípios matemáticos para sua plena compreensão. Esta tese não estaria vinculada à negatividade presente na vontade de saber, mas e sobretudo, na correlação de sua pesquisa acadêmica ao instinto para a liberdade, que deriva de um comportamento moral e se funda numa Ética da Anarquia.

O último Capítulo (*A Teoria da Catástrofe e a Ética Universal Absoluta*) culmina com a interpretação que faço, a partir de conceitos básicos da Teoria da Catástrofe, sobre o Sistema de Idéias de Noam Chomsky, quando propõe a Ética Universal Absoluta.

O roteiro que proponho no presente trabalho, que, ao começo verifica a crítica às corporações, às gestões participativas e às Normas da Qualidade, desenrola-se pela análise da ideologia subjacente aos preceitos ali contidos e procura fazer convergir as

concepções, lingüística e ética, de Chomsky para um ativismo político baseado no resgate da condição de liberdade do homem.

Somente uma Ética Universal Absoluta garante esta liberdade que, segundo ele, mantém à vista o “risco perene” e protege, no homem, a *fragilidade daquilo que é bom* no espírito humano, a saber, a Linguagem.

Introdução

As Grandes Corporações e a gestão participativa.

I.1 – O tema das grandes corporações: a paixão, a escassez e a racionalidade universal.

Boa parte dos pesquisadores, na esfera da Filosofia, admitem a existência de uma crise de valores, no mundo contemporâneo.

O apelo para ações voltadas à solidariedade entre povos revela, sobremaneira, a busca por interesses e direitos conquistados ao longo do tempo. A construção permanente da cultura dos povos tem-se mostrado complexa e, via de regra, posta diante de conflitos entre fins e circunstâncias, cada vez mais internacionalizados. Os desafios presentes no espaço geopolítico apontam para os limites das possibilidades de indivíduos que visam o alcance de maior justiça, igualdade e equidade universal.

A Ética afigura-se, neste quadro, como um foro voltado à demonstração e à evidência daquelas situações conflituosas que culminam na destruição de vidas humanas. Como reflexão sobre os conflitos originados entre *o isto possível* e *o aquilo almejado*, a Ética confronta o homem diante de seus caprichos subjetivos, da satisfação de suas carências ao arbítrio contingente de forças opostas:

- de um lado, a maioria oprimida – “multidão inquieta”, nos dizeres de Noam Chomsky -, sufocada na luta pela própria existência, em busca do espaço de expressão, apropriando-se da dialética do bem comum. A existência dessa “multidão oprimida” contraria a regra aristotélica de que o bem comum é uma *"politia"*, a promover reivindicações por um sistema democrático, onde o governo seria para o pobre e em benefício do próprio pobre;

- por seu turno, as elites, numa imensa ofensiva de persuasão, sob o rótulo do neo-liberalismo, usam a indústria de relações públicas e propaganda, privatizam interesses e impõem novos valores e comportamentos, de onde resulta uma retórica política voltada para a “minoría próspera”.

Professor do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), Noam Avram Chomsky, destacado lingüista, produziu trabalhos relevantes sobre a sintaxe, a gramática generativa e a linguagem de um modo geral, nas suas relações com o conhecimento. No entanto, para além da academia, sobressai-se por exercer um importante papel no *Resist*, movimento nacional norte-americano voltado para projetos de resistência e mudanças radicais na sociedade, o que lhe concedeu posição proeminente como membro de certa “intelligentsia”, por afirmar sua capacidade de indignação contra as injustiças sociais.

No terreno da Ética, efetua coleta de dados e expõe, à sua maneira, a opressão dos seres humanos. O seu ativismo político deseja garantir igualdade para todos. Quanto a isto, ele chega mesmo a superar-se em relação às expectativas de seus críticos mais eloquentes e ferrenhos.

O emprego de expressões contextuais, como “o pobre”, “multidão inquieta”, “maioría oprimida”, “sufocada na luta pela própria existência”, “as elites”, “privatização de interesses”, “minoría próspera”, se, por um lado, evoca um discurso de natureza panfletária, por outra via, tal linguagem denota, especialmente no caso de Noam Chomsky, a sua indignação diante dos dados que colhe, quando são vistos segundo seus juízos de valores. A brutalidade das situações que relata não lhe permite a neutralidade conveniente.

Seu pensamento pode parecer vulnerável e suscetível de ser diminuído por análises devastadoras, sem um exame interdisciplinar que recorra às diversas órbitas como as da Ciência da Administração, da Filosofia Política, da Ética, e da Teoria da Linguagem, ao longo do texto.

Minha exposição do pensamento chomskyano inicia-se a partir de suas críticas às grandes corporações e ao tema da Qualidade Total.

Justifico esta opção de roteiro, como uma estratégia para elencar, no primeiro plano, os aspectos negativos que, no entender de nosso autor, suprimem a condição livre da pessoa humana. Deles – no caso das grandes corporações e das normas internacionais – emana o arbítrio. Nos capítulos seguintes, procurarei rever as instâncias sobre as quais ele alicerça tais convicções.

I.1.1 – Interpretação crítica às Corporações.

Para se compreender a posição de Noam Chomsky face às grandes corporações, é preciso considerar dois pontos principais: as políticas presentes nas Teorias da Administração e a sobreposição dos fundamentos das Normas da Qualidade às concepções administrativas. A discussão sobre o ativismo do lingüista do MIT inicia-se, a partir disto, com os seguintes objetivos:

- Ressaltar, das principais divergências, o conflito interno na Ciência da Administração, entre *Eficiência* e *Eficácia*: tem-se o entrechoque de fundamentos entre a Gestão Burocrática Clássica e a Gestão Participativa que converge para a homogeneização dos comportamentos e atitudes dos empregados;

- Verificar a origem dos principais conflitos, a partir da ótica do autor, conflitos que se apresentam para os indivíduos movidos pela flexibilização de funções e tarefas nas corporações, a qualificação profissional e o agir contingencial.

Existe uma sobreposição de conceitos e intenções em ambos os casos: as tendências da moderna gestão empresarial conduzem à instauração de modelos voltados para a Qualidade e seus decorrentes Sistemas. Porque as Normas Internacionais da Qualidade não só reforçam aqueles princípios administrativos, mas também atuam como foro, em primeira instância, para dirimir todos e quaisquer conflitos daí decorrentes? A resposta vai além.

Sua crítica às grandes corporações, como procuro demonstrar, se funda na constatação da existência de um entrelaçamento das políticas de gestão à nova ordem mundial, ao ditar regras de comportamento que passam pelo *controle* das Normas Internacionais da Qualidade.

Para o autor, o homem perde sua condição de ser livre quando assume (no sentido de *adoção plena*) políticas e *filosofias* de gestão e qualidade nas grandes corporações. O procedimento se vincula aos "Sistemas da Qualidade Total", que se impõem como *conditio sine qua non*. No pano de fundo desses mecanismos, auditáveis segundo normas internacionais severas, as evidências objetivas de um novo jogo de linguagem são

inúmeras: atitude, participação, entusiasmo, comprometimento, trabalho em equipe, limpeza, segurança, organização, tornam-se palavras de ordem para regularem o comportamento dos *colaboradores*.

Só o que pode ser auditado integra o negócio, o produto da empresa, e com ele todo seu meio ambiente, pessoal e maquinário envolvido. Temos, pois, a normatização do lucro pelo sistema da qualidade. Normas reguladoras de gestão e garantia da qualidade são as diretrizes para desenvolvimento dos programas. Rígidas, estas normas elaboradas de forma a poderem ser aplicadas nos mais diversos setores esgotam as possibilidades de diplomas eventualmente obtidos de forma não significativa.

Pode-se estimar, nesta ordem de acontecimentos, uma grande quantidade de empregados coordenados por técnicas de comportamentos e práticas as mais variadas, todas voltadas para o mesmo fim: a qualidade global. Colaboradores, em todo o mundo, falam a mesma língua, empregam a mesma expressão corporal: adjetivos pessoais relacionados ao corpo, processos de comunicação, posturas e gestos elegantes. Pés devem manter-se um pouco afastados um do outro, com um deles ligeiramente para frente. Mãos devem deixar-se cair naturalmente no sentido longitudinal do corpo. Rostos devem transmitir serenidade, alegria, atenção, sempre a olhar para o público empregado e simulando prazer em estar ali. Olhos procuram pela atenção da assistência colaboradora e sempre roupas discretas que não atraíam atenção durante as falas. Gestos adequados, concordantes e persistentes, devem ser aprendidos e, no entanto, parecerem naturais.

A globalização dos negócios resulta nestas transformações do comportamento humano, como constantes que equacionam a mão-de-obra e os valores culturais. O emprego maciço da tecnologia da informação e a complexidade das relações corporativas – além da omissão dos governos de nações emergentes alinhadas aos interesses internacionais -, em curtíssimo espaço de tempo conduzem o homem comum à perplexidade, diante da impossibilidade de interpretar, ele próprio, a realidade do tempo futuro já presente nas corporações.

Trata-se de um ser oprimido cuja atualidade é a busca de um futuro incerto e repleto de tecnologia. Este homem está ausente, na análise sintática da oração, cujo sujeito é o lucro e o predicado é a globalização, cujo objeto direto é a qualidade total, cujo objeto indireto é a dominação. Como sintagma, amontoado de palavras que perdem a significação

individual para aderir ao do conjunto, coisificado, não representa sujeito, predicado, verbo, objeto direto ou indireto. Dada a globalização, *a multidão inquieta* é parte sobressalente de uma formidável máquina produtora de riquezas, dominada pelos interesses de grandes corporações, sob a ótica de uma qualidade satisfatória para clientes exigentes do alto padrão de produção: uma *minoría próspera*.

Esta sintática leva-nos ao foco do problema. O destaque de Chomsky e sua antevisão de que, neste mundo, o homem não é o fim nem o meio, mas apenas o recurso utilizável.

L1.2 – Da Teoria da Administração, em geral: A Qualidade enquanto paixão e a utilidade marginal.

A noção de *Qualidade* exige comparações entre quantidades e qualidades e enlaça o termo paixão, similar a desejo, no sentido a que se pretende aqui aludir: a qualidade como causa de uma paixão.

Paixão pode ser entendida como satisfação de desejos, em linha com o pensamento de W. Deming, importante teórico dos tempos hodiernos, na esfera da Ciência da Administração. Como interpreta Deming (1), à *Qualidade* vincula-se uma *Dualidade*, vale dizer: relacionam-se diretamente à possibilidade de “satisfazer”, ou não, “necessidades explícitas ou implícitas”, conforme preconiza a própria Norma, na versão da NBR ISO 8402 – que trata das definições sobre Qualidade –, a serem analisadas a seguir. O emprego das palavras *explicitas* e *implicitas* coincide, tanto nas proposições de Deming como na constituição das Normas Internacionais da Qualidade. Para melhor explicar o aspecto dual do termo da *Qualidade*, torna-se necessário examinar o que vem a ser a “necessidade explícita e implícita”, à luz da Teoria Econômica Ortodoxa, a noção de *utilidade marginal*. Esta *utilidade marginal* - implícita ou explícita -, diz respeito ao valor que, por sua vez, é a distinção feita entre a utilidade total de um bem e sua utilidade marginal (2).

(1) Cf. Pinheiro de Azevedo, A. M. (*O valor da qualidade ou a qualidade do valor*. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, p. 12), que oferece as seguintes definições: “... definições de qualidade: - Deming afirma que “qualidade consiste em satisfazer desejos...” (DEMING, W. *The meaning of Quality*, Revista Quality Progress, out./68, p. 37); - uma outra definição sucinta de qualidade é dada por Juran, quando afirma: “qualidade é adequação ao uso” (JURAN, J. *Controle da Qualidade - Handbook*, vol. I 1993, p. 5); - seguindo a mesma trilha, V. Campos afirma que “o verdadeiro critério da boa qualidade é a preferência do consumidor” (CAMPOS, V. *Controle da Qualidade Total*. 1992, p. 2); - “qualidade é a totalidade de propriedades e características de um produto ou serviço que confere sua habilidade em satisfazer necessidades explícitas ou implícitas” (Norma NBR ISO 8402 - *Terminologia*, 1993).”

(2) Idem, p. 39: “... porque determinadas coisas como, por exemplo, a água, o ar e o pão, embora vitais para a sobrevivência do homem e, portanto, muito mais necessárias que, por exemplo, o diamante, tem valor menor que ele. A explicação para esse aparente paradoxo é que a utilidade responsável pela criação do valor é a utilidade marginal e não a utilidade total. Ou seja, no mercado, o que o consumidor avalia é a utilidade marginal do produto e não sua utilidade total. Em decorrência disso, o preço de um produto mede sua utilidade marginal para o comprador e, não, sua utilidade total.”

Aplica-se, como lembra Azevedo, o episódio de Ricardo III, narrado por William Shakespeare, onde o Monarca estaria disposto a trocar seu reino por um cavalo. A utilidade marginal daquele cavalo supera, em determinado instante, pela *carência de abundância*, ao próprio reino.

Segue-se daí que *utilidade marginal* é uma forma de *carência de abundância*.

O que está posto, portanto, é a necessidade premente, motivada por situação particular, diretamente ligada ao desejo. Do mesmo modo a paixão está vinculada às Qualidades.

Antes mesmo da carência de abundância ou da *utilidade marginal*, mais que a água, no exemplo de Pinheiro de Azevedo, ou o cavalo de Ricardo III, do que se pode depreender dos dizeres de Deming, *a paixão* é fonte provedora dos desejos necessários para garantir a sobrevivência do homem, mesmo que a água seja mais abundante que o diamante e o reino mais rico que a cavalaria. Todavia, a utilidade, marginal ou total, depende do desejo de *quem deseja*. Diante disto, a utilidade marginal postula a existência de um *mercado dos desejos humanos* cristalizado pela procura e pela oferta, de forma ilimitada. A natureza e o próprio ser humano *tornam-se recursos* para atender às satisfações das mais variadas paixões (3).

Desta sorte, a abundância reduz o bem e sua utilidade marginal, que tende a zero ou até mesmo pode tornar-se negativa.

(3) Idem, p. 39, citando (Jevons, S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1998. P. 54), como segue: “ (...) o grau de utilidade varia com a quantidade de um bem e finalmente diminui à medida que esta quantidade aumenta (...). Todos os nossos apetites são passíveis de satisfação ou saciedade mais cedo ou mais tarde; na verdade, ambas as palavras significam etimologicamente que já tivemos o suficiente, de forma que o que vier a mais não tem utilidade para nós. Daí não se segue, contudo, que o grau de utilidade cairá sempre a zero. Isso pode acontecer com algumas coisas, notadamente com as necessidades animais elementares, como comida, água, ar, etc. Mas quanto mais refinadas e intelectuais se tornam nossas necessidades, menos passíveis são de saciedade. Uma vez despertado, praticamente não há limite para o desejo de adquirir artigos de luxo, de cultura ou exóticos. ”

L1.3 - A Economia como Ciência da Escassez.

Já teria afiançado Aristóteles que “*não faltará quem duvide*” de que algo tenha utilidade indiscutível para uns e seja utilidade marginal para a maioria (4).

Por sua vez, *in extremis causa*, a necessidade do que é escasso, promove o gerenciamento das contradições: de um lado, o desejo ilimitado; de outro, a oferta limitada. Ambos, consolidam o surgimento de uma Ciência Econômica que, em certo sentido, pode ser definida como Ciência da Escassez (5).

O fato das necessidades serem ilimitadas, promove uma grande demanda produtiva com vistas à satisfação de desejos. Poder-se-ia até entender como utopia esta possibilidade de suprimento de todas as necessidades (materiais ou não) de certas sociedades, uma vez que a expectativa de produção está presente na certeza de consumo. Sempre haverá desejos a serem atendidos e, daí, eventual carência de abastecimento.

A Economia tanto diz respeito, em sua forma mais ampla, à escassez do que se equívale como daquilo que não se equívale, sejam produtos básicos - de utilidade total -, sejam demais produtos - de utilidade marginal.

Vê-se, portanto, que a concepção da Teoria Econômica Ortodoxa, que leva em conta os desejos ilimitados contrapostos à escassez de recursos, funda-se na idéia de Qualidade enquanto paixão.

(4) Utilizo a versão de Loeb Classical Library. In: Aristotle. *Categories*. I Harvard University Press, 1975. p. 74 e 22. Também a tradução para língua portuguesa de Pinharanda Gomes, Cf. Aristóteles, *Categorias*, p. 89. A Qualidade tem sido um dos mais difíceis problemas da história da Filosofia. A exposição de Aristóteles quanto à Qualidade, vincula o desejo e à paixão. Aproximemos sua análise à de um autor contemporâneo W. Deming, a saber: (*Categorias*, VIII - 8-a): “As qualidades dizem-se passivas [...] é causa de uma paixão. Pois que a doçura produz uma paixão no gosto, e a friabilidade no tato, e assim nas demais.” Também (cf. in Loeb, p. 75 e ss. e Pinharanda Gomes, Aristóteles, *Categorias*, p. 93-95), Aristóteles declara: (VIII - 10-b): “60. Por exemplo: tratando-se de alguém, que possui a habilidade do pugilado, ou da carreira, não existe qualidade nenhuma [...] 66. Porquanto não faltará quem duvide (grifo nosso) que se possa dizer que uma justiça o é mais ou menos do que outra, ou uma saúde maior ou menos que outra... Mas o que daqui se segue é que indubitavelmente se pode aplicar o mais ou menos às coisas que são suscetíveis daquelas qualidades, como se diz, que um é mais gramático, mais justo ou mais sadio do que outro. E assim nos demais casos semelhantes.”

(5) Cf. Rosseti, J. *Introdução à Economia*, citando Robbins, p. 56-58. “... A ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos.”

Ao identificar a confusão das opiniões divergentes dos indivíduos humanos sobre suas carências, esta teoria encontra a justificativa da construção hobbesiana e lockeana que trata da acumulação do capital e de propriedades em caráter ilimitado, apregoa o direito individual à posse de si mesmo e de bens, quaisquer que sejam, para manutenção das paixões, suplementação das carências, satisfação dos caprichos subjetivos e alívio do arbítrio contingente.

Não se trata aqui, todavia, das paixões postas por Aristóteles, no sentido de incitar o cidadão da *polis* à vida solidária. O *modus vivendi* se recompõe, invertendo o valor na sociedade, que adota, em sua patologia de consumo, dado o direito de posse ilimitada de qualquer bem que se possa adquirir, conforme em Locke, para garantia da própria vida.

A noção de *qualidade* se insere neste novo contexto, na estratégia de produção, porque indica novos caminhos nas relações entre o capital e o trabalho. Unidas, necessidade material e utilidade parcial, juntam trabalho e capital, numa coincidente busca de recompensa e sucesso no atendimento de desejos diversos de consumidores, em face da escassez. Ao orientar sua evolução no sentido da revisão de seus fundamentos, as categorias econômicas se manifestam através de um princípio geral de racionalidade. Apesar de tudo, este princípio racional - tomado como universal -, afirma a inexistência de conflitos entre indivíduo e sociedade, dado que o coletivo - expresso em seus diversos agentes - mantém comportamentos voltados para seus próprios interesses, destituídos de espírito filantrópico.

Adam Smith, autor regularmente apreciado por Chomsky, deixou claro o que se segue:

“Não é por generosidade que o homem do talho, quem faz a cerveja ou o padeiro nos fornecem os alimentos; fazem-no no seu próprio interesse. Não nos dirigimos ao seu espírito humanitário mas sim ao seu amor próprio; nunca lhe falamos das nossas necessidades mas dos seus próprios interesses.” (Smith, Adam. História da riqueza das nações, p. 14)

Segundo Smith, a mercadoria traz, consigo, o interesse comercial de quem a produz, a substância de seu valor.

L1.4 - O princípio de racionalidade universal.

Considero o peso da afirmação de Adam Smith de que nenhum indivíduo na cadeia produtiva ou no comércio é movido pelo “espírito humanitário”. Na medida em que a generosidade se dá no interesse próprio, é forçoso discorrer sobre este princípio *geral de racionalidade universal* que se volta para a eliminação de conflitos entre indivíduo e sociedade. Isto porque, se antes a Qualidade estava na ponta da linha, como *qualidade da paixão* a ser satisfeita pelo consumidor de algo, ela agora deve emergir na outra ponta, como *condição necessária* para que o produtor realize, não no consumidor mas no próprio produto, os desejos cristalizados segundo sua conveniência empresarial, seja ele padeiro, cervejeiro, ou o que queira produzir.

A eliminação de conflitos provenientes das paixões, através da adoção de um princípio geral de racionalidade, contudo, evidencia uma contradição em si mesma, conforme mostra Robbins, cuja preocupação vai mais além, na medida em que invoca outras disciplinas para auxiliar a compreensão daquilo que parece estar fora de controle, vale dizer: a Ciência da Administração. Robbins pede apoio à Psicologia, à Sociologia, à Psicologia Social, à Antropologia, às Ciências Políticas, à Engenharia, à Economia, à Matemática e Estatística, à Fisiologia e oferece “uma rosa por qualquer outro nome” (subtítulo que emprega no capítulo *O processo administrativo*, p. 69), quando diz:

“A direção mais recente adotada pela teoria administrativa pode ser descrita como uma abordagem situacional ou contingente (grifo nosso). Ambos os movimentos, o de sistemas e o contingente, aceitam a dinâmica e as inter-relações complexas inerentes a organizações e ao comportamento de seus membros. Como tal, a perspectiva contingente constitui mais um ramo da abordagem de sistemas do que uma filosofia oposta. Passou a ser cada vez mais claro que é difícil, se não impossível, fazer generalizações amplas sobre a prática administrativa que sejam aplicáveis a todas as situações. A complexidade do assunto e a especificidade de cada situação resultaram na expansão do número de casos excepcionais, ao ponto em que parece não existir uma lei ou um princípio universal (grifo nosso) que possa ser aplicado a todos os casos.” (Cf. Robbins, *O processo administrativo*, p. 64)

Diante do contingencial, o desafio que se apresenta será, precisamente, contrariar a tendência, explícita na observação de Robbins, segundo a qual “*parece não existir uma lei*

ou princípio universal” para a administração, em todos os casos. Segundo Nadya Castro (1995, p. 25 e ss.), com a introdução desse novo paradigma – princípio racional universal -, exigências antigas (*tayloristas*) - que restringiam o treinamento da força de trabalho dada a clássica bipartição entre concepção e execução das tarefas prescritivas e rotinizadas -, foram substituídas pela necessidade de maior envolvimento e responsabilização do trabalhador com as metas produtivas. Como se depreende, novas categorias - por exemplo, a de cliente e fornecedor internos -, surgem por decorrência, para garantir a perfeita integração do processo de implantação da *Nova Qualidade* – esta a que nos referimos, relativa ao produto e aos serviços, que substituiria a primeira, provinda do desejo individual.

I.2 - Ética da Contingência, a partir do princípio de racionalidade universal.

O princípio racional universal nada mais representa que a salvação das contingências, das circunstâncias individuais, sem as quais perdem-se todos, suas empresas, seus empregos e o próprio sustento.

Esta é uma assertiva de Ortega y Gasset, segundo a qual “*eu sou eu e minhas circunstâncias, e se não as salvo, me perco eu próprio*” (6), que refere-se às circunstâncias cotidianas do homem diante da racionalidade tecnológica.

Esse comportamento prudente, conforme declara Ortega y Gasset, é relativo à distinção entre aquilo que é ou não *competitivo* ou *cooperativo*, pois evidencia a *atitude* por excelência, diante da qual o indivíduo decide por este ou aquele caminho, no horizonte ideal do *compartilhar*.

As circunstâncias da vida conduzem o homem a uma constante competição, levando-o a salvar as circunstâncias. Chomsky avança, em relação à análise de Ortega y Gasset, quando afirma que esta atitude está relacionada ao compartilhar – *to share*. A questão que se apresenta é: compartilhar com quem? Comigo mesmo e/ou com meus semelhantes? A resposta a esta pergunta evidenciará a encruzilhada, na jornada que passa do indivíduo ao coletivo.

(6) Cf. Ortega y Gasset, *Lecciones de Metafísica*, Tomo XII - Lección II. (Metafísica y orientación radical. Orientación auténtica y orientación ficticia. El sí mismo y la personalidad convencional. La vida es lo que hacemos y lo que nos pasa. Los atributos de la vida. La vida es evidencial. Mundo es lo que nos afecta. La vida es circunstancial. Vivir es sentirnos forzados a decidir lo que vamos a ser. Vivir es ante todo toparnos con el futuro) - Lección III. (Una distinción: "reparar" y "contar con". Revisión y corrección de lo expuesto. Nadie puede saltar fuera de su vida. "Hacer ciencia" es algo que acontece en "nuestra vida". Vida como biografía. ¿Qué es el cielo? Evidencia y verdad. La vida da mucho que hacer. La reflexión: los dos "ahora") - Lección IV. (Los tres elementos del "encuentro". Encuentro del yo. Encuentro de la circunstancia: carácter temporal y social de la circunstancia. El modo del "estar" en la circunstancia. El estar homogéneo y el heterogéneo. Vivir es existir yo fuera de mí. Paréntesis sobre la semántica del *existir*: el ser ejecutivo. Nuevo análisis del "estar". la inmaterialidad de la circunstancia) - Lección V. (La circunstancia y lo que sabemos "sobre" ella. La vida desnuda y el dispensar los pensamientos. Yo y la circunstancia formamos parte de mi vida. Los diversos "haceres" con la circunstancia. El pensar es un "hacer" no primario - Previa presencialidad del "contar con" - Los dos modos del ser de las cosas: pensarias y vivirlas. El primado de la interrogación y su alcance preintelectual. Las cosas son primariamente comodidades e incomodidades. El hueco del ser).

As justificativas para a *escolha* serão quase sempre contingenciais. Esta atitude possível, enquanto ética, vista como uma *Ética da Contingência* é ainda incompleta:

“There are certainly conditions under which people will compete, and there are also conditions under which people will cooperate. For example, take a family. Suppose that whoever is providing the money for the family loses his or her job, so they don’t have enough food to eat. [...] The father is probably the strongest one in the family. Does he steal all the food and eat it, so all the kids starve? (I guess there are people who do that, but then you lock them up. There’s a pathological defect there somewhere.) No, what you do is share. [...] Does that mean they’re not competitive? No. It means that in that circumstance, they share. Those circumstances can extend quite broadly – for example, they can extend to the whole working class. That’s what happens in periods of working class solidarity, when people struggle together to create unions and decent working conditions.”(Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 75)

O autor, de antemão, trata como patologia, desvio de comportamento, as atitudes dos que, por uma ou outra razão, em “*certas circunstâncias*”, não repartem com os seus. Para ele pode-se *competir* ou *cooperar*, com vistas a *compartilhar*. No caso de trabalhadores que se unem, numa clara luta de classes, com o sentido de cooperar entre si, todavia, o sentido do termo *cooperar* inclui o de *competir*: a cooperação de determinado grupo sindical estaria, nesses termos, voltada para evitar a competição de outros grupos que, em última instância, poderiam ameaçar os empregos daqueles.

Portanto, *to compete* assemelha-se a *to cooperate*.

Se *to cooperate* se define – *nestas circunstâncias* - como o *instante onde as diferenças tornam-se semelhanças*, não foi, ainda, eliminado o sentido negativo da competição, que dá a uns o que será retirado de outros.

A *Ética da Contingência* está desprovida do sentido *universal de justiça absoluta*, conforme nosso autor. Noutra passagem, ele comenta:

“Let me tell you a personal story. I’m not particularly violent, but when I was in college, we had to take boxing. So the way we did it was to spar with a friend, wait until thing was over and go home. But we were all amazed to find that after doing this pushing around for a while, we really wanted to rut that other guy, our best friend. We could feel it coming out – we wanted to kill other. [...] Does that mean that the desire to kill people is innate? In

certain circumstances that desire is going to come out, even if it's your best friend. There are circumstances under which this aspect of our personality will dominate. But there are other circumstances in which other aspects will dominate. If you want to create a human world, you change the circumstances. (grifo nosso).”(Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 75-76)

Dada a necessidade de investigação para além das circunstâncias, Chomsky levanta a hipótese do desejo de morte, um desato de preservação, contido – e incontido – na natureza humana, para a liberação do instinto pela vida, em estado de natureza. Decidir, escolher entre criar e não seu universo humano, ao mudar as circunstâncias. Há um certo racionalismo, uma certa lógica presente na necessidade de preservação e de erradicação do desejo de morte, pois resta ao indivíduo, sob esta perspectiva, sufocar o conflito que adota a motivação como forma substituta da perda de seu “instinto para a liberdade”, contra o ato contingencial da preservação de si.

I.3 - A Motivação para o empregado, para a firma e para o expurgo da lascívia.

A eliminação do conflito proveniente da tensão entre as circunstâncias e o desejo, evidencia a rede entre indivíduos e sociedade (produtiva). Passa-se a adotar, neste fruir, um processo que se reformula a partir da idéia de motivação: estratégia inserida no contexto de uma nova mentalidade empresarial explicitada, sobretudo, por um novo grupo de palavras que representam sub-sistemas funcionais. Para Pinheiro de Azevedo (1997), invoca-se, para além da relação entre clientes e fornecedores, o termo que se transforma em elo principal da corrente de desejos e paixões – *motivação* -, a necessidade de envolvimento e responsabilização do trabalhador com as metas produtivas, o que requer *motivo*.

Dado que o motivo, no indivíduo trabalhador, se funda em sua própria vontade; e se a vontade é uma forma de desejar algo; então, o motivo promove uma espécie de paixão. O autor diz que é “impossível haver *motivação* para a produção sem o lucro” -, posto que sem o lucro não haveria uma “mudança cultural” no modo de produção (7).

Funda-se um modelo de necessárias caracterizações, voltadas para o “enxugamento” da produção e da estrutura organizacional da firma, a partir da garantia oferecida pela motivação e comprometimento. Segundo Nadya Castro (1995), que cita Humphrey (1993b), o importante era focar a centralização das funções de produção e permitir uma relação entre clientes e fornecedores em todas as direções imagináveis, até atingir o consumidor (pessoa para quem se destinam os esforços de satisfação de desejos, o que não se pode perder de vista). Surge disto a necessidade de banir os seres humanos “vagabundos e preguiçosos” (Azevedo, 1997) do contexto, como se nota na citação a seguir.

(7) Cf. Pinheiro de Azevedo, A. M. *O valor da qualidade ou a qualidade do valor*. p. 12: “Em decorrência desta lógica, o alinhamento dos trabalhadores e da empresa na consecução de uma meta produtiva é a atitude mais óbvia e coerente a ser tomada e todo o desvio desta rota é irracional. A compreensão dessa realidade, por parte dos trabalhadores e dos patrões, permite a superação de qualquer animosidade que ainda perdure entre eles, possibilitando assim, a “mudança cultural” da empresa, tão fundamental para o sucesso de um programa da qualidade. O conflito é coisa do passado e teve sua origem em uma concepção equivocada do processo produtivo e de seus objetivos, levando seus atores a adotarem atitudes e valores antagônicos. No novo “paradigma”, capital e trabalho não estão contrapostos, ao contrário, os dois são necessariamente complementares. O lucro - sim, pois é ‘impossível’ haver motivação para produção sem lucro - é a recompensa por um trabalho bem feito e se distribui generosamente entre o capitalista, o trabalhador e a sociedade.”

Este novo cenário empresarial/gerencial, substitui a obrigatoriedade dos tradicionais contratos de trabalho – de compra e venda de força produtiva – por motivação e comprometimento, apresenta espaço fértil para a adoção de novos conceitos, como *just-in-time* (JIT), *kanban*, *kaizen*, *total quality control* (TQC), CEP, *círculos da qualidade* (CCQ) e outros (8).

No emprego da nova sistemática, que vai da lascívia ao comprometimento, *serão aceitos apenas* trabalhadores propensos à motivação que reduz conflitos e impõe o princípio racional universal. Torna-se uma regra, desta sorte, a exclusão dos indivíduos que desmotivam o grupo de trabalho:

“O primeiro país a adotar o novo modelo gerencial, que eliminava, ou visava eliminar, os conflitos e garantir a satisfação máxima dos clientes internos e externos foi o Japão e foi para lá que se voltaram os diversos profissionais do setor produtivo, buscando a fonte e a receita do sucesso. O Ocidente até que tentou criar modelos próprios mas, dominado pela teoria “X”, que vê os seres humanos como vagabundos e preguiçosos (grifo nosso), que só se empenham na produção através da punição e da recompensa, perdeu o “bonde da história”. O Japão, cuja teoria hegemônica era a “Y” ou a “Z”, acreditava na possibilidade de tornar o trabalho uma atividade agradável e prazerosa. Esse pequeno detalhe teria capacitado o país a obter uma posição de vanguarda no mercado internacional, invadindo o Ocidente, inclusive os Estados Unidos, com produtos superiores e preços competitivos, acabando com a velha idéia de que qualidade custa mais.” (Cf. Pinheiro de Azevedo, A. M. *O valor da qualidade ou a qualidade do valor*, p. 13.)

(8) Cf. Castro, Nadya Araújo. *Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro*. In: *A máquina e o equilibrista*. p. 20. Citação de Humphrey, John. *Quality and productivity in industry new strategies in developing countries*. Sussex: IDS Bulletin, 24, (2), abr. 1993b. Estes novos modelos teriam os seguintes objetivos: “A integração em fluxo contínuo das etapas e a circulação permanente do produto em transformação. Redução de estoques, *kanban* e organização celular da manufatura são alguns dos instrumentos principais para alcançar esse alvo. [...] a busca persistente da qualidade, comprometida com a idéia de que quanto mais cedo forem identificados os problemas (e suas causas últimas), menos onerosa será a sua correção. Qualidade e custos passam a ser pensados, então, de modo articulado. [...] a busca da melhor *performance*, por meio de uma melhoria contínua e incremental dos procedimentos de produção (*kaizen*). A produção da inovação torna-se um desafio permanente e concernente a todos, o que restabelece a centralidade da função da manufatura dentro da estratégia gerencial da empresa. [...] um novo padrão de relação com os fornecedores que não apenas altera o perfil da organização industrial, mas que afeta, em especial, a natureza da relação entre clientes e fornecedores (seja pelos novos referentes de tempo de processamento, entrega e qualidade de produção contratada, seja pela generalização, em direção à rede cada vez mais horizontalizada dos novos padrões de gestão da produção).”

Esta afirmação de Azevedo interpreta William Ouchi – autor de *Teoria Z* –, sobre a japaização. A redução do conflito, no indivíduo sedento de paixões, por causa do princípio racional universal, se dá pela motivação, eliminando-se a preguiça e a lascívia.

O trabalhador, neste contexto, antes de realizar suas próprias paixões, deve atender às necessidades da corporação. A cada passo que dá, faz recuar sua paixão, o mesmo tanto que avança rumo ao desejo do empregador. Darcy Ribeiro (1997) percebe a histórica abrangência desta discussão, do indivíduo para o poder econômico:

“É mesmo admissível que venha a subverter o caráter do processo evolutivo, que, nesse passo, deixará de ser um movimento histórico acionado de modo espontaneísta pela acumulação de progressos dos meios de ação sobre a natureza e de seus efeitos ‘naturais’ sobre as sociedades humanas, para converter-se num processo racional de condução internacional da evolução socio-cultural. Ao menos, o repto como que se defrontam hoje as sociedades mais avançadas é, essencialmente, o de reger o processo de mudança provocado pelo desenvolvimento científico-tecnológico, a fim de determinar o seu ritmo e estabelecer a direção em que se exercerá sobre os povos.” (9)

Ajustado ao processo de mudança, o indivíduo colaborador das corporações, salva suas circunstâncias, permite-se motivar e deixar-se deformar, pelas paixões. Milton Santos discorre sobre esta problemática da deformação, quando a filosofia moral deixa-se perder numa fala deslocada da luz da história. Esta passagem se dá entre o individual e o universal, num processo evolutivo inicialmente marcado pela espontaneidade e que segue para uma evolução ditada por regras e comportamentos comandados e regulados, a partir do trabalho e da apropriação das paixões individuais que deformam “o corpo e a alma das pessoas e das nações” (10).

(9) Cf. Ribeiro, Darcy. *O processo civilizatório*. p. 164

(10) Cf. Santos, Milton. *Avareza, ano 2000*. In: *7 Pecados do Capital*, p. 27: “Realiza-se um sonho que o avaro pré-capitalista de Molière (referindo-se a Harpagon, na comédia de Molière, *L’Avare*) certamente não terá tido: a possibilidade da avareza estrutural à escala do globo. A avareza agora se realiza plenamente, sem contrapartida moral. Empresas (e governos e instituições supranacionais ao seu serviço) ditam ao mundo as regras e comportamentos, comandam os gostos, regulam o trabalho e as paixões, deformando, ao preço do absurdo, o corpo e a alma das pessoas e das nações.”

L4 - Ética da Opressão, a partir da necessidade de motivação.

David Barsamian (*A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*, p. 114 e ss) indaga se este comportamento exposto pela chamada “ética competitiva” não seria próprio da natureza humana. Ao discorrer sobre o assunto, Chomsky aponta para o condicionamento social que influi, sobre o indivíduo, nas atitudes violentas, a tal ponto que se perde a noção do bem moral. Torna-se aceitável, “até natural”, por exemplo, um caso de assassinato de um estudante do MIT, nas imediações de Cambridge, por adolescentes que cometeram a atrocidade e “*sairam andando e foram a um bar. Mais tarde foram recolhidos pela polícia, pois tinham sido vistos por alguém. Não haviam nem mesmo tentado fugir*” (idem, p. 116-117).

No destaque, as tendências fascistas que extrapolam a esfera do Estado e perpassam o ambiente das corporações para afirmar que “*os controles de poder estão firmemente depositados nas mãos do setor corporativo. Os fundamentalistas furiosos vão poder gritar sobre Deus e pátria e família, mas estarão longe de ter alguma influência sobre as grandes decisões de poder*” (idem, p. 119). O condicionamento, numa sociedade regida por ideais “populistas e fundamentalistas”, visa a negação dos aspectos espontâneos da evolução da natureza humana. A citação original é a seguinte:

“But I don’t really take that similarity seriously, because the levers of power are firmly in the hands of the corporate sector. [...] But that can change. When people grow more alienated and isolated, they begin to develop highly irrational and very self-destructive attitudes. They want to identify themselves somehow. They don’t want to be just glued to the television set. If most of the constructive ways cut off, they turn to other ways.” (Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 78)

Na relação indivíduo / *corporate sector* / sociedade, fica, de resto, identificado o risco da alienação da pessoa humana por um condicionamento negativo que gera atitudes irracionais e destrutivas, incluída a própria autodestruição. O homem desprovido de capacidade crítica torna-se incapaz de realizar as necessárias mudanças de circunstâncias que podem conduzi-lo a comportamentos patológicos. Este processo de alienação faz tomar o verossímil pelo verdadeiro e, em desacordo aos costumes, renega a cooperação universal

para não negar a competição particular. Esta atitude é vista como *ética competitiva*, na medida em que atribui a si os valores adotados pela maioria.

“They want to identify themselves somehow. They don’t want to be just glued to the television set. If most of the constructive ways cut off, they turn to other ways.” (11)

Neste amálgama, também a *Filosofia* da Empresa torna-se a filosofia por excelência, enquanto representa um conjunto de *regras éticas* que devem ser *adotadas*, por empregados e colaboradores, uniformizando o comportamento, a linguagem e os objetivos a alcançar. A presença da competição (*to compete*), nos moldes postos por Noam Chomsky, se faz confundir com uma certa ausência-presença da cooperação.

O trabalho em equipe (*to cooperate*), as políticas motivacionais e a ojeriza pelo antigo fluxo de dados, carente de procedimentos e regras, confundem o sentido do verbo *to share*: *compartilhar* não é mais *usufruir com os outros, no sentido de repartir*, mas tem seu conteúdo simbólico invertido, para *to compete*. Cabe lembrar que *share* pode assumir o sentido de parte, porção ou quota. Se tomado como quota, *share* também se traduziria como título, valor, ação e participação por interesse.

Penso ser necessário atentar para a polissemia dos enunciados chomskyanos sobretudo nessa conexão entre *to share* e *to compete*, no que respeita ao entendimento do primeiro verbo como uma *participação por interesse na quota* (ou título), que mostra toda a virulência do verbo *to compete*. Seria, no modo como interpreto seu pensamento, a premência da competição, sem a qual não haverá possibilidade de participação na quota: a denúncia à fórmula seria - *to compete for to share* ou *to share through on to compete*. Isto justificará, em si, a adoção do caminho sugerido pelas corporações: *“because the levers of power are firmly in the hands of the corporate sector”*.

(11) Sugiro notar-se a expressão *“glued”* (colar, grudar). Chomsky remete aos módulos pasteurizados pela mídia e destaca a violência do termo, que traduz o condicionamento social pelo método de controle e supressão da capacidade criativa e construtiva do indivíduo. Na frase subsequente (*If most of the constructive ways cut off, they turn to other ways*), a palavra *cut off* (recortar, cortar, destacar, remover, *romper relações*) representa a perspectiva de adoção de novas formas de busca de identidade para as pessoas. Se não estivessem *coladas* ao aparelho de televisão (*just glued*) poderiam *romper os laços (to cut off)* e encontrar outros caminhos, razão pela qual o controle deve estar *“firmemente nas mãos do setor corporativo”*.

As regras são elementos essenciais para o controle despótico da opinião alheia, de tal sorte que as pessoas as aceitam espontaneamente ou são forçadas a aceitá-las (ação redundante), que resulta em *Opressão*:

“Ultimately the governors, the rules, can only rule if they control opinion – no matter how many guns they have. This is true of the most despotic societies and the most free, he wrote. If the general population won’t accept things, the rulers are finished. [...] That underestimates the resources of violence, but expresses important truths nonetheless. There’s a constant battle between people who refuse to accept domination and injustice and those who are trying to force people to accept them.” (Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 81)

Como ele sublinha, nesses termos, quase sempre o domínio da opinião pública ocorre sem o emprego de armas. As regras são manipuladas, num conjunto capaz de justificar o despotismo, onde a maioria aceita a justificação da violência.

L5 - Da linguagem uni-dimensional de Marcuse ao jogo-dos-ganhos.

Neste novo modelo motivacional, *reductor de conflitos*, as palavras de ordem são *multi-tasking* e *multi-skilling*. Marcuse já havia notado algo similar quanto ao emprego de palavras tais como multi-tarefa (*multi-tasking*) e multi-poli-qualificadas (*multi-skilling*). O filósofo compreende tal sociedade, nela inserida o *homem-máquina*, como membro de uma única dimensão. Justamente dessa sociedade uni-dimensional emerge o racionalismo técnico e a lógica da dominação. Nas frases de Marcuse:

"In this society, the productive apparatus tends to become totalitarian to the extent to which it determines not only the socially needed occupations, skills, and attitudes, but also individual needs and aspirations." (12)

Trata-se de uma linguagem paralela, para além de seu uso corriqueiro, que através da criação de termos designativos, extraídos de objetos do cotidiano, idealiza o que se poderia qualificar como laços entre pessoa e função. Tais laços, por sua vez, reduzem sensivelmente os níveis hierárquicos nas corporações. Por razão especial da interação entre pessoas, os diversos setores formam uma só gestão de trabalho, onde todos empregam a mesma *linguagem uni-dimensional* (13).

(12) Cf. Marcuse, H. em *One-Dimensional man*, p. XV.

(13) Id., p. 84. Marcuse cita Roland Barthes, para lembrar a política universal, que força a existência de conglomerados, sob o lema de uma equipe sem a qual nada é possível de ser alcançado: "Dans l'état présent de l'Histoire, toute écriture politique ne peut que confirmer un univers, de même toute écriture intellectuelle ne peut qu'instituer une para-littérature, qui n'ose plus dire son nom." Concluindo, Marcuse diz: "The governor, his function, his physical features, and his political practices are fused together into one indivisible and immutable structure which, in its natural innocence and immediacy, overwhelms the reader's mind. The structure of leaves no space for distinction, development, differentiation of meaning: it moves and lives only as a whole. Dominated by such personalized and hypnotic images, the article can then proceed to give even essential information... for example, 'brush-browed' Teller, the 'father of the H-bomb', 'bull-shouldered missileman von Braun', 'science-military-dinner' and the 'nuclear-powered, ballistic-missile-firing' submarine. Such constructions are, perhaps not accidentally, particularly frequent in phrases joining technology, politics, and the military... the effect is again a magical and hypnotic one-the projection of images which convey irresistible unity, harmony of contradictions." (p. 92-93)

Numa equação de dois termos, *to share* é igual a *to compete*, quando as incógnitas se igualam: meu nome passa a ser o nome de minha função e minha linguagem torna-se também a linguagem de minha função. Na incógnita da pessoa semelhante minhas circunstâncias exigem que, antes de tudo, salve-as para salvar a mim mesmo. Se, e somente se, nas circunstâncias presentes houver o meu semelhante (como incógnita de minha função), devo salvá-lo para salvar-me e resolver a igualdade dos termos da equação (14).

Cada um voltado para si (o que é paradoxal, dada a exigência do trabalho em equipe – *to cooperate*), sua própria equação se traduz como ato de guerra – em pleno estado de direito –, na luta – *pós-moderna* – das revoluções cotidianas de cada um. As circunstâncias sobrepõem-se ao amor pelo próximo (aqui posto no sentido de renúncia e desprovido de interesse pessoal) e impedem que se apresente em toda a sua plenitude. Compartilhar – *to share* –, cooperar – *to cooperate* – e amar – *to love*, são anacrônicos para aquele que compete – *to compete*. Daí a importância de alienar o indivíduo, uniformizando a sua linguagem, o que faz Chomsky concluir, numa expressão que pode ser aproximada à de Marcuse, sobre a *Ética da Opressão*:

“We live in a society that assigns benefits to efforts to achieve individual gain. [...] In game theory, this kind of situation is called ‘*prisoner’s dilemma*’. You can set up things called ‘*games*’- interactions – in which each participant will gain if the other person works together, but you only gain if the other person works with you. If the person is trying to maximize his or her own gain, you lose.” (Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 82)

(14) Situação semelhante que poderia ser perfeitamente comparada àquela onde, no limite extremo da guerra, o indivíduo deve salvar seus companheiros de batalha. David Hanson sublinha este fato da dependência do outro para a salvação de si próprio, quando extrai dos manuscritos sobre as batalhas de infantaria na Antiga Grécia a preocupação dos soldados das falanges para com seus vizinhos de ombro, sem o que a coluna se rompe e a morte advém. Dominique Comelli comenta a obra (HANSON, Victor David. *Le modèle occidental de la guerre - la bataille d'infanterie dans la Grèce classique*. Paris, France: Les belles lettres, 2001) como segue: “A 200 - 400m, on se met à courir pour ne pas rester exposés longtemps aux flèches, projectiles des quelques lanceurs, corps militaire assez méprisé, et surtout pour arriver avec le plus de vitesse possible sur les gens d'en face: le but du jeu est de désolidariser, faire éclater le front d'en face: une phalange qui se disloque a perdu la bataille. [...] La difficulté est donc de rester scotché à son voisin, quitte à courir moins vite et à être exposé plus longtemps aux projectiles. Mais n'oublions pas que les soldats n'entendent rien, et ne voient pas sur les côtés...” (veja-se <http://www2.h-net.msu.edu/~français/hanson.htm>).

Em seu entender, vivemos numa sociedade que cede direitos (*assigns*) no sentido da obtenção de ganhos individuais. O verbete *assigns*, contudo, pode também ser traduzido por lotear, ratear, aquinhoar ou atribuir (15).

Para enfatizar minha interpretação acerca da justaposição forçada entre *to share*, *to compete* e *to cooperate*, considero mais adequado, em vista disto, traduzir “*we live in a society that assigns benefits to efforts to achieve individual gain*” como “*nós vivemos em uma sociedade que cede direitos e benefícios, loteando-os, para esforços que visam a aquisição de ganhos individuais*”.

Esta tradução parece-me mais plausível, *data venia*, para se captar o que ele quer dizer com o “jogo do dilema do prisioneiro”, porque a sociedade “que cede direitos e benefícios” coletivos para quem se esforça por “obter ganhos individuais” visa-se instaurar uma via de mão dupla: suprimir as conquistas coletivas na sociedade desarticulada e a fortalecer as *regras* na sociedade organizada. Com efeito, o verbete *dilema* denota uma situação conflituosa diante da qual o indivíduo está compelido a decidir: ou cede seus direitos e benefícios de ganhos individuais a favor do coletivo, ou não promove o rateio de suas próprias conquistas individuais e perde ganhos coletivos. Além desta ação de ceder direitos e benefícios, o jogo do “dilema do prisioneiro” impõe que o indivíduo (*you*) somente ganhe se todos trabalharem juntos (“*if the other person works with you*”).

Eis o dilema: a perspectiva do prêmio pelo esforço individual opõe-se à regra da impossibilidade de obtenção de ganhos individuais (“*If the person is trying to maximize his or her own gain, you lose*”), porque todos vigiam todos. O jogo torna-se complexo já que o indivíduo deve ceder parte de seus direitos e benefícios coletivos, no individual, para obter ganhos individuais, no coletivo. Ao mesmo tempo, deve impedir que o outro tente maximizar as vantagens pessoais dele, o que promove a competição, justamente, a de descobrir se o outro obtém ganhos superiores sem, ao mesmo tempo, permitir que se descubra os próprios ganhos. Nesse terreno do trabalho em equipe impera a espionagem, feita em proveito da corporação, através dos atos individuais por ela impostos. Anamorfose.

(15) Na versão em língua Portuguesa, a citação é a seguinte: “Vivemos em uma sociedade que premia os esforços para obter ganhos individuais. [...] (Para “*In game theory, this kind of situation...*”, como se lê acima, no original, está traduzido como segue): “Essa situação é chamada de ‘dilema do prisioneiro’.” (Cf. Chomsky, *A minoria próspera e a multidão inquieta*, Brasília: UnB, p. 125-126)

O *dilema do prisioneiro* torna-se *jogo* de ciladas, onde a vida e a morte, o emprego e o desemprego, o ganho e a perda dependem das circunstâncias cotidianas. Para aceitar as regras impostas, sem a penúria do sentimento de opressão, o dilema exige adotar-se a motivação apregoada por uma sociedade “que cede direitos e benefícios a quem se esforça por obter ganhos individuais”. O *jogo* visa eliminar, desbancar, forçar o ato cessionário do direito (*to assign*) contra aquele que quer vencer, nunca o que aceita perder.

A idéia aqui exposta, opõe fracos e fortes: *os mais fortes*, precisamente, são eliminados porque põem em risco o trabalho em *equipe dos mais fracos*, porém mais astutos. Como o indivíduo somente ganha se o outro trabalha com ele (a seu favor) - “... *but you only gain if the other person works with you. If the person is trying to maximize his or her own gain, you lose*” -, o autor conclui pela existência de um dilema. Num outro exemplo:

“Let me take a simple case – driving to work. It would take me longer to take the subway than to drive to work. If we all took the subway and put the money into that instead of into roads, we’d all get there faster by the subway. But we all have to do it. If other people are going to be driving and I’m taking the subway, then private transportation is going to be better for the people who are doing it. [...] It’s only if we all do something a different way that we’ll all benefit a lot more. The costs to you – an individual – to work to create the possibilities to do things together can be severe. It’s only if lots of people begin to do it, and do it seriously, that you get real benefits.” (Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 83)

O lingüista evidencia o confronto destas situações antagônicas presentes na malha social que impedem o razoável, voltado para o bem comum, pois os custos para um indivíduo que queira trabalhar para criar possibilidades para todos podem ser severos e teriam sentido apenas se todos procedessem da mesma maneira (“*and do it seriously*”).

O sistema de premiação do esforço individual, contudo, sugere o empenho do trabalho em equipe: o jogo da simulação e da dissimulação, onde até mesmo indivíduos / trabalhadores honestos acabam forçados a jogar:

1) as regras estão postas pelas políticas de gestão administrativa e as não-conformidades devem ser relatadas;

2) a meta é a Qualidade, que se atinge por Requisitos e Normas; a linguagem é comum a todos e nenhum ganho pode prevalecer apenas para alguns;

3) todos participam do processo em igualdade de condições, segundo as regras;

4) a Qualidade é a qualidade pela qual o conjunto de procedimentos resulta eficaz ou tem êxito;

5) e, por fim, não se deve esquecer que a comunicação apresenta apenas uma via, de lá para cá, do todo para a parte, da Corporação para o Colaborador, do corolário: *“It’s only if lots of people begin to do it, and do it seriously, that you get real benefits”*.

I.6 - A reciprocidade entre *pares distintos*.

Sobre os pares (trabalhador / corporação), estes mostram que se sobrepõem, perfeitamente ajustados, às Normas Internacionais da Qualidade. Tudo indica que a relação interna na corporação (gestão participativa / motivação) não existiria sem o plano das Normas Internacionais e vice-versa. Se daí resulta a noção do que se tem chamado por “*reverse dependency*”, vale dizer, o paradoxo de que a coação e a intensificação pudesse ser concebido para gerar polifuncionalidade e cooperativismo entre empregados, na empresa, é outra questão a ser verificada e está no âmbito da *eficácia administrativa*.

Antes de apresentar o próximo paradigma, contudo, vale rever o fluxo que pretende ser redutor de conflitos, que se dá como segue:

- a) da necessidade de redução de conflito para
- b) a instauração de um princípio de racionalidade universal;
- c) deste princípio, para a motivação dos indivíduos trabalhadores;
- d) da motivação para o expurgo dos “vagabundos e preguiçosos”;
- e) da eliminação da lascívia para o comprometimento implícito nas funções multi-tarefas e multi-qualificadas;
- f) da polifuncionalidade à intensificação do trabalho;
- g) desta intensidade de esforço à reciprocidade entre firma e empregado;
- h) da *reverse dependency* à eficácia administrativa (16).

(16) “A avaliação do desempenho individual cederia lugar ao acompanhamento do desempenho de equipes. Eficiência e confiabilidade tornam-se atributos de coletivos (Schmitz, 1988). Em contrapartida, no intuito de criar uma comunidade de interesses, crescem as vantagens (salariais diretas ou benefícios indiretos) para o segmento de trabalhadores estabilizados. [...] torna-se necessário reconstruir a cultura organizacional sobre o sentimento de obrigação recíproca entre firma e empregados (Fleury, 1993), o que supõe o desenvolvimento de relações cooperativas entre trabalhadores e gerências (Humphrey, 1992).” (Cf. Castro, Nadya Araújo. *Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro*. In: *A máquina e o equilibrista*. p. 23-24. (Citação de Schmitz, Hubert. *Automação microeletrônica e trabalho: a experiência internacional*. In: Schmitz, Hubert e Carvalho, Ruy Q. *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: HUCITEC, 1988. Pp. 131-74).

I.7 - A Flexibilização diante da igualdade no trabalho e da homogeneização.

O exame atento deste fluxo seqüencial, acima, faz transparecer que o modelo redutor de conflitos depende de um novo paradigma, o da flexibilização. Ser flexível é ter capacidade para adotar as multi-tarefas – para o trabalhador homogeneizado, empreendedor e conhecedor das diversas etapas produtivas -. Enquanto, para a empresa, representa a eficácia operativa e administrativa de promover os meios para que as multi-tarefas sejam possíveis. William Ouchi, a este respeito, declara:

“Assim, as regras burocráticas são não apenas explícitas e inflexíveis como também restritivas e impessoais. Esta burocratização radical apoia-se no pressuposto de que não se pode confiar em que os burocratas compartilhem das metas igualitárias da sociedade nem que adotem uma forma de organização igualitária. Por isso, são dirigidos para não usarem seu arbítrio e julgamento. Se damos um valor inestimável à *igualdade* (grifo nosso) em nossas instituições públicas, então pagaremos qualquer preço para mantê-las democráticas. [...] Naturalmente, o preço que pagamos é ineficiência, inflexibilidade, indolência e impessoalidade. Com muita freqüência um *bureau* federal deixará de fazer aquilo que é mais sensato, porque o bom senso não se ajusta às regras. [...] As organizações sociais são incompatíveis com formalidade, distância e *contratualismo* (grifo nosso). Prosseguem tranqüilamente apenas com *intimidade, sutileza e confiança* (grifo nosso). Mas estas condições só se podem desenvolver depois de um longo período de *homogeneização* (grifo nosso), durante o qual as pessoas de uma nação se acostumam umas com as outras e passam a adotar um corpo comum de valores e crenças. (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 96-97)

Nesta interpretação, tem-se sublinhado o valor da *eficiência* da norma jurídica pelo “valor” da sutileza e da intimidade, propositadamente: das regras burocráticas da Teoria Ortodoxa - no modelo weberiano -, passa-se para as regras não-burocráticas dos Procedimentos e das Normas. A *eficiência* não se encontra mais nos números à maneira taylorista, mas nos procedimentos e Normas da Qualidade, compartilhados por todos como se fossem um só. A individualidade - “estado de guerra” - por fim cede o terreno para o bem comum, submissa à regra da boa-vontade. Com efeito Ouchi retoma a idéia do estado de natureza hobbesiano produtor de guerras como base de sustentação de um paradigma “contratualista” e, daí decorrente, a necessidade de sua ruptura numa sociedade baseada em conceitos tais como “intimidade, sutileza e confiança”. Isto implica na quebra do paradigma

e na instauração de uma nova moeda, cujas faces, na empresa moderna, são a transferência de responsabilidades e a *flexibilidade* (17). Para Salerno, embora as opções tradicionais de produção sejam ainda utilizadas, elas perdem em importância ante às mudanças de cunho técnico e organizacional (18).

Tanto a transferência de responsabilidades quanto a flexibilização se dão através das divisões funcionais que agrupam diversas áreas numa só (19). A promoção das mudanças na estrutura geral da empresa enfatiza, seja pela terceirização ou pelo estabelecimento de “unidades de negócios”, a redução de níveis hierárquicos e o redimensionamento das áreas de competência, reagrupando diretorias e operações. Ao integrar as áreas das empresas, em particular as de projeto, produto, vendas e produção, novos critérios de relacionamento entre pares passam a ser necessários: critérios de igualdade e comprometimento tornam-se fundamentais para sustentar o ideal de gestão. Esta *igualdade no trabalho*, dadas as políticas de flexibilização, assemelham-se ao modelo redutor de uma linguagem de comunicação voltada para fins instrumentais que expressam ganhos pessoais, ascensão de postos na carreira profissional ou mesmo incremento de poder.

(17) Cf. Salerno, Mário Sérgio. *Flexibilidade e organização produtiva - elementos para transformar o termo flexibilidade numa categoria analítica; elementos para análise da produção na indústria*. In: *A máquina e o equilibrista* (p. 73). O autor lembra que dadas a série de instrumentos e as técnicas organizacionais, visou-se, sobremaneira, aos seguintes objetivos: “Buscar estabilizar o volume de produção pela diversificação da clientela, esforço de *marketing*, promoções, descontos, extensão temporária da área de distribuição física para fazer frente a flutuações do mercado. [...] fazer reserva de capacidade para impedir a entrada de novos competidores, estratégica clássica de oligopólios. [...] constituir estoques de produtos acabados ou em processo (em princípio, nada mais flexível em termos de prazo de entrega - mas qual o custo?). [...] acentuar a variabilidade de algumas entradas, particularmente o volume de trabalho, de matéria-prima e de componentes, dados através de flexibilidade social e de relações particulares cliente-fornecedor (geralmente de subordinação), onde o último absorve a variabilidade. [...] definir um aumento marginal da capacidade.”

(18) *idem*, p. 74. Salerno lembra que isto está se dando pelas seguintes razões: “Mudanças na relação entre empresas, através de acordos cooperativos, compartilhamento de projeto e capacidades produtivas (como no caso da Autolatina), desenvolvimento conjunto de produto e processo entre cliente e fornecedor produtivos, aumento da subcontratação via terceirização etc...”

(19) *idem*, p. 74: “Mudanças na organização geral da empresa, via focalização, terceirização e definição de ‘unidades de negócios’, redução de níveis hierárquicos, redisão das áreas de competência (‘diretorias’, ‘departamentos’ etc.) com a quebra das divisões funcionais - por exemplo, agrupando diretorias de produção, qualidade, manutenção, suprimentos numa área só, de ‘operações’. Integração de áreas, particularmente projeto do produto, vendas e produção: projeto conjunto de produto e processo, engenharia simultânea, *design for manufacturing*, *design for assembly* colocam novos critérios de projeto e de relacionamento com a produção...”

Esta *flexibilização de tarefas* é tratada por Chomsky como “falácia patética”, empregada em outro contexto na obra que cito a seguir, mas que explica o comportamento voltado para o controle do poder. Tal *falácia* instala-se em todo o corpo social e perpassando as Corporações, que resulta em efeitos no próprio trabalhador:

“What is ‘dangerous’ about the effort to ‘reduce’ the use of language to communication? Two things, I believe. On the one hand, it reinforces the tendency to pursue analogies, which are quite fruitless as far as we know, to ‘communication systems’ of other animals. In my view, this may be regarded as an instant of what literary critics sometimes call ‘*the pathetic fallacy*’, the attempt to invest some part of nature with human qualities. A more serious danger is that this view, as usually developed, tends to reinforce the belief that what humans do, they do for ‘instrumental ends’: to gain something for themselves, advance their position, increase their power, and so on – and, furthermore, that there is some a priori necessity for this to be so. This is not only a vulgar and demeaning view, but it is also – thankfully – quite false, I believe.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Politics*, p. 210-211)

Em suas palavras, *estranhos terceiros* pretendem-se semelhantes, no “perigoso” esforço de homogeneizar a linguagem para fins comunicativos (20).

(20) Cf. Chomsky, N., *Language and Politics*, p. 375: “One reflection of this power lies in their control over media, which are, after all, major corporations and thus *share the interests* (grifo nosso) and concerns of other elements of *the corporate system* (grifo de Chomsky). If the media were to veer from these interests, pressures (rarely needed) could quickly be applied to control any such deviation, for example, advertising pressures, pressures on stock values, take-over, etc. Furthermore, the top managerial positions in these institutions are held by people whose class interest, associations and aspirations tend in the same direction, overwhelmingly. At a lower level, reporters and columnists will quickly learn that their future is dim unless they conform: those who refuse to do so are generally weeded out; others learn, acquiesce and end up internalizing the values and attitudes that they express. [...] Very much the same is true of the universities and schools, which are in large measure parasitic institutions, determined in character by outside forces, ultimately by the owner and managers of the domestic forces. Again, *shared class interest* (grifo nosso), association and aspiration also play a significant role. Dissidents are removed by a variety of techniques, from the earliest stages of the educational system. Those who are willing to conform ultimately internalize the values that support the institutional structures. The process is often transparent, in concrete cases. Young graduate students who choose to study, say, the topics I have just been discussing, will be made to understand, very quickly, that there is no future in this course. If they persist, they will either be removed in some fashion (irresponsible, lacking in collegiality, etc.), or will find that opportunities for education and employment are limited or nonexistent. Those who choose to concentrate on more acceptable topics, on the other hand, have relatively bright prospects: they can aspire to privilege and even a degree of power, prestige, and so on.”

A flexibilização, nas corporações, tem esta característica reducionista. Nosso autor identifica nesta “falácia patética”, duas conseqüências importantes:

a) analogias infrutíferas, que podem até mesmo ser válidas quando empregadas em “sistemas de comunicação para com outros animais” (“... *the tendency to pursue analogies, which are quite fruitless as far as we know, to ‘communication systems’ of other animals*”) -, que para ele representa uma tentativa de ressaltar certas qualidades da natureza humana que pudessem acentuar as regras da flexibilização (21);

b) o perigo maior presente na suposição de que, reforçando-se tais tendências, a criação de sistemas de comunicação visa flexibilizar tarefas por meio da produção de “analogias infrutíferas”, o que desenvolve um comportamento voltado para fins instrumentais (“*instrumental ends*”), ganhos pessoais, conquistas de posições, aumento de poder e sucessivamente.

(21) cf. Judith Schlanger (*Les métaphores de l'organisme*, Paris: Vrin, 1971) analisa a quase impossibilidade de se transmitir conhecimento pela via da metáfora.

I.8 - Amigos e Inimigos na empresa flexibilizada.

Quando Ouchi afirma - (op. cit.): “*As organizações sociais são incompatíveis com formalidade, distância e contratualismo. Prosseguem tranqüilamente apenas com intimidade, sutileza e confiança. Mas estas condições só se podem desenvolver depois de um longo período de homogeneização*” -, logo verificamos a falácia patética enunciada. Amigos e inimigos ao redor de uma esfera que impõe intimidade, sutileza e confiança, reacende o debate acerca do “perigo” (em seus dizeres, conforme ressaltai) do esquema de “favores aos amigos e prejuízo aos inimigos”, que se faz presente quando da necessidade de aplicação de um procedimento para *redução de conflitos pela adoção de um princípio universal*.

Ouchi declara sua aversão à Burocracia e sua simpatia para com a intimidade, a sutileza e a confiança. Conforme o próprio autor mesmo enuncia, em outras palavras:

“Pesquisas recentes, feitas por pessoas como os Professores James Medoff da Harvard e *Kathryn Abraham do M.I.T.* (grifo nosso, sede de onde emana o pensamento ativista de Noam Chomsky - comentário nosso), indicam que, em geral, as empresas sindicalizadas nos Estados Unidos tiveram produtividade mais elevada do que as não sindicalizadas. Todos são contra baixa produtividade e más relações com os empregados, mas não há necessidade de que todos sejam contra sindicatos. [...] Mas em muitas empresas o sindicato foi forçado a uma posição de adversário por uma administração injusta e irresponsável. Não confiando em uma empresa, o *sindicato recorre aos extremos da burocracia* (grifo nosso). O sindicato insiste em regras de trabalho minuciosas para especificar que categorias de trabalhadores operam as máquinas, quais as que as consertam, e assim por diante. Esta extensa formulação de regras protege os empregados de exigências injustas por parte dos administradores. *A consequência não intencional desta prática é uma perda de flexibilidade* (grifo nosso).” (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 120)

A proposta subjacente à flexibilização e redução dos níveis hierárquicos nas corporações é a que declara o fim de uma burocracia, a favor de um estado de direito internacional regulado exclusivamente pelos interesses do comércio, que se baseiam no “conceito de Lei”, mas adotam “certas qualidades” que distinguem a norma jurídica do “mandato da vontade”. Portanto, recorrem-se aos “extremos da burocracia”: o método

indicado é o da homogeneização do comportamento do trabalhador. Todavia, este agir circunstancial do indivíduo precisa estar vinculado, necessariamente, à reestruturação do processo produtivo, seja quanto ao *layout* do ambiente de trabalho, ou quanto às formas de gestão da produção.

As mudanças nas Corporações, por fim, darão a tônica acerca de sua *flexibilidade*: a *flexibilização é uma forma de homogeneização*.

Por outro lado, a flexibilização não se dá, apenas e tão somente, dentro do ambiente da empresa porque para sustentar o paradigma, em si, torna-se necessário expandi-lo para além de seus muros, na estratégia da necessidade de terceirizar serviços realizados (22).

(22) a) Considero algumas observações de Carl Schmitt relativas ao Estado de Direito. Em seus dizeres, o “conceito de Lei” adota “certas qualidades” que distinguem a norma jurídica do “mandato da vontade”. Sabemos todos sobre o imenso conservadorismo de Schmitt, a força retórica que ele concedeu à prática nazista. Apesar desta marca de Schmitt, mesmo ele pode indicar falácias do pensamento liberal, que hoje se apresenta sob o signo do neo-liberalismo, quando um teórico como Hayek, discípulo de Schmitt, critica “qualquer direito imanente ao sujeito humano, só reconhecendo o absoluto direito do mercado” (cf. Schmitt, C. *Teoría de la Constitución*, p. 149). “También la actual República soviética y la dictadura del proletariado sería un Estado de Derecho, pues también hay allí un Legislador y, por consiguiente, Leyes. Para que el ‘imperio de la Ley’ conserve su conexión con el concepto de Estado de Derecho es necesario introducir en el concepto de Ley ciertas *cualidades* que hagan posible la distinción entre una *norma jurídica* y un simple *mandato* a voluntad, o una *medida*.” - todos os grifos são de Schmitt).

b) Para uma crítica marxista ao pensamento de Carl Schmitt, conferir Lukács, *Assalto a la razón*.

c) Para uma análise crítica do pensamento neo-liberal, conferir Reginaldo C. Corrêa de Moraes, em especial seus trabalhos: *Liberalismo e Neoliberalismo: uma introdução comparativa* (Unicamp / IFCH, Primeira Versão, n. 73), *Economia, Política e Ideologias* (Unicamp / IFCH, Primeira Versão, n. 83) e suas indicações ali presentes.

I.9 - A Terceirização.

Nestes termos, não existe uma efetiva terceirização, mas sim uma união entre parceiros, o que é diferente. A terceirização se caracterizaria, efetivamente, se fosse dado ao contratado a produção plena e, com ela, todos os problemas que advêm da contratação de mão-de-obra, aquisição de materiais, etc. O que equívale a dizer que nem sempre *fazer fora* é, definitivamente, terceirizar: antes, conglomerar.

Observe-se que, *fechando-se sobre si mesma* a empresa reduz funções e junta sobre a mesma gerência diversas áreas. Este movimento similar à diástole exige uma sístole, sob pena de se parar a circulação e o corpo morrer, pois enquanto expandem-se as parcerias externas, reduzem-se as atividades internas através, paradoxalmente, do aumento de tarefas e do acréscimo de responsabilidades.

Nisto reside tal aparente paradoxo, posto que a noção de *fechar-se sobre si mesma* deveria pertencer à Característica Ortodoxa – da empresa burocratizada –, e não estar presente neste intrincado esquema de colaboração, o que permite concluir que trata-se de uma nova roupagem para o mesmo propósito: garantir o controle interno e externo da gestão empresarial (23).

Aqui está o que se poderia chamar, em toda a sua amplitude, de *japanização do processo*. Efetivamente, uma terceirização implica não só na mudança de *layout* de fábrica para a prática do *kaizen* (24), mas também na extensão deste conceito para além de suas portas, junto aos parceiros colaboradores terceirizados.

(23) Cf. Salerno, Mário Sérgio. *Flexibilidade e organização produtiva - elementos para transformar o termo flexibilidade numa categoria analítica; elementos para análise da produção na indústria*. In: *A máquina e o equilibrista*. p. 74-75: “Mudanças na organização da produção, com vistas a reduzir o tempo de atravessamento da produção, reduzir estoques, aumentar o giro de capital e a taxa de ocupação do equipamento. Criação de ‘minifábricas’ ou ‘células’, setores com responsabilidade de produzir, em termos ideais, do começo ao fim, uma dada gama ou família de produtos ou peças; isso substitui a organização funcional, onde o equipamento é agrupado por tipo (‘torneira’, ‘retífica’ etc).”

(24) *Kaizen* se entende como incremento contínuo de melhorias na vida pessoal, social e profissional. Aplicada ao ambiente empresarial, a palavra, de origem japonesa, sustenta a idéia de envolver todos os trabalhadores no foco dos problemas de sistemas. Ao concentrar todos, juntos, – gerentes e operários – na estratégia básica de incitar as habilidades de todos, visa criar expectativas de alta qualidade, baixo custo e fornecimento do produto no tempo adequado e na quantidade rigorosamente prevista. A prática do *kaizen* deve conduzir as corporações ao nível da competição global.

I.9.1 - O conceito de supermercado como exemplo de terceirização de sucesso.

Um exemplo eficaz para mostrar a amplitude do processo de terceirização é o relativo à redução dos estoques, que imita um supermercado numa linha de manufatura. A introdução do *conceito de supermercado* tem sua origem na necessidade de fazer girar o capital diante da redução dos estoques, especialmente os estoques de processo.

O capital empatado no estoque poderia reduzir o giro e desfavorecer aplicações em outras oportunidades de negócios. Atenta a isto, legítima manobra administrativo-financeira, empresarial, todavia está longe de ser motivada por razões de Qualidade ou *gestão participativa* voltada para os modernos conceitos da “confiança e sutileza”, conforme Ouchi. A necessidade de recursos financeiros sobrepõe-se, via de regra, às demais, especialmente nos países em desenvolvimento onde o juro elevado e a tomada de capital sufocam as empresas. Uma boa administração que busque reduzir os estoques pode representar alívio considerável nos caixas das corporações.

A consequência da redução dos estoques, por sua vez, aponta para a implementação *Just-in-Time*. O material fornecido pelo parceiro – *terceirizado* – circula no momento certo, na quantidade certa e, principalmente, com Qualidade garantida. Assim, também sucessivamente de ponta a ponta, do fornecedor ao cliente, passa por toda a cadeia produtiva, numa interação de todos por todos.

Daí conclui-se que o aumento do giro do capital, em função da taxa de ocupação do equipamento, não resulta em pura mágica. Deve-se entender que não é o *Just-in-Time* que permite o giro do capital, mas o oposto, caso contrário, seria lícito supor que o equipamento fosse alugado e, neste caso, não haveria sentido falar-se em giro de capital por taxa de ocupação, se o equipamento pertencesse à própria empresa – o que faz resultar em mais uma forma de terceirização: alugueis de equipamentos, veículos de transporte, restaurantes, etc.

L9.2 - Evitando-se o racionalismo cartesiano nas análises sistêmicas, a favor de uma “filosofia”.

Está-se diante do desafio da construção de um instrumento analítico não-prescritivo, que foge ao esquema *taylorista*, “*evitando o cartesianismo existente em muitas análises ‘sistêmicas’.*” (Salerno, p. 79).

Pode-se dizer que as *políticas de flexibilização* são *filosofias de homogeneização*, que não se dedicam única e exclusivamente a racionalizar o processo por si só, porque esta seria uma análise sistêmica inadequada, enquanto carente da devida amplitude. Os “esquemas para uma filosofia” homogeneizadora dos trabalhadores e do processo, voltados para flexibilizar a empresa, devem ter – agora sim – caráter universal, de longo alcance. Eles, além de tudo, devem ser úteis do ponto de vista econômico, como no *caso do supermercado* e do alívio financeiro proveniente da redução de estoques -, tornando-se princípios irredutíveis. Ouchi diz:

“Uma filosofia é especialmente importante para uma empresa *Z. Dependentes* como estas empresas são *de raciocínio de longo alcance* (grifos nossos), suas decisões precisam ser cuidadosamente ponderadas. Visto que a tomada de decisão geralmente tem por base cooperação e participação, todos os empregados precisam estar conscientes das metas adotadas. Em outras palavras: uma grande organização se parece um pouco com cada um de nós. [...] As organizações, constituídas por indivíduos únicos, precisam, em suas culturas, dar margem a uma faixa considerável de diferenças individuais. Não obstante, algumas têm realmente uma percepção consciente dos valores e crenças subjacentes que representam. Com essa percepção explícita, a filosofia de uma organização pode ser seu instrumento mais útil para unir as atividades dos empregados por meio de um entendimento comum de metas e valores. Uma *filosofia proporciona* (grifo nosso) um padrão de respostas a problemas, explica por que certos comportamentos serão recompensados e responde pela imagem da empresa, o que pode até mesmo afetar a auto-imagem individual.” (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 136-137)

Desta sorte, a dependência de raciocínio de longo prazo obriga os administradores a tomarem decisões ponderadas, *a favor dos lucros adequados e possíveis*. Decisões ponderadas são, necessariamente, prudentes, de tal modo que resulte num agir com certo

risco e cautela, implica, obviamente, no comprometimento de todos, desprovidos da certeza do raciocínio cartesiano. Sem o pleno conhecimento dos números da eficiência que podem provocar uma “linguagem inadequada” - (conforme Chiavenato e Salerno), por conseguinte, exige-se intimidade, amizade, astúcia e sutileza, como argumenta Ouchi (25). Para Salerno, isto se dá – *e torna-se possível* - porque tal ambiente produtivo é formado por trabalhadores ou “pessoas que mal se conhecem ou pouco se importam uma com a outra”.

Decorre que a flexibilização é uma filosofia de homogeneização: o que é, à primeira vista, contraditório em si mesmo.

Com efeito, as noções de *multi-tasking* e *multi-skilling*, como observou Nadya Castro (op. cit., p. 21 e ss.), referem-se à transferência de tarefas e responsabilidades, que visam flexibilizar a linha de produção. Nas palavras de Ouchi, não há mais equilíbrio entre objetividade e intimidade social:

“Para o cidadão ocidental é repelente subordinar os gostos individuais à harmonia grupal e saber que as necessidades individuais jamais podem ter precedência sobre os interesses de todos. Mas um tema freqüente dos filósofos e sociólogos ocidentais é que a liberdade individual existe somente quando as pessoas subordinam de boa vontade seus interesses próprios ao interesse social. Uma sociedade composta inteiramente de indivíduos autocentrados é uma sociedade em que as pessoas estão em guerra umas com as outras, uma sociedade que não tem liberdade (grifo nosso). Esta questão, sempre no núcleo do entendimento da sociedade, surge em cada século e em cada sociedade, quer o escritor (grifo nosso) seja Platão, Hobbes ou B. F. Skinner. Permanece a questão de entender quais as instituições contemporâneas que estão no núcleo do conflito entre automatismo e totalitarismo (grifo nosso). [...] Talvez atualmente a organização de trabalho se coloque como a instituição central”. (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 67)

(25) William Ouchi comenta a este respeito: “Desde a época de Weber, as organizações ocidentais, e particularmente as dos Estados Unidos, têm mantido a forma burocrática como sua característica distintiva. Porém, o contexto social mudou. Em lugar de uma sociedade de pessoas estreitamente unidas que se conhecem tão bem que mal se podem enxergar objetivamente, temos agora nossas organizações burocráticas em um ambiente em que as pessoas mal se conhecem ou pouco se importam uma com a outra (grifo nosso). Em lugar de estabelecer um equilíbrio entre intimidade social e objetividade, agora temos uma sociedade objetiva mas automatizada, como também o são as organizações de trabalho. O equilíbrio de forças foi substituído por uma tendência bastante assimétrica em direção à formalidade, automatismo e individualismo. As organizações só podem ser economicamente eficazes e satisfatórias mantendo um equilíbrio sutil entre, de um lado, intimidade, e do outro objetividade e explicitação.” (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 65)

Ao citar a passagem do Estado de Natureza para o de Direito - conforme está no *Leviatã* -, e do outro *escritor* - na *República* platônica -, Ouchi os compara - seus *escritos* - ao método comportamental do *estímulo/resposta* de Skinner. Se o indivíduo é condicionado à própria liberdade, se “autocentrando”, ele será prejudicial ao corpo social, porque promoverá o estado de guerra (conforme se depreende da leitura de Ouchi sobre Hobbes). Somente é livre quem abdica de sua liberdade pessoal em prol do comunitário. Ao aceitar as amarras do conflito entre “automatismo e totalitarismo”, o indivíduo segue sem “entender a questão”, principalmente quando se trata do ambiente de trabalho. Daí Ouchi inverte o valor de liberdade no trabalho, ao justificar a quebra do paradigma da Administração Ortodoxa, (weberiana / taylorista), onde a *eficiência* representa o “estado de guerra”.

L10 - A “libertação” do paradigma totalizante gerador de conflitos entre indivíduos.

A Gestão Participativa, nesses termos *ouchianos* do modelo da empresa Z representa a *libertação* para que o indivíduo não precise vivenciar o *paradigma totalizante*:

“Geralmente, as empresas do Tipo Z estão cheias de parafernália dos modernos sistemas de informação e contabilidade, planejamento formal, administração por objetivos e todos os outros mecanismos formais e explícitos de controle que caracterizam o Tipo A. [...] Grande parte da administração ocidental parece caracterizar-se por um *ethos* (grifo de Ouchi), cuja decorrência é mais ou menos o seguinte: racional é melhor do que não-racional, objetivo é mais racional do que subjetivo, quantitativo é mais objetivo do que não-quantitativo, e assim a análise quantitativa tem preferência sobre os julgamentos baseados em *sabedoria, experiência e sutileza* (grifo nosso). [...] Uma organização que isole subespecializações dificilmente conseguirá formas tão apuradas de entendimento. Talvez a causa subjacente seja a falta de capacidade para que os departamentos díspares dentro de uma única organização se comuniquem efetivamente uns com os outros. Comunicam-se na *linguagem esparsa, inadequada dos números, porque números são uma linguagem que todos podem compreender de uma forma razoavelmente igual*. (grifo nosso)” (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 74-75)

O ponto de vista do valor está invertido, como se vê.

Para Ouchi, com *sabedoria, experiência e sutileza*, os números - no caso, a *eficiência comparativa* do Real *versus* Padrão - podem ser entendidos por todos “de uma forma razoavelmente igual”, e isto representa, segundo o autor, “uma linguagem inadequada”.

Portanto, o *ethos* deve ser mudado ou não haverá libertação do conflito. Suprimida das funções onde haja subespecialização, posto que daí advém a “falta de capacidade para que os departamentos díspares... se comuniquem”, a única função que pode ser exercida sem ela, por todos os departamentos que não se querem díspares na empresa, é a relativa à Qualidade.

De paixão a função, a Qualidade ganha o *status* de sujeito.

L11 - O Controle de e da Qualidade e o fim da *eficiência da produção*.

Mas se existe a subespecialização chamada Controle de Qualidade, deverá esta ser redistribuída por todos os setores da companhia, sob pena da contradição. A substituição de uma letra no pronome - de Qualidade para da Qualidade – evidencia a troca real da função do Controle de Qualidade, que rompe com o antigo paradigma da *eficiência, dos números inadequados acessíveis a todos*. Ao se desferir o golpe na Administração Ortodoxa, elimina-se a *eficiência* (nos moldes tayloristas) e a forma arquitetônica da fábrica deve mudar, ser adaptada à *nova realidade*, sem a liberdade auto-centrada, “individualista e totalizante”. A obra de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*, está superada: segue-se agora, das tarefas repetitivas e extenuantes ao comprometimento e à motivação de todos por todos. A plena flexibilidade se dá quando toda a empresa está homogeneizada e, mais ainda, quando a noção de eficiência da produção está banida.

É interessante notar que Robbins antecipa o roteiro que procuro aqui adotar neste trabalho, fixando-me na parte relativa à eficiência administrativa e abandonando o debate da eficácia. Robbins diz o seguinte:

“Os administradores são avaliados no sentido de serem eficazes e eficientes no desempenho de suas missões. Estes critérios para determinar o bom ou o mal desempenho têm sido historicamente aceitos por estudantes e praticantes de administração sem muita crítica. Quando a crítica começava a surgir, tendia a apresentar-se com roupagens socialistas, sendo tradicionalmente desconsiderada com comentários do tipo ‘é inconsistente com o modo de vida americano’, ou ‘inapropriada num ambiente competitivo onde os fortes sobrevivem’. [...] Parece haver crescente preocupação a respeito de a eficiência e os critérios de desempenho organizacional serem ainda medidas fundamentais. Além disso, a preocupação já não está sendo mais expressa por pequenas facções de minoria ou por aqueles fora da ‘corrente principal’ da vida norte-americana.” (Cf. Robbins, *O processo administrativo*, p. 499)

No bojo da análise de Robbins está a *padronização* e, dela decorrente, a *eficiência*. Quando Robbins invoca a participação de outras áreas do saber científico para interpretar a *eficácia* -, mostra a insistência da Administração neste tipo de abordagem -, denota a impossibilidade de se tratar o assunto numa só disciplina.

I.12 - As noções de *Eficiência e Eficácia*, conceitos fundamentais a partir do *taylorismo*.

Opto a partir daqui por examinar exclusivamente a *eficiência* na esfera da Administração, isto porque dela se mede o pleno esforço de trabalho mecanizado. A partir disto, se pode mirar a noção de valores e do valor do homem no trabalho, do ponto de vista da Filosofia e da Ética. Ao buscar explicar as razões pelas quais, para cumprir o preceito em sua totalidade, *convém* suprimir o modelo sistêmico de coleta e análise da eficiência – o que ela efetivamente representa –, devo examinar algumas considerações de Idalberto Chiavenato (1999). Este diz o seguinte:

“A Teoria da Contingência veio trazer novas colocações a respeito dos conceitos de *eficácia* e *eficiência*. Para seus autores, toda organização deve ser considerada sob o duplo ponto de vista de *eficácia* e de *eficiência*, simultaneamente. *Eficácia* é uma medida normativa do alcance dos resultados, enquanto a *eficiência* é uma medida normativa da utilização dos recursos disponíveis nesse processo [...] enquanto a *eficiência* é uma relação técnica entre entradas (insumos) e saídas (resultados). Nestes termos, a *eficiência* é uma relação entre custos e benefícios. [...] Praticamente, todas as teorias administrativas dentro das abordagens prescritivas e normativas e seguindo o modelo de sistema fechado se preocuparam quase exclusivamente com a *eficiência*. [...] Com a Administração Científica, Taylor e seus seguidores preocupavam-se com a organização racional do trabalho e com os métodos de trabalho para estabelecer padrões de desempenho para a realização de tarefas ao nível dos operários. Uma vez estabelecidos os padrões de desempenho, a *eficiência* dos operários passou a ser a relação entre o desempenho real e o padrão de desempenho estabelecido previamente e arbitrado como *eficiência* em nível 100 %.” (Cf. Chiavenato, *Teoria Geral da Administração*, p. 713)

As precisas definições oferecidas por Chiavenato merecem alguns destaques especiais, como os seguintes:

a) a *eficácia* é uma medida de alcance de resultados. A *eficiência* é outra medida que evidencia a relação entre custos e benefícios. Seguindo-se à risca estas posições, pode-se concluir que a *eficácia* se preocupa em atender às necessidades e propósitos da empresa, ao passo que a *eficiência* se volta para o processo feito de forma correta e da melhor maneira possível. Como a *eficiência* liga-se aos custos e aos benefícios, ser eficaz (atender

às necessidades da empresa) nem sempre - ou necessariamente - significa dar lucro. Isto é importante ressaltar, a partir de Chiavenato, porque desde já se explicita que o lucro das corporações está vinculado à *eficiência* e que esta depende, decisivamente, dos materiais, das máquinas e da mão-de-obra qualificada no processo produtivo.

b) como também diz Chiavenato, se praticamente todas as empresas que operavam no *modelo fechado* se preocupavam “quase exclusivamente” com a *eficiência*, também se pode concluir que é para a mão-de-obra, máquinas e materiais que a atenção do empresário se volta, agora, sob pena de perder o lucro, dado vínculo custo / benefícios.

c) o estabelecimento da eficiência, isto é, dos padrões de desempenho (real versus padrão), extrai-se da linha de produção, na rotina das operações, e não no modelo de eficácia voltado para as necessidades da empresa.

O modelo *taylorista-fordista* (26), que explica a relação entre Real versus Padrão, conforme lembra Chiavenato, se dá a partir do cálculo da *Eficiência da Produção*:

$$\Rightarrow EF = TRE / TP, \text{ onde } EF \text{ (Eficiência) é igual ao TRE (tempo real) dividido por } TP \text{ (tempo padrão)}.$$

Cada setor das diversas áreas produtivas da empresa é aferido pelas medidas de Tempos & Métodos, padronizados num banco de dados de Tempos Padrões. A *Eficiência* de cada setor, extraída na fórmula acima que relaciona o *Tempo Real da Produção* e o *Tempo Padrão Esperado Para Produção*, faz brotar o especial conceito de *Eficácia*, diferente dos autores antes citados por mim. A *Eficácia* à que me refiro é a *capacidade de manter a Eficiência sob o controle mínimo e máximo percentual* (27). Ser *Eficaz* entre trabalhadores diretamente vinculados à produção é manter a *Eficiência* sob controle.

(26) O Taylorismo baseia-se: a) Mecanização da produção: repassa o saber do trabalhador para a máquina, sempre que possível; b) O estudo dos tempos e movimentos: a busca constante da execução de uma tarefa, com o menor gasto de tempo e energia possível; c) Seleção e treinamento de pessoal, visando definir um perfil adequado à tarefa a ser executada, com apoio psicológico e social; d) Separação entre concepção e execução do trabalho: gerência “pensa” o trabalho e decide o processo de produção em operações limitadas. O trabalhador executa aquilo prescrito e determinado pelos métodos de produção; e) Plano de incentivo salarial, pagando pela produtividade, por peça produzida ou hora trabalhada.

(27) Cf. Barros, Ralph M. *Estudo de Movimentos e de tempos - projeto de medida do trabalho*, p. 27 e ss.

As políticas de Controle *de* Qualidade (visto no modelo antigo de Qualidade, próximo à noção de Inspeção, apenas, como aqui já foi comentado), Manutenção, Manuseio e outras, desta forma, vinculam-se rigidamente ao Tempo Padrão.

Ainda que a eficiência estabeleça nexos matemáticos entre Real e Padrão, ela é inútil porque, apesar das teorias – quaisquer que sejam – tudo é relativo e depende de um certo humor extraído do comportamento contingencial do mercado de capitais, conforme se depreende da seguinte observação da *Teoria Administrativa da Contingência*:

“A Teoria da Contingência assevera que não há nada de absoluto nas organizações ou na teoria administrativa. Tudo é relativo. Tudo depende (grifo nosso). A abordagem contingencial explica que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização. [...] Em vez de uma relação de causa e efeito entre as variáveis independentes do ambiente e as variáveis administrativas dependentes, existe uma relação funcional entre elas. Essa relação funcional é do tipo ‘se-então’: se o ambiente é assim ou assado (grifo nosso), então a técnica administrativa mais eficaz para atuar nele será assim ou assado”. (Cf. Chiavenato, *Teoria Geral da Administração*, p. 558)

Para além dessa *relatividade* da Administração, está a capacidade do Administrador, que poderia ser tratada por *feeling*, conforme Chiavenato suspeita:

“Negandhi (citando Anant R. Negandhi, *A Model for Analysing Organizations*, nota nossa) salienta que a sobrevivência e o crescimento da organização como negócio depende de sua força financeira ou econômica e que alguns dados como lucro, custo por unidade, volume de vendas etc. constituem bons indicadores da força financeira da firma. Todavia, estes outputs são resultados daquilo que a organização inteira faz (incluindo a sua tecnologia, recursos etc.) e não simplesmente resultados da ação administrativa. Hipoteticamente, os administradores podem sobrecarregar uma organização, drenar seus potenciais de longo prazo e impedi-la de alcançar altos lucros e vendas elevadas em curto prazo. Assim, é errado utilizar simplesmente estes indicadores econômicos para medir a eficácia administrativa, em especial em países subdesenvolvidos, nos quais prevalecem as condições de mercado vendedor. Nestas circunstâncias, tornam-se necessários outros critérios para avaliar a eficácia administrativa.” (Cf. Chiavenato, *Teoria Geral da Administração*, p. 720).

Dadas as medidas de eficácia sugeridas, conforme interpreta Chiavenato a partir de Negandhi, algumas apontam para indicadores gerenciais de ordem complexa, com possibilidades de sucesso ou fracasso consideráveis.

Num quadro, diante do qual exige-se uma *decisão empresarial*, a eficiência - assim como as demais medidas voltadas para a capacidade de atrair força de trabalho competente -, tende a estabelecer um padrão que influi, diretamente, no aprimoramento moral dos empregados, na baixa do absenteísmo e nas relações interpessoais e departamentais. Isto porque a publicação de seus números (da eficiência) revela, de imediato, o rendimento de cada setor produtivo da empresa. Se as medidas se perdem (entre elas, o grau de eficiência), outras formas de avaliação devem ser consideradas, dadas a importância e a urgência da percepção global dos executivos da empresa face às suas capacidades adaptativas para decisões no ambiente externo.

L13 - O emergir da Coerção e da Autonomia Outorgada nas Corporações.

A autonomia que se outorga, na firma, traz consigo certa coerção que levará seus trabalhadores a agirem desta ou daquela maneira. De dois ramos principais emergem dois tipos de colaboradores que exercerão tarefas distintas com objetivos completamente diferenciados:

- Numa via, a do colaborador voltado para o terreno das nervosas decisões executivas, a coerção e a autonomia outorgadas pelo dono – ou acionistas – são relativas e dependentes. Nesta *esfera do capital*, onde a paixão – o desejo – é o lucro das empresas, a Qualidade é mera coadjuvante.

- Noutra direção, estão os empregados dirigidos para o objeto direto da Qualidade, que tem como pano de fundo do complexo esquema de produção e trabalho, o *Controle Produtivo*.

Examinando, a seguir, a esfera que se destina ao capital, para, posteriormente diferenciá-la da última, onde o controle produtivo impõe a Qualidade como normatizadora.

I.13.1 - Ambientes da Corporação alheios à Qualidade.

Trata-se agora do ambiente definido para as decisões de mercado, que exercem coerção constante sobre os altos executivos da empresa, municiados das mais precisas informações obtidas por sistemas de grande capacidade operatória, onde, “nestas circunstâncias, tornam-se necessários outros critérios para avaliar a eficácia administrativa” (Chiavenato).

Aqui, sistemas informatizados são geridos por gráficos em forma de radar, que indicam níveis de integração da informação, graus de sistemas distribuídos, comunicação corporativa, suporte à decisão, gerência de transação e desenvolvimento de aplicação. Altamente especializados, os executivos das corporações, distantes dos mecanismos de relaxamento apregoados pelos treinamentos de pessoal, ainda que educados da participação colaborativa dos sistemas da qualidade, no uso e emprego de boa voz para os funcionários colaboradores, aplicam técnicas de gestão de integração de informações, ao focar o nexo de aplicações e dados entre várias plataformas, com ênfase na garantia do término da transação. Técnica particularmente apropriada para ambientes com empregados móveis e desconectados, com aplicações disponibilizadas na Internet e com ambiente de usuários e parceiros dispersos geograficamente.

Também a tautologia é mobilizada na língua das corporações. Intencionalmente repetindo a palavra "dados", seus executivos promovem replicação de "dados" onde os mesmos se duplicam em vários “bancos de dados” e se atualizam automaticamente quando necessário. Tal enfoque é próprio para aplicações de alto volume de "dados", quando estes fornecem inúmeros benefícios e são postos em vários locais visando a eficiência da operação. As corporações buscam consolidar logicamente os "dados" quando esses não se combinam fisicamente, mas só de modo lógico, como se estivessem em um único banco de "dados".

Repasso algumas das tarefas que, comumente, são designadas para a grande parte dos executivos (*Anexo A*) com o objetivo de evidenciar a malha complexa de competências que devem ser transmitidas, pela via do treinamento, nesta esfera da gestão empresarial. Pode-se notar que a gerência participativa tende a manter no horizonte a relação intrínseca das diversas tarefas e deve combinar, por exemplo, “técnicas desestruturantes” com

“apatia” e “resistência a mudanças”, “incentivos” com “cooperação” e “comportamento face à mudança”, etc. Os módulos de treinamento dividem-se, basicamente, nos seguintes:

- Competências;
- Incentivos;
- Recursos;
- Plano de Ação;
- Comportamento Face à Mudança;
- Resistência;
- Apatia;
- Cooperação;
- Princípios para Gerir a Resistência à Liderança;
- Equipe de trabalho multifuncional;
- Brainstorming;
- Criando um Novo Ambiente na Empresa;
- Mudar e ajustar a empresa controlando a mudança;
- Técnicas Desestruturantes;
- Centros de Responsabilidade” em sobreposição aos clássicos Burden Centers (Centros de Custos que englobavam todas as despesas de cada departamento da empresa);
- Centros de Custos e Controle de Custos.

I.13.2 - A quem se destina a Coerção no ambiente corporativo.

Se no item anterior a autonomia e a coerção são outorgadas, em certo sentido, pelo *capital*, agora o processo se dá pelo *trabalho*. Lá, pelo Mercado, aqui, pela Qualidade, no âmbito da empresa, a atenção dada ao cliente, a redução dos diversos setores e suas funções, a conjunção de dispositivos internos, *Procedimentos e Manuais da Qualidade*, e outros meios, visam substituir a coerção pela autonomia outorgada, produto da disciplina. Lima (1995) nota que as gestões voltadas para a racionalização do trabalho, em última instância, exercem o poder coercitivo e de pleno controle sobre o mesmo (28).

As empresas transformam funcionários e *terceiros* em membros de um só organismo, ao idealizarem um estatuto de representações imaginárias.

(28) Cf. Antunes Lima, F. P. *Medida e desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo? In: FIDALGO, F. Gestão do trabalho e formação do trabalhador*, p. 118-119. "As suas características mais essenciais são a abstratividade e a normatividade que pressupõem uma forma estreita de racionalidade. 'A racionalização é limitada a um tipo de racionalização que funciona como um modelo normativo, considerado como o único permitindo, a obtenção da eficiência e aplicável a todas as classes de situação. Trata-se evidentemente do modelo determinista de organização que repousa sobre três princípios: 1) uma teoria do comando, segundo a qual pode-se definir do exterior o comportamento do sistema comandado; 2) a previsibilidade e a estabilidade do ambiente supostamente conhecido e perfeitamente "modelizável"; 3) a padronização dos procedimentos e a normalização do trabalho e de sua organização'. (TERSSAC & DUBOIS, 992)." A formação concreta de cada colaborador reflete a imagem exposta por La Boétie, cinco séculos atrás, da servidão voluntária, que mostra a desconfiança, a deslealdade e a injustiça; preconiza a necessidade de controles concretos, sem os quais não é possível confiar (cf. La Boétie, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982, .p 106: "Não pode haver amizade onde há desconfiança, deslealdade, injustiça. Entre os maus, quando se reúnem, é um complô e não companhia. Eles não se entretêm, entretêm-se. Não são amigos mas cúmplices." Ou ainda, na clássica passagem, ao começo de sua obra, quando diz: "Homero conta que um dia, falando em público, Ulisses disse aos gregos: 'Não é bom ter vários senhores, tenhamos um só'. Se tivesse dito apenas: não é bom ter vários senhores, teria sido tão bom que nada poderia ser melhor. Mas em vez disso, e com mais razão, deveria ter dito que a dominação de vários não poderia ser boa, já que o poderio de um só é duro e revoltante quando este toma o título de senhor: ao contrário, vai acrescentar: tenhamos um só senhor.") O antigo sonho do pensamento romântico e conservador, que visava instaurar a comunidade como obstáculo às determinações mecânicas do social e do mercado capitalista, torna-se uma espécie de pesadelo, com a imposição de um modo *comunitário* - homogêneo - de pensar, voltado aos trabalhadores, funcionários e dirigentes, através de um conjunto fechado de valores e de um idioma cada vez mais polissêmico e cada vez mais intolerante face à diversidade e à diferença. A sociologia romântica alemã foi a grande defensora desta temática, sobretudo nos livros de Tönnies, F. como o estratégico *Comunidade e Sociedade*. Na edição espanhola, Buenos Aires, Losada, 1949. Max Weber refinou ao máximo a noção de comunidade, corrigindo e modificando o seu âmbito, sobretudo nos escritos de *Economia e Sociedade*.

O lugar de trabalho refaz-se como uma *comunidade* onde, de modo aparente, imperam o consenso e a harmonia. Nela as reivindicações coletivas tendem a desaparecer. Nesta ótica, a soma das partes não forma uma única responsabilidade jurídica. Portanto, tem-se uma ética do trabalho difusa, que num momento é própria a um colaborador e noutra é definida para um empregado. Num instante, o trabalhador é comprometido com os *Procedimentos da Qualidade* e, noutra ele é apenas um módulo de *Serviços Temporários Terceirizados*.

Evidencia-se, aqui, um procedimento astucioso voltado para a possível eliminação dos direitos individuais e coletivos, onde o todo orgânico é fragmentado e não participa, nunca, de forma imanente do processo produtivo, de cuja lógica o trabalhador - fonte e força geradora da mercadoria - está plenamente excluído. Uma função sustentável, positivamente, de constante motivação, é um dos fatores que norteiam as novas políticas de gestão, intituladas *participativas*. No entanto, o que acontece com os processos decorrentes das terceirizações em empresas, mostra um horizonte mais abrangente. Rinaldi (1996) atenta ao debate sobre este modo novo de pensar e de controlar os agentes sociais e econômicos, procura compreendê-lo a partir da Psicanálise. Sua crítica expõe, para todo este campo conflitivo, o ponto de vista do sujeito perverso. Ao citar Freud, a autora destaca, no modo novo e “comunitário”, o sujeito “desejoso de realização pessoal” (29). Neste terreno, o trabalhador tem a sua garantia de vida e de morte, onde todas as esperanças estão empenhadas e onde ele depositará seus restos. Sua empresa o premia quando visa a descentralizar as responsabilidades.

Logo, quando estabelece *relações diretas* de confiança, o indivíduo evita a marginalização e, por conseqüência, elimina a necessidade de sindicatos. Salva suas circunstâncias e, salvando a si mesmo, preserva o emprego. A mudança do estilo *antigo*, autocrático, para o *novo*, democrático, seria a certeza de que a confiança nos empregados ganha a confiança dos mesmos e não exige proteção de sindicatos ou outros organismos externos indesejáveis e subversores da ordem geral.

(29) Cf. Rinaldi, D. *A Ética da Diferença - um debate entre psicanálise e antropologia*. p. 127. “Freud, em ‘O mal-estar na cultura’, afirma que o preço que pagamos pelo desenvolvimento da civilização é a perda da felicidade em função da intensificação do sentimento de culpa, que se mantém em grande parte inconsciente, surgindo como um ‘mal-estar’. Este resulta do retorno da agressividade contra o sujeito, a partir dos imperativos do supereu.”

O espírito que reina no interior da “comunidade” permite a reprise da citação de Ouchi, de onde destaco a questão sindical:

“Pesquisas recentes, feitas por pessoas como os Professores James Medoff da Harvard e Kathryn Abraham do M.I.T. (sede de onde emana o pensamento ativista de Noam Chomsky - comentário nosso) [...] Não confiando em uma empresa, o sindicato recorre aos extremos da burocracia (grifo nosso). O sindicato insiste em regras de trabalho minuciosas para especificar que categorias de trabalhadores operam as máquinas, quais as que as consertam, e assim por diante. Esta extensa formulação de regras protege os empregados de exigências injustas por parte dos administradores. A consequência não intencional desta prática é uma perda de flexibilidade (grifo nosso).” (Cf. Ouchi, *Teoria Z*, p. 120)

Cada empregado torna-se um indivíduo seguro do que faz, busca se auto-superar no combate diário pela boa causa de sua empresa incapaz de enganá-lo e que o recompensa pelo seu empenho.

A *Política de Recursos Humanos* visa, desta sorte, produzir oportunidades de promoções, estabilidade e garantia de emprego, participação assegurada em decisões por processos de autonomia controlada, cooperação de pequenos grupos (30). Propaga, como benefício, a intelectualização de tarefas, notadamente em empresas líderes em novas tecnologias, através da adesão e da interiorização de regras, onde elimina-se o papel autoritário da hierarquia, adotam-se dispositivos de antecipação de conflitos com uma política de individualização, também eliminando-se reivindicações coletivas.

(30) Cf. Antunes Lima, M. E. *Os equívocos da excelência*, p. 40-41. “Em resumo, essas novas políticas falam de participação, de iniciativa, de inovação e de maior liberdade conjugada com as novas responsabilidades que o indivíduo assume na organização. [...] O homem que trabalha é colocado no centro das atenções e fala-se de respeito, de dignidade, de confiança, de franqueza ou, até mesmo, de intimidade e transparência. Mas, ao mesmo tempo, é ressaltada a importância de se investir no ‘capital humano’. Elas preconizam sempre a necessidade de se estabelecer uma rede de comunicação estratégica, baseada na persuasão e no condicionamento com a finalidade de obter a adesão máxima do pessoal. Nos livros que se encarregam de organizar e divulgar essas políticas, é muito comum nos depararmos com o termo ‘filosofia’ para designá-las. As novas formas de gestão de pessoal são postas como ‘uma nova filosofia de empresa’. Mas o uso que estes autores fazem do termo filosofia é deplorável: trata-se de uma ‘filosofia’ cuja finalidade é ‘retirar o melhor do indivíduo que só exerce a metade de suas capacidades’... Nesta nova versão, a filosofia não é mais uma via de emancipação do homem, mas um instrumento de sua dominação.”

Trata-se de um processo que faz a apologia dos procedimentos e valoriza o consenso, visa evitar conflitos e melhorar a administração das contradições. Tudo isto entra na rubrica do reconhecimento do outro. Ao contrário das estruturas burocráticas e tecnocráticas, surge, como se brotasse imediatamente das condições objetivas e da consciência de *todos participes*, a exigência da *qualidade total*. Francisco Antunes Lima destaca as recentes mutações da produção e do mercado mundial como fonte de exigência das reorganizações de empresas e setores produtivos. O autor cita que Lukács (1989:58) refere-se à planificação da economia por um organismo central e burocrático, de “apoditicidade abstrata”, com o agravante de que “freqüentemente elas se apoiam em extrapolações infundadas” (31).

Em ambos os casos, entretanto, o trabalhador está sujeito à gestão participativa regulada por *Procedimentos da Qualidade* que não permitem falhas ou não-conformidades. Diversos setores das Ciências Sociais criticam o emprego indevido das filosofias empresariais e do próprio termo Filosofia. É como se os racionalizadores empresariais, invocassem o pronunciamento desta, para melhor se contraporem às que visam transformar o homem, em si, no *homo oeconomicus*, este homem “*suplantado por uma visão globalizante, carente de afeto, desejoso de realização pessoal, responsável e capaz de iniciativa*” (LIMA, op. cit.).

(31) a) Cf. Antunes Lima, F. P. *Medida e desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo?* In: Fidalgo, F. *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. p. 112-113.

b) Ou em outra citação do autor, conforme se lê. (cf. Antunes Lima, F. de P. *Doctorat d'Ergonomie. Les contraintes au travail et la dimension éthique de l'activité*. p. 27): “*Les aspects physiologiques et cognitifs de l'homme en activité de travail ont mérité l'attention des ergonomes, qui sont parvenus à mettre à jour leur complexité sous-jacente et leur coexistence nécessaire même dans les travaux les plus répétitifs. Les faits déjà dévoilés et les connaissances acquises ont permis de mieux appréhender la nature du travail humain et ont largement été mis à profit pour la transformation des situations de travail selon les critères d'efficacité économique et de santé des travailleurs... S'intéresser à l'ethos du travail implique, à une échelle plus large, de s'intéresser aux dimensions sociales de l'activité de travail, entendues non comme contexte mais comme déterminations internes, inhérentes à son organisation intrinsèque. À notre connaissance, l'ergonomie n'a pas encore abordé de façon systématique les questions relatives aux dimensions éthiques de l'activité de travail, ce qui justifie notre intérêt... Comme on le verra plus tard, l'analyse ergonomique du travail, même si elle se centre sur les aspects psychologiques et physiologiques plus immédiats, fournit un point de départ pour aborder plus concrètement des questions traditionnelles de la philosophie et des sciences sociales.*”

A afinidade do homem contemporâneo, colaborador fundamental em sua empresa, se diferencia do proletário clássico, no sentido empregado para o mundo capitalista e para as relações de trabalho do século XIX. Apesar das diferenças históricas e de enfoque, permanece, entretanto, uma questão importante: como tratar desempregados e quais as suas perspectivas? A *terceirização* seria a resposta adequada. Ela conteria o valor fundamental que justifica a modificação do *homo oeconomicus* em sua jornada global, caso o desastre do desemprego o assole.

Na verdade, a *terceirização* evidencia o elo básico da cadeia internacional de trocas comerciais. Ela retrata, sobretudo, a emergência de uma linguagem particular em empresas que participam de uma comunidade global. Enquanto miragem ela surge como a única alternativa do excluído, que constitui, especialmente em nossos dias, o imenso exército de reserva mundial (32).

(32) Não se pode deixar de notar o emprego de mão-de-obra a baixos custos em países como Vietnã, Índia, China, México, Brasil e outros, conforme Chomsky analisa na citação que se segue e sobre a qual comentarei adiante: “GM can move to Mexico, or now to Poland, where it can find workers at a fraction of the cost of Western labor and be protected by high tariffs and other restrictions. Volkswagen can move to the Czech Republic to benefit from similar protection, taking the profits and leaving the government with the costs. Daimler-Benz can make similar arrangements in Alabama. Capital can move freely; workers and communities suffer the consequences. Meanwhile the huge growth of unregulated speculative capital imposes powerful pressures against stimulative government policies.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 127)

L14 - Ética da Miséria, a regulação do mercado internacional e as Normas.

Com os processos descritos até agora, podemos ver o itinerário que vai da *Ética da Opressão* à *Ética da Miséria*. Sua constituição é colhida em seu enunciado acerca de alguns “métodos científicos” para a boa construção da sociedade *trabalhadora*. A citação chomskyana sobre Aristóteles contém um comentário que torna possível interpretar a ética da miséria:

“Functioning democracy presupposes relative equality in access to resources – material, informational, and other – a truism as old as Aristotle (grifo nosso). In theory, governments are instituted to serve their ‘domestic constituencies’ and are to be subject to their will. A measure of functioning democracy, then, is the extent to which the theory approximates reality, and the ‘domestic constituencies’ genuinely approximate the population. [...] The ‘corporatization of America’ during the past century has been an attack on democracy – and on markets, part of the shift from something resembling ‘capitalism’ to the highly administered markets of the modern state/corporate era. A current variant is called ‘minimizing the state’, that is, transferring decision - making power from the public arena to somewhere else: ‘to the people’, in the rhetoric of power; to private tyrannies, in the real world.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 132-133)

Nesta passagem notamos como o autor compreende a escalada do poder e da dominação a partir da ética das contingências, a qual segue para a ética da opressão e chega, por fim, à ética da miséria, na inversão completa dos valores morais. De Aristóteles aos nossos dias, os governos reiteram os “truísmos” instituídos para servir às constituições domésticas e acabam por transformar suas missões numa espécie de corporativismo das sociedades. Ele denomina “*resembling ‘capitalism’*”, a remontagem dos meios de auferir ganhos, nas formas de *marketing*, que favorecem suas próprias corporações. Nessa retórica, tais governos que vivem para o povo, minimizam o Estado, para que se imponham as “tirantias privadas” das grandes corporações:

“All such measures are designed to limit democracy and to tame (grifo nosso) the ‘rascal multitude,’ (grifo nosso) as the population was called by the self-designated ‘men of best quality’ (grifo nosso) during the first upsurge of democracy in the modern period, in seventeenth century England; the ‘responsible men’, as they call themselves today. The basic

problems persist, constantly takin new forms, calling forth new measures of control and marginalization, and leading to new forms of popular struggle.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 132)

O pensamento do autor, a partir dessas citações, indica a inversão do valor original para o qual o Estado fôra constituído. De um ponto de convergência dos interesses do povo, para se definir como um foco de dispersão dos mesmos interesses. A inversão ocorre quando o Estado, e as corporações que passa a representar, *converte o* (e não *converge para*) seu povo, dado o imperativo de dispersar interesses.

Para reforçar sua tese, a amplia para processos coletivos, em âmbitos nacionais e interpreta algumas posições do *Consenso de Washington*, especialmente relativas ao Brasil. A contraposição do *homem-responsável* ao *homem-problema* demonstra-se, no seu pensamento, também como se segue:

“Writing in 1989, Haines describes ‘America’s Brazilian policies’ as ‘enormously successful’, ‘a real American success story’. 1989 was the ‘golden year’ in the eyes of the business world, with profits tripling over 1988, while industrial wages, already among the lowest in the world, declined another 20 percent; the *UN Report on Human Development* ranked Brazil next to Albania. When the disaster began to hit the wealthy as well, the ‘modern scientific methods of development based solidly on capitalism’ (Haines) suddenly became proofs of the evils of statism and socialism – another quick transition that take place when needed.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 27)

O autor parte do neoliberalismo, que sugere um sistema de princípios clássicos postulados por Adam Smith, mas tal sistema doutrinário se destina para a instauração da ordem global.

A crítica à *Ética de Comiseração* concentra-se no dispersar - que oprime -, humilha, subjuga, submete (*to tame*) uma população velhaca, safada, descentrada (*rascal multitude*). É preciso confrontá-la com o grande homem, aquele “*men of best quality*” (o homem da melhor qualidade), o *homem responsável*, que vem a ser a tarefa do expurgo da lascívia, dos “preguiçosos e vagabundos”, citados por Ouchi em páginas anteriores.

Esta tese não é recente na história do pensamento ocidental, pois retroage ao pensamento de Locke e chega aos termidorianos na figura de Boyssi d’Anglas, quando este

declara que “devemos ser governados pelos melhores (...) ora, com poucas exceções, só podemos encontrar semelhantes homens entre os que, possuindo uma propriedade, são apegados ao país que a contém, às leis que a protegem, à tranqüilidade que a conserva”. A política apregoada pelo termidoriano d’Anglas faz a apologia do “homem da melhor qualidade”, que deve governar para que o país não se perca no caos político (33).

No *Washington Consensus*, uma tabela de *marketing* orientada e elaborada pelo governo dos Estados Unidos e por instituições financeiras internacionais que têm um amplo campo de atuação, esta idéia do governo “superior” impõe, por vários meios, uma estrutura restritiva, onde programas de controle são introduzidos para as chamadas *sociedades vulneráveis*.

(33) Apud. Roberto Romano (in: *Caldeirão de Medéia*) citando Alain Badiou (*Qu’est-ce que un thermidorien?*), conforme segue: “Nenhuma associação pode apresentar petições coletivas, a não ser as autoridades constituídas, e apenas para objetivos próprios às suas atribuições”. E, finalmente no artigo 361: “Nenhuma assembléia de cidadãos pode se qualificar como sociedade popular”. Com o Termidor, muda o alvo dos governantes terroristas. Eles, agora, são os que afirmam o caráter popular da soberania. A fonte do Terror é o Estado, baseado no censo dos proprietários. Não tem razão, pois, a historiografia que fala no “fracasso” jacobino e na irrupção da “verdadeira” essência burguesa, com a totalidade do processo revolucionário. [...] Não houve “fracasso”, mas o “fim” de uma política, a jacobina. Citando Saint-Just: “o que desejam os que não querem nem virtude nem terror?”. Os termidorianos, avança Badiou, não querem um Estado baseado na virtude, mas querem o terror estatal. A virtude foi substituída pelo interesse. Qual interesse? O dos proprietários e do mercado. Citando o termidoriano Boyssi d’Anglas, em discurso de 5 Messidor, ano 3: “Devemos ser governados pelos melhores (...) ora, com poucas exceções, só podemos encontrar semelhantes homens entre os que, possuindo uma propriedade, são apegados ao país que a contém, às leis que a protegem, à tranqüilidade que a conserva”. [...] Enquanto a “virtude” era uma determinação subjetiva, “os melhores”, dos termidorianos são uma figura objetiva da propriedade “condicionada absolutamente”¹¹. Para o termidoriano, o país não é, como para o jacobino, o lugar possível das virtudes. Ele é o receptáculo da propriedade. A lei, para o termidoriano, não é máxima derivada do nexos entre princípios e situação. Ela é apenas o que protege a propriedade. A insurreição, para o termidoriano, não é dever sagrado. A sua reivindicação principal é a tranqüilidade. Badiou traz a noção de “termidoriano” para nossos dias. “Meditar sobre a corrupção”, diz ele, “não é hoje uma tarefa inútil”. Um termidoriano, por definição política, é um corrompido. Ele é um “proveitador da precariedade das convicções políticas. Mas em política só existem convicções (e vontades). “E historicamente, como indica corretamente Badiou, “os termidorianos são, o *dossier* é claro, corrompidos no sentido corrente. E não é por nada que eles vieram depois do Incorrupível. Citemos o dinheiro inglês, que eles receberam com abundância, o saque dos bens nacionais, o açambarcamento dos grãos. Citemos a pilhagem militar (Termidor também é a passagem da guerra republicana, defensiva e baseada em princípios, à guerra de conquista e rapina) e o mercado de fornecimento aos exércitos”.

O autor indica (veja-se *Profit Over People*, p. 20 e ss), com efeito, que os verdadeiros arquitetos do *Washington Consensus* encontram-se nas Corporações, através da economia privada e mostra que nesse “consenso”, atitudes conhecidas como “nacionalismo radical” são intoleráveis, porque tendem a quebrar a estabilidade geral.

Assim, onde haja possibilidade de aplicação do sistema capitalista, *justifica-se qualquer ação de retomada* para sua estabilidade, o que, em seu entender, visa eliminar os programas que incomodariam a *política imperial*:

“One of the first tasks of the CIA was to take part in the large-scale effort to undermine democracy in Italy in 1948... [...] Washington had to ‘destabilize a freely elected Marxist government in Chile’ because ‘we were determined to seek stability’... [...] Nationalist regimes that threaten ‘stability’ are sometimes called ‘rotten apples’... ‘viruses’... ‘infect’ orders, etc.” (grifo nosso) (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 22)

O Brasil exemplifica muito bem as intervenções, todas feitas contra a “*infecção*” da “*maçã-podre*”. A justificativa imperial sempre ocorre porque se busca a *estabilidade democrática e capitalista*:

“To take one important case, over considerable popular opposition the government of Brazil has decided to privatize the Vale Company (Siderúrgica Vale do Rio Doce – nota nossa), which controls vast uranium, iron, and other mineral resources and industrial and transport facilities, including sophisticated technology. Vale is highly profitable, with a 1996 income of over \$ 5 billion, and excellent prospects for the future; it is one of six Latin American enterprises ranked among the 500 most profitable in the world. A study by specialists of the Graduate School of Engineering at the Federal University in Rio estimated that the government has seriously undervalued the company, noting also that it relied on an ‘independent’ analysis by Merrill Lynch, which happens to be associated with the Anglo-American conglomerate that is seeking to take over the central component of Brazil’s economy. The government angrily denies the conclusions. If they are accurate, it will fall into a very familiar pattern.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 70 – 71)

Tudo isto ocorre porque as estruturas de governo tendem à coalizão em torno do maior poderio doméstico – exibição de força bélica, inclusive -, que também se traduz em

poder econômico. Para ilustrar tal tese, ele cita artigo do *Financial Times*, onde o correspondente James Morgan descreve o que, de fato, ocorre no governo do mundo globalizado:

“The IMF (International Monetary Fund), World Bank, G-7, GATT, and other structures designed to serve the interests of TNCs, banks, and investment firms in a ‘new imperial’. At the powerful countries in the North have become a *de facto* board of management for the world economy, protecting their interests and imposing (grifo nosso) their will on the South,’ where governments ‘are then left to face the wrath (grifo nosso), even the violence, of their own people, whose standard of living are being depressed for the sake of preserving the present patterns of operation of the world economy’ – that is, the present structure of wealth and power.” (Cf. Chomsky, N., *World Orders Old and New*, p. 178)

A fúria, a cólera, o castigo, a vingança: seriam os designativos para *the wrath*, acima. Parece-me, contudo, que a tradução mais adequada vincula a passagem citada pelo autor aos *Quatro Cavaleiros do Apocalipse*, e, ao mesmo tempo, invoca Thomas Hobbes:

“... metum tantum concepit tunc mea mater, / Ut paretet geminos, méque metúmque simul.” (34)

O pânico instaura-se na violência que assola os povos oprimidos. O compartilhar – *to share* –, torna-se *to divide*:

“Suppose that whoever is providing the money for the family loses his or her job, so they don’t have enough food to eat.” (Cf. Chomsky, N., *The Prosperous Few and The Restless Many*, p. 75)

Nosso ativista político chama a atenção para o que disse a secretária executiva da Comissão de Direitos Humanos de Costa Rica, a senhora Sylvia Porras, que afirma:

(34) A lembrança provém de Renato Janine (*Ao leitor sem medo*, p. 11, citando *Thomae Hobbesi Malmesburiensis Vita auctore seipso*, 1679, p. 2.): que o homem nasce com um irmão gêmeo ao seu lado, e que no entanto é o medo da morte, expresso no *Leviatã*, de Hobbes.

“... the psychological profile of the police has changed as a result of military training... [e ...] we cannot talk any longer of civilian police force. What we have now is a *hidden army* (grifo nosso).” (Cf. Chomsky, N., *Detering Democracy*, p. 224)

Trata-se, como diz a secretária de Costa Rica, *de um exército oculto* que não prepara o homem para um agir no pleno ideal de política.

Vance Packard reflete a respeito desse *exército oculto* (*The Hidden Persuaders*, 1957), em vista dos esforços da indústria de propaganda americana para induzir os consumidores à compra de bens desnecessários. Para Packard, a manipulação de imagens, com apelos exagerados, embora contribua para o aumento das vendas, leva à banalização das reais necessidades dos consumidores e do valor intrínseco dos produtos. Tal processo publicitário redundava em decepção daquele que compra e, ao mesmo tempo, sujeita os anunciantes ao emprego de símbolos escondidos (*hidden persuaders*) para subjugar a mente inconsciente e desatenta do consumidor, no controle do ato de aquisição. Em suas palavras, “... *large-scale efforts being made, often with impressive success, to channel our unthinking habits, our purchasing decisions, and our thought processes.... The result is that many of us are being influenced and manipulated, far more than we realize, in the patterns of our everyday lives.*” A análise de Vance Packard evidencia a crença generalizada no poder da mídia para induzir milhões de pessoas a agirem a contragosto de seus próprios juízos, num apelo aos desejos contidos no inconsciente profundo. Em seu estudo, Packard mostra que mais de três quartos da população norte-americana, à época, já acreditava no emprego do “*marketing*” e de sua influência sobre as mensagens subliminares utilizadas para a venda de produtos ou serviços. Mais, que os consumidores chegavam a gastar somas vultosas, inclusive, em produtos de auto-ajuda, tais como em fitas de áudio gravadas para o ensino de um idioma estrangeiro, entre outros.

Nesta linha, Randall Rothenberg também interpreta as reflexões de Joseph Turow (*Media today*, Boston: Houghton Mifflin, 1999). Turow, professor da Escola de Comunicação Annenberg da Universidade de Pennsylvania, trata das estratégias e táticas das companhias de marketing / comunicações que são dirigidas para a sociedade americana, tal como Vance Packard. Para Rothenberg, os anúncios de propaganda dos conglomerados (grandes companhias) forçam o que Turow trata por “um desarranjo da coesão” social nos Estados Unidos, cujo fim não será nada menos que a morte da idéia e do estilo de vida

norte-americano. Os estudos de Turow, em consonância aos de Packard, são provocantes, segundo Rothenberg, porque apresentam a perspectiva de uma elite que se volta, cada vez mais, para os esforços de controle sobre a cultura de massa. Em suas palavras, Rothenberg cita, inclusive, Noam Chomsky no rol dos pesquisadores que exercem esta crítica à elite detentora dos meios de comunicação e produção:

“Turow's report, however, although provocative, sweeping, and well made, is less interesting for what it reveals about the changing contours of advertising than for what it says about the preoccupations of an intellectual elite. Like Vance Packard - like Bob Dole and William Bennett, for that matter, or Catharine MacKinnon and *Noam Chomsky* (grifo de Rothenberg) - he persists in attributing to a chaotic and variegated media system immediate and specific social and cultural consequences, without any of the ambiguity that contrasting empirical evidence would suggest. More than that, though, Turow represents a shift in the perspective from which elites are regarding issues of individualism and conformity in American culture. Indeed, *Breaking Up America* is a lovely example of a literary form we might term "masscult nostalgia". [...] TUROW'S argument is a simple one. In the 1970s, 1980s, and 1990s, he says, marketers, advertisers, and media companies developed a view of American society that was not only strikingly different from the grand theory that had preceded it but also opposed to the national interest.” (35)

É possível aproximar tais impressões de Vance Packard às de Noam Chomsky, quando este socialista-libertário afirma:

“Você pode perceber isso também nas pesquisas de opinião. Estive dando uma olhada no estudo de um sociólogo norte-americano (publicado na Inglaterra) sobre atitudes religiosas em diversos países. Os números são estarrecedores. Três quartos da população norte-americana literalmente acredita em milagres religiosos. A quantidade de pessoas que acredita no demônio, em ressurreição, em Deus fazendo isso e aquilo é surpreendente. [...] Esses números não são encontrados em nenhum outro país do mundo industrial. Você teria de ir, talvez, às mesquitas do Irã, ou fazer uma pesquisa entre senhoras idosas da Sicília, para encontrar números como esses. [...] Há alguns anos, foi feito um estudo sobre o que as pessoas pensavam da evolução. Da população entrevistada, 9 % acreditava na evolução darwiniana – não muito fora da faixa de erro estatístico. Cerca de metade da população acreditava na evolução divina, doutrina da Igreja Católica. Cerca de 40 % achava que o mundo fora criado há alguns milhares de anos. [...] Não é muito difícil eleger alguém para o comitê escolar. Muitas pessoas não prestam atenção nesses assuntos. Você não tem de dizer quem você é,

basta aparecer com uma expressão simpática no rosto, sorrir e dizer ‘vou ajudar seus filhos’, e as pessoas votam em você. Muita gente elegeu-se devido a essas campanhas organizadas para dominar estruturas locais. Se tivesse aparecido alguma figura carismática que dissesse ‘sou seu líder, sigam-me’, coisas muito feias poderiam acontecer. Poderíamos mesmo voltar aos tempos verdadeiramente pré-iluministas.” (cf. Chomsky, *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*, p. 120 e ss).

O que o autor percebe, entretanto, não é a harmonia entre o subjetivo e o objetivo, mas a existência de acordos feitos em segredo, sob o manto de uma “democracia indeterminada”:

“The so-called ‘free trade agreements’ are one such device of undetermining democracy. They are designed to transfer decision making about peoples’s lives and aspirations into the hands of private tyrannies that operate in secret and without public supervision or control.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 132 - 133)

Conforme ele mesmo diz, para os negócios, vale uma regra e para os direitos humanos, vale outra:

“Trade is one thing, torture and rights of women and children another. The distinction holds more broadly. China is threatened with severe sanctions for failing to adhere to Washington’s protectionist demands, or for interfering with punishment of Lybians. But terror and torture elicit a different response: in this case, sanctions would be ‘counterproductive’.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 134)

(35) Apud. Rothenberg, Randall. *How powerfull is advertising?*, <http://www.theatlantic.com/issues/97jun/advert.htm>, citando Packard, Vance, *The hidden persuaders*, 1957 e Turow, Joseph, *Media Today*, 1999.

Capítulo I

As Normas Internacionais da Qualidade no enlace da crítica de Chomsky.

1.1 – Das grandes corporações às regras e normas de controle.

A tratativa das corporações, que implica na adoção de uma séria de regras e normas, visa adequar as *filosofias participativas singulares* ao *consenso* empresarial globalizado. Neste capítulo, portanto, os objetivos a serem alcançados são os seguintes:

- Investigar os aspectos históricos que promoveram o surgimento das Normas da Qualidade - em especial a ISO 9000: neste tópico, discorro sobre o embrião de uma *ordem mundial*, a partir dos anos setenta, e apresento um documento (CNUCED/GATT. *Certification - Principes et Pratiques*) que justifica a fundação dessa nova política global;

- Refletir sobre o conteúdo das Normas Internacionais da Qualidade, em especial os seus *Requisitos*: neste tópico, trato dos aspectos primordiais dos Requisitos das Normas, e procuro evidenciar sua adequação ao plano estratégico preparado pelos organismos internacionais de controle do livre comércio. O ajustamento das estratégias empresariais aos Programas da Qualidade começa a ser considerado como medida predominante para manutenção da produtividade no ambiente das corporações;

- Interpretar questionários sobre os Programas da Qualidade: ao final deste capítulo, retomo o tema da Qualidade, para interpretar alguns dados relevantes sobre a implantação dos Sistemas da Qualidade, o que evidencia a crise de valores, nos indivíduos condicionados à homogeneização do trabalho.

1.2 – Quanto aos Sistemas da Qualidade, as regras e a Norma Internacional.

As Normas Internacionais da Qualidade estão sobrepostas às teorias administrativas investigadas no capítulo anterior. Este asserto de que as Normas vinculam-se ao Controle Produtivo, portanto, visa a interpretação que faço sobre a *Coerção* ao indivíduo, dada *Autonomia Outorgada* ao empregado – o indivíduo homegeneizado pelo trabalho –, no curso de sua obra.

Dos estudos voltados para o campo temático da Gestão Empresarial aí inserida, bem como os respectivos processos de trabalho, ressalto que a adoção das Normas ISO, numa corporação, traz consigo o lineamento básico que promove a reestruturação de processos produtivos e um novo enfoque das estratégias de produção, isto é: a adoção das Normas afirma o *princípio racional universal* para solução de conflitos.

1.3 - A Qualidade da Norma Internacional ISO 9000.

A *Organização Internacional para a Padronização* (ISO - *International Organization for Standardization*), filiada à ONU (Organização das Nações Unidas), estabeleceu-se em 1946 com o objetivo de desenvolver padrões para a comunicação, voltados à promoção do crescimento do comércio internacional. A partir de Genebra, a ISO agrupa representações de quase todos os países do mundo, através de *Comitês Técnicos* por ela coordenados. Dados históricos mostram que a evolução da ISO se deu a partir da área militar, em face da criticidade das operações de equipamentos bélicos (vide Anexos).

A série de normas ISO, por fim, veio a ser adotada pela União Européia, no sentido de levar os produtores, no plano mundial, à comercialização com a Europa (ou com ela competir, nas pessoas jurídicas das companhias em seus continentes radicadas), ao adotar o padrão. Verifica-se, portanto, que outro papel fundamental adotado pela ISO foi o de estabelecer normas técnicas essenciais, de âmbito internacional, com vistas a coibir abusos econômicos decorrentes da exploração da tecnologia.

Numa parceria com o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e o CCI (*Centre du Commerce International*), a ISO emitiu um documento onde se apresenta um estudo iniciado a partir de 1970, sobre as Certificações da Qualidade, daquilo que seria o embrião de um mecanismo de regulação do mercado internacional de trocas de produtos - para além das preocupações bélicas iniciais (*Certification - principes et pratique*, 1980).

Tratou-se, à época, de um projeto que indicava os passos a serem adotados para a normatização do conceito - vale dizer: da Qualidade - e da introdução no mercado mundial da idéia de Certificação para os anos finais do século XX e entrada do novo milênio.

O comitê nomeado pela ISO para a realização do *Projeto* registra o seguinte:

“De son travail initial, qui comportait l’élaboration d’un Recueil de principes régissant les systèmes de certification par une tierce partie et normes connexes, il en est ressorti la nécessité d’analyser les pratiques actuelles de certification au niveau national, dans l’espoir d’effectuer une harmonisation le plus poussée possible des systèmes nationaux de certification, aboutissant à une acceptation mutuelle maximale.” (*Certification - principes et pratiques*, p. 9)

Desde os primeiros momentos de sua concepção, no início da década (1970-79) as Normas Internacionais da Qualidade e Certificação estiveram voltadas para a conquista de corporações, aquelas cuja aceitação das regras devia se dar em máxima escala. O projeto da ISO era, mais que isso, uma expectativa de eliminar os organismos de normalização setorializados que ofereciam serviços de certificação específicos e sem âmbito internacional. Havia, ainda segundo a publicação referida, entraves de ordem tarifária que precisavam ser dissolvidos pelo GATT, a bem dos objetivos propostos. A ISO afirma:

“Pourtant, l'élimination des entraves aux échanges au-delà des frontières ne fut pas l'unique raison de l'attention concentrée sur les moyens pratiques de certification au niveau mondial. Les besoins ressentis en matière de certification, auxquels le législateur faisait souvent écho, avaient augmenté et continuaient à augmenter. La législation, les exigences des assurance que les produits étaient sûrs; tandis que les consommateurs, désormais mieux organisés, plus aptes à se faire entendre et à attirer l'attention des pouvoirs publics, ne cessaient d'exiger une meilleure protection contre les désignations abusives et déloyales, des renseignements précis et une aide plus efficace pour orienter les décisions d'achat, étant donné que les marchés présentent à la vente une variété sans cesse croissante de produits. Les fabricants étaient de plus en plus sensibles à ces exigences et certains organismes nationaux de normalisation récents disposés à offrir des services de certification, recherchaient auprès des spécialistes existants, des conseils sur les moyens de constituer ces services et de les équiper de façon qu'il puissent remplir leur rôle socio-économique national.” (*Certification*, op. cit., p. 10)

Faziam-se sentir, nessa década, tais entraves alfandegários para atuação de organismos internacionais de certificação. As regulações impostas por diversos países, diziam respeito ao protecionismo. Da citação extraída acima, nota-se, claramente, a preocupação relativa às exigências de segurança - “*les exigences des assurance*” -. Mas, aqui, a tradução que admite – a) segurança e b) qualidade -, refere-se especificamente à segurança dos consumidores, em função de abusos diversos.

De qualquer forma, como frisa o *Comité*, os sistemas de certificação começaram, a partir de então, a se preocupar com a identificação dos produtos a partir de etiquetagem, e, por conseguinte, cada vez mais às voltas com sistemas lógicos precisos de controle.

Dáí se depreende que foram abertas duas frentes de trabalho rigorosamente necessárias:

- uma, voltada para o comércio internacional e sua regulação,

- outra, para o âmbito da própria empresa que haveria de se preparar, com sistemas internos precisos, para atender às exigências gerais.

Noutras palavras, o *Comitê* entendeu, em seus estudos, que a abordagem adequada para controlar a certificação dos produtos comercializados, deveria possuir amplitude global e, por sua vez, exigir competência e conhecimento em torno de grupos de negócios.

Estariam aqui, portanto, as bases de sustentação desses mecanismos: favorecer, nos diversos países, o surgimento de organismos certificadores vinculados ao *Comitê*, nomeadamente, à ISO. Por exemplo, facilitou o trabalho, o fato de que o *Comitê Técnico ISO/TC 73* havia já sido criado em 1950, numa iniciativa pioneira, pois isto lhe dava confiabilidade e credibilidade diante dos demais interessados, os países e suas corporações.

No Brasil, o desenvolvimento dos organismos de certificação se deu concomitantemente. Em linha com a *nova ordem mundial* que se vislumbrava, os governos do regime militar, por uma razão ou outra, estavam afinados aos acontecimentos nos países de primeiro mundo. A partir do antigo INPM (Instituto Nacional de Pesos e Medidas), em 1973 foram criados os órgãos CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia e Normatização) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), regulados pela Lei 5966, de 11 de Dezembro de 1973, no 152º ano da Independência e 85º ano da República.

Esta lei, promulgada pelo Presidente da República Emílio G. Médici e pelos Ministros de Estado Marcus Vinícius P. de Moraes, Antônio Delfim Netto e João Paulo dos Reis Velloso, instituiu, em seu artigo primeiro, o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, “*com a finalidade de formular e executar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação de qualidade de produtos industriais.*” A Lei 5966 também criou o Ministério da Indústria e do Comércio, o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO - e dispôs sobre a criação de outros órgãos afins. No *Anexo 1* (Missões dos organismos ligados à Qualidade, no Brasil), apresento breve descrição sobre os principais órgãos brasileiros diretamente relacionados à Qualidade, no que diz respeito às suas missões.

Por outro lado, levo em consideração as coincidências de datas e objetivos na ordem de uma política global. Segundo Chomsky, os Estados Unidos foram compelidos a rever o *Acordo de Geneva* de 1954, porque subverteram uma eleição ao governo de Laos em 1958.

Por fim, ao tentar evitar assinar o *Acordo de Paris*, em 1973, os Estados Unidos alegaram as mesmas razões para lançar mão da força, como o fizeram em 1958 (veja-se *The Culture of Terrorism*, p. 132), sob a alegação de petição de princípios, que o *inimigo comunista* marchava.

No contexto da interpretação chomskyana, depreende-se sua intenção de evidenciar o ato protecionista de governo para com as grandes corporações e suas atuações em todo o mundo:

“These developments provide confirming evidence for a conclusion supported by the entire history of the postwar arms race: security is only a marginal concern of security planners. It will be no small matter to move towards arms agreements that threaten the major functions of the Pentagon system just mentioned: its utility for state economic management (organizing public subsidies for the costly phase of research and development before the state subsidized ‘private corporations’ (grifo de Chomsky) can take over for profit, maintaining a substantial state-protected market for high technology industry, etc.); and its role in ‘deterrence’, that is, providing an umbrella for global intervention. (Cf. Chomsky, N., *The Culture of Terrorism*, p. 197)

Ele lembra que já a antiga Doutrina Monroe, linha mestra que centra as ações dos países do Norte, voltava-se apenas para si mesma, conforme citação de Robert Lansing, Secretário de Estado do Presidente Wilson:

“In its advocacy of the Monroe Doctrine the United States considers its own interests. The integrity of other American nations is an incident, not an end. While this may seem based on selfishness alone, the author of the Doctrine had no higher or more generous motive in its declaration.” (Cf. Chomsky, N., *Deterring Democracy*, p. 36)

As organizações tarifárias internacionais se voltam para as *suas* Corporações, tão somente, insiste nosso autor. Nos anos 70, conforme se depreende de suas afirmações, buscava-se o fortalecimento dos princípios e das práticas da Certificação da Qualidade Industrial, com implicações diretas, na industrialização do próprio Brasil, conforme se lê:

“The breakdown of regulatory structures and the huge increase in unregulated capital have had a large-scale impact on the international economy. Eatwell notes the striking fact that ‘in 1971, just before the collapse of the Bretton Woods fixed exchange rate system, about 90 percent of all foreign exchange transactions were for the finance of trade and long-term investment, and only about 10

percent were speculative. Today those percentages are reversed, with well over 90 percent of all transactions being speculative.” (Cf. Chomsky, N., *World Orders Old and New*, p. 178)

Ao escolher uma interpretação do momento histórico-social, ele parte de medidas de uniformização do comércio internacional, para estabelecer vínculos com combate ao *terrorismo*. Melhor dito: contra o avanço do *comunismo*. Tais medidas, em seu entender, acabaram por institucionalizar-se, não como combate ao terrorismo propriamente, mas como *o próprio terrorismo internacional*, instalado pelas corporações:

“It is too much to expect the media or the intellectual culture generally to consider the earlier record of US adherence to agreements: the Geneva accords of 1954 or the Paris peace agreements of 1973, for example, both immediately disrupted by the United States. Perhaps it is also too much exotic topics as whether the provisions of the Central American agreement on internal freedoms could possibly be honored in the US client state of El Salvador, still effectively ruled by the same military forces that carried out a major slaughter and physically destroyed the independent media and political opposition. [...] the grip of the doctrine is so powerfull that the question is not even open to discussion. Even the simplest observations lie beyond awareness. The United States is Good, its leaders are Good, the facts are irrelevant, no matter how prominently displayed.” (Cf. Chomsky, N., *The Culture of Terrorism*, p. 21)

Concomitante às suas interpretações, relativas ao período – décadas de 60 e 70 -, o processo pelo qual se deu a nova ordem global de acontecimentos econômicos, com conseqüências para a indústria e o trabalhador, mostra um volume de investimento voltado para o estrangeiro (entenda-se, voltado para o *Terceiro Mundo*) da ordem de 90 por cento, na década de 70, e sua reversão, 20 anos após. Países emergentes estão em pleno processo de adaptação ao esquema da Certificação da Qualidade e ainda elaboram os Planos Nacionais de Certificação – inexistentes (embora previstos em Lei), no caso do Brasil, à época da presente pesquisa -. Chomsky não poupa a elite brasileira, em suas análises, e diz:

“As in Brazil and elsewhere, the American Institute for Free Labor Development (AIFLD), the AFL-CIO foreign affairs arm supported by the government and major corporations, ‘has been instrumental in discouraging hostile [sic] union activity in order to help US companies maximise their profits’, South reports.” (Cf. Chomsky, N., *Deterring Democracy*, p. 234)

Dados estatísticos apresentados neste trabalho, em Anexos, mostram tais assertivas, se levarmos em conta o crescimento das certificações no país, capitaneadas por corporações transnacionais e os investimentos daí decorrentes. Mas sua crítica prossegue, no rumo da distribuição de renda que não se dá na mesma proporção:

“Brazil is another country with rich resources and potential, long subject to European influence, then US intervention primarily since the Kennedy years. We cannot, however, simply speak of ‘Brazil’. There are two very different Brazils. In a scholarly study of the Brazilian economy, Peter Evans writes that ‘the fundamental conflict in Brazil is between the 1, or perhaps 5, percent of the population that comprises the elite and the 80 percent that has been left out of the ‘Brazilian model’ of development.’ The Brazilian journal *Veja* reports on these two Brazils – the first modern and Westernized, the second sunk in the deepest misery.” (Cf. Chomsky, N., *Detering Democracy*, p. 2227)

Por outro lado, Chomsky traz à tona a inquietação da política externa norte-americana em evitar a intromissão européia em seus negócios, especialmente no *Terceiro Mundo*, o que poderia parecer justificar uma perda momentânea de competitividade para europeus e japoneses, em certa medida e num curto espaço de tempo, suportados por regras e princípios administrativos tais como os da Qualidade Total:

“... The US Department of Commerce that describes how, ‘in a few short years, a wealthy creditor nation has become the number one debtor’ as ‘the United States has largely lost its ability to compete successfully in international trade.’ ‘The United States required nearly 70 years to attain a creditor position of \$ 150 billion, reached in 1982... [...] The International Monetary Fund warns that the main danger to the world economy ‘lies in the huge US budget and trade deficits’, which it considers ‘unsustainable’ for the world’s economy.” .” (Cf. Chomsky, N., *The Culture of Terrorism*, p. 54)

1.4 - Sobre a aceitabilidade de independência e credibilidade.

Reporto-me ainda à publicação da ISO (op. cit.). Cabe considerar que pensou-se, sobremaneira, nas diferenças possíveis, em termos de organização e submissão, dos organismos certificadores, de país para país. Alguns deles poderiam ser vinculados a ministérios - como é o caso do Brasil - ou mesmo a entidades do setor privado. No entanto, a regra fundamental a observar seria a dos critérios de aceitabilidade, vale dizer: independência e credibilidade comprovadas. A este respeito, o texto é preciso (*Certification*, op. cit., p. 14):

“L’inacceptabilité est une caractéristique qui aurait pu être rattachée soit au point 1) soit au point 2) ci dessus, puisque tout système de certification doit donner en détail les critères pour le choix des organismes d’essais ou d’inspection employés dans le système et sous l’autorité de l’organisme certificateur. [...] La position, pays par pays, constitue un des aspects du problème; différents états ou provinces d’une même pays peuvent également avoir fixé leurs exigences propres et, naturellement, les acquéreurs, qu’ils soient importants ou petits, peuvent avoir leurs propres préférences souveraines, quelles que soient les autres normes qui existent.”

O transcorrer deste processo aponta, como não poderia deixar de ser, para um objetivo claro e específico, qual seja o da promoção de um *Sistema Geral de Certificação*, que visa o estabelecimento de critérios compatíveis com as exigências dos consumidores e com as características dos produtos, em âmbito internacional.

A própria ISO passa a regular o crescente aumento das Certificações da Qualidade em todo mundo, mais propriamente através de seus relatórios sobre os princípios e práticas da Certificação, em cooperação e parceria com os órgãos internacionais CNUCED/GATT - CCI. Segundo a direção da ISO e do CNUCED/GATT, a certificação de conformidade das normas é considerada um complemento precioso para a relação comprador / vendedor:

“La certification de conformité aux normes est considérée par de nombreux pays, et vis-à-vis de nombreux produits, comme un complément précieux à la relation acheteur/vendeur. En outre, elle peut être un facteur important pour permettre aux pays en voie de développement d’avoir accès aux marchés étrangers. Dans la plupart des pays, les systèmes de certification de conformité sont mis en oeuvre directement ou indirectement sous l’égide de l’organisme national de normalisation qui est membre de l’ISO. Les organismes nationaux sont utiles à leurs communautés en aidant à élaborer des normes adaptées aux exigences locales et en satisfaisant aux besoins des producteurs autochtones en ce

qui concerne la certification de conformité.” (STUREN et ALEXANDER. *Certification - principes et pratiques. Avant-propos.*)

Os *organismos nacionais*, citados acima, passam a exercer papel primordial no que concerne à aceitação das novas normas - sempre adaptadas às exigências locais - mas, e principalmente, às circunstâncias do comércio internacional. O INMETRO, por exemplo, mantém grupos habilitados exclusivamente para coordenar, em âmbito nacional, os processos de Certificação de Produto e de Certificação de Sistema, conforme o caso, todos baseados no princípio geral da Qualidade comprometida, conceitual e tecnicamente, com as novas relações internacionais que se desenvolveram a partir de então.

Surgia, assim, a transformação do conceito *de Qualidade* para a imposição das técnicas *da Qualidade*.

Sobre esta mudança considerável, no caso o acréscimo do artigo definido *a* ao pronome *de*, segundo a Norma ISO 8402, a Garantia da Qualidade é definida como “*um conjunto de todas as atividades planejadas e sistematicamente implementadas no âmbito do Sistema da Qualidade e, quando necessário, demonstradas por forma a proporcionar confiança adequada de que uma entidade está em condições de satisfazer os requisitos da Qualidade.*”

Esta Norma - *ISO 8402: Quality-Vocabulary* -, refere-se ao vocabulário empregado em todas as séries de normas utilizadas. A expressão “*da Qualidade*” - interpretação da Norma, traduzida para os países de língua portuguesa, nomeadamente o Brasil, que empregarei doravante - resulta da transformação do substantivo feminino *qualidade* em locução adjetiva (porque precedida da contração da preposição *de*), na qualificação de um sujeito sempre presente na análise, que é a Qualidade, em maiúsculas - *da Qualidade* (36).

(36) Ernani Terra (*Gramática*, p. 176), adverte: “Não se deve contrair a preposição *de* com o artigo que encabeça o sujeito de um verbo. Ex.: *está na hora da onça beber água* - errado -, *está na hora de a onça beber água* - correto.” Portanto, é preciso cuidado para fazer-se referência à Qualidade, precedida da contração de preposição com o artigo definido (*de + a*), porque o verbo - conforme chama atenção Terra - é palavra que designa ação, estado, qualidade ou existência de pessoa, animal ou coisa. No caso “*da Qualidade*”, a expressão se faz passar por verbo porque a *Qualidade* designa ação, estado e *qualidade* ou existência de coisas. Por sua vez, a palavra *confiança*, referida pela ISO 8402, está associada à idéia e ao próprio surgimento dos Sistemas da Qualidade, formalizados a partir da primeira edição das Normas ISO, em 1987. Esta data marca uma etapa fundamental no desenvolvimento teórico-conceitual dos referenciais normativos, no domínio *da* Qualidade.

A partir da década seguinte (1980-89), portanto, passada a gestação das novas práticas comerciais e a necessária estruturação dos aparelhos reguladores nacionais -, as corporações, de maneira geral, sentiram-se compelidas a dedicar atenção ao *novo conceito*: os focos voltaram-se, basicamente, para cinco grupos de interesses na Qualidade, a saber:

- 1) clientes;
- 2) colaboradores;
- 3) acionistas / proprietários;
- 4) fornecedores;
- 5) comunidade.

Os Sistemas de Certificação da Qualidade tornam-se, portanto, o elo fundamental entre os Sistemas da Qualidade - na empresa - e sua relação com o exterior. Estes princípios estão implícitos nas Normas Internacionais ISO 9000 e resultam, em última instância, no fundamento básico, que se quer ético, da Garantia da Qualidade, isto é, o compromisso gerado entre todos será mantido de forma omnilateral:

- Garante-se ao cliente que todos os requisitos da Qualidade serão satisfeitos e que, quando requerida avaliação externa ou revisão de Certificação, estas serão possíveis a qualquer momento;

- Garante-se à direção da empresa e a todos os seus colaboradores que os procedimentos e requisitos da Qualidade serão cumpridos e que, além do mais, esforços no sentido de sua melhoria serão constantemente empregados;

- Garante-se a continuidade da Qualidade dos produtos e serviços, de modo a satisfazer permanentemente as necessidades dos clientes e outros grupos interessados.

A corporação, independentemente de sua atividade, deve considerar, a partir de então, as conseqüências e oportunidades de adotar tais critérios e coexistir com os novos processos, vale dizer: aqueles que levam em conta, primordialmente, a Qualidade.

O desenvolvimento dos trabalhos normativos, após a primeira edição das Normas ISO 9000, voltadas especialmente para a Qualidade, tem ocorrido em ritmo progressivo. A estatística de adesão de corporações e países às Normas demonstra que se trata de um movimento plenamente consolidado na comunidade empresarial internacional (vide

Anexos). Além disto, especialistas no assunto se têm feito representar em Comissões Técnicas para tratamento das Normas de Gestão e Garantia da Qualidade, em especial no Comitê ISO/TC 176. Vale destacar que a intervenção de uma terceira parte - aquela que garante o Princípio de Independência -, passa a ser necessária para avaliar a efetiva e adequada implementação da Qualidade numa organização. Entre as Corporações e os Organismos Nacionais/Internacionais controladores das Normas - e respectivos Certificados -, passam a existir os Organismos Credenciadores, especializados na implantação, auditoria e certificação dos Programas e Sistemas da Qualidade.

A credibilidade e a aceitabilidade de independência, por sua vez, devem deixar transparecer a neutralidade – em qualquer disputa – capaz de angariar a plena adoção de si pelas partes envolvidas. Para tanto, procuro verificar o exemplo que se segue, conforme cita a IAF (*International Accreditation Forum, Inc.*) em seu relatório *IAF Guidance On Application Of ISO/IEC Guide 65*:

“The term ‘shall’ is used throughout this document to indicate those provisions which, reflecting the requirements of ISO/IEC Guide 65, are mandatory. The term ‘should’ is used to indicate those provision which, although they constitute guidance for the application of the requirements, are expected to be adopted by a certification body. Any variation from the guidance by a certification body shall be na exception. Such variations will only be permitted on a case by case basis after the certification body has demonstrated to the accreditation body that the exception meets the requirements of the relevant clause of ISO/IEC Guide 65 and the intent of this Guidance in some equivalent way. An accreditation body shall at all times maintain its impartiality as required by clause 2.1 of ISO/IEC Guide 61. Nevertheless, it shall be prepared to discuss this guidance and its interpretation with na applicant body, and, where appropriate, to responde to enquires.” (38)

O parágrafo acima chama atenção para o emprego dos termos “*shall*” e “*should*”. O verbete “*shall*” é empregado nas seguintes situações:

“(pret. Should). V. aux. Usado para: 1) formar o futuro normal dos outros verbos (ger. Usado apenas na primeira pessoa p. e. I shall go tomorrow, eu irei; we shall miss you, nós sentiremos falta de você... 2) exprimir intenção, obrigação, dever, ordem, promessa, permissão, etc...” (38)

(37) Cf. IAF Guidance on Application Of ISO/IEC Guide 65. p. 5.

(38) Cf. Barsa Dictionary. Verbetes SHALL, p. 493.

Desta sorte, o IAF lembra que somente permitirá (*shall*) o emprego do verbete “*shall*” para indicar provisões mandatórias. O boletim orientativo informa que qualquer variação - “*any variation... shall be an exception*” - do seu guia para a certificação exprime uma intenção de exceção. Mas, em contrapartida, as variações serão permitidas se examinadas caso a caso, desde que o *infrator* demonstre as cláusulas relevantes de emprego das variações não previstas no Guia. Posto nesses termos, um organismo certificador (*certification body*) é submetido a um organismo acreditador (*accreditation body*). O termo *accredited* se traduz por autorizado, acreditado, de tal sorte que um organismo acreditador mantém, necessariamente, sua imparcialidade o tempo todo - “*shall at all times*” -, mas, “não obstante”, possa discutir interpretações - “*nevertheless, it shall be prepared to discuss*”.

Como se vê, o *IAF Guidance* trata acerca de diversas cláusulas, condições e procedimentos para garantir, manter, estender, suspender e recolher (*withdrawing*) todas as certificações exibidas no mundo globalizado, através de auditorias internas nas corporações e revisões de gerenciamento, documentação, registros, confidencialidade e certificação. Toda a atenção do IAF está voltada para o atendimento, portanto, de normas rígidas de operação, semelhantes em espírito às leis, e designam, de maneira geral, a linguagem da *Qualidade* em seu mais estrito e especializado senso. As regras e cláusulas são aplicadas pelos membros da IAF em diversos países do mundo (39).

Como resultante da abrangência de atuação de tais organismos, pode-se verificar a existência de diversos relatórios, entre eles o das Nações Unidas (UNCTAD – *World Investment Report 1993*, WIR), que estimam estar, as *TNC's* (TransNationals Corporations), a controlar um-terço do setor privado do mundo produtivo, através de suas companhias chamadas “overseas”. O relatório da ONU diz que as *TNC's*, todavia, aplicam – de um total geral de investimento – apenas 1 (um) por cento no estrangeiro. Chomsky comenta a este respeito o seguinte:

(39) Membros IAF à época da presente pesquisa: Argentina, Austrália, Brasil, Canada, China, Colômbia, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Malásia, Holanda, Noruega, Filipinas, Singapura, Eslováquia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taipei, Tailândia, Reino Unido, Estados Unidos da América. No Brasil, o organismo acreditador é o INMETRO, cuja representação se vincula aos demais componentes do grupo mundial citado.

“In contrast, they impose no corresponding obligations on TNCs. Similarly, the World Bank publishes guidelines for treatment of private FDI (Foreign Direct Investment) by host governments, but ‘they do not deal with the obligations of foreign investors, except in very general ways’, the WIR points out. Attempts to develop a Code of Conduct for TNCs broke down in July 1992; ‘This brings to a formal end the most comprehensive effort to create a global and balanced framework for FDI’, the WIR notes.” (Cf. Chomsky, N., *World Orders Old and New*, p. 181)

Cabe lembrar acerca do formulário TNC (que faço menção nos Anexos), pois deve-se notar que representa, em outro contexto, os *Tratamentos de Não-Conformidade (TNC's)*, e visa corrigir / controlar as coisas que estejam, eventualmente, desestabilizadas, segundo o processo normal pelo qual deveriam seguir no âmbito interno da corporação, e vem a tornar-se imprescindível para todo e qualquer Sistema da Qualidade. O emprego da mesma sigla (TNC), utilizado tanto pela ONU quanto por nosso autor, para o que seja ou possa representar uma TNC - *TransNational Corporations* - , mostra, por um lado, que as TNC's são fundamentais para a manutenção de Sistemas da Qualidade e, por outro, que as TNC's não sobrevivem sem estabilidade interna ou externa. Uma depende da outra tanto quanto o capital depende do trabalho. Conforme citei no capítulo anterior, sobre a mão-de-obra a baixos custos, cabe reprisar a mesma passagem, agora sobre o enfoque das TNC's:

“GM can move to Mexico, or now to Poland, where it can find workers at a fraction of the cost of Western labor and be protected by high tariffs and other restrictions. Volkswagen can move to the Czech Republic to benefit from similar protection, taking the profits and leaving the government with the costs. Daimler-Benz can make similar arrangements in Alabama. Capital can move freely; workers and communities suffer the consequences. Meanwhile the huge growth of unregulated speculative capital imposes powerful pressures against stimulative government policies.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 127)

Outros exemplos deste fluxo de capital e fuga das políticas protecionistas estrangeiras contrárias às TNC's, dados por ele, são de corporações que usam os benefícios oriundos do crescimento do valor de suas ações, combinado com as “*domestic constituencies*”, para ter excesso de capacidade de produção (veja-se, *Profit Over People*, p. 147 e 163), auferir lucros diante de perspectivas de crises e greves gerais, pelo aumento da geração de excedente. Consequentemente, isto fazer subir as vendas em até 50 por cento.

Esta *Era da Qualidade* evoca um passado clássico liberal com sua doutrina econômica empregada como arma de guerra:

“As in the early industrial revolution, the technology is designed to increase profit and power, ownership and managerial control at the expense of meaningful work, freedom, human life, and welfare; other social arrangements could develop its liberatory potential. Similarly, current debates about welfare-worfare can hardly fail to evoke memories of Malthus and Ricardo, whose new ‘science’ allegedly showed that the poor majority could only be harmed by efforts to help them – a demonstration with the certainty of the ‘principle of gravitation’, Ricardo declared.” (Cf. Chomsky, N., *World Orders Old and New*, p. 186)

Como respaldo à necessidade de flexibilização dos ganhos destas corporações (*TNC's*), o NAFTA atua da seguinte forma:

“It did not take long for such fears to be realized. Shortly after the NAFTA vote in Congress, workers were fired from Honeywell and GE plants for attempting to organize independent unions. The Ford Motors Company had fired its entire work force in 1987, eliminating the union contract and rehiring workers at far lower salaries. Forcefull repression suppressed protests. Volkswagen followed suit in 1992, firing its 14,000 workers and rehiring only those who renounced independent union leaders, with government banking. These are central components of the ‘economic miracle’ that is to be ‘locked in’ by NAFTA.” (Cf. Chomsky, N., *Profit Over People*, p. 125)

As *TNC's* representam, assim, o mundo dos mesmos princípios do comércio livre – *free trade* –. Outro exemplo vem do Canadá:

“For example, one of the effects of the called free trade agreement with Canada was to stimulate a big flow of jobs from Canada to the southeast US, because that’s an essentially nonunion area. Wages are lower; you don’t have to worry about benefits; workers can barely organize. So that’s an attack against Canadian workers. [...] Daimler-Benz, which is Germany’s biggest conglomerate, was seeking essentially Third World conditions.” (Cf. Chomsky, N., *Secrets, Lies and Democracy*, p. 19)

1.5 - Sobre as opções de Certificação da Qualidade.

As Normas reconhecidas - aquelas que serão objeto direto do presente trabalho, especialmente as normas da série 9000 (vide Anexo) – afiguram-se como um *Modelo de Certificação* cujo objetivo declarado também é o de transformar a empresa convencional em competitiva. Se, por um lado, as Corporações aderem à regra geral proposta em termos internacionais, por sua vez também vislumbram a perspectiva do aumento da produtividade e, conseqüentemente, do lucro.

No escopo dessas considerações empresariais, há que se optar por dois tipos de Certificação: do Produto e/ou do Sistema.

Uma empresa pode ter seu Sistema da Qualidade certificado, auditado e plenamente regularizado e, ao mesmo tempo, produzir produtos não certificados. Outra empresa também pode ter a Certificação do Produto ratificada pelos organismos reguladores e não ter seu próprio Sistema da Qualidade certificado.

Sobre isto, a IAF emite regularmente o *IAF Guidance On Application Of ISO/IEC Guide 65* (op. cit.), que trata dos requerimentos gerais para operação dos Sistemas de Certificação de Produtos.

No conjunto dos termos tratados pelos organismos certificadores da Qualidade, fala-se, em separado, do que vem a ser Certificação do Produto e Certificação do Sistema. Ressalte-se que é plenamente possível certificar-se uma empresa, dando-lhe o selo internacional da *Qualidade*, pelo *Sistema da Qualidade* sem que o produto por ela desenvolvido tenha, concomitantemente, *Certificação do Produto*.

Como as Normas Internacionais ISO 9000 fundam-se também no princípio de que qualquer atividade está associada a um processo de transformação, o princípio clássico do *valor* fica reforçado, uma vez que a transformação acrescenta valor: dada a Entrada, tem-se o Processo (transformação) e a Saída. Portanto, se numa organização complexa o objetivo é o de acrescentar valor, a complexidade da rede de interação entre os diversos processos dilui a noção de linearidade acima subentendida. Um contraste mostra que a Qualidade, em certo sentido, traz consigo a noção de “*feed-back*” - ou retro-informação -. Se ela garante Qualidade, antes exige garantir-se de qualidade de informação.

Sob este aspecto conceitual, qual seja o do fluxo da Qualidade, logo se vê que o fornecedor situa-se, estrategicamente, no *ponto abárico* da cadeia sub-fornecedor - fornecedor - cliente. Agrega-se a isto o conceito de Transformação, ao longo do processo produtivo, ficam evidentes todos os elos dessa corrente da Qualidade e a impressão de um modo operacional linear onde a quebra de um representa o insucesso de todos.

- Se, há prioridade para existência de diversos processos:

- 1) processos de investigação e tecnologia,
- 2) processos de concepção de produto,
- 3) processos de concepção de processos produtivos,
- 4) processos de operação de trabalho,
- 5) processos de manutenção,
- 6) processos financeiros,
- 7) processos de fornecimento,
- 8) processos de *marketing*,
- 9) processos de valorização de pessoal,
- 10) processos de treinamento de pessoal,
- 11) processos ambientais,
- 12) processos de produção,
- 13) processos de armazenagem,
- 14) processos de contabilização e custeio e
- 15) outros -,

- Então, pode-se verificar que a noção de linearidade - o elo rompido da corrente da Qualidade – evolui, necessariamente, para uma noção de resultantes centrípetas e tangenciais, onde ao centro encontra-se o Sistema da Qualidade e no seu “em torno”, na órbita mais próxima, gravitam os processos descritos.

O Sistema é concebido para apresentar diversos planos que giram em torno da Qualidade, em órbitas equilibradas por forças e resultantes, que evitam as dispersões e

impedem as colisões. O centro deste sistema é representado pelo paradigma da Qualidade que deve garantir os resultados do valor do produto, da satisfação profissional, da capacidade de investimento, da continuidade de oportunidades de negócios e do reconhecimento da comunidade.

Nesta ordem de acontecimentos, as expectativas de todos os interessados - em especial as Corporações Internacionais - se dão na medida em que o Sistema da Qualidade não se caracteriza tão somente por sua estrutura normativa, mas principalmente nas conseqüências daí advindas, quanto às responsabilidades, procedimentos e recursos utilizados. Impõe-se um alto grau de compatibilidade e coordenação de todos os processos integrados, que exigem:

- planejamento estratégico,
- estabelecimento de prioridades,
- altos investimentos em tecnologia,
- treinamento de pessoal,
- e comprometimento irrestrito de todos os envolvidos.

Diante disto, além das especificidades relativas à moderna Administração de Empresas - enquanto ciência -, a adequação aos modelos da Norma Internacional - como se viu, considerada aos moldes da constituição das leis -, conduzem as corporações, daquela relação dos *pares distintos*, para o *plano das normas*, em especial os critérios da série ISO 9000.

A série ISO 9000, que representa uma parcela da ISO completa, é um conjunto de normas técnicas que trata exclusivamente da Qualidade. De forma geral, cabe lembrar, as normas ISO 9000 são empregadas em dois sentidos básicos, a saber: o da Gestão da Qualidade e o da Garantia da Qualidade.

Quanto à Gestão da Qualidade - cuja norma básica é a ISO 9004-1 -, a série adere à filosofia de gestão que considera as atividades e as funções de uma organização como algo intrinsecamente interligado, capaz de influir na qualidade dos produtos e/ou serviços. A este respeito, a Norma ISO 8402 define como: “*Todas as atividades da função gerencial que determinam a política da qualidade, os objetivos e responsabilidades... [...] ... por*

meios como planejamento da qualidade, controle da qualidade, garantia da qualidade e melhoria da qualidade dentro do sistema da qualidade.”

Sobre a Garantia da Qualidade - ISO 9000, cujas normas básicas são subdivididas em ISO 9001, ISO 9002 e ISO 9003 -, trata-se do conjunto de atividades voltadas para o cliente e o fornecedor, conforme a norma ISO 8402: *“Conjunto de atividades planejadas e sistemáticas, implementadas no sistema da qualidade e demonstradas como necessárias, para prover confiança adequada de que uma entidade atenderá os requisitos para a qualidade.”*

1.6 - Os requisitos da Norma ISO 9000.

O Item 4 (Tópico Descritivo) da Norma ISO 9000 especifica acerca dos Requisitos a serem empregados, sob dois aspectos:

- de um lado, na empresa, tudo aquilo que diz respeito à implementação das recomendações e a conseqüente manutenção e melhoria contínuas do processo produtivo;
- de outro lado, no organismo certificador, que tratará de efetuar auditorias, fornecer e retirar Certificados da Qualidade e fazer cumprir os regulamentos. Note-se que não se trata, contudo, de um processo de terceirização, antes sim de uma exigência, como diz a ISO, “alfandegária”.

Estabeleceram-se, como regra, vinte itens de *Requisitos do Sistema da Qualidade*, acerca dos quais discorro no *Anexo 2*. A leitura atenta do *Anexo 2* pode mostrar a interação e a dependência de todos por todos, envolvidos no processo industrial e/ou de serviços, de onde podem ser extraídas inúmeras conclusões e para onde as regras de normatização apontam.

Concomitantemente, apresento também algumas referências cruzadas, como o quadro sinóptico da lista dos requisitos da Norma, em relação à ISO 9004-4 - sobre dependabilidade (40) e, para efeito comparativo, também o quadro sinóptico de inter-relação entre os requisitos da Norma ISO 9001 e ISO 9000-3, por se tratar esta última de requisitos voltados para a indústria de *software* (assunto que não pretendo abordar). O efeito comparativo não tem interesse direto na presente pesquisa, mas permite observar as preocupações de padronização e normatização voltadas para o setor da Informação, propriamente (41).

Ao optar por obter a Certificação do Sistema da Qualidade, uma empresa qualquer pode decidir pelas normas ISO 9001 ou 9002, por exemplo.

(40) Quadro sinóptico de referência cruzada com a norma de dependabilidade.

(41) Quadro sinóptico de referência cruzada com a norma de *software*.

Embora seja questão secundária, aquelas empresas que optam apenas pelas Normas ISO 9002, baseiam-se na possibilidade de não terem seu setor de Projetos e Novas Concepções, sob controle da Norma. Outras empresas, por seu turno, investem mais recursos e buscam o Certificado da Qualidade sob Normas ISO 9001, obrigando-se à submissão do setor de Projetos. Sucessivamente, cada certificação depende, naturalmente, do caráter estratégico que as empresas entendam necessitar diante das exigências do próprio mercado de fornecedores e compradores de seus produtos e/ou serviços.

1.7 - Algumas correlações entre os requisitos da Norma ISO 9000 e os novos paradigmas da gestão empresarial.

1.7.1 - Os itens 4.6, 4.7 e 4.8 da Norma (*Anexo 2*) e a dependência.

Como já tive oportunidade de mencionar, as normas reguladoras de Gestão da Qualidade e Garantia da Qualidade tratam também das diretrizes para desenvolvimento, fornecimento e manutenção de programas de "dependabilidade".

O termo deriva de *to depend*, traduzido como "confiar (muito) em". Na versão anglicizada, para o Português, há um sentido estranho embora já esteja incorporado, por assim dizer, ao jargão dos meios da Qualidade, no Brasil. Com efeito, *to depend* está melhor definido na norma ISO 9000-4 - Guia de Gestão do Programa de Dependabilidade (ISO 9000-4 - Normas de Gestão da Qualidade e Garantia da Qualidade - Parte 3: Guia para a Gestão do Programa de Dependabilidade). Descrever o desempenho quanto à disponibilidade e seus fatores de influência, tais como confiabilidade.

A Norma fornece orientação para o gerenciamento de programas de dependabilidade que abrangem aspectos como planejamento, organização, direção e controle de recursos voltados para a fabricação de produtos, com confiabilidade e *mantenabilidade* (o que seria a capacidade de manter a confiabilidade de tudo o que se disse).

Na rotina da empresa, para os empregados que, diariamente, lidam com a regra, o termo se traduz como a capacidade de gerir programas de dependência. Por exemplo, de fornecedores críticos de produtos e materiais que poderiam, eventualmente, comprometer a linha de produção, em face de algum atraso ou rompimento catastrófico de contratos de fornecimento. Nesse caso, sistemas de avaliação de fornecedores, construídos com rigor absoluto, periodicamente qualificam e desqualificam fornecedores (notas com pesos previamente equacionados em função do valor mais importante na situação) e levam em conta condições como datas de entrega, quantidade e qualidade garantidas, preço, especificações técnicas, etc. Desta forma, numa cadeia que se inicia com os insumos básicos até o consumidor final (que pode ser uma grande indústria), o "pipe line", vale dizer

todo o circuito, entre fornecedores e sub-fornecedores, linhas de produção, ficam dependentes uns dos outros, numa cadeia rigorosamente controlada.

A partir desta regra da dependabilidade é que se torna possível, entre outras, adotar-se o princípio da rastreabilidade.

A *rastreabilidade*, por sua vez, pode significar a capacidade de um sistema (mecanizado ou manual) rastrear um produto, desde sua origem, na composição de matéria-prima, produção, estocagem, embarque, faturamento, entrega e uso do cliente. Dado algum problema detectável, poder-se-á informar o lote de produção daquele produto e promover-se ações corretivas e preventivas para a solução do problema eventual apresentado.

A dependência permite o controle e a dependabilidade promove a rastreabilidade. Conforme aludi anteriormente, ao lembrar Castro, pode-se chamar a isto de *reverse dependense*, que faz o desempenho individual ceder vez ao acompanhamento do desempenho de equipes, e a eficiência, assim como a confiabilidade, passam a depender do coletivo e a criar uma comunidade de interesses.

Ambos os conceitos enquadram-se, em especial, ao item 4.6 (Aquisição), 4.7 (Controle do produto fornecido pelo cliente) e 4.8 (Rastreabilidade) da Norma NBR ISO 9000.

No primeiro caso - item 4.6 -, estabelece-se que o fornecedor deve manter procedimentos documentados para assegurar que os produtos adquiridos estejam em conformidade com os requisitos específicos. Os requisitos, portanto, da gestão de um departamento de compras devem incluir, entre outros, a avaliação e a seleção dos subcontratados, devem possuir especificações claras, devem facilitar a verificação adequada e devem prever procedimentos de inspeção relativos.

Repetido intencionalmente, o verbo Dever é a palavra de ordem.

Vê-se, claramente, conforme propõe a Norma, que faz-se o *controle do controle*.

O fornecedor é controlado no seu ato de contratar, avaliar e selecionar subcontratados (e o raciocínio inverso também ocorre), de forma que a base da capacidade destes em atender aos requisitos da subcontratação seja adequada aos requisitos de Sistema da Qualidade e de outros quaisquer, específicos, de Garantia da Qualidade. Neste sentido, a prática recomenda que as avaliações de sub-fornecedores sempre se dê sob procedimentos adequados. Além disto, ao avaliar os subcontratados, define-se o tipo de abrangência do

controle que se exerce pelo fornecedor ao sub-fornecedor. Do impacto do produto fornecido, pode-se avançar para além dos controles do fornecedor, indo-se diretamente ao sub-fornecedor, que se obriga à Garantia da Qualidade. As análises críticas de desempenhos e a avaliação com base em normas de sistemas levam a uma organização onde registros são amplos e permitem uma efetiva avaliação.

O grau de controle pode chegar ao ponto de exigir documentos com dados que descrevam claramente o produto a ser adquirido, na tentativa de se evitar problemas nas compras por pedidos mal formulados. Para tanto, descrevem-se tipo, grau, classe, identificação precisa do produto, título e edições aplicáveis de especificações, desenhos, requisitos de processos, instruções para inspeção e outros dados técnicos, procedimentos e, finalmente, equipamentos de processo e pessoal.

Ao item 4.7 da Norma - Controle do Produto -, o fornecedor se obriga a manter procedimentos documentados para o controle de verificação, de armazenamento e de manutenção do produto fornecido pelo cliente. Aqui, pactua-se o exame do produto no setor de Recebimento e verificam-se:

- 1) a quantidade recebida,
- 2) os danos no transporte,
- 3) a identificação do produto recebido,
- 4) datas de entrega compatíveis com pedidos de compra,
- 5) preços negociados.

Sistemas informatizados complexos são desenvolvidos para avaliar o fornecedor do departamento de Compras. Os sistemas devem estar integrados aos bancos de dados de sistemas desenvolvidos para outros departamentos, tais como:

- Sistema de Contas a Pagar, para efetuar-se os pagamentos diante da remessa e gerar crédito de fornecedor imediatamente após o recebimento autorizado;
- Sistema de Engenharias, para verificar-se as especificações técnicas dos produtos, exigidas internamente;
- Sistema de Contabilidade, para realizar-se a distribuição contábil devida, entre contas Transitórias de Fornecedores e Transitórias de Estoque;

- Sistema de Estoque, para transferir-se os produtos recebidos para armazenagem virtual;
- Sistema de Produção, para disponibilizar os produtos conforme o “*mix*” de produção ideal vigente;
- e outros sistemas menos críticos para a situação, tais como Sistema de Custos, “*Crib Control*”, etc.

Na ocorrência de algum extravio, dano ou inadequação ao uso de tais produtos, elaboram-se registros e relatos ao cliente, sabendo-se que tais verificações não isentam os clientes da responsabilidade de prover produto aceitável. Além do que, todo um processo de sistemas informatizados acionam o *reverso*, para desfazerem-se das transações já realizadas.

Por fim, o item 4.8 da Norma - Identificação e rastreabilidade do produto -, que determina, sem sombra de dúvidas, a identificação dos produtos e a possibilidade de recuperação de sua história, exige o estabelecimento de procedimentos documentados para a identificação do produto, sejam quais forem os meios possíveis, a partir do recebimento e durante todos os estágios de produção, entrega e instalação. De uma forma ou de outra, a identificação se dá por unidade ou por lotes, através de etiquetas, placas, códigos de barra, sensores ou qualquer outro meio, desde que cumpram a função adequadamente.

Sistemas de Engenharia de Produto, para tanto, estabelecem a árvore *genealógica do produto*. Durante as diversas etapas do processo produtivo, nos Sistemas de Produção são reportadas as passagens do produto (ou seus componentes / sub-componentes) ao longo da linha de fabricação (ou similar). A cada passo das operações de produção relacionam-se os números dos lotes dos componentes / sub-componentes, e sucessivamente, até chegar-se ao reporte do produto acabado.

Registros dos dados são armazenados nos sistemas de controle por longo tempo, para a eventualidade de alguma consulta acerca da rastreabilidade.

Como se vê, por definição, a rastreabilidade, portanto, é a capacidade de recuperar a história de um produto ou serviço. Conforme procurei mostrar ao discorrer, resumidamente,

sobre três itens da Norma NBR ISO 9001 - 4.6 (aquisição), 4.7 (controle do produto) e 4.8 (rastreabilidade) -, os termos dependabilidade e rastreabilidade representam mais, especificamente, que uma nota de rodapé. Nas Corporações onde os Sistemas da Qualidade controlam o ambiente, esses termos têm mais que significado: *trazem consigo pesadas e onerosas conseqüências*.

Cada fornecedor, em toda a cadeia do Sistema, que provocar algum tipo de deslize, estará incluso num processo de Não-Conformidade e estará sujeito a receber um relatório *TNC* - Tratamento de Não-Conformidade -. A corporação (TNC) estará atenta para que a evidência objetiva do deslize não mais se repita e que os procedimentos sejam ajustados com mais rigor, como medida *preventiva e preditiva* da Não-Conformidade.

Lembro que corrigir o problema - atuar de forma corretiva, fazer-se a correção, conforme estabelece a Norma - é, antes de mais nada, agir preventivamente, pois não se admite uma correção que não previna falhas futuras.

1.7.2 - O item 4.18 da Norma: treinamento para tarefas.

Concomitante aos itens da Norma relativos à rastreabilidade e dependabilidade, e suas relações intrínsecas com os conceitos fundamentais da Ciência da Administração Participativa, trago também, para reflexão, outro assunto que remete à mesma sobreposição - Normas Internacionais da Qualidade versus Gestão Administrativa -, a saber: o tratamento dos recursos humanos voltados para o treinamento de tarefas.

O termo *treinamento* se define como o ato de tornar apto, destro, capaz, para determinada tarefa ou atividade, habilitar, adestrar. O exame do item 4.18 da Norma, contudo, trata da repetição e da aferição, constante, dos procedimentos que especificam o que fazer, como fazer, quando fazer, por quem deve ser feito e porque fazer determinada tarefa.

O ideário preconizado pelo processo de treinamento - conforme orientação da Norma (item 4.18) -, para os colaboradores (empregados), em todo o mundo, visa a padronização / homogeneização da mesma língua e das mesmas expressões corporais: adjetivos pessoais relacionados ao corpo, processos de comunicação, posturas e gestos elegantes. Pés devem manter-se um pouco afastados um do outro, com um deles ligeiramente para frente. Mãos devem deixar-se cair naturalmente no sentido longitudinal do corpo. Rostos devem transmitir serenidade, alegria, atenção, sempre a olhar para o público empregado e mostrar prazer em estar ali. Olhos procuram pela atenção da assistência colaboradora; roupas discretas que não atraíam atenção durante as falas. Gestos adequados, concordantes e persistentes; devem ser aprendidos e, no entanto, parecerem naturais.

A mão-de-obra é treinada em técnicas de "rapport", cuja significação aqui é a da relação que se estabelece como laços de harmonia, confiança, empatia e ressonância dos indivíduos para com os demais - embora isto esteja em aparente desacordo às afirmações de Ouchi, vistas anteriormente -. Todos são treinados em princípios básicos de comunicação sob lemas tais como "primeiro acompanhar para depois conduzir". As vozes

que falam para empregados, que treinam e se podem adequar aos diversos sistemas de qualidade com o mesmo fim, devem ser cuidadosamente selecionadas:

- "voz de ouro" para emitir tons rápidos, de natureza eloqüente;
- "voz de prata", usada para assuntos que pedem reflexão, compreensão imediata e raciocínio;
- "voz de bronze", de natureza "pesada", volumosa, lenta, própria para assuntos "majestosos";
- "voz de veludo" para assuntos líricos, ternos, meigos, carinhosos e confidenciais eventualmente tratáveis dentro da corporação.

Nas corporações Certificadas, dá-se grande importância ao ajuste da linguagem verbal e não-verbal. Empregam-se técnicas de relaxamento para controlar estresse, tais como a de rolar-se a cabeça, com a boca levemente aberta, num padrão circular, no sentido dos ponteiros do relógio, recomendado até um mínimo de oito vezes. Os bocejos e o gesto de espreguiçar são permitidos, porque alongam a musculatura e induzem no sentido de espriar, expandir e espertar, ou tirar a preguiça. Executam-se exercícios de trava-língua tais como pronúncias de frases complexas e, por vezes, desprovidas de sentido. Os treinandos colaboradores, para suportarem seus exercícios de trava-língua e apresentação em público corporativo, para tanto, são previamente educados para manter a comunicação eficaz, com o emprego de boa voz, com exercícios diários labiais de "soprinho", "pssssssiu", "xisssssss", "sopro de vela", e o formidável exercício labial "mi mi mi", todos repetidos três vezes ao dia. A Norma estabelece, em seu item 4.18, que o *Treinamento* deve se dar para garantir que o pessoal tenha capacitação para suas respectivas tarefas (42).

(42) Cf. manual de curso. TSA Consultoria Empresarial e Representações Ltda. *Auditoria da Qualidade Aspectos Comportamentais e Práticas*. Nov/Dez/97. "Quando lhe fala da falha falha-lhe a fala, tagarelarei, tagarelarás, tagarelará, tagarelaremos, tagarelareis, tagarelarão, na réplica a plebe pleiteia planos de pluralidade plausível na plataforma do diplomata, se sessenta e seis serras serram sessenta e seis cerejeiras seiscentos e sessenta e seis serras serrarão seiscentos e sessenta e seis cerejeiras, em rápido raptó um rápido rato raptou três ratos sem deixar rastros, o acróstico cravado na cruz da criança acreana criada na creche é o credo cristão cristalino cristalizado e acretinadamente crítico" e o exercício mais precioso nos treinamentos reza que "O arcebispo de Constantinopla será desarcebispoconstantinopolizado. Quem o desarcebispoconstantinopolizará? Quem o desarcebispoconstantinopolizar bom desarcebispoconstantinopolizador será!"

O *fornecedor* deve estabelecer e manter procedimentos documentados para identificar as necessidades de treinamento e providenciá-lo, quando necessário, para todo o pessoal que execute atividades que influam na Qualidade. Seria bom dissipar uma eventual dúvida, neste momento, acerca do emprego do termo *fornecedor*: como é possível depreender, todos são *fornecedores*, posto que todos dependem de todos, já que o fornecimento - o dar, o abastecer - é o compromisso primeiro.

Os comitês técnicos da Qualidade, liderados pelo TC 176, responsável pela elaboração da ISO 9000, buscam mudanças na série de normas, para *racionalização e melhoria* - conforme revisão em curso a partir do ano 2000. Segundo a revista *CQ-QUALIDADE*, em reportagem com José Paulo Silveira (secretário do Ministério do Planejamento e presidente do CB-25, similar brasileiro do TC 176), a participação do CB-25 em termos internacionais é decisiva neste sentido e também para a disseminação das normas no país (43).

Esta observação é importante, porque há vários setores em uma empresa que não interferem diretamente na Qualidade, conforme o caso. Por exemplo, numa indústria cerâmica que pretenda obter sua Certificação do Sistema da Qualidade pela norma ISO 9002, não haverá necessidade de manter procedimentos para sua área de Projetos, como também não será necessária a elaboração de procedimentos de controle para departamentos como Contabilidade, Contas a Pagar, Contas a Receber. Isto implica no fato de que, efetivamente, os treinamentos relativos ao Sistema da Qualidade se dão no âmbito do mais rentável, como ponto chave para o sucesso do programa, vale dizer: somente para pessoal que executa atividades que influem na Qualidade - os *fornecedores* da Qualidade.

(43) Cf. revista *CQ-QUALIDADE*. *O que muda na série ISO 9000* - novembro/97 - p. 48 e ss.: "É comum, por exemplo, encontrar empresas que possuem área de projeto e desenvolvimento, mas exibem a certificação pela ISO 9002. Isso acontece porque a empresa prefere deixar para depois a trabalhadeira de certificar a área de projetos. 'Algumas empresas certificadoras acabam estimulando isso. É uma forma de ganhar mais dinheiro', diz Silveira. Com as novas normas, a empresa vai ter de fazer o serviço completo, caso contrário não terá o certificado. O CB-25 não tem um levantamento sobre o número de empresas que se aproveitaram dessa brecha no sistema atual. Seus integrantes acreditam apenas que esse total não é significativo. Para essas empresas, o CB-25 lança um aviso: 'É bom começar a se preparar para certificar todas as áreas e não deixar o trabalho para a última hora', diz Silveira. O aviso cai como uma luva para muitas companhias. Até mesmo para a maior de todas, a Petrobrás, líder nacional em número de certificados, com 27, até setembro último. Desse total, apenas um é do tipo 9001, obtido pela fábrica de lubrificantes de Duque de Caxias, no Rio. O restante é 9002".

Para tanto, a Norma recomenda que se faça avaliação da capacidade do pessoal para as respectivas tarefas, que a identificação da necessidade de treinar se dê pessoa a pessoa, e que o treinamento seja planejado, organizado e executado como uma rotina na empresa.

Disto resulta que o *investimento feito no indivíduo* espera seu retorno imediato no sucesso do processo programado da Qualidade. Como consequência, a capacitação profissional - note-se bem, para aqueles empregados diretamente envolvidos com a Qualidade - exigida nos processos de seleção de mão-de-obra qualificada, ultrapassa os limites do conhecimento técnico e invade a região do comprometimento e da abnegação total ao desempenho pessoal.

O novo empregado (no sentido da capacitação profissional) é compelido à aceitação tácita de que sua capacidade técnica depende de seu grau de comprometimento com a tarefa, o que não poderia deixar de ser, em situações normais.

O investimento que a empresa faz na especialização da Qualidade do empregado extrapola a capacitação para o cumprimento da tarefa e encontra guarida num certo *ethos* que o leva a devolver, como forma de retribuição, mais que a habilidade, o dever comprometido com o todo.

1.8 - Dados sobre a Certificação da Qualidade e o Sistema da Qualidade - entrevistas, levantamentos e informações estatísticas.

A partir de informações obtidas junto ao INMETRO, apresento, a seguir, análises sobre o grau de satisfação de usuários dos Sistemas da Qualidade e outras ponderações. Repito aqui algumas conclusões extraídas dos anexos em questão (*Anexo 7, 7.1 a 7.6*, e seus quadros sinópticos de *a* até *q*).

Das Empresas Certificadas no mundo, observa-se - na análise dos gráficos e planilhas em anexo - o crescimento de Certificados da Qualidade, com números convincentes:

- a) Cresce, em dois anos (de 1997 a 1999), mais de 4800 por cento em alguns países;
- b) Por todos os continentes do mundo (embora eu não tenha incluído dados da Oceania), nota-se a penetração dos princípios da Norma ISO, conforme esboça as pretensões do estudo da ISO / GATT (1980) já citado. Aproximadamente cento e trinta mil empresas (entre elas incluídas suas unidades de negócios) pelo mundo, estavam certificadas segundo normas internacionais. A distribuição das riquezas, tomando-se como parâmetro o potencial produtivo das respectivas nações globalizadas, fica evidente nos quadros sinópticos que se seguem.

Das empresas certificadas no Brasil, apresento os dados quantitativos dos Certificados da Qualidade emitidos por Estados da Federação, da mesma fonte do CB - 25.

Pode-se verificar que o incremento da Qualidade - por via da emissão de Certificados da Qualidade - nada tem a ver, diretamente, com melhorias sociais para a população em geral. Os efeitos daí decorrentes representam objeto de outros estudos possíveis.

(44) Durante a fase de pesquisa de campo, realizei entrevistas nos órgãos IPEM e INMETRO, com vistas a obter informações classificadas e indicações importantes de consultas (vide *Anexos 3 a 6*). As pessoas citadas em minhas entrevistas, do INMETRO e IPEM, atenderam-me de forma cordial e aberta em todas as dependências destes órgãos. Prontificaram-se a fornecer-me quaisquer informações não-sigilosas ao seu alcance. Neste sentido, deixo expressa a gratidão, o respeito e a consideração que passei a nutrir pelos funcionários do INMETRO e IPEM.

Chamo a atenção para a emissão de Certificados da indústria do fumo, o que é peculiar: cigarros com o selo ISO 9000 garantem um processo produtivo reconhecido pela Qualidade em todos os países vinculados ao comércio internacional sob as vistas do ISO/GATT.

Outro fator relevante a notar, neste anexo, é que existe uma maioria esmagadora de Corporações que optam pela Certificação ISO 9002. Conforme já fiz alusão, anteriormente, isto pode significar que estas Corporações não tenham, em seu ambiente, os setores de Projetos e, portanto, não se sintam obrigadas a ter certificação ISO 9001. Todavia, sabe-se que esta última forma de certificação é mais onerosa, com necessário desembolso, a maior, para investimentos e despesas.

Também ressalto a emissão de *apenas* 47 Certificados para a área de Educação, na coluna 9002. Além de uma maior concentração de Certificados em segmentos da chamada indústria pesada ou bens de consumo relativamente caros, se comparados ao salário mínimo e à renda *per-capta* nacional.

Das observações importantes extraídas deste resumo sinóptico nos anexos de ordem 7, cabe notar a inexistência, à época desta pesquisa, de *Política de Certificação Nacional do CONMETRO*, conforme estabelece a Lei. Deve-se considerar, também, a inexistência de um *Planejamento Estratégico do Sistema Brasileiro de Certificação*, segundo exige a Lei, e outras mais (vide Anexos).

Sobre as Pesquisa de Satisfação de Usuários da Qualidade, apresento algumas conclusões, nos Anexos 7. Entre elas, chamo atenção em especial para alguns aspectos importantes, resultado dos dados coletados junto aos entrevistados, conforme a publicação à qual lá me refiro.

Capítulo II

A prudência, a simulação e a dissimulação: hermenêutica da Contingência.

2.1 – Exame da Ética das Contingências dadas as noções de prudência, simulação e dissimulação.

Nos capítulos anteriores, abordei as posições de Chomsky relativas à unificação dos comportamentos e da linguagem em face das políticas de gestão nas grandes corporações. Segundo nosso autor, os direitos coletivos tendem a ser negados e, ao mesmo tempo, esforços são feitos no sentido de incentivar a busca de ganhos pessoais. Esta propaganda imposta sob o rótulo de motivação traz no seu bojo reluzente todo um arsenal de domínio sobre os indivíduos humanos que são presos na cadeia produtiva reformulada pelos programas da Qualidade Total.

Por força das regras, o operário teme perder seu emprego, na sociedade capitalista, ao passar pelo problema existencial de salvar as circunstâncias para salvar-se a si próprio, de onde surge, no horizonte, o dilema da simulação e da dissimulação.

O alerta para o problema da simulação do comportamento é investigado ainda sobre um outro prisma, como segue:

“[...] Uma outra semelhança superficial é o interesse na simulação de comportamento, novamente só aparente, acredito eu. Como comentei anteriormente, a primeira revolução cognitiva foi estimulada pelas conquistas dos autômatos, muito como atualmente, e inventos complexos foram construídos para simular objetos reais (grifo nosso) e seu funcionamento: a digestão de um pato, um pássaro voando, e assim por diante. Mas o objetivo não era determinar se máquinas podem digerir ou voar. Jacques de Vaucanson, o maior inventor da época, estava preocupado em entender os sistemas vivos que ele estava modelando; ele construiu inventos mecânicos com o objetivo de formular e validar teorias de seus modelos vivos, não para satisfazer alguns critérios de desempenho (grifo nosso). Seu mecanismo de relógio, por exemplo, pretendia ser um modelo da digestão real de um pato, não um *fac simile* que pode enganar seu público. Resumindo, essa era uma simulação dos modos da ciência normal: construção de modelos (neste caso, modelos mecânicos) para aumentar a compreensão, não uma tentativa confusa de responder a uma pergunta que não tem significado.” (in: Chomsky, *Os caminhos do poder*, p. 33)

A partir desta citação, verifico que nosso autor entende a construção de mecanismos para “simular objetos reais” e seus “critérios de desempenho” como um *dever ter* fim específico, o de construção de modelos que possam contribuir para a compreensão e a validação de teorias de modelos vivos, na “ciência normal” (45).

Ele volta-se para o exame da tese segundo a qual há “uma crença geral na unidade da ciência” que leva “à expectativa de que exista uma resposta, mesmo que os humanos não sejam capazes de encontrá-la” (in: *Os caminhos do poder*, p. 30 e ss). Como interpretar, por exemplo, os fenômenos de funcionamento do cérebro humano ou, ainda, se há alguma razão especial para se esperar por uma solução?

O autor sugere que a adesão a este comportamento científico - de buscas e construções de modelos para explicar alguma teoria -, afasta para segundo plano a pergunta relativa à essência da coisa. Um avião de fato voa ou um computador realmente pensa? Os significados das palavras avião, voar, computador ou pensar sobrepõem-se, de forma que passa-se a entender que avião voa e computador pensa. Ao unificar significantes e significados, uniformizam-se, também, os comportamentos: os homens “podem” voar, em aviões, como pássaros e podem pensar como e com os computadores, e sucessivamente.

(45) A referência que nosso autor faz à “ciência normal” é uma alusão às quatro categorias citadas por Thomas Kuhn: ciência normal, paradigma, crise e revolução. No ambiente onde se pratica a “ciência normal”, Kuhn admite que, por vezes, haja a possibilidade de repressão a novidades fundamentais se, ao juízo de alguns cientistas, estas forem subversivas. Citando Thomas Kuhn (*A estrutura das revoluções científicas*), Maria Cecília Carvalho comenta: “Kuhn distingue a fase que ele chama de ‘ciência normal’ da fase da ‘ciência revolucionária’. O que é ciência normal? Podemos dizer que a maioria dos cientistas se ocupa durante toda sua vida profissional com aquilo que Kuhn denomina ‘ciência normal’. Através de instrução e treinamento recebidos, o cientista normal desenvolve uma determinada concepção acerca da natureza, um modo especial de enxergar a realidade, objeto de investigação de sua área de pesquisa. Tal concepção da natureza não deixa de possuir as características de preconceitos ou presunções acerca de como a natureza é constituída. Esses preconceitos adquiridos moldam-lhe a visão da realidade, de sorte que o cientista normal acredita que o universo se ajusta efetivamente às suas concepções, preconceitos ou presunções. A ciência normal ‘reprime por vezes novidades fundamentais’, pois estas são necessariamente ‘subversivas’.” (cf. Carvalho, M. Cecília. A construção do saber científico: algumas posições. In: *Metodologia científica – fundamentos e técnicas*. p. 75.)

Posto nestes termos, o autômato deixa de ser um modelo criado para simular e torna-se o modelo a ser imitado:

“... a abordagem à teoria da visão por David Marr e seus colegas, a investigação dos analisadores universais de Robert Berwick, o estudo de robótica para determinar como uma pessoa apanha um copo, etc. Isso tudo é perfeitamente considerável e tem sido, freqüentemente, também muito revelador. Da mesma maneira, perfeitamente considerável é o desenvolvimento de robôs para fábricas, ou sistemas inteligentes. Isso é tão legítimo quanto produzir máquinas de terraplanagem. Mas não havia nenhum interesse (grifo nosso) em mostrar que o desempenho de uma máquina de terraplanagem pudesse ser confundido com o de uma pessoa, e um programa de computador que pudesse ‘bater’ um grande campeão de xadrez é quase tão interessante como uma máquina de terraplanagem que pode ‘vencer’ a competição olímpica de levantamento de peso”. (in: *Os caminhos do poder*, p. 33)

Não seria pelo desenvolvimento de um programa computacional voltado para o jogo de xadrez ou mesmo de um robô que execute tarefas numa linha de manufatura, que Chomsky debitaria às pesquisas científicas e tecnológicas a causa da competição entre homens e máquinas. Em suas palavras, produzir modelos automatizáveis “é tão legítimo quanto produzir máquinas de terraplanagem”.

Contudo, a citação acima revela uma questão que salta à vista ao se interpretar suas palavras, a saber, da conjugação do verbo no sentido de passado pretérito, onde *haver* encontra-se na terceira pessoa do singular do *pretérito imperfeito*, abandonado por razão de *força maior*. O imperativo - *força maior* – aqui subjacente, é o lucro das grandes corporações que, como regra geral, têm na eficiência e na produtividade o *pretérito imperfeito* que determina o emprego maciço da robótica, por exemplo, a que, na maioria das vezes, “vence” o homem na rapidez e qualidade do trabalho realizado. Neste caso, retirados os impedimentos de ordem moral ou ética, ocorre uma inversão do princípio pelo qual o modelo “havia” sido construído: para auxiliar na compreensão quando ainda “*não havia nenhum interesse* em mostrar que o desempenho... pudesse ser confundido com o de uma pessoa” (em suas palavras).

Nosso ativista político opera com a linguagem, a conjugação do verbo e apresenta causas que levam o trabalhador a simular, pois faz transparecer o homem como modelo, que se confunde no desempenho de tarefas mecanizadas. Por analogia, simula mecanismos,

como parte integrante da máquina empresarial, estabelecidos por Normas Internacionais e procedimentos totalizantes.

Contudo, ao simular o desempenho de u'a máquina, por vezes o trabalhador também é compelido a dissimular. Esta situação conflituosa torna-se um problema existencial para a pessoa humana, já que sua própria identidade se afirmaria na negação do *conceito preterido*, ele próprio. Ao romper o pretérito imperfeito, o homem pode concluir, sobre o modelo, que o computador *não* pensa, a máquina *não* faz a peça, o banco de dados *não* dá a informação. Mas a Norma prescreve as rotinas, tudo e todos fazem parte do uno indissolúvel que é a corporação. Sem ela o indivíduo perde-se a si próprio. O autômato que simula, compete, no trabalho, com o operário. Este, simula como um autômato, sem o quê os fins da corporação – lucros e produtividade - não *seriam* alcançados.

Nesta sociedade depressiva, a negação dos direitos individuais se dá pela base. Levado pela própria prudência, para não perder o seu emprego de tarefas simuladas, o indivíduo honesto é compelido à dissimulação.

Caberia lembrar Torquato Accetto (*Della dissimulazione onesta*, 1641), que descreve a simulação e a dissimulação como uma indústria, nos mesmos moldes empregados nos dias de hoje:

“VIII. La dissimulazione è una industria di non far veder le cose come sono. Si simula quello che non è, si dissimula quello ch'è. Disse Virgilio di Enea: *Spem vultu simulat, premit altum corde dolorem.*” (46)

(46) cf. TORQUATO ACCETTO - *Della Dissimulazione Onesta*. Trabalha como secretário dos duques de Andria – Antônio e Fabrizio Carafa - e atua, como boa parte de seus contemporâneos, na Contra-Reforma, tentando escapar ao provincialismo de então. Fez diversas viagens a Roma com o marquês Giambattista Manso, fundador da Academia dos Oziosi e, em 1621, publicaria um trabalho – *Rime* -, reprisado em 1626, que viria a se transformar, definitivamente, na obra *A dissimulação honesta*, de 1638. A edição mais conhecida, presentemente, é a de Giorgio Manganelli, (edizioni Costa & Nolan, Genova, 1983) e a anterior, *Rime amorose* (de Salvatore S. Nigro, Einaudi, Torino, 1987). Foi redescoberto por Benedetto Croce, em 1928, quando este estudava o pensamento de Hegel. O texto encontra-se em (http://www.liberliber.it/biblioteca/a/accetto/index.htm#Cenni_biografici). As notas biográficas de Torquato Accetto, conforme pesquisa fornecida por Giuseppe D'Emilio coincidem com outras, fornecidas nas versões francesas, encontra-se em (<http://www.mle.asso.fr/verdier/italie/auteurs/accetto.htm>).

Conforme Chomsky indicara – “... *não uma tentativa confusa de responder a uma pergunta que não tem significado*” -, também Acceto afirmara que a dissimulação é uma indústria que não nos faz *ver as coisas como elas são*.

Por outro lado, também caberia lembrar Guillaume de la Perrière (in: *Miroir de la Politique*), quando afirma que o “*Governo é a correta disposição das coisas, organizadas com o propósito de alcançar um fim conveniente*” (47). A estratégia do governante funda-se nesta lógica contida em procedimentos eficazes para “fins convenientes”.

O lingüista está diante de um problema de unificação onde, em uma das mãos encontra-se a dissimulação “organizada com o propósito de alcançar fins convenientes”, por parte da elite detentora do poder e, em outra mão, a supressão da condição de liberdade do homem, dado o seu cotidiano de circunstâncias existenciais.

Um exame da Ética das Contingências, para além das grandes corporações, onde os verbos *to share*, *to compete* e *to cooperate* estão melhor evidenciados. A partir de agora, cabe investigar acerca das bases teóricas que Chomsky visita, de onde ele busca sustentação para sua tese a favor de uma Ética dos Oprimidos.

Para avançar neste debate, considero o seguinte:

a) que a simulação e a dissimulação tendem a validar a eficácia dos procedimentos cognitivos e que, portanto, são entendidas como qualidades pelas quais um conjunto de procedimentos resulta eficaz ou tem êxito;

b) Medida: a relação entre a magnitude e a unidade, para a determinação do critério sobre o verdadeiro ou o bom.

Estas *definições provisórias* que passo a adotar - sobre simulação de modelos, suas medidas e a dissimulação -, são intermediadas pela noção de qualidade.

Tem-se que, se os modelos simuladores do real representam um conjunto de procedimentos que resultam eficazes ou têm êxito, então a *qualidade* é o critério, o *cânon*, a *medida* do *real* ou do bom.

(47) Apud. (http://www.levity.com/alchemv/h_fre.html), por Heisler, Ron. *The Impact of Freemasonry on Elizabethan Literature*, também publicada na revista *The Hermetic Journal*, 1990; Perrière, 1567, publicação londrina de 1598 por Adam Islip.

O professor do MIT aponta para o contexto da globalização, onde procedimentos e regras forçam princípios a subverterem suas significações, que submetem a tecnologia ao avanço sem barreiras.

A igualdade de oportunidades para trabalhadores em geral – apregoada por uma ética tripartite, de *Solidariedade / Justiça Social / Igualdade de Oportunidades* -, somente se sustenta se o indivíduo adota a máxima prudencial que declara: “eu sou eu e minhas circunstâncias e se não as salvo me perco eu próprio”.

Este homem não se identifica com a realidade autêntica, não a reflete e nem a expressa, pois sua *idealidade* o afasta da realidade efetiva, sem o que não será capaz de afirmar-se melhor diante de todas as circunstâncias. Nesta *lógica*, como os valores não podem ser confundidos, têm-se uma replicação da *Tipicidade Ideal* formulada por Max Weber, de tal sorte que o *Tipo Ideal* visa ser instrumento metodológico, uma uniformidade, do ambiente que o envolve. A pessoa humana simula modelos e dissimula comportamentos para validar a eficácia de procedimentos, com êxito.

A *felicidade* do indivíduo passa a depender de sua prudência, portanto.

O homem prudente é levado a conceber a igualdade, a justiça social e a solidariedade a partir deste *agir astucioso e relacional*, simulador e dissimulador, dadas as circunstâncias que precisam ser salvas, sob pena de perder-se a si mesmo.

2.1.1 – Ética das Contingências e mentira.

Este agir segundo as circunstâncias, por si, leva à perspectiva da simulação e dissimulação, porque a igualdade de oportunidades depende do sucesso que advém da eficácia (êxito).

Aqui caberia lembrar uma proposição de Erving Goffman, com vistas a evidenciar o teatro, propriamente, a dramaturgia social que se faz presente, no jogo de ironias. Sua linha de pesquisa traça análises sobre os modos nos quais o desempenho, as impressões, as fraudes, as trapaças e as traições se desenrolavam na vida cotidiana. Ao expor sobre as técnicas e táticas pelas quais as pessoas tomam atalhos, como no mundo do teatro, Goffman mostra que a construção de impressões dramáticas, na descrição de um mundo distante, faz *o indivíduo conspirar pela intenção*, naquilo que ele chamou de “*representações de inautenticidade*” (48).

Também o exemplo proposto por Mário Guerreiro (*O dizível e o indizível*, 1989), a seguir, discorre sobre o ato de fala que se traduz por mentira bem-sucedida e por ironia bem-sucedida. Como segue:

“1) *a* afirma *p* para *b*; 2) ao afirmar *p*, *a* quer na realidade afirmar *não-p*; 3) visando a *não-p*, *a* quer que *b* entenda *não-p*; 4) entendendo a intenção significativa de *a*, *b* ouve (ou lê) *p* mas entende que *a* quer afirmar *não-p*; 5) *a* cumpre assim a finalidade imediata de seu ato de fala.” (op. cit., p. 38.)

(48) Não pude encontrar na obra de Chomsky às minhas mãos, nenhuma referência direta aos trabalhos de Erving Goffman sobre a dramaturgia como modelo de vida. Creio poder indicar, a partir desta citação contudo, a existência desse ideal de agir circunstancial cristalizado a partir da década de 1950 na América. De sua obra relevante vale citar: 1) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* - cujo título original é *The Presentation of Self in Everyday Life* -: a arte da administração da impressão da imagem. Um mundo no qual o teatro não é tanto uma metáfora da vida social, mas um modelo para se fazer a vida social; 2) *Encontros – Encounters* -, onde está explicitado o modelo de jogo para discutir a atividade social cotidiana. Goffman descreve a sociologia diante dos jogos de massa, do entretenimento de massa, da educação de massa, da massa comercializando, dos medicamentos de massa e das políticas de massa, organizados em formato burocrático; 3) *Comportamento em Lugares Públicos* – do original *Behavior in Public Places* -, trata-se de importante trabalho acerca da intimidade das transações entre pessoas; 4) *Asilos – Asylums* -, onde o ponto de vista de mundo, de vida social, é levado às instâncias da visão do Estado, normativo, mostrando o indivíduo prisioneiro, trata das instituições totalitárias; 5), por fim, *Estigma – Stigma* -, também traduzido para o Português, onde Goffman dá voz aos grupos marginais, como as minorias afro-americanas, os muçulmanos e outros.

Da ironia bem-sucedida para outra situação *complementar*:

“1) *a* afirma *p* para *b*; 2) ao afirmar *p*, *a* quer mesmo afirmar *p*; 3) visando a *p*, *a* não quer que *b* entenda *não-p*; 4) não entendendo a intenção significativa de *a*, *b* ouve (ou lê) *p* mas não desconfia que *a* só afirma *p* para encobrir *não-p*; 5) acreditando no que diz *a*, *b* toma *p* como verdadeiro quando *p* na realidade é falso ou toma *p* como falso quando na realidade *p* é verdadeiro; 6) *a* cumpre sua finalidade imediata de seu ato de fala.” (op. cit., p. 39)

A comparação entre ambas as construções é rápida e decisiva. Guerreiro ensina que entre a mentira bem-sucedida e a ironia bem-sucedida, há apenas uma tênue barreira. Se ao afirmar *p*, *a* quis afirmar mesmo *p*, produziu uma mentira. Por outro lado, ao afirmar *p*, se *a* quis na realidade afirmar *não-p*, então produziu uma ironia. O problema, lembra Guerreiro, é que entre a mentira bem-sucedida e a ironia bem-sucedida, estão a dissimulação e a simulação, que se revelam como um *jogo de esconder*, relacionado com mecanismos psicológicos profundos e que são freqüentemente confundidos. A diferença entre o ato de mentir e o de ironizar é, como se demonstra, uma sutil caracterização entre simulação ou dissimulação.

Extrai-se daí, por conseqüência, outro paradoxo que vem a ser o seguinte: - Como é possível que um conjunto de procedimentos resulte eficaz e tenha êxito a partir de uma *mentira bem-sucedida*? Ou uma *ironia bem-sucedida*? Mais que isso, qual é a *qualidade* pela qual esse conjunto de procedimentos resulta eficaz? Ao atingir um destino preestabelecido, a meta, o objetivo eficaz, dado um conjunto de procedimentos – se este alvo é uma mentira ou uma ironia – ter-se-á chegado à verdade? A mentira - ou a ironia - passa a ser a verdade eficaz, ou Veracidade, desde que bem-sucedida?

Mas, deste ponto de vista, qual é a qualidade pela qual todas essas regras – inseridas nos procedimentos - se dão? A qualidade é a medida da eficácia?

Dá-se uma inversão do valor ético fundamental, porque a partir do homem, a medida conduz ao conjunto, em seguida aos procedimentos e, por fim, à eficácia.

O homem e a natureza tornam-se recursos utilizáveis, na sociedade contemporânea.

Castilla del Pino (*El discurso de la mentira*, p. 12 e ss) nota que são necessárias algumas considerações elementares sobre discursos verazes. Uma delas diz respeito aos rituais de cortesia, onde palavras adequadas são empregadas como regras de boas maneiras, que independem da verdade. “*Un discurso que, plausiblemente, ni tan siquiera se plantea en orden al sí o no de su veracidad, por cuanto ‘ya se sabe que no es verdad’, pero que es, no obstante, ‘lo que se debe’, ‘lo que se ha’ de hacer.*” Ainda aqui, del Pino deriva um outro tipo de discurso, a que chama de “eticista” e que se formula como discurso onde o receptor é quem valora seu conteúdo, aprova-o ou não. Não há homens idênticos entre si, afirma del Pino, nem pela própria imagem que transmitimos:

“... los humanos nos proponemos ser, esto es, representamos, y, como toda imagen, sólo en alguna medida se parece a la cosa que refleja. La relación (lógica) entre uno y su imagen no es de contrariedad, sino de contradictoriedad. Y la conciencia moral es conciencia de esta contradicción, de la responsabilidad de la decisión. De aquí, también, la paradoja de la autenticidad: se es auténtico cuando se es consciente de la inautenticidad; ser auténtico es reconocer que ni se es ni se puede ser siempre el mismo. Existencialmente aparece este estado de hechos como ‘mentira’, pero, en tanto que se reconoce (a sí mismo), es é verdade’. No es autoengaño ni, desde luego, engaño, puesto que ‘se dice’, ‘se declara’, como múltiple es la realidad, y uno, cada cual, es de la realidad, y, por tanto, no puede ser de otra manera.” (idem, p. 14)

O que se depreende daí é que, em muitos casos, a qualificação de um discurso falso se dá quando se identifica uma falácia. Basta uma mentira para jogar por terra todo o dito. Assim, com este critério, todo discurso seria considerado não-verdadeiro, porque, embora toleráveis, muitas afirmações nele contidas seriam adequadas. O que leva, imediatamente, à discussão da falsidade. J. L. Aranguren comenta:

“Doblez, según el diccionario, es ‘astucia com la que uno obra dando a entender lo contrario de lo que siente’ y, por tanto, es más o menos sinónima de falsedad y fingimiento. En el mismo sentido, ‘solapado’ es ‘el que oculta maliciosa y cautelosamente sus pensamientos’ y, en definitiva, ‘el que procede de mala de’. [...] Justamente por esta razón, el enfoque del problema desde la estructura antropológica de la existencia, no exactamente desde el psicoanálisis, sino desde el llamado por Sartre psicoanálisis existencial, la denominada *mauvaise foi* sartriana, podría arrojar luz sobre este proceso del engañar-

engañándose y, recíprocamente, del ser engañado, engañándose.” (*La doblez*, in: *El discurso de la mentira*, p. 21 e ss, op. cit.)

A tradução do Espanhol *doblez* para o Português pode ser, diretamente, falsidade. Se a falsidade representa uma qualidade do sujeito ou um ato astucioso onde o contrário da expressão é a veracidade ou o verdadeiro, isto corrobora o que Chomsky evidencia acerca do agir prudencial no indivíduo que teme pela perda de seu emprego e é obrigado a dissimular seu desconforto no cotidiano. A pessoa humana, além de habilidades inatas, recebe também as influências da *doblez* que vem do ambiente, para a construção de seu mundo moral:

“El animal humano, por el contrario, nace inacabado y capaz, por tanto, de *propiedades emergentes* (grifo de Aranguren). La relación entre genes y el cerebro es fluida, flexible, se da en el hombre una capacidad de ‘aprendizaje’ y memoria o historización de sí mismo, y una capacidad de ensayo o ‘simulación’ que no sólo le permiten sino que le fuerzan a una autoconstrucción – retroyecto – y una genética de la persona o personethics, como la há llamado el pensador polaco Stanislaw Lem, a un hacerse siempre, en retorcida estructura, a apartarse y emanciparse de sí, del que se era, para ser – proyecto – el que se quiere llegar a ser.” (idem, p. 23)

A passagem que evidencio agora, pressupõe uma relação *de origem genética*. Aranguren conecta o processo da *doblez* ao que chama, de forma simplificada, de busca de identidade.

Por conseguinte, o autor entende que a crise de identidade se dá pela perda definitiva da própria identidade, algo que não se deveria lograr alcançar.

Veja-se:

“Así pues, vemos que es un tópico hablar de ‘crisis de identidad’ y más aún de ‘pérdida de la identidad’, como si la identidad fuera algo dado y no algo que, sin lograrlo nunca del todo, tenemos que conquistar, construir, ‘ganar’. Pero también lo contrario: lejos de aferrarnos a esa identidad ya construida, quizá a duras penas, tenemos que estar disponibles y dispuestos para desconstruir-la y ‘perdela’. Si, como acabo de decir, mi autorretrato no soy yo, sino simplemente mi imagen, ¿ por qué empeñarme en quedar detenido, fijado en él, en ella?” (idem, p. 25)

À semelhança de Aranguren, no que respeita à crise de identidade e sua perda, dado o fato de meu “autoretrato” não ser eu mesmo mas “minha imagem”, Chomsky sugere (in: *Cartesian Linguistics*) alguns paralelos entre os trabalhos dos senhores de Port-Royal e suas próprias pesquisas na gramática transformacional, como uma *gramática filosófica*. Uma gramática ética, onde a *Estrutura Profunda* da Linguagem não se sobrepõe à Estrutura Superficial se houver uma crise de identidade ou sua perda – *irremediável* -. Se a capacidade de expressão do homem não for preservada em sua integridade, torna-se irreversível como se se tratasse de exames da subnutrição em crianças na fase de crescimento. Esta aproximação da afirmação de Aranguren ao seu pensamento parece-me incisiva. McGilvray, importante comentador de nosso autor, lembra o seguinte:

“For both Chomsky and the Port Royal grammarians, one of the most important matters to decide in constructing a universal grammar (or for the Port Royalists, a ‘philosophical grammar’) is how to deal with the fact that while languages sound different from each other and display some differences in phrasal structure, they can nevertheless be thought to be variants of the same fundamental scheme. For the Port Royalists, and for Chomsky for a short period in his early work, one plausible answer was to introduce ‘levels’ of representation in the grammar and suggest that at one level, which Chomsky called ‘Deep Structure’, languages are in important respects the same. This is the level at which meaning is represented (suggesting, as Chomsky seems always to have held, that meanings are universal). At another level – Chomsky called it ‘Surface Structure’ – languages differ. The basic idea is that languages are the same in meanings but differ in sounds and surface form, and that a grammar links one level to the other. A transformational grammar states the ‘transformational rules’ that connect Deep to Surface Structures [...] Another was relative clause formation. Arnauld was among those who made contributions to a transformational grammar in the Port Royal grammar (1660) and his *Logique* (1662). In the next century these and other issues were further explored by several other philosopher – grammarians, including Du Marsais (1729) and Beauzée (1767).” (49)

Na alusão aos Senhores de Port-Royal, McGilvray mostra que Chomsky também situa suas pesquisas científicas, nesta linha, nas investigações que precederam e foram concomitantes às Luzes.

(49) Cf. McGilvray, J. *Language, Mind and Politics*. p. 71-72.

As referências aos séculos XVII e XVIII, com seus influentes pensadores, anuncia parte da perspectiva lingüística e, ao mesmo tempo, ética. As evidências de suas conjecturas sobre as Estruturas Profundas da Linguagem, nos moldes acima comentados, encontram-se em vários de seus trabalhos (50), como *Lingüística Cartesiana*, *Linguagem e Pensamento*, *Diálogos com Mitsou Ronat*, *Current Issues*, *Aspects of the Theory of Sintax* e, notadamente *Powers and Prospects*, onde, no primeiro capítulo – *Language and Thought: some reflections on venerable themes* –, dá uma breve amostra de seu entendimento acerca da evolução da Linguagem.

(50) As referências editoriais das obras citadas, utilizadas ao longo desta pesquisa, encontram-se ao final, em **Bibliografia**.

2.1.2 – Ética das Contingências e prudência: Aristóteles.

Progredir na pesquisa sobre a hermenêutica da contingência significa investigar a *inautenticidade* do discurso vinculado à *mentira*, em nosso caso. Para tanto, nosso autor busca a *medida* das palavras, no sentido de estabelecer o justo meio para a reta conduta de uma ética ideal, com vistas a desvelar os comportamentos flexíveis, adequados, astuciosos.

Ambos os temas - o da *mentira* e o da *medida* -, remontam aos tempos da Grécia clássica, quando a disputa entre a arte da retórica e a dialética tornou-se foco para os sofistas e motivo para a recusa de filósofos como Platão e Aristóteles.

Para Platão, a *medida* é uma *arte* que mede o número, a altura, a velocidade e seus contrários; mas também representa, sob outro prisma, a arte de medir a relação do justo meio, do conveniente, das determinações que estão no meio de dois extremos (*Política*, 284 e). Chomsky considera este último sentido para medida como essencial, pois encontra nele a argumentação que substancializa o bem, na coincidência entre o conhecimento do bem, a reta conduta e a felicidade, que derivam de uma *idéia* inata que o homem possui em si.

O comentário que se segue, é relativo à aquisição da linguagem enquanto inata, no que ele entendeu ter sido um “*insight*” de Platão, isto é: que teria tido uma “intuição” acerca do inatismo. Aquilo que “nós sabemos necessariamente é pré-existente”, tanto para Platão quanto para Chomsky, no que este trata como *faculdade* da linguagem:

“As I mentioned earlier, the conditions of language acquisition lead us to expect that in some fundamental sense, there must be only one language. There are two basic reasons. First, most of what we know must be pre-existent, in a modern version of Plato’s insight; people lack evidence for even simple aspects of what they know.” [e seguido de...] “Perhaps our nature has its core what has sometimes been called an instinct for freedom. If so, perhaps this has some relation to what is found in the study of human cognitive abilities, the possibility that at the core of your use of language is a certain striking and dramatic kind of freedom that was traditionally taken to be the basic difference between humans and machines.” (51)

(51) Cf. Chomsky, *Powers and Prospects*, p. 27, e Cf.. Site do MIT, Internet, <http://web.mit.edu>, consultar "search": "*Chomsky Explores Origins of Language*", no Site: <http://the-tech.mit.edu/TechTalk/25937.TXT.html>

Proponho que Chomsky considera *prudente* a idéia de linguagem pré-existente, porque uma certa liberdade “notável e dramática” se apresenta no estudo das habilidades cognitivas humanas, que vem a ser o instinto para a liberdade (*an instinct for freedom*), que estabelece a diferença entre humanos e máquinas (*between humans and machines*).

Por esta razão, a *necessidade de medir* é essencial, pois a determinação das habilidades cognitivas humanas depende do fator de instinto. *Mede-se* a virtude pela *escala* que diferencia o conhecimento aparente, do mundo sensível, do conhecimento definitivo, no mundo inteligível, conforme Platão. A leitura de Chomsky remete a Aristóteles, porque neste caso, também a medida foi empregada como critério de verdadeiro e bom. A *justa medida*, tratada como *harmonia* das coisas, conforme a Teoria do Caminho do Meio é o *cânon* da virtude. Na diferença entre *práxis* e *poiésis*, a ação moral e a produção técnica se dão pela identidade da ação e do resultado que se contrapõe ao exterior.

Em *Ética a Nicômaco* encontra-se a escala – medida - que distingue duas espécies de virtudes: a intelectual, que tem por objeto o saber e a contemplação, e a virtude moral, que tem em vista os atos da vida prática.

Também no *Livro Iota* da *Metafísica*, Aristóteles evidencia como a virtude se coloca entre dois extremos, tidos como contrariedades (de 1017 a 20-22 e ss). A tábua de virtudes e seus respectivos vícios, encontra-se em *Ética a Nicômaco*, (II, 6, 1106(a) a 1107(a)). Ressalto a Prudência, que veio a ser uma das quatro virtudes cardeais.

Por sua vez, a definição para prudência (*phrónesis*) pode ser encontrada no *Livro VI*, capítulo V, de *Ética a Nicômaco*. Ao início, Aristóteles se pergunta quais são os homens que merecem o título de prudentes e aponta, sem duvidar, para aquele prudente (*phrónimos*), que é capaz de deliberar, julgar, arriscar, por um modo conveniente, sobre as coisas que podem ou não ser boas. Não sobre aspectos particulares, como saúde ou vigor do corpo, mas, e especialmente, sobre o que pode vir a constituir a felicidade, no que tange à vida em geral. A prudência é efeito da sabedoria prática e, embora nos dias de hoje signifique cautela ou cuidado, tinha, aos tempos do Estagirita, além destes, o significado de assumir-se um certo risco. Quando disse que o homem é “o *cânon e a medida das coisas*” (*Ética a Nicômaco*, III, 4, 1113 a 33), Aristóteles enunciou um princípio segundo o qual a Justa Medida, a virtude, é o fiel de uma balança que tem, em seus extremos, vícios por excesso e vícios por deficiência.

A argumentação de Aristóteles consiste na passagem das arquitetônicas particulares para a arquitetura das arquiteturas, ou a do bem supremo. O bem supremo, em Aristóteles, é a *Felicidade*. Assim é que todo homem deve aspirar ao bem supremo porque quer ser feliz. Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, parte de uma constatação teleológica que pressupõe as instâncias e modalidades da atividade humana, apoiadas no conhecimento especializado. Para os contrários (*enantion*), diz Aristóteles, deve-se interpor um grau conveniente. Uma coisa não pode ter mais que um contrário, pois não pode existir algo mais extremo que o próprio extremo. Assim, a contrariedade é a diferença entre dois pólos. Por outro lado, não se pode tentar forjar uma diferença para além do gênero. Desta relação entre contrariedades - vale dizer: entre vícios -, se, por um lado, há vícios por deficiência, por outro extremo os há por excesso. Concomitantemente, o meio termo entre o vício por excesso e o por deficiência, há que ser a virtude: o caminho do meio, naquilo que o Estagirita chama por *atos da vida prática*. O meio termo é o *mesotês*, o justo meio, a justa medida, ou a Teoria Aristotélica do Caminho do Meio. Aristóteles apresenta vários argumentos para mostrar que a prudência não é nem arte nem ciência.

O homem prudente sabe deliberar e ninguém delibera sobre coisas que não mudam com emprego da *technê*. Daí conclui que a prudência não é ciência, posto que aquilo que é objeto da ação pode ser distinto do que ela é, e nem arte porque o gênero a que pertence a produção é diferente daquele a que pertence a ação. Com efeito, Pierre Aubenque comenta a este respeito:

“Or, dans l’*Éthique à Nicomaque*, le même mot *phronésis* désigne une tout autre réalité. Il ne s’agit plus d’une science, mais d’une vertu. Cette vertu est, certes, une vertu *dianoétique*, mais, à l’intérieur de la *dianoia*, elle n’est même pas la vertu de ce qu’il y a de plus haut. Aristote introduit, en effet, une subdivision à l’intérieur de la partie rationnelle de l’âme: par une de ses parties, nous considérons les choses qui ne peuvent être autrement qu’elles ne sont; par l’autre, nous connaissons les choses contingentes. [...] la *phronésis* désigne, en effet, la vertu de la partie *calculative* ou *opinative* de l’âme.” (Cf. Aubenque, P. *La prudence chez Aristote*, p. 8)

A *teoria da prudência* considera as virtudes morais como solidárias, antes de mais nada, às contingências, que se traduzem por circunstâncias. As situações ocasionais que levam o homem a se deparar com valores tais como coragem, justiça, liberdade, etc, levam-

no a *opinar* ou *calcular* sobre os riscos e os objetivos que tem a alcançar. Extrai-se disto uma hodierna inversão da reflexão aristotélica, pois, agora, o discurso da inautenticidade – no ato pleno das representações humanas que visam a salvação das circunstâncias cotidianas – está fortemente relacionado ao ato de *medir a fala apropriada*, segundo as circunstâncias, opinar e calcular os resultados da fala. Aubenque argumenta:

“La théorie de la prudence est donc solidaire d’une cosmologie et, plus profondément, d’une ontologie de la contingence, dont il importe de rappeler les linéaments. Mais, avant de renvoyer à d’autres textes aristotéliens, voyons comment l’*Étique à Nicomaque* justifie cette intrusion de considérations au premier abord étrangères à l’éthique. Aristote semble être parvenu à ce résultat par une analyse des conditions de l’action (praxis) et de la production (poiesis). Agir et produire, c’est en quelque façon s’insérer dans l’ordre du monde pour le modifier; c’est donc supposer que celui-ci, puisqu’il offre cette latitude, comporte un certain jeu, une certaine indétermination, un certain inachèvement. L’objet de l’action et l’objet de la production appartiennent donc au domaine de ce qui peut être autrement.” (52)

Mas, se por um lado, mediante a extensa análise de Aubenque, a prudência se apega às contingências, também o faz, como mesmo diz o autor, às oportunidades. Aqui, a dimensão da temporalidade está presente e convida-nos à reflexão sobre o tempo que passou e o que virá, de tal sorte que a virtude *aristotélica* indica o caminho para a realização de uma certa excelência de vida neste mundo. Conforme Aubenque:

“Les Grecs ont un nom pour désigner cette coïncidence de l’action bonne: c’est le *kairós*, l’occasion favorable, le temps opportun. L’originalité d’Aristote ne consiste certes pas à reprendre à son compte cette notion d’origine populaire, familière au demeurant à la sagesse des nations, mais à lui faire une place dans la définition de l’acte moral. Si la morale n’a rien d’une science exacte, c’est que son domaine ‘n’a rien de stable (*οὐδὲν ἐσθηκὸς ἔχει*)’; ou plutôt elle peut bien légiférer en général, mais ‘c’est aux acteurs eux-mêmes qu’il appartient de tenir compte de l’opportunité [...]”

(52) Idem, p. 65-66.

“[...] (τὰ πρὸς θὸν καιρὸν σκοπεῖν), comme c’est aussi le cas pour l’art médical et celui de la navigation’.” (53)

No horizonte da prudência, para Aristóteles, ao ato mesmo da deliberação que se faz necessária, alinham-se a contingência e a temporalidade. *Phrónimos*, portanto, é um Péricles, como cita Aristóteles, que sabe conduzir o grego para a vitória, assume riscos, delibera e considera a contingência e a temporalidade.

O problema da deliberação vinculado à prudência, também é tratado por Aristóteles em outro momento (*Rhétorique*, I, 3, 1358 a 36-b 8), como lembra Aubenque. A teoria do discurso deliberativo implica na eficácia da deliberação humana (*La Prudence*, p. 112 e ss.) e mostra a ambivalência aristotélica da experiência temporal, porque nossas deliberações não são somente voltadas à busca de um conhecimento que nos escapa, mas é também uma combinação de eficácia para fins realizáveis. Mas, acrescenta-se à deliberação, propriamente, aquilo que Aubenque chama de “psicologia da deliberação” e as conseqüências daí advindas. A este respeito, Pierre Aubenque comenta da seguinte forma:

“La délibération est une espèce de la recherche celle qui porte sur les choses humaines. [...] Cette description se réfère à la méthode d’analyse, telle qu’elle était déjà pratiquée par les mathématiciens de l’époque d’Aristote et qu’elle sera systématisée plus tard dan un page célèbre de Pappus (54). [...]”

(53) Idem, p. 97.

(54) Referência ao matemático e filósofo Pappus, de Alexandria, que teria vivido ao tempo do imperador Teodósio, no ano 300 a 400 d. C. Trata-se de um método matemático de investigação das causas antecedentes até uma possível causa primeira de um problema e, depois, percorrendo o caminho inverso, reconstruindo a “ordem natural” (na citação de Pappus) das coisas, dos antecedentes e dos conseqüentes, promover a síntese e, por fim, a análise matemática presumível. Não é a aplicação de técnicas estatísticas propriamente, tratando de processos probabilísticos como se conhece hoje em dia, mas remonta a Euclides e aos pitagóricos. Cf. Pappus, *Collection mathématique*, VII, Préface, 634, 10 ss. Hultsch in: Aubenque, P., *La prudence*, p. 108-109: “L’analyse est la voie qui part de la chose cherchée, considérée comme étant concédée, pour aboutir, au moyen des conséquences qui en découlent, à quelque chose qui a déjà été admis comme le résultat d’une synthèse. Car, dans l’analyse, nous supposons donné ce qui était recherché, et nous demandons ce qui en est la condition et, derechef, la cause antécédente de celle-ci, jusqu’à ce que nous atteignons quelque chose de déjà connu ou appartenant à la classe des premiers principes; et nous appelons une telle méthode analyse, en tant qu’elle constitui une solution à rebours (ἀνάπαλιν λύσις)”. La “synthèse” est le processus (comenta Aubenque sobre a citação de Pappus) inverse, que rétablit “l’ordre naturel” des antécédents et des conseqüents.”

“[...] Mais la question est de savoir jusqu’à quel point l’analogie vaut pour la délibération. L’analyse mathématique suppose, en effet, pour être applicable, une sorte d’homogénéité opératoire, une ‘réversibilité incondionnelle’ -1- entre l’antécédent (connu) au conséquent (inconnu et seulement supposé), pour pouvoir faire ensuite la démonstration véritable en sens inverse.” (55)

Isto quer dizer, implicitamente, a suposição de um universo homogêneo do qual seria possível deduzir o todo a partir de suas partes e, mais ainda, as ações humanas que se desenvolvem dentro de um tempo irreversível. Essa “reversibilidade incondicional”, posta como uma operação homogênea, em seu sentido matemático, mostra, como diz Aubenque, o que antecede e suas conseqüências: seria uma evidência objetiva – esta passagem de Aubenque – sobre as primeiras referências filosóficas a uma certa tentativa de medir – matematicamente - as conseqüências de seus atos, àqueles homens que são levados à deliberação. Nas palavras de Aubenque, a seguir, ressalto aquilo que me parece fundamental elencar do pensamento de Aristóteles para estabelecer, proximamente, um dos elos às críticas de Noam Chomsky: “*la délibération consiste à combiner des moyens efficaces en vue de fins réalisables*”.

Cabe ressaltar a observação de Aubenque, relativa à definição de prudência, na leitura que faz de Aristóteles, cuja citação vem de *Retórica* (56). Se a *deliberação* consiste na combinação de termos de uma proporção colocados entre extremos, onde o meio termo representa o *mesotês* - o *caminho do meio* ou a *justa medida* na forma posta por Aristóteles em *Ética a Nicômaco* (op. cit.) -, então a virtude é uma eficácia “*eficaz em via de fins realizáveis*”, que se apresenta sobre dois pilares: o primeiro, relativo à definição da *verdade*, propriamente; o segundo, relativo à *medida*.

(55) Idem, p. 108-109.

(56) Idem, p. 112-113: “*La délibération consiste à combiner des moyens efficaces en vue de fins réalisables* (grifo nosso). C’est donc que l’avenir nous est ouvert.” (*Rhétorique*, 1358 b 3-4, 6, 17-18 – que representa Aristóteles privilegiando a atitude do espectador, aquele que vai aos jogos Olímpicos não para participar, mas pelo espetáculo em si). [...] ou ainda.. “Ainsi l’analyse d’Aristote manifeste-t-elle le lien profond entre une philosophie de la contingence et la pratique du système démocratique, c’est-à-dire délibératif. *Une philosophie qui comptait sur la science pour connaître la réalité dans ses moindres déterminations ne pouvait avoir que mépris pour un régime d’assemblée, où la parole n’est que le paravent de l’incompétence ou, au mieux, le substitut abusif de la compétence.*” (grifo nosso). Conforme em *Ética a Nicômaco* (VI, 9, 1142 a 34-b 6), citada por Aubenque, a boa deliberação não é ciência nem divinização imediata, mas é uma deliberação calculada e procede lentamente.

Evoquei a análise de Aubenque, para sustentar, em conformidade com Aristóteles, que a deliberação calculada e paciente sugeriu a necessidade que se apresentou de instauração, ou mesmo imposição, de um método que apregoasse a existência de procedimentos matemáticos de mensuração do comportamento humano, a serem seguidos com vistas a alcançar determinado fim.

“La délibération consiste à combiner des moyens efficaces en vue de fins réalisables”.

2.1.3 – Ética das Contingências e dissimulação.

Chomsky não apenas consulta a filosofia grega, como também realiza diversas incursões aos pensamentos de Descartes (*Discours de la Methode* e *Meditationes de Prima Philosophia*), ao movimento de Port-Royal (*Grammaire générale et raisonnée* e *La Logique ou L'Art de Penser*), Cordemoy e La Forge (*Traité de l'esprit de l'homme*), sempre voltado, em essência, para os nexos entre linguagem, inatismo e comportamento humano (57).

Verifico, contudo, uma situação especial que se assemelha, em grande medida, ao pensamento de Denis Diderot, conforme passo a mostrar.

No curso de suas muitas aparições, ele chega a declarar para Mitsou Ronat que não crê numa conexão direta entre linguagem e política. Suas razões aparentes são as seguintes:

"Não creio que haja (grifo nosso) uma ligação direta entre estas duas atividades [linguagem e política]. A meu ver, tudo que escrevi sobre a ideologia poderia ter sido escrito por qualquer outra pessoa. Não há conexão profunda (grifo nosso) entre minha crítica da ideologia e o trabalho sobre a estrutura da linguagem. A análise da ideologia parece-me uma atitude relativamente direta e superficial, se compararmos com a atitude científica exigida por uma abstração conceitual muito elaborada. As duas atitudes não são do mesmo nível. Para a análise da ideologia, basta um pouco de abertura de espírito, de inteligência e um cinismo sadio." (Cf. Chomsky, N. *Diálogos com Mitsou Ronat*, p. 27)

Interpretado ao pé da letra, nesta citação, nosso autor declara que a análise da ideologia exige um espírito aberto e um cinismo sadio. Esta posição não me parece ser desprovida de intencionalidade e não pode implicar na conclusão precipitada de que o "cinismo sadio" não tenha a devida austeridade necessária para se fundar uma crítica contundente à ideologia.

(57) As consultas de Chomsky se dão de forma bem diversa à dos historiadores da filosofia antiga ou moderna, mas tendo em vista a construção de seu próprio pensamento ético. Isto, naturalmente, pode suscitar críticas à adequação de seus recortes no sistema de pensamento a que ele alude. Este problema não nos diz respeito neste trabalho. É preciso apontar o fato de que suas incursões no domínio da filosofia política, economia, etc, dá-se sempre para o alvo mencionado, ou seja, construir seu pensamento tendo em vista o presente e o futuro da humanidade.

Percebo uma leve referência à sátira, na entrelinha da citação feita para Mitsou Ronat. Minha sugestão seria que o *cinismo sadio*, a que nosso linguísta e ativista político atribui-se, é um “excesso de energia” e, ao mesmo tempo, libertação de suas paixões, aos moldes diderotianos, com “espírito aberto”. Entendo sua convicção, relativa a desnecessária “abstração conceitual muito elaborada” para a atividade crítica à ideologia, como ativista – anárquica -, que emprega a língua como percepção instantânea do objeto.

Roberto Romano adverte para as perspectivas de uma língua e seu poder de expressão, no que J. Chouillet chama por “energia da língua”. Para ele, há uma força corrosiva na linguagem, que “limpa” a fala das “escórias intelectuais, ou pedantes, para atingir as experiências mais próximas da infância ou do original humano” (*Silêncio e Ruído, a sátira em Denis Diderot*, p. 46-47 e ss). Diderot:

“no Salão de 1767 fala sobre a ‘cruel energia que existe no fundo do coração humano’. Todo homem sofre de um excesso de energia. Segundo Diderot, é loucura tentar extrair paixões. Entre delas liberar o ser humano ou este liberá-las, o filósofo escolhe a segunda alternativa. Nenhuma língua é possível sem a percepção instantânea do objeto. ‘Quanto mais a expressão se aproxima desta unidade original, mais energia ela tem’. Por não poder falar tudo ao mesmo tempo, ‘unimos muitas idéias numa só expressão’. (Carta sobre os surdos e os mudos). É isto que Diderot chama o ‘hieróglifo’ ou ‘emblema’ (Chouillet, 1984^a, p. 30).” (Romano, Roberto. *Silêncio e ruído*, p. 46)

Há uma linguagem enérgica nos textos de Noam Chomsky, quanto às denúncias que faz contra a opressão e a miséria presente nas sociedade de hoje, que se mostra como um sofrer. Nosso autor “sofre de um excesso de energia”. O que resta afastar do espírito, para o bom uso e compreensão de uma linguagem destinada à maioria dos *oprimidos*, adequada ao embate ativista?

“Resta o modo de afastar os preconceitos que habitam a língua comum e a escrita dos teóricos. ‘Um povo é ignorante e supersticioso? Ensinaí às crianças a geometria e vereis com o tempo o efeito desta ciência.’ (“Plano de universidade...”). Enquanto corre o tempo, e a matemática não produz seus efeitos, vale a sátira. Esta é a tese subjacente à análise que o leitor examinará adiante.” (idem, p. 13)

Nesta análise, a proximidade da língua comum à escrita teórica produzirá efeitos salutareos nas pessoas. Diderot sugere o emprego da sátira, enquanto “a matemática não produz seus efeitos”. Em consonância à citação que utilizo, se o linguísta afirmasse o contrário do que disse, teria empregado aquela fala intelectual e “pedante”. Ao desvincular seus estudos abstratos da linguagem à crítica da ideologia, ao meu modo de ver, ele elimina os preconceitos da língua comum em relação aos escritos teóricos.

Note-se, ainda, outra passagem relevante: sobre a “abertura de espírito”, entendo como a sua carta de alforria para a crítica à ideologia e ao ativismo político.

Além disto, na mesma citação, destaco a relação de Diderot com a matemática. A este respeito, cabe notar a análise de Crocker sobre o caos misterioso dos processos mentais, na forma como ele interpreta Diderot. Esta, revela-se esclarecedora na medida em que direciono meu presente trabalho, no último capítulo, para uma análise acerca das Catástrofes:

“Muitas leituras consideram ‘relativista’ o pensamento filosófico de Diderot. Como nota L. Crocker, a natureza, na concepção do pensador, é o caos misterioso. A ordem que nela vemos é só aparente, porque existe apenas em relação aos nossos processos mentais. O homem atenua a desordem que se apresenta no íntimo da *natura*. Ordem e desordem cósmicas são *intercambiáveis* (grifo nosso), pois são, ambas, *simultâneas* (grifo nosso) (Niklaus, 1984, p. 34).” (*Silêncio e ruído*, op. cit., p. 48)

Preciso ressaltar este trecho que trata a “ordem e a desordem” como simultâneas e intercambiáveis. Lester Crocker faz a seguinte análise a este respeito:

“This is the first evidence of what will be a dominant theme in Diderot’s cosmic conception: a dynamic universe in which catastrophism is the dramatic motor. The implication is one of a succession of orders. The unasked and unanswered question is whether each order, each universe, is part of an ultimate meta-order or a meta-disorder.” (cf. Crocker, *Diderot’s Chaotic Order*, p. 6)

A partir desta afirmação, pode-se entender que Diderot concebe o Caos como o dínamo do Universo. Porém, aquilo que mais interessa para a presente pesquisa é a

observação feita nestes termos: “*The implication is one of a succession of orders*”. Neste caso, devo entender que, segundo a análise de Crocker, há uma sucessão de ordens intermediadas por sucessivas catástrofes, uma vez que entre uma ordem e outra, necessariamente, haverá uma ruptura, chamada Caos.

Esta definição assemelha-se ao conceito básico apresentado sobre a Teoria da Catástrofe, conforme tratarei adiante.

Se faço o destaque das observações de Crocker, aqui, será porque preciso ressaltar a outra relação de Diderot sobre a matemática. Num instante, Diderot propõe o ensino da geometria e noutro, segundo Crocker, adota a seguinte posição:

“Diderot’s principal published work of scientific speculation, *De l’Interprétation de la nature*, appeared in the same month as the article ‘Chaos’, and in a revised version in January 1754. [...] One aspect of these limits is expressed in Diderot’s rejection of the mathematical approach (Pensées II, III). He attacks mathematics on the basis of its lack of a necessary relation with physical reality. Mathematics represents an intellectual, self-contained order (whether we call it an order or a disorder remains to be determined), can be deduced only from experimental evidence.” (idem, p. 14)

Diderot rejeita a abordagem (*approach*) matemática para um tema sobre o qual ele está refletindo (*Chaos*), porque os matemáticos, pela própria natureza desta ciência, estariam voltados para a ordem, em seu entender.

Compreendo que a matemática que não chegara às mãos de Diderot para o tratamento do conceito de Caos, haveria de ser aquela teorizada pela atual *Teoria Matemática da Catástrofe*.

O emprego da atual concepção da *Teoria do Caos* será importante para as interpretações que faço, na relação entre ética e linguagem, que Chomsky *nega* a princípio. Se “não há conexão profunda” entre Linguagem e Política, esse elo haverá de ser

“*superficial*”, satírico, repleto de cinismo sadio, enquanto não se tocar no assunto relativo à anarquia, ao caos, à Teoria Matemática das Catástrofes.

Mas, nos dizeres de Chomsky, fica aberta a hipótese – se a conexão não é profunda, nada está dito, por ele, que não haja uma superficialidade presente. “Não creio que haja” e “não há conexão profunda” não são excludentes, entre si.

Será justamente a superficialidade – *Estrutura Superficial* da Gramática Generativa - que deixa à mostra todas as conexões entre Linguagem – *Estrutura Profunda* - e Política. O rigor científico exigido para abstrações conceituais mais elaboradas nem de longe é necessário para se ver o que está na superfície. Noutras palavras, a crise de valores existe, para ele, pela *forçada* desconexão entre Linguagem e Política, que inibe, no homem, sua capacidade de expressão *versus* sua condição de liberdade.

Como um cidadão do mundo entregue à luta para desfazer o sintagma – aquele já aqui referido como um amontoado de palavras que perdem a significação individual para tomarem a do conjunto -, nosso autor dedica-se a encontrar a resposta, e nisto também é um ativista dentro da academia. Quando indago sobre o que leva um cientista e pesquisador influente no terreno lingüístico, a romper barreiras e abraçar o ideal socialista-libertário, encontro a resposta naquilo que Chomsky *nega* – a conexão entre Linguagem e Política -, não na superfície mas, fortemente embasado em suas pesquisas científicas.

As teorias relativas à Linguagem por ele propostas, nas suas relações com o comportamento humano, o forçariam, por assim dizer, à adoção de uma postura em prol de uma *Ética do Oprimido*, coerente, sem a qual sua *Lingüística* seria *superficialmente* interpretada e vice-versa, ou seja: uma *Ética do Oprimido*, por ele defendida, não se sustentaria se determinados padrões lingüísticos *profundos* fossem relegados.

Em face desta reciprocidade entre Linguagem e Ética, meu trabalho marcha para o rumo de saber qual o valor ético fundamental que norteia sua lingüística, que quer lograr uma Justiça Universal Absoluta, cujos vetores sejam a Linguagem e o Ativismo.

O estudo da gramática generativa, iniciado há trinta anos, estaria neste contexto relacionado aos interesses éticos. Em *Language and Politics* (1988, p. 586 e ss.) esta

questão já está posta claramente. A demonstração que lá se segue, na resposta de Chomsky, evidencia a amplitude de seu pensamento, que parte do ambiente laboratorial, das pesquisas em gramática generativa, para um mundo de relações políticas que contrapõe àqueles que detêm o poder os que, efetivamente, imploram por justiça.

Capítulo III

Ética e linhagem cartesiana, para Noam Chomsky.

3.1 – Solidariedade, Justiça Social e Oportunidade: exame de uma Ética para todos, que se funda em princípios antagônicos.

Se a ética foi um “dever ser” e continha, em si, valores concordantes com os impulsos de liberdade do homem, impulsos esses que apontavam para regras de determinação de sua escala completa de valores - *uma combinação de meios eficazes em vista de fins realizáveis* - agora esta regra aristotélica apresenta-se sob o manto de uma ética, em certa medida, cuja concepção é astuciosa e a face da racionalidade *tecnológica* adota a eficácia operativa, que força o indivíduo a salvar-se a si mesmo e às suas próprias circunstâncias. Habermas observa a respeito disto o seguinte:

“... resignação ante a insolubilidade racional dos interesses concorrentes na esfera pública está disfarçada numa teoria do conhecimento perspectivista: porque os interessados particulares nem sequer podem mais ser medidos no universal, as opiniões, em que eles se traduzem ideologicamente, conservam um irreduzível cerne de crença”. (58)

O sujeito ético abandona a plenitude da verdade completa, para Habermas, e dá preferência às versões pulverizadas, sem lastro aparente. Situa o indivíduo como incapaz de apreender todos os *conjuntos de procedimentos* que conduzem a um resultado *eficaz* ou de pleno êxito. O indivíduo perde a *qualidade* da Verdade e resta-lhe apenas a plausibilidade do verossímil, posto que *desqualifica* o fluxograma completo dos procedimentos aplicados. A construção do sujeito não se dá a partir de uma virtude subjetiva incondicional, pois resta-lhe, prudentemente, abster-se da opinião por insuficiência de dados. A redução da verdade à mera possibilidade do verossímil, tornada crença, faz do indivíduo um espectador do universal. A necessidade de expansão omnilateral afeta a *qualidade dos procedimentos que resultam eficazes ou têm êxito*.

(58) Cf. Habermas, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 161.

Se, por um lado, à particularidade está reservada o direito de expandir-se para todos os lados, por outro, a universalidade está definida como potência sobre aquela, como fim último, e por isso se impõe. O elemento ético torna-se, portanto, perdido entre extremos:

- ou inserido no universal, começa sua desagregação, para tornar-se uma multiplicidade, dissocia-se e ao mesmo tempo agrega-se;

- ou tem a si por condição e perde-se do outro. Com efeito, a interação entre a particularidade e a universalidade nos conduz a inúmeras éticas e não apenas a uma possível Ética Universal.

Segundo Queraltó Moreno, considerado desta forma, o terreno ético passa a apresentar três instâncias, ou características, no mundo da sociedade tecnológica, a saber:

- A individualidade ética do sujeito. Se, anteriormente, o sujeito era a lei e o autor de si mesmo, agora o sujeito submete-se ao universal;

- O fim da mediatez, como consequência, produz efeitos no espaço e no tempo, expandido o “em torno” para além de nichos e cercanias;

- Por último, o submetido ao todo como instrumento para uma *felicidade*, que apregoa a auto-satisfação e a auto-preservação.

A construção de um sujeito astucioso, um novo Odisseu, diante de um método, ou metodologia, cuja *verdade se traduz na qualidade pela qual um conjunto de procedimentos resulta eficaz ou tem êxito*.

Esta edificação se faz, não do ponto de vista teórico-doutrinário, substancial, mas da perspectiva pragmática, verossímil, astuciosa e por prudência contingencial e relacional, conforme propõe Queraltó Moreno.

Ressalto que o termo relacional não pode ser entendido como a mera capacidade de *expansão omnilateral*. Trata-se, agora, de uma particularidade efetivamente inserida na universalidade, apta e disponível para assumir cargos, funções, postos de trabalho, quaisquer que sejam. Os valores são vistos, desta maneira, sob a perspectiva sociológica e filosófica, como uma “lógica da situação histórica”, segundo Ortega y Gasset. Esta lógica é relativa à história que se faz, enquanto vinculada aos problemas internacionais e à globalização.

Esta atitude, *ética e racional*, presente na sociedade tecnológica, por fim, resulta de uma incompletude diante da impossibilidade de apreensão do todo, da incapacidade de

reconstrução do fluxograma completo de procedimentos que resultem eficazes, como se se tratasse, sua razão ou racionalidade tecnológica, à semelhança dos próprios sistemas lógicos que requerem outros sistemas superiores, sucessivamente.

Este modelo ético particular a que me refiro, se baseia nos métodos computacionais modernos, dos bancos de dados relacionais, onde a ética hierarquizada por valores fundamentais migra para uma hierarquia de grupos de valores, relacionais e relacionados, sistêmicos.

Dai decorrem infindáveis éticas possíveis, em face das infinitas particularidades.

Por sua vez, dada também a universalidade, agora já tratada como *globalização*, pergunta-se, por fim: é possível uma ética que parta do universal para o particular, que evite os conflitos de interesses particulares, ao contrário, sobrepondo-os todos num só interesse global?

A sociedade tecnológica responde que sim. Se o princípio que funda a globalização – o mesmo presente nas corporações –, é o da interdependência de todos por todos, a nova sociedade apresenta para si, efetivamente, uma ética universal, fincada sobre três pilares básicos, a saber:

- Primeiro, exige a presença de um bem fundamental e universal, a *Solidariedade*, sem a qual não seria possível exercer o princípio da interdependência;
- Segundo, promove o conceito de *Justiça Social*, que deve ser distributiva, em função de necessidades, trabalhos e méritos;
- Terceiro, pretende ser o cânone da *Igualdade de Oportunidades*, o complemento das duas anteriores, que favorece o acesso à promoção contínua do indivíduo.

Este tripé, que se quer ético e universal, é um modelo teórico-doutrinário substancial, porque surge da eficácia operativa da sociedade tecnológica sem fronteiras.

Como consequência, emerge uma forma de *Democracia*, como meio para se atingir um quarto princípio, da tríade *Solidariedade / Justiça Social / Igualdade de Oportunidades*, para a *Nova Democracia Globalizada*. No mundo da sociedade tecnológica e da eficácia operativa, o homem seria *uma substância individual de natureza racional, capaz de ser relacional*.

Os dois últimos andares desse edifício social, consolidam-se com o quinto e o sexto princípios desta que se avizinha como a nova ética universal: dizem respeito à *Felicidade*,

propriamente, do homem e, por último, ao *Conceito de Indivíduo*. Minhas alusões à *Ética da Felicidade*, presentes na Introdução deste trabalho, fazem-se necessárias novamente, aqui neste capítulo.

Em última instância, haveria inúmeras éticas, até o limite extremo de uma ética para cada indivíduo. Todavia, trata-se de uma interdependência desigual, em face do distanciamento cada vez maior Norte / Sul, do aumento da pobreza e da opressão em países subdesenvolvidos do Sul, do acréscimo das riquezas e do poderio em geral das nações do Norte, e das discrepâncias aproximadas, paradigmaticamente, pela tecnologia.

A percepção de que o mundo contemporâneo está diante de problemas sérios que se destacam, desde o desemprego por causas estruturais e outras, como as do meio-ambiente por exemplo, levam-nos a notar o surgimento de um quarto setor produtivo: se, no passado, falava-se em três setores componentes do modo de produção, agora deve-se considerar mais um setor, desde o primário / agrário, ao secundário / industrial, ao terciário / serviços, verifica-se um setor quaternário / o tecnológico. Este setor impõe a inversão do valor da felicidade, da virtude, da astúcia, e por fim, da ética, propriamente. Não há, desta maneira, barreiras para a tecnologia. O *imperativo tecnológico primeiro* é o que diz:

Tudo aquilo que pode ser feito, tecnologicamente, o será.

Este preceito suscita as mais diversas críticas nos dias de hoje. Entre outros, o filósofo espanhol Ramón-Jesús Queraltó Moreno nota que a racionalidade tecnológica é “*uma lógica*” social onde a “*vontade de poder*” se pergunta pela possibilidade de se auto-afirmar com o apoio da tecnologia, que, por sua vez, buscará subsídios na ciência, caso necessário, para atender aos quesitos da “*vontade de poder*”. São as características básicas da “*racionalidade tecnológica*”, que tem por instrumento o fazer. Seus critérios de validade (ou de verdade) são resumidos na ciência (com expressões matematizadas). Assim, da “*eficácia operativa*” ou da eficiência, utilitarista (ainda não negativa enquanto descrição), passa-se do tradicional ao “*racional*”. Da pergunta – originária da ciência clássica – “o que é”, passa-se para a pergunta tecnológica – “para que serve”. Na busca desta construção, tem-se a necessidade da aplicação de métodos que se definem, segundo Moreno como “algo para um fim determinado, que tem êxito em si mesmo”. Tem-se a inversão da relação

entre ciência e tecnologia: da possibilidade passada da ciência determinar a tecnologia, da primazia do saber, migrou-se para a primazia do fazer. Não é mais a ciência que determina os avanços tecnológicos, mas a tecnologia que dá o impulso necessário à ciência. Se, antes, o Conhecimento era em si e para si, hoje é a informação que possa gerar mais saber e informação (59).

Esta análise de Moreno procede a uma oposição entre técnica e ciência que invoca uma pesquisa empírica de vulto da produção, acadêmica, industrial, etc. No entanto, o problema é relevante e tem encontrado respostas e encaminhamentos os mais diversos. Entre outros, importaria aqui analisar o pensamento de Hans Jonas, quando avalia (*Le Principe responsabilité*) que a tecnologia converteu-se em ameaça física ao homem, na medida em que submete sua felicidade à conquista do sucesso (60).

(59) Cf. Moreno, R. Endereço Internet ([http://upac.us.es/ipac bin/Aipac1](http://upac.us.es/ipac/bin/Aipac1)), relativo à Biblioteca da Universidade de Sevilha e seu acervo. Consultar por "Queraltó", seguido de "Ramón-Jesús Queraltó Moreno". - Acervo da Biblioteca da Universidad de Sevilla, endereço eletrônico indicado, Congresso: Academia Internacional de Filosofia de las Ciencias. Congreso (1983. Sevilla). Queraltó Moreno, Ramón-Jesús. *La ciencia frente a las expectativas del hombre contemporáneo*. 1984.

(60) Não tive oportunidade de concursar a obra (Hans Jonas, *Le Principe responsabilité: une éthique pour la civilisation technologique* (1979), trad. J. Greisch, Éd. du Cerf, 1990). Cito o trecho do prefácio (pp. 13 a 30) obtido a partir de consulta na internet, conforme segue: <http://www.sosphilo.com/Notions/technique/extraits.htm>. "Le Prométhée définitivement déchainé, auquel la science confère des forces jamais encore connues et l'économie son impulsion effrénée, réclame une éthique qui, par des entraves librement consenties, empêche le pouvoir de l'homme de devenir une malédiction pour lui. La thèse liminaire de ce livre est que la promesse de la technique moderne s'est inversée en menace, ou bien que celle-ci s'est indissolublement liée à celle-là. Elle va au-delà du constat d'une menace physique. La soumission de la nature destinée au bonheur humain a entraîné par la démesure de son succès, qui s'étend maintenant également à la nature de l'homme lui-même, le plus grand défi pour l'être humain que son faire ait jamais entraîné. [...] Toute sagesse héritée, relative au comportement juste, était taillée en vue de cette expérience. Nulle éthique traditionnelle ne nous instruit donc sur les normes du "bien" et du "mal" auxquelles doivent être soumises les modalités entièrement nouvelles du pouvoir et de ses créations possibles. La terre nouvelle de la pratique collective, dans laquelle nous sommes entrés avec la technologie de pointe, est encore une terre vierge de la théorie éthique. Dans ce vide (qui est en même temps le vide de l'actuel relativisme des valeurs) s'établit la recherche présentée ici. Qu'est-ce qui peut servir de boussole ? L'anticipation de la menace elle-même ! C'est seulement dans les premières lueurs de son orage qui nous vient du futur, dans l'aurore de son ampleur planétaire et dans la profondeur de ses enjeux humains, que peuvent être découverts les principes éthiques, desquels se laissent déduire les nouvelles obligations correspondant au pouvoir nouveau. [...]"

Jonas lembra que o homem pratica, na sociedade atual, um irresistível exercício pelo poder. A tecnologia cumpre um papel relevante nesta escalada, posto que, em estado de arte, converte-se no centro repositivo do saber e da informação. A relação daí decorrente – homem / tecnologia – relativiza valores e funda uma nova ética, que o autor expressa da seguinte forma:

“Agis de façon que les effets de ton action soient compatibles avec la permanence d'une vie authentiquement humaine sur terre.”

A constatação de que a tecnologia torna-se elemento primordial para o conhecimento da realidade e que, mais que um instrumento, ela influi no modo de formação da sociedade civil, dá a dimensão da *nova globalização*, que parece fadar à impossibilidade todas as revoluções de cunho ideológico-político.

Não há “o fora”, estão todos dentro. O “em torno” já não está mais circunscrito à aldeia, à vila, ao Estado, mas ao próprio Globo.

Emerge, por fim, um regime de terror que remete a quadros anteriores, de modelos de racionalidade estatal e de mercado, desenvolvidos a partir do século XVI, instaurados e sucessivamente superados, exceto no princípio que apregoa ser a mente do sujeito um *instrumento imperialista contra o próprio sujeito*.

O resgate de um processo vivido em França do século XVIII, por exemplo, mostra sua semelhança com o que pretendo expor neste capítulo. Ao final da Revolução Francesa, o terrorismo executa Robespierre, Saint-Just, Couthon e outros dezenove revolucionários, sem julgamento apropriado. A este respeito, Alain Badiou comenta:

“La Convention thermidorienne est elle-même fondée sur un massacre terroriste. Robespierre, Saint-Just, Couthon, son exécutés le 10 Thermidor, avec dix-neuf autres, sans aucun jugement. Le 11 Thermidor, la charrette est de soixante-et-onze condamnés, la plus importante de toute la révolution. La terreur contre-révolutionnaire ne cesse pratiquement pas pendant les années 94 et 95. Aussi bien sous des formes judiciaires que sous celle de massacres anarchiques. Des bandes armées provoquent partout les militants jacobins et poussent à la répression.” (61)

(61) Cf. Badiou, A. *Ou'est-ce qu'un thermidorien?* In: *La république et la Terreur*, p. 53.

Os “*massacres anarchiques*”, nas palavras de Badiou, provocados por bandos armados, por si só são injustificáveis, menos ainda desprovidos das formas judiciais cabíveis. Trata-se do abandono das virtudes por excelência, conforme postas por Aristóteles. No entanto, deve-se tomar em conta a questão de Alain Badiou (*Qu'est-ce qu'un thermidorien?*):

“Le point central est qu’au principe de Vertu est substitué le principe d’intérêt.” (62)

O terreno ético é, por definição, dialético e está sempre voltado para a busca da verdade no sujeito e na sociedade. Já a fórmula do conflito de interesses, requer atores que se opõem, traduzindo-se num jogo retórico. O afã pela disputa, polêmica, e pela acusação torna-se condição necessária e essencial. Daí advém a perspectiva reducionista de simplificação, dramatização, e quase nada a concluir. Um método minimalista, de redução e regressão. Frente à escala de prioridades a perspectiva pedagógica da formação substancial do sujeito ético cede lugar ao conflito de interesses. Badiou (op. cit., p. 56-57) observa que a Virtude é uma prescrição subjetiva incondicional que não retorna a uma determinação objetiva. Segundo o autor, Saint-Just afirmara que o contrário de Virtude é Corrupção e meditar sobre esta não é algo inútil nos dias de hoje. Em suas palavras:

“Sylvain Lazarus a montré que ‘corruption’ désigne d’abord la précarité de la politique, liée à ce que son principe réel est subjectif (la vertu, les principes). Ce n’est qu’ensuite, et par voie de conséquence, que l’on trouve corruption matérielle. (63)

Admitida a precariedade da política, conforme Badiou, princípios éticos incapazes de compor com a virtude subjetiva incondicional, efetivamente, levam o movimento ético a ceder vez para as determinações objetivas das circunstâncias atenuantes.

(62) *idem*, p. 56.

(63) *idem*, p. 57.

3.2 – O núcleo temático da concepção ético-linguística de Chomsky.

3.2.1 - Acerca do Princípio Orientador da ação ativista de Chomsky.

Michel Foucault e Noam Chomsky foram os centros de um debate ocorrido em 1971, na TV holandesa. O tema proposto pelo canal televisivo foi: “Natureza Humana: Justiça versus Poder”.

O assunto deste debate ressurgiu em Rabinow (*Antropologia da razão*, 1999, p. 17 e ss) que reedita a entrevista e acrescenta outra - realizada com Michel Foucault em maio de 1983 -, a tratar de *Política da Verdade* (64).

Antes mesmo de expor as oposições entre ambos os pensadores no debate televisionado, Rabinow aprecia alguns assuntos cruciais do mundo contemporâneo, especialmente acerca da verdade, dos interesses ideológicos envolvidos e das conseqüentes questões políticas. Foucault, na citada obra, revela não ter interesse no envolvimento em debates polêmicos:

“Eu gosto de discutir e tento responder as perguntas que me fazem. É verdade que não me agrada participar de polêmicas. Se abro um livro e vejo que o autor está acusando um adversário de ‘esquerdismo infantil’, imediatamente torno a fechá-lo. Essa não é a minha maneira de fazer as coisas; não pertencem ao mundo das pessoas que agem assim. Considero essa diferença como algo essencial: toda moral está em jogo, a da procura da verdade e da relação com o outro.” (65)

Ao esclarecer (Ib., p. 20-22) que sua relação com as questões de ordem política não se dá como resultado da crítica que rejeita todas as soluções, com exceção da que seria boa, Foucault enfatiza a razão pela qual buscaria, exatamente, o inverso, ou seja, a problematização. Coleciona fatos, práticas e pensamentos que levam problemas para a política resolver:

(64) Cf. Rabinow informa em *Antropologia da razão*, (p. 51), encontra-se a íntegra do debate na obra *Human Nature: Justice versus Power – A discussion between Michel Foucault and Noam Chomsky*. In: Fons Elder (ed.), *Reflexive Water: The basic concerns of mankind*. London, Souvenir Press, 1974.

(65) Cf. Rabinow, *Antropologia da razão*, p. 17.

“Minha atitude não é resultado de um certo tipo de crítica que, com o pretexto de um exame metódico, rejeita todas as soluções possíveis com exceção de uma única, que seria a boa. Ao contrário: busco a ‘problematização, isto é, a elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar problemas para a política. Por exemplo, não creio que com relação à loucura e às doenças mentais exista qualquer ‘política’ que tenha a solução justa e definitiva. Mas penso que existem na loucura, na alienação e nas perturbações de comportamento razões para que a política seja interrogada; e ela deve responder a essas perguntas, ainda que nunca possa respondê-las de forma definitiva.” (66)

Como Foucault responde não acreditar em nenhum tipo de *política* (e grifa) que tenha solução justa e definitiva para alguns problemas cruciais da sociedade, enseja a seguinte pergunta de Rabinow:

“P.R.: Você já foi visto, por suas obras, como um idealista, um niilista, um ‘novo filósofo’, um antimarxista, um neoconservador e assim por diante... Onde você se situa verdadeiramente?”

A resposta de Foucault, em outras palavras, indica a intenção de chegar ao conceito que elaborou acerca do que vem a ser “história de problemáticas”. Sua tese é de que seria possível estabelecer-se uma diferença entre uma história do pensamento e uma história das idéias. Seu enunciado dos princípios fundamentais é o seguinte:

“O pensamento se caracteriza por ser totalmente diferente do conjunto de representações que fundamentam um certo comportamento, assim como do domínio de atitudes que podem determinar esse comportamento. O pensamento não é o que habita determinada conduta e lhe confere um sentido; é aquilo que permite a uma pessoa distanciar-se de certa maneira de agir e de reagir, adotá-la como objeto de pensamento e questioná-la ao seu significado, suas condições e seus objetivos. O pensamento é a liberdade com relação ao que se faz, o movimento pelo qual se toma distância desse fazer, constituindo-o como objeto e refletindo sobre ele como problema. [...] Dizer que o estudo do pensamento é a análise de uma liberdade não significa que se esteja lidando com um sistema formal cuja única referência é ele mesmo.” (67)

(66) *Ib.*, p. 20.

(67) *Ib.*, p. 24.

A problematização estabelece as condições necessárias do *ato político* de pensar – livre – e é a partir dela que se estabelecem as condições para que as respostas possam surgir. A reflexão filosófica e histórica, para Foucault, afigura-se como um trabalho do pensamento, compreendida como tal e não como arranjo de representações.

Em conformidade ao exposto, de posse deste princípio da problematização, Rabinow apresenta um capítulo conclusivo sobre o debate (1971) entre Foucault e Chomsky (*Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault*, p.27-53). Rabinow, entre outras avaliações, conclui, acerca de Chomsky e Foucault, o seguinte:

“Para Noam Chomsky existe uma natureza humana; este ponto é crucial para ele: a não ser que exista alguma forma relativamente fixa de natureza humana, o verdadeiro conhecimento científico é impossível. Baseado na sua própria pesquisa, Chomsky perguntou: dado o conjunto de experiências parciais e fragmentadas, como é que indivíduos, em todas as culturas, são capazes de não somente aprender a sua própria língua mas de também usá-la criativamente? Para Chomsky há somente uma resposta possível: deve existir uma estrutura biofísico-mental básica que nos permite como indivíduos e como espécie deduzir uma linguagem unificada a partir da multiplicidade das experiências individuais. Deve haver, insiste Chomsky, uma ‘massa de esquematismos e princípios governantes inatos, que guiam nosso comportamento social, intelectual e individual.. há alguma coisa biologicamente dada, imutável, um fundamento para tudo o que fazemos com as nossas capacidades mentais’ (citando *Human nature*, p. 136-140). Chomsky tem dedicado sua carreira científica a descobrir estas estruturas. Seu objetivo: uma teoria matematicamente testável da mente. Sua linhagem: a racionalidade cartesiana. Michel Foucault rejeita a visão chomskyana da natureza humana e da ciência. De maneira metodologicamente típica, Foucault evita a questão abstrata: existe natureza humana? E pergunta: como funciona o conceito de natureza humana na nossa sociedade?” (68)

Compreender as objeções de Foucault ao pensamento de Chomsky, conforme apresenta Rabinow, torna-se, pois, fundamental. Se Foucault não objetiva a abstração acerca da natureza humana ou o que ela possa conter em si, contudo, exige a investigação sobre “como funciona o conceito de natureza humana na nossa sociedade”.

(68) *Ib.*, p. 27-28.

Contrário à abstração dos conceitos, ou mesmo a especulações sobre o “esquematismo” da mente, ele aponta para um mundo moral que invoca a “procura da verdade e da relação com o outro”. Na plena relação com o outro, o *eu* de Foucault procura a verdade na relação dialética, já que a especulação tende a ser retórica. O filósofo afirma (in: *Antropologia da Razão*, p. 30): *“Parece-me que a verdadeira tarefa política numa sociedade como a nossa é criticar o funcionamento das instituições que aparentam ser neutras e independentes; criticá-las de tal maneira que a violência política exercida obscuramente através delas possa ser desmascarada, a fim de que possam vir a ser combatidas.”*

Todavia, em meu ponto de vista, esta afirmação, *isolada*, passaria por uma das muitas falas do lingüista e ativista político, se não fosse elaborada por Foucault, porque, como mostro nas próximas páginas - sobre os quatro temas principais que Chomsky aborda -, um deles visa desmascarar a ideologia contida na violência política. Outro exemplo semelhante trago a seguir:

“Vou ser um pouco nietzschiano acerca disto... parece-me que a idéia de justiça em si mesma foi efetivamente inventada e utilizada em diferentes tipos de sociedade como instrumento de um certo poder econômico e político ou como arma contra este poder... não se pode, ainda que isto seja lamentável, levar estas noções adiante para justificar uma luta que deveria... derrubar os veros fundamentos de nossa sociedade.” (Rabinow, p. 30, no debate Foucault versus Chomsky)

O tom do protesto contra o abuso do poder econômico e político “ou como arma contra este poder”, que se assemelha ao de Chomsky (conforme sugiro) e a Nietzsche (conforme afirma Foucault), por sua vez, apresenta um senão, a saber:

“Por que devemos lutar contra a violência política? [Pergunta Rabinow] Mais uma vez Chomsky e Foucault divergem [Afirma Rabinow e prossegue...] Para Chomsky devemos lutar contra as injustiças da nossa sociedade em nome de uma meta mais ativa, a justiça. Com certeza, argumenta Chomsky, se não tivermos um princípio orientador (grifo nosso), não teremos maneira de julgar as ações dos outros. É perfeitamente possível que venhamos a nos encontrar numa situação na qual a revolução é pior do que o regime que ela substitui. Estaremos perdidos, a não ser que tenhamos alguns padrões fixos e racionais para julgar o que constitui uma sociedade melhor. Isto não significa, acrescenta Chomsky, que tenhamos

que atingir um desempenho perfeito destes padrões; mas sem eles não teremos maneira de agir ou julgar.” (idem, p. 30)

A resposta de Foucault ao que Chomsky chama de “um princípio orientador” foi, nos dizeres de Rabinow, radical e desestabilizadora. Foucault não crê na justiça, porque esta seria instrumento inventado e utilizado pelo poder econômico. Mais que isso, questiona, em certo sentido, a crença de nosso autor numa justiça universal, que seria a Justiça Universal Absoluta – acerca da qual tratarei logo a seguir.

Para tentar dirimir a polêmica suscitada por Rabinow – sobre ir ou não à busca do conceito de natureza humana ou aquele da natureza humana na sociedade -, e procurar compreender os pontos de vistas, julgo ser necessário considerar alguns aspectos primordiais.

Foucault tem se notabilizado, entre outros estudos importantes, por sua análise voltada ao problema do sujeito e da objetificação. Para ele, há três modos, subsequentes, de se objetificar o sujeito:

a) aquele das práticas divisórias, quando os indivíduos recebem identidade pessoal e social, com vistas à manipulação e à exclusão;

b) a classificação científica que, ao enquadrar o sujeito como trabalhador, separa e dilui a igualdade de todos para uma igualdade de poucos; e

c) a subjetivação, que é uma forma de tornar o ser humano em sujeito, através do conhecido método de Vigiar e Punir (cf. Rabinow, citando Foucault, *Antropologia da razão*, op. cit., p. 31 e ss).

Esta tese da objetificação do sujeito – antes indivíduo, portanto – está implícita e exemplificada, nos capítulos anteriores da presente pesquisa, quando trato das normatizações, dos procedimentos e das gestões participativas. Se não citei o pensamento de Foucault àquela altura, acerca do sujeito e da governamentalidade, foi por entender que a problemática apresentada por Rabinow – no debate entre ambos os pensadores -, *representa, o divisor de águas que remeteria, em definitivo, ao núcleo temático das concepções ético-lingüísticas de Chomsky.*

Classifica sujeitos, promove identidades provisórias e vigia / pune: a sociedade objetifica, num instante com esta designação, noutro com a roupagem do comprometimento, da motivação, do expurgo à lascívia, etc.

O que Rabinow trata por “divergência” entre Foucault e Chomsky, é o paradoxo presente na concordância de ambos com as conseqüências da objetificação e na *aparente* discordância de suas causas.

Contudo, se não pode haver acordo frente ao desacordo, passo a sugerir uma outra interpretação, enquanto não nego aquela dada por Rabinow às citações feitas pelo linguísta, ou, eventualmente, aquelas entendidas por Foucault em relação a ele.

Proponho, desta maneira, a retomada das conclusões de Rabinow, sob outro prisma: “*Chomsky tem dedicado sua carreira científica a descobrir estas estruturas. Seu objetivo: uma teoria matematicamente testável da mente. Sua linhagem: a racionalidade cartesiana*”.

Ao notar a afirmação de Rabinow, entendo haver aí já uma das formas de objetificação denunciadas por Foucault: de fato, aquilo que vem a ser uma *linhagem de racionalidade cartesiana* representa, em si, uma prática divisória e uma forma de classificação do pensamento chomskyano. Como condição social, família, estirpe, ou genealogia, a palavra linhagem traz consigo um sentido classificatório.

Além disto, parece-me conter mais informações subjacentes, a afirmação de Rabinow, uma vez que Chomsky *estaria a se dedicar* a descobrir as estruturas superficiais e profundas da linguagem através de uma teoria matematicamente testável.

Ainda quanto à idéia de linhagem, entendida como estirpe ou genealogia, Foucault localiza e analisa, historicamente, os fios discursivos e as práticas acerca do sujeito, do saber e do poder, naquilo que define como “a genealogia do sujeito moderno”.

Ao estudar o pensamento de Nietzsche, Foucault diz que o saber “*se desprendeu vagarosamente de suas raízes empíricas, das necessidades iniciais das quais emergiu, para tornar-se especulação pura, submetida unicamente às demandas da razão... Assim como em outros tempos as religiões demandavam o sacrifício de corpos, agora o saber requer experimentação em nós mesmos, nos conclama ao sacrifício do sujeito do saber*” (69).

A referência que Foucault faz a Nietzsche, da *vontade de poder* com *vontade de saber*, resvala em Chomsky, pois o saber seria externo aos embates na sociedade hodierna (segundo a interpretação de Rabinow).

(69) Apud. Rabinow, citando Foucault. *Nietzsche, Genealogy, History*. Ithaca, Cornell University Press, 1977, citado por Rabinow.

Para Foucault o saber é interno, está presente na luta cotidiana - a “vontade de saber” que faz subsumir o “saber empírico” - , aquela vontade circunscrita às condições contingenciais que delegam a poucos o poder e o saber, que exclui os demais.

A crítica implícita à posição de Chomsky seria esta de *sua vontade de saber*, na busca do conceito de natureza humana. Por isso, o lingüista ter merecido a classificação divisória, como membro de uma *linhagem* racionalista cartesiana.

Mas, enquanto o importante pensamento de Foucault caminha rumo à compreensão do conceito de natureza humana *dentro da sociedade*, avança também para o conceito de natureza humana *dentro do próprio homem*, que é, em suas palavras, vigiado e punido pela sociedade onde se insere. Este *existencialismo* está declarado numa passagem de *Pierre Rivière*, onde, ao analisar o confronto entre o crime e a glória, Foucault esclarece:

“Daí, sem dúvida, o fato de que para a memória popular – tal qual ela se tece na circulação destas folhas de notícias de comemoração – o assassinato é o acontecimento por excelência. Com ele se colocam sob uma forma absolutamente despojada a relação do poder e a do povo: ordem de matar, proibição de matar; suicidar-se, ser executado; sacrifício voluntário, castigo imposto; memória, esquecimento. O assassinato ronda nos confins da lei, aquém ou além da lei, acima ou abaixo; ele gira ao redor do poder ora contra ele, ora com ele. A narrativa do assassinato instala-se nesta região perigosa da qual utiliza a reversibilidade: comunica o proibido com a submissão, o anonimato com o heroísmo; por ela a infâmia toca a eternidade.” (Foucault, *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, p, 217)

Como formula Foucault, a predominância do Estado sobre os indivíduos ignora em favor dos interesses da totalidade e provoca “uma combinação tão complexa de técnicas individualizantes e procedimentos totalizantes nas mesmas estruturas políticas” (Foucault, *Howison Lectures*, Berkeley, 1980).

Os procedimentos totalizantes, no exemplo de *Pierre Rivière*, são o castigo, a execução, a ordem de matar, e mais que isso, a vigilância e a punição. As técnicas individualizantes são o suicidar, o assassinar, o sacrifício voluntário. Nesta via de mão dupla (técnicas individualizantes e procedimentos totalizantes), para onde o homem se insere e “gira ao redor do poder ora contra ele, ora com ele” e de onde vem para si mesmo, quando “a infâmia toca a eternidade”, posso entender a “eternidade” como a “vontade de

poder” expressa naquelas *celebridades* que se eternizam graças à “memória popular”. Mas, sobretudo, também posso entender a “eternidade” como a representação da idéia de uma ética que, efetivamente, está acima da lei, *transvalorada* para um posto fora dos “confins da lei, aquém ou além da lei, acima ou abaixo”.

Esta noção foucaultiana de espaço tridimensional deve ser superada – em Chomsky –, ou transvalorada. Nem acima, nem abaixo, nem aquém, nem além. Do plano, à idéia de álgebra cartesiana dos eixos X, Y e Z, fundada a partir das concepções da geometria euclidiana. Suplantada por uma nova física – da natureza ou social –, para uma quarta dimensão, relativista, onde o tempo nos dá a idéia de “eternidade”.

Como disse, avanço nesta questão que não é chomskyana, do que vem a ser, efetivamente, esta teoria matematicamente testável da mente, que não poderia ser vista apenas como uma *coisa de linhagem cartesiana*.

Esta concepção de linguagem e “eternidade”, que vou procurar tratar nas páginas que se seguirão evoca uma *Teoria Matemática da Catástrofe* aplicada ao pensamento de Chomsky. Nosso autor exige de seu leitor um esforço a mais, no sentido de que, grosso modo, afirmar o conceito de *linhagem da racionalidade cartesiana* não traduz, de imediato, o significado das pesquisas no terreno da linguagem e da ética, no seu caso.

Dada a pontualidade da tese de Foucault e sua grande importância, nota-se que se está no *limite máximo* da *linguagem crítica* contra a crise de valores morais da sociedade e, sem sua tese, não seria possível *dar o passo seguinte* – conforme interpreto seu pensamento –, no sentido da *superação* da vontade de saber e da vontade de poder, precisamente postas por Foucault.

Quando proponho que o núcleo temático do pensamento de Chomsky reside na necessidade de abordagem do inatismo da Linguagem, como base sobre a qual se funda toda *ação humana livre*, reformularei minha afirmação presente e acima: a Linguagem é o ponto de partida e o ponto de chegada, em seu pensamento.

A circunavegação humana, nesta ótica, utiliza o sextante do inatismo, cuja referência é a Linguagem, numa expressão metafórica. O corolário segundo o qual o homem poderá se ver livre de uma sociedade que sufoca todas as possibilidades, volta-se para este argumento de ordem política, na medida em que deve viabilizar uma sociedade justa, onde a criatividade e a razão pudessem reinar *pela essência e pela natureza humana*:

- Mas a essência, necessariamente, contém a natureza humana (que está contida naquela, por exigência lógica): não é possível tratar de uma sem esbarrar na outra;

- Se pela essência, então pertence à natureza do Ser e, portanto, é inata;

- Se inata, nasce com o indivíduo e morre com ele e, por sua vez, tem um fim no *mundo dos fatos*, como tarefa, e mando genético oriundo do *mundo das idéias*.

Para Chomsky, a ação política tem um fim porque teve um começo.

Terá meta, acabará, é uma escatologia da razão e da natureza humana porque é uma cosmologia da essência (uma cosmologia do Caos). Tem para si a “ordem natural”, qual seja a de reformular conceitos no sentido de uma ordem social mais humana e justa.

Esta ação é anarquista: antes, socialista – libertária. Funda-se, portanto, no conceito de inatismo, “de linhagem cartesiana”, racionalista, e depende da constituição de um mundo composto por dois elementos primordiais: espaço fértil e Linguagem. Por excelência e por definição, anarquista, porque dada esta opção política, tornar-se-ia imperativa uma lingüística gerativa transformacional.

Quem declara que o inatismo é utópico, também advoga que a liberdade de instinto é inatingível.

Aqui, minha leitura de Chomsky sugere que, ou o indivíduo retira de si as pressões sobre a “faculdade inata da Linguagem”, ou se perde nas circunstâncias cotidianas e aceita jogar o *jogo do dilema do prisioneiro*, onde a vontade de saber e a vontade de poder ditam as regras, na sociedade que gira em torno do poder político e econômico, como bem evidencia Michel Foucault. Por esta razão, nosso autor investiga o Estado e as Corporações, os que venham a submeter o indivíduo a tal perda.

A respeito, por exemplo, do embate na esfera econômica e política, subsumidas à vontade de potência, parece-me um grande esforço discutir todos os seus trabalhos. Encontram-se passagens e análises suas em assuntos como: terrorismo, racismo, religião estatal, direitos, liberdade, autoridade, necessidades, ideais políticos, estratégias, guerra fria, nacionalismo, comunismo, anarquismo, revolução, moralidade, economia de mercado, política externa Norte-Americana, imperialismo, o papel dos intelectuais, uniões,

solidariedade, amizade, gerenciamento, mídia, corporações, pessoa jurídica, tribalismo, apenas para nomear algumas delas. Nas próprias palavras de McGilvray (1999):

“Fortunately, there are some recurring patterns or themes that have been emphasized for years. While Chomsky dislikes labels and the creation of abstractions, he admits to being an anarchosyndicalist or libertarian socialist. He constantly reminds us that political decisions are made against a backdrop of assumptions about human nature to the view he supports. He insists that his ‘radical politics’ is in fact far more responsible to human nature and needs than many currently popular ‘isms’ – for instance, neoliberalism. He defends the view that citizens of democracies in which large corporations control the economy – especially the United States – are subjected to a form of mind control or propaganda by corporate-run media. He holds that the ‘free market economy’ is anything but free, and that those who are most strident in their defense of it, such as heads of large transnationals and their elected government representatives, benefit most from both protectionism on a gran scale and a kind of welfare for the rich.” (70)

Com efeito, as questões mais enfatizadas em sua obra, relativas ao Político, são aquelas das decisões de caráter global e corporativo, que se voltam para os procedimentos totalizantes e técnicas individualizantes - como quer Foucault e, concomitantemente, como exemplifiquei sobre as Normas, a Qualidade e a Gestão Participativa -, e são contrárias, declaradamente, à natureza humana.

Neste projeto *ético-lingüístico*, a partir disto, Chomsky estipula quatro grandes temas para debate.

O primeiro tema, em conformidade com McGilvray (Ib., p. 178 e ss), é a efetiva evidência do poder e da instauração da miséria que por ele gravita. Chomsky não se posiciona social ou politicamente, a favor deste ou daquele grupo. Procura situar as áreas geopolíticas de concentração de capital e poder, ou, diametralmente opostas, em regiões onde a extrema miséria e desgraça humanas sobressaem-se das demais. A razão disto – parece-me - está vinculada ao seguinte raciocínio:

(70) Cf. McGilvray, *Chomsky – language, mind and politics*, p.177.

a) pelo fato de que aquelas regiões do globo que encontram-se a meio termo – do subdesenvolvimento ao desenvolvimento pleno, ou da falência à miséria absoluta – tendem para os extremos;

b) que a política neoliberal, em seu entender, em sua fórmula que protagoniza a liberdade de mercado, por si se encarrega de conduzir o processo para os limites extremos.

O segundo grande tema do debate político afigura-se como *a necessidade de dizer a verdade a respeito dos acontecimentos políticos analisados* por ele. Assim como McGilvray (op. cit.), também creio que nosso autor possa cometer enganos em diferentes citações dessa ou daquela notícia veiculada pela imprensa mundial, ou mesmo de algum dado em citação. Porém, a demonstração que segue sua argumentação, via de regra, sempre tem o sentido de “dizer a verdade”.

O terceiro tema sempre procura fixar a *contradição da verdade posta na “visão oficial” de cada caso analisado e a ideologia subjacente*. A partir deste ponto, começa a reversão do conceito de simulação e dissimulação como procedimento eficaz. Não são mais procedimentos eficientes que importam como fim, mas os procedimentos como meio para um determinado fim, da exposição da mentira e da falsidade. Num exercício de demonstração da objetificação dos sujeitos e suas categorizações, ele procura evidenciar a prática da exclusão, vezes outras até com o apoio e uma certa mediação da ciência, que assume o papel de pesquisadora e investigadora de problemas pertinentes ao social, mas que se presta ao serviço da “versão oficial”. Ao verificar como os seres humanos, nestas circunstâncias, são objetificados, o ativista *depõe contra os regulamentos e enquadramentos* propostos pelos discursos da vida, do trabalho e da linguagem, reformulados pela ideologia oficial. O que significa dizer, a denúncia do discurso desvinculado da prática divisória, onde as técnicas de dominação que permeiam a sociedade *se utilizam das classificações em populações vagabundas, trabalhadoras, marginais e outras, denota instâncias onde a pessoa é colocada numa cela com um dossiê marcado pela passividade* – para empregar uma linguagem foucaultiana.

O último tema é o do interesse real oposto à apatia alienada. Quer dizer, a supressão de informação às pessoas comuns pode ser contornada, desde que haja um real interesse em resolver os problemas. Uma cidadania que se traduz em ação libertária:

“... Because everyone has common sense understanding, given a bit of healthy skepticism and open-mindedness, the only additional thing the ordinary person lacks is informations. ‘In the analysis of social and political issues it is sufficient to face the facts and to be willing to follow a rational line of argument. Only Cartesian common sense, which is quite evenly distributed, is needed’(LR 5). Typically, that information is denied, through lack of opportunity aided by apathy (propaganda – induced, Chomsky holds) and lack of will. ‘The social sciences generally, and above all the analysis of contemporary affairs, are quite accessible to anyone who wants to take an interest in these matters...’(LR 4-5)” (71)

(71) *Ib.*, p. 180. A sigla LR refere-se à obra *Language and Responsibility, interview with Mitsou Ronat* (Cambridge, MA: MIT Press, 1988). Esta obra, à minha disposição, é Chomsky, Noam. *Diálogos com Mitsou Ronat*. Título original: *Dialogues avec Mitsou Ronat*. Tradução de Álvaro Lorencini e Sandra Margarida Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1977. 177 p.

3.2.2 - Acerca do Anarcosindicalismo: o socialista-libertário em Chomsky.

Passa a ser possível, a partir dos temas já abordados, apresentar o conceito adotado para socialismo – libertário e anarcosindicalismo. A eticidade, posta como vontade livre que se quer livre a si mesma, é libertária, em Chomsky. Ele nos diz, com todas as letras, que a responsabilidade intelectual do escritor, ou de qualquer pessoa decente, é dizer a verdade. Acrescenta a isto que *"é um imperativo moral encontrar a verdade da melhor forma possível sobre coisas que importam para o público certo."* Os grifos são de Chomsky. No original, a citação é a seguinte:

"Though at this level of generality there is an easy answer, qualifications and complexities quickly arise. To add a few of these, it is a moral imperative to find out and tell the truth as best one can, about things that matter, to the right audience. The questions become harder, sometimes verging on unanswerability, when we try to spell out the meaning of the qualifications." (72)

Seus objetivos estão voltados para a defesa, em circunstâncias favoráveis, de algumas instituições sociais contra o ataque por elas sofrido que, em última instância, visa dismantelar uma sociedade livre. Contudo, o que quer dizer com *"if the appropriate circumstances can be achieved"*, conforme se lê a seguir?

"In today's world, I think, the goals of a committed anarchist should be to defend some state institutions from the attack against them, while trying at the same time to pry them open to more meaning public participation – and ultimately, to dismantle them in a much more free society, if the appropriate circumstances can be achieved." (73)

O conceito de *circunstância* retoma a dimensão anterior, vista conforme Aristóteles. A proposta de tentativas de reversão dos ganhos obtidos com a luta popular das "conquistas sociais". Os temas, de *importância histórica*, estão freqüentemente encobertos por distorções, com o objetivo de controle, pela elite – "minoria próspera".

(72) Cf. Chomsky, N. *Os caminhos do poder*. p. 69 ou no original, *Powers and prospects*, p. 55.

(73) *Ib.*, p. 89-90 na versão em português, ou no original, *Powers and prospects*, p. 75. Na versão portuguesa: "... os objetivos de um anarquista comprometido deveriam ser defender algumas instituições... [etc]

Não se trata de uma atitude astuciosa, contingencial, que antes apregoa o conformismo e o voluntarismo negativo. Mas, uma atitude fundada nos quatro passos abordados, conforme se viu:

- a) se, é efetiva a evidência do poder e da miséria à sua volta (primeiro tema);
- b) se, além disto, a verdade está abafada e não pode ser dita (segundo tema);
- c) se, por conseguinte, a “visão oficial” ou a versão oficial dos fatos se traduz como um embuste (terceiro tema); e
- d) se existe um real interesse da população em resolver os problemas e erradicar a “apatia” (quarto tema);
- e) então, haverá as circunstâncias apropriadas para se alcançar os resultados.

Por "o novo espírito do tempo" (*The New Spirit of the Age*, in: *Powers and Prospects*, p. 77 e ss), invoca-se o estado da cultura intelectual e seus valores predominantes, nos dias de hoje – *vontade de saber*.

A rigor, os movimentos populares de resistência à autocracia capitalista, pelos seus objetivos, compreensão e aspirações, cometem o erro intelectual fatal, segundo ele, presente na cultura pré-capitalista (Ib., p. 78), que foi aquele de supor – por crença –, que as pessoas têm um lugar na sociedade e um direito a ela, “talvez um lugar frágil (em suas palavras), mas, pelo menos, algum lugar.”

O ativismo político representa a negação do passado, o avanço e a manutenção da história e a crença não no direito de ter um “lugar frágil mas pelo menos algum lugar” mas na efetiva conquista social. Citar Malthus, um dos teóricos do pensamento republicano, é, mais que evidência, uma necessidade:

“As always in the past, one can choose to be a democrat in Jefferson’s sense, or an aristocrat. The latter path offers rich rewards, given the locus of wealth, privilege and power, and the ends it naturally seeks. The other path is one of struggle, often defeat, but also rewards that cannot be imagined by those who succumb to ‘the New Spirit of the Age: Gain Wealth, forgetting all but Self’. Today’s world is far from that of Thomas Jefferson or mid-nineteenth century workers. The choices it offers, however, have not changed in any fundamental way.” (74)

(74) Ib., p. 93.

Ter, nos indivíduos, a figura do seu aparecer e da sua efetividade, é um dos objetivos do ativismo político, em minha leitura. A autoridade das leis e dos poderes (corrompidos, segundo Foucault) já não representa a autoridade da ética: esta é infinitamente mais alta – pois emana de outra dimensão, *relativizada* –, já que as coisas naturais apresentam a racionalidade somente exteriorizada e isolada, ocultas pelas contingências. Sob os imperativos da indústria cultural, os proprietários do capital e dos meios de produção, sufocam o destino dos indivíduos. Ao contrariar seu próprio agir – de "eleito" da sociedade –, atinge o indivíduo em sua porção de Ser mais importante, aquela onde, paradoxalmente, a força e a fragilidade se manifestam – a Linguagem, expressão da eticidade. Se no pleno exercício do dever ético, o indivíduo se liberta para a liberdade substancial, é mister impedi-lo do exercício desta posse de si. O dever do indivíduo agora aparece como restrição, como se se tratasse da face subjetiva e indeterminada ou da liberdade abstrata. O indivíduo passou a ter um novo dever, que idealmente teria sido a sua libertação, mas que agora é posto como parte da dependência que lhe foi imposta pela nova sociedade.

O impulso natural, ou "*instinct for freedom*" conforme Chomsky se refere no sentido de "natureza humana", que houvera sido componente de sua própria particularidade subjetiva e que refletia sobre o dever fazer, está contaminado. A aporia vem de Bakunin e guarda semelhança com a constatação de Rousseau, segundo a qual o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Nosso ativista alude em sua obra *Deterring Democracy*:

"Hume's paradox of government arises only if we suppose that a crucial element of essential human nature is what Bakunin called 'an instinct for freedom.' It is failure to act upon this instinct that Hume found surprising. The same failure inspired Rousseau's classic lament that people are born free but are everywhere in chains, seduced by the illusions of the civil society that is created by the rich to guarantee their plunder." (op. cit., p. 397)

Contudo, diante do espetáculo da miséria, da corrupção física e moral, a retidão de caráter, de espírito e de compostura devem se instalar. O direito individual à particularidade é iminentemente ético, pois a vontade universal haveria de coincidir com a vontade particular. Conforme explica McGilvray, há uma distinção entre anarcosindicalismo e anarquismo, concomitante à minha sugestão:

“Unlike Buchanan, Chomsky is an anarchosyndicalist, and the ‘sindicalist’ side of anarchosyndicalism reminds us that Chomsky’s conception of anarchism and anarchy is by no means like Buchanan’s gloss. In fact, he says, ‘In today’s world, ... (já citado por mim anteriormente)...’ The institutions he has in mind are those that limit the powers of corporations to pollute, to eliminate or severely restrict unions, to restrict trade, avoid taxation, and the like.” (75)

O lingüista recorre a esta distinção do anarcosindicalismo / socialismo libertário como forma representacional de governo, não de um anarquismo sem responsabilidade social.

“Anarchism can be conceived as a kind of voluntary socialism, that is, as libertarian socialist or anarcho-syndicalist or communist anarchist, in the tradition of say Bakunin and Kropotkin and others. They had in mind a highly organized form of society, but a society that was organized on the basis of organic units, organic communities. And generally they meant by that the workplace and the neighborhood, and for these two basic units there could derive through federal arrangements a highly integrated kind of social organizations, which might be national or even international in scope. And these decisions could be made over a substantial range, but by delegates who are always part of the organic community from which they come, to which they return and in which, in fact, they live.”(76)

Nesta representação limitada pelas esferas política e econômica, a crença numa certa *responsabilidade social* aponta para a aceitação de um princípio orientador universal, quando propõe uma participação representativa nos governos.

Todavia, antes de ser, esta atitude, uma espécie de *conformismo* perante o poder do Estado e suas corporações, é “uma forma possível” que não exclui, por si só, a perspectiva *futura* de um anarquismo pleno. Este é o contexto a que alude e insiste, de que as pessoas necessitam ser livres e terem atividades criativas e produtivas com vistas a preencherem a si mesmas e aos seus destinos. A coerção e a opressão retomam padrões estanques de significados, quando atuam contra o exercício da plena liberdade anárquica.

(75) Cf. McGilvray, *Chomsky – language, mind and politics*, p.196.

(76) Cf. Chomsky, *Radical Priorities*, p. 245.

Importa notar que seu anarcosindicalismo – socialismo-libertário - é “*an outgrowth of the Enlightenment*”, que eu traduziria como um *crescimento expansivo do Esclarecimento* e, ao mesmo tempo, uma resposta a um problema específico quanto ao ideal humanístico de uma pessoa autônoma e responsável.

3.2.3 – Passagem da esfera do racionalismo cartesiano para os fundamentos do liberalismo clássico – cartesiano e não-empirista.

Chomsky revela uma *ideologia* subjacente ao debate político que lhe interessa, sobremaneira, socialista-libertário. A demonstração desta tese circunscreve a Linguagem e sua relação com o mundo, com a comunidade e com o indivíduo. No entanto, entrelaçar seus trabalhos lingüísticos no domínio do ativismo político, é algo de responsabilidade e comprometimento, conforme outro importante comentador, Neil Smith (1999), observa:

“The pressure to conform is great. It takes courage to speak or act in contradiction to the majority of one’s fellows. Chomsky’s work in all fields can be described as an unrelenting refusal to follow the herd...[...] His dissent is no mere obstinate rejectionism, as it is combined with a passionate defense of alternatives: scientific creativity in the case of his linguistics; anarchist humanity in the case of his politics; the centrality of explanation in both. In this words ‘the task of a scientific analysis is to discover the facts and explain them.’ In this final chapter I look as the strands linking Chomsky’s scientific work to his political activism: his commitment to rationality, his refusal to take things at face value, his passionate defense of what he conceives to be right, and his dispassionate analysis of relevant alternatives.” (77)

O estudo da gramática generativa – que apoia algumas idéias do racionalismo cartesiano, em contraposição ao empirismo -, pode implicar, conforme sugere o interlocutor (*Language and Politics*, p. 593 e ss), em interpretações de *linhagem cartesiana, racionalista*, associadas a propostas que defendem desigualdades. Não é o caso:

“The first point I would make is that truth is truth. You don’t decide what is true on ideological grounds. What is true is true. You have to determine what is true on the basis of facts and understanding, sound argumente, proper evaluation of evidence and so on, and the question of what is progressive or reactionary is tottaly irrelevant to this search. So these two questions have to be kept quite separate. That having been said, I think that the traditional interpretation is partially false. I mean, it was true in a certain historical moment that empiricism was associated with progressive aides. But that, I think, is extremely misleading. By and large that has not been the case [...]

(77) Cf. Smith, *Chomsky – Ideas and Ideals*, p. 177.

“[...] And although this is irrelevant to *the truth or falsity of the empiricist or the rationalist approach* (grifo nosso), I think myself that it is rationalist approaches which provide the basis for a progressive world view (grifo de Chomsky), if you like. To put it rather differently, the assumption that the rationalist approach is essentially correct is much more optimistic one, in my view.” (78)

Diante desta aparente tautologia de Chomsky, sobre “*true is true*”, seria bom recordar, neste ponto, um dos mais importantes pensadores da “linhagem” cartesiana: “Assim como a luz manifesta a si mesma e as trevas, a verdade é norma de si mesma e do falso” (*Ética*, parte II, proposição 43, Escólio, Edição bilingüe de Charles Appuhn, Paris, Vrin, 1977).

Na oração “*the truth or falsity of the empiricist or the rationalist approach...*”, o autor adota o racionalismo cartesiano em oposição ao empirismo, como uma estratégia (*approach*) para sua visão progressiva de mundo – “*it is rationalist approaches which provide the basis for a progressive world view*”. Isto está melhor dito a seguir:

“The Rationalist view assumes that there are certain intrinsic properties of human nature, and we have to find out what those are. Well, we don’t know much about what they are. There is a line of development in traditional rationalism that goes from Descartes through the more libertarian Rousseau – Rousseau is a complex figure, but the more libertarian Rousseau, the Rousseau of the Discourse on inequality – through some of Kantians like Humboldt, for example, all through the 19th-century libertarians, which holds that essential features of human nature involve a kind of creative urge, a need to control one’s own productive, creative labor, to be free from authoritarian intrusions, a kind of instinct for liberty and creativity (grifo nosso), a real human need to be able to work productively under conditions of one’s own choosing and determination in voluntary association with others. One strain of thinking held that is essentially the human nature. If so, then slavery, wage-slavery, domination, authoritarianism and so on are evils, which violate essential human principles, which are injurious to the essential human nature, and therefore intolerable. This says that our commitment should be to discover and to overcome to the extent possible the forms of authoritarian control, interference with personal dignity, human liberty and so on and so forth.” (79)

(78) Cf. Chomsky, *Language and Politics*. p. 593-594.

(79) *Ib.* p. 594.

Ao tomar termo a termo cada situação exposta no parágrafo, o autor mostra como o espírito humano visa a liberdade e a criatividade, contra as “intrusões autoritárias”. Na referência feita a Descartes, ele reivindica o direito e o dever de vasculhar o universo e usa o “instinto para a liberdade e a criatividade”, para encontrar um princípio universal.

Se, contudo, coincidem ideais abraçados por autores tão dispares como Descartes, Kant, Humboldt, Goethe, Rousseau e tantos outros, qual é este princípio?

A resposta será a que contemple o princípio do instinto de liberdade e para a liberdade de instinto. Esta postura explicaria a oposição de Chomsky contrária ao empirismo, que inibe, em seu entender, o “instinto para a liberdade e a criatividade”, conforme se lê:

“The empiricist view, on the other hand, takes a totally different stand towards all of this. It says that human beings are malleable, that they have no intrinsic characteristics, that they can differ in all sorts of fashion, they can be of different colors and totally as different as a dog and a cat. So there is no moral barrier to interference with fundamental human rights, because there are no fundamental human rights: humans are just some collection of properties, they are malleable, they are changeable. If you like, you can hope that there will become a change for the better, but there are no moral issues involved. In fact, I don't see any way of associating a progressive moral standpoint with empiricist assumptions about humans. In my opinion, this is one of the reasons why empiricism has been such an attractive ideology to the modern intelligentsia (grifo de Chomsky). One has to ask why it has been so attractive. Why does it appear over and over again? In Marxism, in conservatism, all over the place we find a deep commitment to empiricist ideas. It is no because they have been proved successful. It is not because there is some intellectual support for them, some evidence for them. In fact, on the contrary, everything we know shows that they are either unintelligible or false. I am now talking about the empiricist conception of human nature and not questions about how you do science. The empiricist concept of human nature has essentially nothing that supports it and much that goes against it. Why then is it accepted as virtually a kind of doctrine or dogma? Well, I think here we might ask the question how it serves the needs of those who accept it. And I think the answer to that is pretty plain.” (80)

(80) *Ib.* p. 594-595.

Nos subterrâneos da citação acima encontra-se, deste modo, aquilo que ele negara quando disse não haver relação direta entre seus trabalhos em linguagem e seu ativismo político e que procuro contrariar. A transposição do debate, da esfera do racionalismo cartesiano para a da fundamentação do pensamento liberal - isto é: da conexão entre Linguagem (posta nos moldes metódicos cartesianos) e Política (vista como o direito humano a não ser classificado – “... *humans are just some collection of properties, they are malleable, they are changeable*”) -, torna-se, desta maneira, oportuna.

Quero dizer que o lingüista opõe-se ao empirismo porque discorda de uma filosofia que pense os humanos como uma coleção de propriedades maleáveis e substituíveis. Para ele, há oposição entre o racionalismo cartesiano, não somente ao empirismo, como também àquela ideologia política que o subscreve, o liberalismo.

Capítulo IV

Direito de Propriedade: posse de bens versus instinto para a liberdade.

4.1 – Crítica ao liberalismo.

No ponto tangente à crítica ao empirismo, Chomsky se depara com a ausência de barreiras morais que interfere nos direitos humanos – como mostrei em sua citação anterior. Em *Os Caminhos do Poder* (p. 62 e ss), ele continua tal análise, como segue:

"Muito antes de Locke, Thomas Hobbes reconheceu que 'será o mesmo rio que corre daquela nascente, se a mesma água, ou outra água, ou outra coisa que não seja água, corra dali'. A identidade de um objeto depende da maneira como é gerado, concluiu ele; uma idéia que leva de volta a Aristóteles (e, como observou Hobbes, fundamenta o famoso exemplo do 'barco de Theseus', que continua o mesmo barco ainda que cada tábuas seja substituída ao longo do tempo). Nenhuma noção semelhante penetra a geologia. Ademais, essas observações atenuam em muito a complexidade do conceito de rio... não há conceito nem remotamente similar a esse que faça parte das ciências da terra." (81)

Esta análise sugere que o conceito e a sua existência assemelham-se à metáfora proposta por Hume, citado a seguir por Chomsky. Trata-se de uma crítica à ortodoxia externalista por não perceber que as supostas substâncias mais simples, nas suas plenas constituições, representam apenas fatores, frágeis, para se estabelecerem as identidades. Além do mais, "*o conceito 'mesma substância que esta', em que 'mesma' é determinada pela verdade sobre o mundo (que a ciência pode ou não saber, ainda ou nunca) não é um fator determinante*" (82).

Nesta busca da identidade do indivíduo, na linguagem:

(81) No original, *Powers and Prospects*, p. 49, a citação de Chomsky é a seguinte: "Take 'river'. Long before Locke, Thomas Hobbes recognized that it 'will be the same water, or other water, or something else than water, flow from thence'. The identity of a thing depends on the manner of its generation, he concluded, an idea that goes back to Aristotle (and Hobbes observed, underlies the famous example of the 'ship of Theseus', which is the same even if each plank is replaced over time)."

(82) Cf. Chomsky, N. *Os caminhos do poder*, p. 65-65; ou no original, p. 51.

"Penso que Hume estava certo sobre esse ponto, contrariamente ao segundo maior sustentáculo da ortodoxia externalista que predominou por alguns anos: a idéia de que os fatos sobre o mundo são considerados na determinação dos significados de nossas palavras (à parte dos aspectos triviais em que todos concordamos que eles são, anteriormente comentado). A conclusão de Hume parece ainda mais coercível se observamos mais de perto conceitos tais como árvore, que são muito mais intrincados do que Locke, Hume e outros poderiam supor. Tente a seguinte experiência de idéia, por exemplo. Suponha que você transplante uma árvore para outro lugar, corte um galho e o plante no lugar original, e descubra, dez anos depois, que os dois objetos são indistinguíveis. Qual é a árvore original? Sabemos a resposta, e é uma resposta curiosa - uma ilustração com muitas complexidades."

(83)

A defesa da tese de aproximação do conceito para a existência o faz dizer "... corte um galho e o plante no lugar original, e descubra, dez anos depois, que os dois objetos são indistinguíveis. Qual é a árvore original? Sabemos a resposta, e é uma resposta curiosa - uma ilustração com muitas complexidades". Eu sou eu embora, assim como o rio e o barco e Teseu, transformo-me com o passar do tempo e das vivências. Continuo reconhecido - inclusive por mim mesmo - como algo que agrega e / ou perde valores e mantém a essência.

Esta dicotomia presente nas oposições *essência versus existência*, mundo dos fatos versus mundo das idéias, ser e dever ser, é, essencialmente platônica e aponta, sempre no caso de Chomsky, para a noção de inatismo. A posse da essência é a posse de si mesmo.

Na forma como interpreto essa conexão "com muitas complexidades" que ele faz entre essência e existência, visualizo os divisores das águas daquele "rio" a que se referiu, desde Hume, Locke, Hobbes e Aristóteles. Por esta razão, sua crítica volta-se ao liberalismo clássico, pois se funda na *idéia da posse* presente na sistemática adotada por Locke para o indivíduo na sociedade civil-burguesa. Se examinei, no capítulo anterior, a *linhagem cartesiana*, foi porque compreendi que o racionalismo cartesiano - na forma como é comumente interpretado - contribui, junto à idéia do individualismo possessivo liberal, para a fundação dos alicerces de uma sociedade civil-burguesa que se avizinhava e se afirmava, de lá da Revolução Inglesa para os tempos hodiernos como divisora de águas.

(83) Cf. Chomsky, N. *Os caminhos do poder*, p. 63. A versão original, *Powers and Prospects*, p. 50.

Os dois trilhos por onde trafega essa máquina civil-burguesa “com muitas complexidades”, são aqueles do racionalismo cartesiano (visto no capítulo anterior) e estes do liberalismo clássico (que apresento agora), segundo nosso autor.

Macpherson (1979) também vê dificuldades mais profundas na teoria liberal-democrática, do que se pensava no século XVII. Ele comenta, como segue:

“Que o individualismo oriundo do século XVII continha a dificuldade central, residindo esta na sua qualidade possessiva. Sua qualidade possessiva se encontra na sua concepção do indivíduo como sendo essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas.” (84)

A questão básica que fundamenta a argumentação do lingüista se dá no encontro do indivíduo, que não poderá mais ser um todo moral nem uma parte do todo social, se não for proprietário de si mesmo. Quando ele disse que “*humans are just some collection of properties, they are malleable, they are changeable*”, denotou ser a relação de propriedade o valor fundamental mais importante para determinar a liberdade real e a perspectiva real de realizarem suas plenas potencialidades no individualismo.

O homem foi livre, na Inglaterra do século XVII, e também no empirismo a que se referiu, na medida em que fosse *proprietário de si* e de suas capacidades. A essência humana era a de *ser livre da dependência das vontades alheias*, e a *liberdade existia como exercício desta posse*. O “*instinct for freedom*” cede sua vez para o exercício da posse de si mesmo. O liberalismo, para o qual Chomsky dirige sua crítica, pressupõe a derivação de um princípio onde o direito natural, individual, é utilitarista e cristão. Segundo Macpherson (1979, p. 205), é um:

“... governo pelo consentimento majoritário, direito às minorias, supremacia moral do indivíduo, santidade da propriedade individual.”

Mas as *minorias* – que no sentido original haveriam de ser aquelas dos desafortunados –, tornaram-se *maiorias*. Assim, o homem, destinado tão somente à liberdade do exercício da posse de si mesmo, perde, em essência e substância, sua natureza.

(84) Cf. Macpherson, C. B. *A Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke*. p. 15.

Para alguns importantes autores, a teoria política de Locke está voltada, essencialmente, para a defesa da propriedade, que advém da posse de si e do exercício dessa posse, que é a liberdade. Nesse caso, os membros de uma sociedade civil seriam somente aqueles que tinham posses (85). Locke afirma, no *Segundo Tratado*:

"The great and chief end therefore, of Mens uniting into Commonwealth, and putting themselves under Government, is the Preservation of their Property. To which in the state of Nature there are many things wanting." (86)

Ou ainda em outras partes, segundo variações, Locke confere o mesmo estatuto para três categorias distintas: Vida, Liberdade e Riqueza, como Propriedade.

Reforça a entrelinha de Chomsky, na alusão a Locke, aqui repetida como "*humans are just some collection of properties*" (*Language and Politics*, p. 594).

No *Segundo Tratado* está dito que o estado em que todos os homens têm o direito natural à posse é um estado de "*perfeita liberdade para ordenar seus Atos, e dispor de suas Posses, e Pessoas como acharem convenientes, dentro dos limites da Lei da Natureza, sem pedir permissão, ou depender da Vontade de outro Homem*" (87).

Não se pode deixar de salientar o sentido de posse exposto por Locke, no que se refere a *Pessoas*, neste caso, inclusive os escravos. Fica claro que a sociedade civil de Locke contempla objetos de posse entre os quais pessoas. A rigor, o filósofo define o homem como espécie natural – ou recurso utilizável, tal como a natureza –, e nada pode ser mais natural que esta classificação. Daí, todos serem, *naturalmente iguais*. A este respeito, no capítulo sobre a escravidão do *Segundo Tratado*, a liberdade natural do homem é aquela que o faz livre de qualquer poder superior na Terra.

(85) Por exemplo, Willmoore Kendall (1941) argumenta que Locke recebe o título de "coletivista", tese contrária à de seu individualismo possessivo: segundo Kendall, a sociedade civil de Locke visa a maioria do povo. Contra essa soberania da maioria, dito em Locke, o indivíduo não tem direitos (Cf. Tawney, citado por Macpherson, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*, p. 206).

(86) *Ib.*, p. 206.

(87) *Idem*, Sect. 222. p. 460 - "To understand Political Power right, and derive it from its Original, we must consider what State all Men are naturally in, and that is, a State of perfect Freedom to order their Actions, and dispose of their Possessions, and Persons as they think fit, within the bounds of the Law of Nature, without asking leave, or depending upon the Will of any other Man."

O poder político é a condição para garantia da propriedade (88). Assim, conforme Locke, sob a Lei Natural, não há nenhum poder superior ao homem, na face da Terra. Locke evidencia que a teoria do direito de propriedade se origina no direito natural, proveniente da lei natural, no preceito da razão natural e das Escrituras em que a terra, seus frutos e o escravo (89) que nela trabalha foram dados para uso comum à espécie humana. A escravidão também é comentada pelo ativista político:

“If so, then slavery, wage-slavery, domination, authoritarianism and so on are evils, which violate essential human principles, which are injurious to the essential human nature, and therefore intolerable” (90).

A doutrina liberal evidencia o estímulo à recompensa da poupança através da remuneração. Tal sistema coordenador das ações humanas estava intrinsecamente ligado às demandas contrapostas ao surgir espontâneo das necessidades humanas

(88) Cf. Laslett, P. analisando Locke (*Second Treatise*, Sect. 123) ou ainda cf. Laslett, P. (*The Second Treatise*, Chap. IX, Sect. 124. p. 395. In.: *Two treatises of government*): "The Reason why Men enter into Society is the preservation of their Property; and the end why they chuse and authorize a Legislative, is, that there may be Laws made, and Rules set Guards and Fences to the Properties of all the Members of the Society, to limit the Power, and moderate the Dominion of every Part and Member of the Society. For since, it can never be supposed to be the Will of the Society, that the Legislative should have a Power to destroy that, which every one designs to secure, mitted themselves to the Legislators of their own making; whenever the Legislator endeavour to take away, and destroy the Property of the People, or to reduce them to Slavery under Arbitrary Power, they put themselves into a state of War with the People, who are thereupon absolved from any farther Obedience, and are left to the common Refuge, which God hath provided for all Men, against Force and Violence."

(89) *Ib.*, (Sect. 4 e Sect. 22, 23 e 24. pp. 324-326): "of SLAVERY. Sect. 22. The Natural Liberty of Man is to be free from any Superior Power on Earth, and not to be under the Will or Legislative Authority of Man, but to have only the Law of Nature for his Rule. [...] Sect. 23. This Freedom from Absolute, Arbitrary Power, is so necessary to, and closely joyned with a Man's Preservation, that he cannot part with it, but by what forfeits his Preservation and Life together. For a Man, not having the Power of his own Life, cannot, by Compact, or his own Consent, enslave himself to any one, nor put himself under the Absolute, Arbitrary Power of another, to take away his own Life, cannot give another power over it. Indeed having, by his fault, forfeited his own Life, by some Act that deserves Death; he, to whom he has forfeited it, may (when he has him in his Power) delay to take it, and make use of him to his own Service, and he does him no injury by it [...] Sect. 24. This is the perfect condition of Slavery which is nothing else, but the State of War continued, between a lawful Conquerour, and a Captive. For, if onces Compact enter between them, and make an agreement for a limited Power on the one side, and Obedience on the order, the State of War and Slavery ceases, as long as the Compact endures."

(90) Cf. Chomsky, *Language and Politics*. p. 594.

Lukács (91) comenta que o desenvolvimento desta noção lockeana de se alcançar recompensa individual na sociedade capitalista remonta à época da Revolução Inglesa. Em sociedade o acordo (*Trust*) prevalece sob as demais regras. A eficácia que sanciona regras e escolhas.

Acerca disto, também Macpherson diz que a apropriação individual gera duas justificações explícitas e uma terceira necessária. Para ele, "*em primeiro lugar, alguém pode apropriar somente de um tanto que deixe 'bastante e tão bom' para os outros*" (veja-se Locke, *Second Treatise*, Sect. 27). Também, "*porque cada homem tem direito à própria conservação, e portanto a se apropriar das necessidades vitais*" (92):

""Tanto quanto qualquer pessoa possa, com qualquer vantagem, gozar da vida antes que ela se desperdice; tanto essa pessoa pode, pelo seu trabalho anexar-lhe uma Propriedade. O que foi além disso é mais do que o seu quinhão, e pertence a outros. Nada foi feito por Deus para que o homem desperdice ou destrua'... O comércio por troca dos excedentes perecíveis... era permitido." (In: Locke, *Segundo Tratado*, Sect. 31) (93)

A introdução do termo *perceível* é de Macpherson, não de Locke. No entanto, surge a condição terceira, segundo a qual a apropriação é legítima se limitada à quantidade que uma pessoa possa obter mediante seu próprio trabalho: apropriar tanto quanto possa usar, enquanto não se tratar do *desperdício* de vida ou de produção.

(91) Conferir Lukács e sua análise da petição de Locke, em *El asalto a la razon* (p. 90): "También en esto período sigue ventilándose el debate filosófico fundamental entre el materialismo y el idealismo. Después de haberse ido gestando ya en la Edad Media (a veces, bajo formas misticamente religiosas), el materialismo dio al idealismo la primera batalla abierta en las discusiones en torno a las *Meditaciones* de Descartes, en las que tomaron partido contra este filósofo los más destacados pensadores materialistas de la época, Gassendi y Hobbes. No hace falta pararse a analizar de cerca la afirmación de que Spinoza vino a reforzar esta misma tendencia. El siglo XVIII representó, principalmente en Francia, el más alto florecimiento del materialismo metafísico, el período de Holbach, Helvecio y Diderot, sin que deba olvidarse que también en la filosofía inglesa había destacados e influyentes pensadores materialistas o inclinados al materialismo, aunque la corriente oficial imperante (la de Berkeley y Hume, conectada con las mediocridades de Locke (grifo nosso) fuese una corriente agnóstica i idealista, como consecuencia de la transacción ideológica de la 'gloriosa revolución'."

(92) Cf. Macpherson, C. B. *A Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke*. p. 212.

(93) *Ib.*, pp. 212-213.

“Tanto quanto qualquer pessoa possa, com qualquer vantagem, gozar da vida antes que ela se desperdice; tanto essa pessoa pode, pelo seu trabalho anexar-lhe uma Propriedade.” (op. cit.)

A demonstração de Locke que diz respeito à regra de *Limitação do Desperdício*, trata do "excedente dos limites de sua justa propriedade não consistindo na grandeza de seus bens, mas no perecimento de qualquer coisa que nela esteja inutilmente" (94). A idéia introduzida aqui é a do dinheiro no seu sentido não perecível que, por sua natureza, não se desperdiça. Na análise de Macpherson, a adoção do dinheiro veio a deixar em xeque a noção de terra não apropriada, porque com o dinheiro e seu uso, por consentimento tácito, removeu-se as anteriores limitações naturais à apropriação legítima. Locke passa a demonstrar, detalhadamente, como a introdução do novo dinheiro, não perecível, remove as limitações inerentes à sua justificativa da apropriação individual., do direito natural e da lei natural, para a remoção de todos os limites da lei natural do direito de propriedade.

A contribuição que Locke dá à Filosofia Política e à Ética, nas palavras de Chomsky, faz saber que "*humans are just some collection of properties, they are malleable, they are changeable*".

Vale notar a este respeito da propriedade de bens e posse de si mesmo, outra singularidade no pensamento de Locke. Maria Sylvia C. Franco comenta acerca dos termos usados pelo filósofo, "property" e "propriety". Segundo sua expressão:

"De acordo com o ponto de vista de Macpherson... os homens têm um direito natural à propriedade, um direito anterior à existência da sociedade e do governo civil... Locke estaria, assim, definindo propriedade em dois sentidos... uma pista de onde se poderia partir é a propriedade tomada não como figura jurídica ou termo econômico, ao modo disso - criativo e abstrato como o fez Macpherson, mas como um conceito que funda uma antropologia em Locke. 'Property' ou 'Propriety', qualquer das duas formas intercambiadas por ele designam aquilo que é específico do homem em última instância... Decorre daí ser essa propriedade, enquanto aquilo que é próprio do homem posta como natureza e estar sujeita às suas leis." (Cf. Franco, M. S. C. *All the world was America*. In: *Revista USP*, p. 38.)

(94) Cf. Laslett, P. *The Second Treatise*. Chap. V, Sect. 46. p. 342. In.: *Two treatises of government*. No original, como segue: "The exceeding of the bounds of his just Property not lying in the largeness of his Possession, but the perishing of any thing uselesly in it."

Removidas as duas limitações iniciais, na teoria da propriedade como justificação do direito natural não apenas a propriedade passa a ser desigual mas a apropriação é ilimitada, na medida em que o trabalho torna-se mercadoria. Desta forma, partindo de um princípio tradicional de que a terra e seus frutos foram dados ao gênero humano para uso comum, Locke inverte a dedução e acaba com a limitação da apropriação capitalista primeira, ao apagar a sua incapacidade jurídica pela qual estava travada. Maria Sylvia C. Franco (1993 - p. 39) comenta que a tese lockeana tem, a rigor, uma relação direta com a ética protestante, onde o trabalho está a serviço de Deus e a inatividade é o maior dos pecados. Isto remete, em Locke, à conceituação do crime, da transgressão da lei natural. Assim, o filósofo não teria partido de uma referência axiomática, mas sim de uma descrição do "mundo, usando rigorosamente as categorias da história natural e valendo-se de seu procedimento classificatório: estaria observando, dirigindo 'un regard minutieux sur les choses elles même' para 'transcrire en suite ce qu'il recueille dans des mots lisses, neutralisés et fidèles'." (op. cit., a autora cita M. Foucault, *Les Mots et les Choses*, Paris, Gallimard, 1966, p. 39).

Segundo a autora, Locke vê o homem como parte do reino da natureza, ainda que pertença à espécie humana, que é passivelmente ordenada em gêneros, famílias, classes e ordens, de sorte que são todos naturalmente iguais. Na semelhante tese que vimos ao interpretar Chomsky, anteriormente, de que o homem é visto como recurso utilizável, tal qual a natureza. A partir de um homem, agrupado e distribuído dentro da ordem natural, segue-se sua igualdade. Afastado de Deus, este indivíduo insere-se dentro do limite antropológico de sua existência terrena, como produto perecível. Deus nada estabeleceu para além do estado natural, de onde surge o *Direito Natural Lockeano*, estado natural, plenamente classificável, que leva os homens aos limites de suas próprias desigualdades. A natureza é racional e justa, governada por uma lei universal. Para que ela se efetive é preciso que os homens a movimentem, ato no qual se revela uma homologia:

"Em suma, liberdade e igualdade são caracteres empíricos de indivíduos da mesma espécie: os homens são assim. As afirmações de Locke constataam aquilo que é, não estando desdobradas, ainda neste ponto, as suas implicações normativas. Aí está um outro passo importante na sua argumentação: a passagem daquilo que é para aquilo que deve ser se dá de modo contínuo e imediato. É formulada uma lei natural invariável e essa regularidade

carrega seu conteúdo doutrinário: a origem e o estado natural do homem aparecem como o fundamento de fato e de direito daquilo que é imutavelmente existente, sendo idêntico àquilo que é normativamente certo." (95)

O medo da morte e a garantia da própria existência, em Hobbes, está acrescido em Locke, exponencialmente, quando um Estado se sustenta pelo terror e o povo torna-se mercadoria fundamental - a classe operária - com vistas à produção do lucro nacional. Macpherson cita William Pety, (in: *Britannia Languens*, 1680, p. 238):

"O povo é 9...) a mercadoria principal, a mais fundamental e preciosa, da qual se podem extrair toda espécie de manufaturas, navegação, riquezas, conquistas e de sólido domínio. Esse material essencial, sendo em si mesmo cru e ainda não digerido está confiado às mãos das autoridades supremas, cuja prudência e arbítrio é de aperfeiçoá-lo, administrá-lo e amoldá-lo para proveito maior ou menor." (96)

A publicação de Adam Smith, que representa um marco histórico e decisivo da sociedade civil-burguesa e de suas instituições (*A Riqueza das Nações*), trata de desenhar o retrato deste "trust" a que se refere Locke. O ideário de um verdadeiro sistema de pensamento que postula um mundo melhor, mais justo, mais racional, mais eficiente, mais produtivo; faz a livre iniciativa se coadunar às atitudes dos indivíduos, força a afirmação de uma doutrina que prognostica a necessidade de desregular e privatizar todas as atividades, na clara intenção de reduzir o Estado a funções muito bem definidas:

"Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos extraordinários, são as mais vantajosas para a sociedade (...). Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade." (97)

(95) Cf. Franco, M. S. C. *All the world is America*, p. 40.

(96) Cf., Macpherson, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo*, pp. 234-235, citando H. R. Fox Bourne, *The life of John Locke* (1876), vol ii, p. 378.

(97) Cf. Smith, A. *A Riqueza das Nações*, v. II, p. 104, citado por Corrêa de Moraes in: *Liberalismo e Neoliberalismo – uma introdução comparativa*, p. 4.

4.2 – Avanço da análise de Chomsky contra o liberalismo: Keynes e Hayek.

John Maynard Keynes, na referência ao liberalismo clássico propõe, textualmente, que aquele aplicava-se a casos específicos e não a uma situação geral. “Os interesses e os sentimentos privados”, conforme Adam Smith, representam o “trust” de Locke e convergem para a produção da riqueza e a teoria do emprego. Keynes (*The General Theory of Employments, Interest and Money*), diz:

“I shall argue that the postulates of the classical theory are applicable to a special case only and not to the general case, the situation which it assumes being a limiting point of the possible position of equilibrium. Moreover, the characteristics of the special case assumed by the classical theory happen not to be those of the economic society in which we actually live, with the result that its teaching is misleading and disastrous if we attempt to apply it to the facts of experience.” (98)

Na visão de Keynes, a teoria clássica do emprego baseava-se em dois postulados:

1) *“The wage is equal to the marginal product of labour”* (op. cit., p. 5). Equivale a dizer que o salário de uma pessoa é igual ao valor que poderia ser perdido se o emprego fosse reduzido a uma unidade, retirados outros custos evitáveis.

2) *“The utility of the wage when a given volume of labour is employed is equal to the marginal disutility of that amount of employment”* (idem, p. 5). Significa o empregado ter seu salário real suficiente se comparado ao volume de esforço exigido.

“Subject to these qualifications, the volume of employed resources is duly determined, according to the classical theory, by two postulates. The first gives us the demand schedule for employment, the second gives us the supply schedule; and the amount of employment is fixed at the point where the utility of the marginal product balances the disutility of the marginal employment.” (idem, p. 6)

Keynes comenta a respeito em *Theory of Unemployment*, onde mostra que só há quatro possíveis significados, ou sentidos, para o incremento do emprego:

(98) Cf. Keynes, J. M. *The General theory of Employments, Interest and Money*, p. 3.

“(a) An improvement in organisation or in foresight which diminishes ‘frictional’ unemployment; (b) a decrease in the marginal diutility of labour, as expressed by the real wage for which additional labour is available, so as to diminish ‘voluntary’ unemployment; (c) an increase in the marginal physical productivity of labour in the wage-goods industries (to use Professor Pigou’s convenient term for goods upon the price of which the utility of the money-wage depends); or (d) an increase in the price of non-wage-goods compared with the price of wage-goods, associated with a shift in the expenditure of non-wage-earners from wage-goods to non-wage-goods. This, to the best of my understanding, is the substance of Professor Pigou’s Theory of Unemployment – the only detailed account of the classical theory employment which exists.” (idem, p. 7)

Chamo atenção para a evidência dada por Keynes no tópico “b”, quando fala de desemprego voluntário, que se dá na medida em que o empregado decide se *desempregar* se não adotar esta ou aquela postura diante de seu empregador. A análise de Keynes evolui pelo seguinte caminho:

“If this is the case, such unemployment, though apparently involuntary, is not strictly so, and ought to be included under the above category of ‘voluntary’ unemployment due to the effects of collective bargaining, etc.” (idem, p. 8)

Keynes (1935) refere-se à atitude de barganha coletiva dos trabalhadores em relação ao salário real. Todavia, assume uma hipótese provisória segundo a qual o trabalho não existe em função de um baixo salário:

“In other words, it may be the case that within a certain range the demand of labour is for a minimum money-wage and not for a minimum real wage. The classical school have tacitly assumed that this would involve no significant change in their theory. But this is not so. For if the supply of labour is not a function of real wages as its sole variable, their argument breaks down entirely and leaves the question of what the actual employment will be quite indeterminate. They do not seem to have realised that, unless the supply of labour is a function of real wages alone, their supply curve for labour will shift bodily with every movement of prices. Thus their method is tied up with their very special assumption, and cannot be adapted to deal with the more general case.” (idem, p. 8-9)

As questões empregatícias, especialmente as do subemprego, revelam uma política de remuneração que não representa um real salário *mínimo*. A escola clássica assumiu, tacitamente, que tal procedimento não traduzia uma mudança significativa de conteúdo teórico-conceitual. Os pensadores liberais clássicos não notaram que o salário real é o fator determinante do preço do produto e, sendo assim, não considerar o “mínimo” é perder a referência real do preço. Sob pena da demanda de emprego ficar indeterminada, Keynes, ao contrário, considera o trabalho proveniente do assalariado de “salário mínimo”, como efetiva ajuda na determinação dos demais “salários reais”.

Destaco o paradoxo, segundo meu juízo, acerca do conflito entre a “nova” (instaurada por Keynes) e a “clássica” teoria do emprego e do capital: se a barganha entre empregado e empregador é a tônica da ideologia neo-liberal, como se explica que ela contradiz – por ser neo-liberal – um princípio neo-liberal postulado? Keynes explica:

“The traditional theory maintains, in short, that the wage bargains between the entrepreneurs and the workers determine the real wage (grifo de Keynes); so that, assuming free competition amongst employers and no restrictive combination amongst workers (grifo nosso), the latter can, if they wish, bring their real wages into conformity with the marginal disutility of the amount of employment offered by employers at that wage. If this is not true, there is no longer any reason to expect a tendency towards equality between the real wage and the marginal disutility of labour.” (idem, p. 11)

Todavia, trata-se de um paradoxo aparente.

Se a teoria tradicional afirma a necessidade da pechincha (palavra utilizada por Keynes: *bargains*) entre os empresários e os trabalhadores para a determinação do salário real, ao se assumir a livre competição entre empregadores e, ao mesmo tempo, ao se assumir nenhuma combinação restritiva entre trabalhadores, não há outra razão para se esperar uma igualdade entre o salário real e mínimo, isto é: a regra clássica vale para os trabalhadores que, efetivamente, protegem seus salários – onde exista um Estado que leve em conta esta regra para proteger seu exército de trabalhadores, numa espécie de *política trabalhista protecionista*. Por outro lado, a regra clássica não vale quando os trabalhadores

estão desorganizados, quando a “pechincha” (*bargains*) se instala e quando o Estado desativa sua política protecionista do trabalhador.

Como Keynes está tratando, *grosso modo*, da redução dos salários com vistas ao aumento do lucro, possivelmente, no produto acabado, resta verificar o que seja “*involuntarily unemployed*”. Em suas palavras, temos o seguinte:

“Men are involuntarily unemployed if, in the event of a small rise in the price of wage-goods relatively to the money-wage, both the aggregate supply of labour willing to work for the current money-wage and the aggregate demand for it at that wage would be greater than the existing volume of employment.” (idem, p. 15)

Como diz Keynes, os homens ficam “involuntariamente desempregados” caso haja uma elevação pequena nos salários (tidos como bens) em relação ao dinheiro (tido como salário), porque ambos – o dinheiro e o salário – provisionam o trabalho e a demanda agregada ao salário será maior que o volume de emprego existente.

A afirmação de Keynes se reduz a um processo de controle sobre *custos a salvar* e *custos a evitar*. As corporações multinacionais tratam o assunto como *cost saving* e *cost avoidance*, quer dizer:

- O *cost saving* é o custo que, efetivamente, foi salvo pela redução de processo, que se traduz como benefício a atingir;
- O *cost avoidance* é o custo evitável.

Deve-se entender que o termo *evitável* tem aqui o sentido peditivo e preventivo, isto é: não se insere um custo no processo que depois haverá de ser eliminado, para evitar-se a falsa expectativa do custo em geral. Esta razão é aquela que aponta para projetos onde o *cost saving* é, via de regra, utilizado para justificar investimentos e obter o aval da direção da empresa, quando estão previstos o retorno do investimento e, a partir daí, o lucro efetivo. Já no *cost avoidance*, o assunto torna-se muito mais delicado em termos demonstrativos, na medida em que sua planilha deve demonstrar – se estivermos tratando rigorosamente o tema – todos aqueles custos que não poderão ser reduzidos, porque já o foram à época do estudo de *cost avoidance*.

A consequência disto é o *custo evitado*, que, desta maneira, tende a não ser mostrado como renda. Keynes esclarece a este respeito quando, implicitamente, explica que nossa definição de renda líquida vem muito perto da definição de renda posta por Marshall, quando este decidiu se refugiar nas práticas do Imposto de Renda Comissionado, ao considerar como renda tudo aquilo que é escolhido como tal. Nas palavras de Keynes:

“It will be seen that our definition of net income comes very close to Marshall's definition of income, when he decided to take refuge in the practices of the Income Tax Commisioners and - broadly speaking - to regard as income whatever they, with their experience, choose to treat as such. For the fabric of their decisions can be regarded as the result of the most careful and extensive which is available, to interpreter what, in practice, it is usual to treat as net income. It also corresponds to the money value of Professor Pigou's most recent definition of the National Dividend. [...] But when Professor Hayek infers that the concepts of saving and investment suffer from a corresponding vagueness, he is only right if he means net saving and net investment. The saving and the investment, which are relevant to the theory of employment, are clear of this defect, and are capable of objective definition, as we have shown above.” (idem, p. 60)

Como aquilo que não é mostrado como renda - um custo evitado – se traduz como lucro, independente do investimento, o investimento só pode mesmo estar relacionado ao consumo, e *não ao não-consumo*. É necessário gerar demanda pelo consumo, e, conseqüentemente, inflação.

Para além desta breve análise sobre o keynesianismo, está aquilo que o mundo experimenta, em conformidade às regras econômicas propostas por Keynes (99). Alguns pontos centrais da crítica de Hayek ao pensamento de Keynes. Hayek argumenta (in: *New Studies in philosophy, politics, economics and the history of ideas*, p. 192 e ss), a respeito:

(99) Pode-se considerar a crítica de Lukács nesta passagem, em contraponto ao pensamento de Keynes: “Sin embargo, tampoco esto basta para definir suficientemente la economía actual. También el viraje de la teoría en el periodo preimperialista e imperialista, la total subjetivación de la economía, desde la teoría de la utilidade-limite hasta Keynes y los economistas norteamericanos de nuestros días, se arroga la pretensión de continuar la tradición de los clásicos, y esta misma interpretación falseadora de la historia envuelve la inovación de Adam Smith en Lippman. En realidad, comparado com estos economistas de hoy (entre eles Keynes – nota nossa), hasta un vulgarizador y apologista tan adocenado como Say podría pasar por un pensador profundo y un investigador imparcial de la realidad.” (Cf. Lukács, *El asalto a la razon*, p. 627)

“The responsibility for current world-wide inflation, I am sorry to say, rests wholly and squarely with the economists, or at least with that great majority of my fellow economists who have embraced the teaching of Lord Keynes.” (*New Studies*, p. 192)

Uma das conseqüências, para Hayek, foi que os seguidores do pensamento de Keynes ensinaram aos governos a financiar negócios através da criação de dinheiro em grande escala e a gerar inflação. Para ele, a doutrina sedutora do *déficit* governamental, desde que o desemprego existe, foi não só inócua como bem vista pelos políticos:

“The advocates of this policy have long maintained that an increase of employment could not be regarded as inflation at all. And now, when the steadily accelerating rise of prices has rather discredited this view, the general excuse is still that ‘rather 5 per cent inflation than 5 per cent unemployment’, as is has recently been put by the German Chancellor.” (idem, p. 192)

Na exposição de Hayek, a re-adoção de paradigmas clássicos do emprego e do desemprego, continua coabitando o mundo: ao norte, o desenvolvimento das superpotências advoga em causa própria a inflação, ao molde keynesiano, na expectativa de que o sul subdesenvolvido ou emergente pague a conta, ao molde da teoria clássica do emprego, que força o desemprego e contém a inflação a todo custo. Nas palavras de Hayek, como segue:

“This persuades most people who do not see the grave harm which inflation does. It might seem – and even some economists have maintained – that all inflation does is bring about some redistribution of incomes, so that what some lose others will gain, while unemployment necessarily means a reduction of aggregate real incomes.” (idem, p. 192)

A sociedade é persuadida a não ver os sérios danos da inflação, por um lado, e ao contrário, por outro lado. Hayek é claro: alguns perdem e outros ganham, enquanto o desemprego significa – e continuaria significar – a redução real da renda.

A Grande Prosperidade anda de braços dados com a Grande Depressão, e o desemprego continuará vítima de ambas. O ideal de sociedade apregoado por Adam Smith.

Como pretende mostrar Hayek, “de um sistema totalitário”, repleto de mitos para justificar seus atos de vandalismo, pode-se lembrar Platão no trato das “nobres mentiras” e

os “mitos” de Sorel, para corroborar, entre outras, doutrinas raciais nazistas ou uma Teoria do Estado Corporativo, como a de Mussolini.

“A necessidade de doutrinas oficiais semelhantes, como instrumento para dirigir e congregar os esforços do povo, foi claramente prevista pelos diferentes teóricos do sistema totalitário. As ‘nobres mentiras’ de Platão e os ‘mitos’ de Sorel colaboram para o mesmo objetivo que a doutrina racial dos nazistas ou a teoria do Estado corporativo de Mussolini. Todos eles se baseiam necessariamente em idéias particulares sobre fatos, idéias que são depois concatenadas em teorias ditas científicas, a fim de justificar uma opinião preconcebida.” (Hayek, *O caminho da servidão*, p. 148-149)

Para alguns pensadores – como Noam Chomsky -, este é um já conhecido e velho argumento liberal: afirmar o direito de tratar desempregados com ressalvas, porque estes nunca viveriam até chegar ao padrão moral exigido de um ser racional, como postula Locke, onde “... o desemprego é devido, não a causas econômicas, mas à depravação moral; e o aumento dos desempregados é nada mais do que relaxamento da disciplina e corrupção dos costumes” (100). Por esta razão, nosso autor trata o liberalismo como *doutrina conveniente* da minoria próspera, que discorda do socialismo-libertário, onde pontos de vistas se opõem, oriundos do liberalismo clássico.

Como se vê, o assunto remanesce ao século XVII, pois as oposições já encontravam-se presentes em Mandeville e Berkeley, num jogo pedagógico, entre a *Fábula das Abelhas* versus o *Alciphron* (101). Sobre esta retomada da história:

“I have written about it and have discussed it. Well, actually anarchism or libertarian socialism has also been committed, generally, to empiricist ideologies. Bakunin certainly was. I think that is rather mindless, quite mindless for the reasons that I mentioned. I have tried to convince people thereof but not with very much success, I would say [...]”

(100) Cf., Macpherson, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo*, pp. 234-235, citando H. R. Fox Bourne, *The life of John Locke* (1876), vol ii, p. 378.

(101) *A Fábula das Abelhas*, transcrita por Mandeville a partir de Esopo trata do falso moralismo. Bernard Mandeville foi contraposto por Berkeley (*Alciphron*). O conteúdo da *Fábula das Abelhas*, pode ser visto no endereço web <http://personal2.iddeo.es/nester/panal/panal1.html>, é o seguinte - Bernard Mandeville, *La fábula de las abejas*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1982.

[... seguido de...] “The term ‘neoliberalism’ suggest a system of principles that is both new and based on classical liberal ideas: Adam Smith is revered as the patron saint. The doctrinal system is also known as the ‘Washington consensus’, which suggests something about global order. A closer look shows that the suggestion about global order is fairly accurate, but not the rest. The doctrines are not new, and the basic assumptions are far from that have animated the liberal tradition since the Enlightenment.” (102)

Retomo os autores clássicos, pois parece-me possível compreender como se dá, efetivamente, esta crítica ao neoliberalismo e às suas raízes, a partir do pensamento de Locke.

Todas as “complexidades” – expressão dele – relativas ao fundamento da ideologia neoliberal, contudo, resumem-se em liberar os negócios e as finanças, que forçam o Estado e também a população a privatizarem interesses graças a uma possível estabilidade macroeconômica, no consenso entre as corporações transnacionais. Na afirmação seguinte, ele arremata a este respeito:

“The basic rules, in brief, are: liberalize trade and finance, let market set price (‘get prices right’), end inflation (‘macroeconomic stability’), privatize. The government should ‘get out of the way’- hence the populations too, insofar as the government is democratic, though the conclusion remains implicit. The decisions of those who impose the ‘consensus’ naturally have a major impact on global order. Some analysts take a much stronger position. The international business press has referred to these institutions as the core of a ‘de facto world government’ of a ‘new imperial age’.” (103)

O *Washington Consensus* – como mostrei ao discorrer no Capítulo I sobre as corporações e a qualidade total -, representa a evolução do pensamento de Adam Smith, posto em sua *Teoria do Valor e da Distribuição*, onde se preconiza uma sociedade bem ordenada, de homens a trabalho para outros, enquanto acreditam que seu esforço é renda para si mesmo. Maurice Dobb (1973), destaca o seguinte, acerca de Adam Smith:

(102) Cf. Chomsky, *Language and Politics*. p. 596. [... seguido de...] Chomsky, *Profit over people – neoliberalism and global order*, p. 19.

(103) Chomsky, *Profit over people – neoliberalism and global order*, p. 19-20.

“To this was added, rather than logically connected with, a parallel notion to that which we have seen characterised English writers of the eighteenth century: that individual interests, when free to operate, served the public good, and this by the ‘magic’ of competition, which in ‘well-ordered society’ ensures ‘that each man works for others, while believing that he is working for himself’. For this, however, appeal was made, not to any logical demonstration that this must be so, but to ‘principles of economic harmony’ bestowed upon the world by divine benevolence. Regarding the ‘debt’ which Smith is sometimes said to have owed to the French School, with which he came onto contact during his tour of France and Switzerland in 1764-6, the true picture would seem to be one of parallel and independent generation of ideas rather than dependence upon a single original source.” (104)

Trata-se da idéia de que a divisão do trabalho, em conformidade a Adam Smith, que estava limitada pela extensão de um negócio, assim como os benefícios próprios do trabalhador são a expressão de sua necessidade imediata, passam pelo princípio onde “... *each man works for others, while believing that he is working for himself*” (Smith).

Mas, em conformidade com Chomsky, o homem não pode “sair do caminho” (*get out of the way* – op. cit., acima) para dar vez ao consenso das corporações, porque isto significa ferir sua própria condição de liberdade e sua “natureza humana”. Isto significaria *perder de vista o que acontece com o conceito de natureza humana em nossa sociedade*.

(104) Cf. Dobb, *Theories of value and distribution since Adam Smith*. p. 41.

4.3 – Da formação política anarcosindicalista de Noam Chomsky: motivos contidos em sua biografia.

Seguir esta linha reforça, para mim, a tese de que o embate de Chomsky, no terreno político, visa fazer voltar *para o caminho*, o homem comum e, com ele, sua identidade representativa.

To get out of the way significa, para nosso ativista e lingüista, a ação suprema contra os oprimidos. Esta exclusão social encontrará nele a mais radical das objeções.

Dados os quatro principais temas sobre os quais debruça-se o ativista, deve-se incorporar, a partir de agora, um quinto e primordial aspecto: a postulação de uma ética que expresse a idéia de justiça universal absoluta e, ao mesmo tempo, vinculada ao conceito de inatismo das estruturas básicas da mente e os princípios que determinam suas propriedades e seu desenvolvimento. Para que isto ocorra, contudo, um ambiente estimulante é necessário para propiciar a curiosidade natural, a inteligência e a criatividade, facilitador da floração das capacidades biológicas: “*if a child is placed in an impoverished environment, innate abilities simply will not develop, mature and flourish*” (105).

Ademais, esta concepção de que o meio-ambiente é fundamental para o desenvolvimento humano, recebe influências da sua adolescência, conforme transparece em sua biografia. A possibilidade desses valores morais terem sido fundados, em grande parte, na tenra idade, no seio de uma família Judia-Sionista pode levar a inúmeras interpretações. O tema do meio-ambiente guarda, inclusive, um forte vínculo com a busca da *terra prometida*, de Moisés para com seu povo.

Daquele movimento político judaico, que se iniciou no século XIX e que buscou o restabelecimento, na Palestina, do Estado de Israel (maio de 1948), Chomsky viveu, em sua infância e adolescência, os momentos cruciais. Interessado na cultura Judáica, na revisão do Hebreu e na cultura Sionista, propriamente, de onde manteve contato com as idéias de Ahad Ha-am, esteve ligado à tradição, sobremaneira, até por volta de seus dezesseis anos.

(105) Cf. Chomsky, *Language and problems of knowledge*. p. 171 e ss.

Seus tios e primos eram membros ativos da comunidade e, sobre isto, há algo a se notar aqui: alguns de seus parentes, por parte de mãe, eram verdadeiramente pobres, embora fossem intelectualmente ricos – em suas palavras, “*far richer than any university I know*”. Outros de seus parentes estiveram à beira da falência, com perdas significativas, no período da “Depressão Americana” e chegaram mesmo, em face das dificuldades, a se aproximarem do Partido Comunista.

Um tio, em especial, estudou os pensamentos de Stálin e Trotsky. Com sua ajuda, nosso autor começou a interessar-se por política. Este tio – falecido em torno de 1983 - foi a pessoa mais interessante (palavras do lingüista), por quem se afeiçoou, em seus tenros anos e seguintes. Sob tal influência, por volta dos seus dezoito anos, assimilou alguma coisa do trabalho de Freud. Ao tempo do ataque em Pearl Harbor, que levou os norte-americanos à guerra contra o Japão – estava então com treze para quatorze anos -, viajou de trem para Nova Iorque e lá passou longas horas a discutir e argumentar com esse tio, a respeito. Suas memórias mais vivas – aos tempos de criança - são de pessoas que enfrentaram a repressão policial às portas de sua casa. Lembra-se de uma vizinhança de anti-semitas Irlandeses e Alemães Católicos, em pleno apoio ao nazismo de Hitler, antes dos Estados Unidos da América, formalmente, envolverem-se na Segunda Grande Guerra. Nosso autor diz que esteve profundamente impressionado com os horrores que dali poderiam advir.

Nos anos entre 1880 e 1920, quando seus parentes emigraram para a América, a cultura Judáica (por seu apelo à ética) levava consigo valores que não estavam presentes no Novo Mundo, até então. Nesse “meio ambiente”, ele declara haver bem aprendido acerca da vida ao seu redor. Contudo, isto não pode significar que a formação de uma criança, ou sua opção em relação às carências dos oprimidos, só possa se dar a partir de um meio onde a presença de graves conflitos venham a contribuir para tal. Se, como ele diz, “*if a child is placed in an impoverished environment, innate abilities simply will not develop, mature and flourish*”. Então, “*an impoverished environment*” significa um ambiente pobre de espírito e não pobre pelo espírito. Caso contrário, seria o mesmo que afirmar uma dissensão entre seu projeto ético e outras oportunidades, no viver em sociedade, justamente porque enaltece suas tradições, sua família e os ideais daí proclamados. Com efeito, a identidade de Chomsky com a visão libertária de uma Justiça e de uma *Decência na Sociedade* – ou um

princípio orientador universal, como procurei evidenciar anteriormente - está vinculada, de certa forma, também ao tom profético com que a abordagem revolucionária judaica, referida por Otero, pregava a manutenção dos valores morais e éticos mais profundos e arraigados em sua própria cultura familiar. Otero acentua a este respeito:

“Socialism for them was more than a social doctrine; it was an ethical system which, when taken seriously, as many libertarians do, leads to building a thoroughly new society. The study tries to show that the exploration of its topic provides evidence that Jewish cultural values were critical in the formation of the radical consciousness of the Jewish immigrants.”
(106)

Não é por outra razão – da forma como penso - que pode-se encontrar referências de Chomsky a Ahad Ha-am para a discussão da secular cultura judaica, ou mesmo Emma Goldman – “*one of the greater people of the world*”, “*a mountain of integrity*”, “*a proven genius for honesty and courage*” -, como a ela se refere. Sua impressão vem de quando a mídia instaurou campanha para expulsar os comunistas da América, baseada nas investidas de Victor Berger e Emma. O *Washington Post* foi um dos que a tratou como “*she was instrumental in helping to form the unnatural ideas of the assassin of President McKinley in 1901.*” Ele nunca se esqueceu deste episódio de Emma. (Veja-se *Necessary Illusions*, p. 186).

A tradição judaica exerce sobre Chomsky uma influência também no terreno da linguagem, em paralelo às suas conjecturas, à época, sobre ética e política internacionais.

Se verificarmos o *Sepher Yezirah*, podemos encontrar elementos lingüísticos de igual importância, comparados àqueles relativos à construção de seu mundo moral. Esta obra que trata sobre a metafísica judaica, de remota antigüidade, suscita polêmicas sobre quem teria sido seu autor: se o patriarca Abraão ou o Rabino Ákiba, que viveu por volta do século II -, dá importância de Lei ao alfabeto, no que respeita à afirmação do Verbo que se faz carne. Diz o *Sepher Yezirah* (Cap. I – p. 18-20):

(106) Cf. Chomsky, *Language and Politics*, p. 25.

“(Seção 1) Yah, o Senhor dos exércitos, o Deus vivo, Rei do Universo, Onipotente, de Suprema Bondade e Misericórdia, Supremo e Exaltado, que é Eterno, Sublime e Santíssimo, ordenou (formou) e criou o Universo em trinta e dois caminhos misteriosos de sabedoria por três Sepharim, a saber: 1) S’for; 2) Sippur; e 3) Sapher, que são Nele um e o mesmo. Eles consistem de uma década saída do nada e de vinte e duas letras fundamentais. Ele dividiu as vinte e duas consoantes em três partes; 1) três mães, letras fundamentais ou primeiros elementos; 2) sete consoantes duplas, e 3) doze simples. [...] (Seção 3) dez são os números saídos do nada, e não o número nove, dez e não o onze. Compreenda esta grande sabedoria, entenda este conhecimento, investigue-o e pondere a seu respeito, torne-o evidente e reconduza o Criador ao Seu trono. [...] (Seção 4) A década saída do nada tem as dez seguintes infinitudes: 1) o começo infinito, 2) o fim infinito, 3) o bem infinito, 4) o mal infinito, 5) o alto infinito, 6) a profundidade infinita, 7) o Leste infinito, 8) o Oeste infinito, 9) o Norte infinito, 10) o Sul infinito, e o único Senhor Deus, o Rei fiel, reina sobre tudo da Sua Santa morada para todo o sempre. [...] (Seção 5) O aparecimento das dez esferas saídas do nada é como o clarão de um raio, sendo sem um fim. Sua palavra está nelas, quando elas vão e voltam; elas correm por Sua ordem como um remoinho e humilham-me diante do Seu trono.”

Como se nota, na Seção 5 do *Sepher Yezirah* há uma referência que é definitiva, naquilo que respeita à formação do homem judeu: a *palavra* está nas esferas, que saíram do nada. Mas, a par das esferas que saíram do nada, as vinte e duas letras, contudo, saíram de Yah, o Senhor dos Exércitos: a *palavra* – e suas letras – são anteriores às esferas, aos caminhos e à Década.

A *palavra e as letras* representam as “*innate abilities*” na linguagem chomskyana, penso eu. Acrescidos disto, os exemplos de “*coragem e integridade*” representam o espaço fértil para “*to develop, mature and flourish*” aquele Chomsky que pretende unir “*a sabedoria dos três Sepharim*”, na sua afirmação: “*if a child is placed in an impoverished environment, innate abilities simply will not develop, mature and flourish*”.

Com seu pai leu o autor Ahad Ha-am (*Priest and prophet*) e ele teria entendido que, segundo sua cultura pregava, a idéia fundamental posta para os profetas judeus era a do *domínio universal da justiça absoluta*.

O profeta, em nosso autor, aparece desta forma, na tenra idade (nabi é o termo Hebreu para profeta). Nas leituras a Martin Buber, discípulo de Ahad Ha-am, ele absorvia temas como os o que se seguem:

“The connection of the *nabi* with the future is not that of one who predicts. To be a nabi means to set the audience, to whom the words are addressed, before the choice and decision, directly or indirectly. The future is not something already fixed in the present hour, it is dependent upon the real decision, that is the decision in which man takes part in this hour.” (107)

Esta citação indicaria a *bússola* que orienta o norte de sua vida acadêmica e ativista. Aqui, penso eu, ele teria encontrado as primeiras diretrizes para estudar a linguagem e certificar-se de que *“the words are addressed”* e também justificar de sua ação ativista, onde *“which man takes part in his hour”*.

Todo o processo de pesquisa lingüística no qual se debruçará, nos anos que se seguirão, e seu conseqüente ativismo político, em meu entender, teve origem no reflexo de um ideal entronizado em sua infância, na forma como interpretou o significado de *Nabi*.

Há uma outra citação que reflete a frase de Buber, a qual passo a descrever, onde se nota a influência Judáica, como aqui expus:

“Optimism is a strategy for making a better future. Because unless you believe that the future can be better, it's unlikely that you will step up and take responsibility for making it so. If you assume that there's no hope, you guarantee that there will be no hope. If you assume that there is an instinct for freedom, there are opportunities to change things, there's a chance that you may contribute to making a better world. The choice is yours.” (Cf. Site <http://eng.bu.edu/~rajwi/chomsky.html>)

Encontro neste breve exame, razões mais que suficientes para suspeitar sobre o que interveio na formação de um ideal juvenil a atingir: uma amplitude inaudita, expressa no desejo de uma vida cuja pretensão seria a de lutar pela implantação do domínio universal da justiça absoluta.

A partir daí, o problema passa a ser o de como conseguir *ativar* – o grifo é intencional e infere em ativismo - uma sociedade justa e acabar com os sistemas coercitivos e autoritários está relacionado, diretamente, ao estudo do crescimento das estruturas cognitivas, presentes na natureza humana e seus avanços. Como diz:

(107) Cf. Chomsky, *Language and Politics*. p. 29, onde Otero, C. P. cita Buber, Martin. *The prophetic faith*. New York: MacMillan, 1949 (paper, 1985).

“The most that one can do, I think, is to note some very tenuous and possibly connections without claiming in the least that they’re deductive connections. In fact, they’re not; they’re at most vague and loose suggestions which perhaps are worth a little bit of thought. To take one case, there’s historically a quite interesting connection between approaches to human nature which have stressed its a proper organization of society. For example, if the mind is extremely plastic, if we take an extreme empiricist view, if we say there is nothing to human nature apart from the sum of historically given conditions and that, at each point in time, human nature is simply the residue of whatever contingent cultural patterns exist, that the mind as it develops is just a reflection of the materials around it; then, if that is the case, there really are no barriers whatsoever as far as I can see, no moral barriers, to manipulation and domination and control. In fact, the moral basis is laid for a coercive and authoritarian society. My own view is – I’ve tried to argue organism theories have such appeal in our intellectual tradition is that they do in a sense eliminate the moral barriers to coercion and control and domination.” (108)

Endereçar as palavras para que o homem tome parte delas, como ele demonstra, das barreiras morais que se apresentam, na medida em que as barreiras da linguagem se fundam. A retomada de alguns pensadores clássicos do período republicano e romântico, nomeadamente Smith e Humboldt, corrobora suas idéias:

“In contrast, if we take the view that was characteristic, say, of Wilhelm von Humboldt, who is, I think, quite important in this connection, that at the essential core of human nature there are certain fundamental needs, such as the need to inquire and to create, to do creative, productive work under conditions of voluntary assumptions, then the question, “What would be a just society?” takes a very different form – that is, the answer to that question takes quite a different form. Similarly, if we take the view, say, characteristic of Adam Smith, the essential to human nature is the need to truck and barter, then we’ll develop a different image of what a just and proper society would be, namely, an early capitalist society of small traders, or something of that sort.” (109)

Resta-nos, desta sorte, procurar desvendar o que vêm a ser tais barreiras da linguagem e como estas podem ser fundamentadas, segundo o entender de Noam Chomsky, conforme a interpretação que proponho.

(108) Cf. Chomsky, *Language and Politics*. p. 244.

(109) *Ib.*, p. 245.

Capítulo V

A Teoria da Catástrofe e a Linguagem.

5.1 – Chomsky desfaz pressupostos acerca da Linguagem.

O estudo da Linguagem resulta na construção do modo de busca da luta ativista a favor da *justiça universal absoluta*. A procura do princípio, por excelência, capaz de justificar suas ações. Começa por onde a maioria de seus colegas terminam:

“The study of generative grammar is now about 30 years old. How would you characterize this research program and its general intellectual and cultural interest?”

Chomsky: This is a study which is concerned with certain classical questions. It is concerned with the basic concept ‘knowledge of language’. It asks, first of all, what is knowledge of language, what constitutes it, and secondly, how is such knowledge acquired, and thirdly, how is this knowledge put to use in speaking or understanding what you are presented with.” (110)

Está contida, nesta afirmação, a idéia se obter o conhecimento da Linguagem através da comparação – dado o *modelo simulador* visto anteriormente - da mente humana a um sistema computacional onde, por princípios de semelhança, podem ser determinadas e entendidas algumas representações mentais. Chomsky recorre ao sentido de ordenamento procedimental, que visa comparar algo (que não se sabe o que é: a mente e a linguagem, em suas palavras) a um sistema computacional (que se sabe o que é).

Não creio que este processo seja o da comparação metafórica, pois não me parece que ele empregue metáforas computacionais para compreender o que sejam a Linguagem e os mecanismos da mente, ao passo que ilustra o emprego de algumas sobre representações mentais. Alusões a sistemas físicos com certo nível de abstração são formas de classificação empirista que levam em conta as propriedades deste e daquele sistema. Como ele é, declaradamente, avesso ao empirismo, a adoção da comparação seria uma flagrante contradição nos procedimentos por ele adotados.

(110) Cf. Chomsky, *Language and politics*. p. 586.

Para desfazer este impasse e, ao mesmo tempo, compreender as razões pelas quais ele compara a mente humana e a linguagem a sistemas computacionais, proponho seguir, passo a passo, a sua demonstração de como se dá a aquisição da Linguagem e, sobretudo, quais são as conseqüências desta aquisição:

“... I think, apart from what it tells us about language – if it is correct – probably has to do with the theory of knowledge, with our conception of knowledge, how it arises, what is it constituted of and so on. It seems to me that this kind of work produces a very strong challenge to classical paradigms of epistemology.” (111)

Ao retornar a clássica questão do inatismo, o faz como possibilidade - “*se isto é correto - provavelmente*”. Pessoas sabem o significado de uma sentença, disso ou daquilo, e que a palavra pronunciada de tal forma ou maneira tem significância: a *percepção* da linguagem, nas pessoas, é condição necessária para a própria existência.

Por esta razão, o lingüista declara que não é uma analogia, apenas e tão somente, a relação entre a linguagem e outros sistemas cognitivos da natureza humana. As analogias existem quando se tratam de teorias formais da linguagem, da lógica, e das teorias de computação e de automação.

Afigura-se a tese subjacente do exercício de compreensão do funcionamento da mente e da linguagem. Num primeiro instante, resulta na prática do indivíduo em tentar reproduzir aquilo que percebe, provavelmente, na forma, por exemplo, de um sistema computacional. No momento seguinte, o aspecto negativo desta tese, trafega numa via de mão dupla: tanto Foucault (como vimos) quanto o próprio Chomsky observaram a construção de uma ideologia que parte da dominação da técnica para a vontade de saber e a vontade de poder, já discutida aqui. Há uma distinção entre *comparar* e *tomar por base uma analogia*: esta última pode ser definida como parença, semelhança ou mesmo identidade entre os termos de dois ou mais pares, enquanto *comparar* se entende como o estabelecimento de um confronto entre duas coisas sabidamente distintas entre si. A distinção dos termos deve se dar, porque a intenção de *comparar* a mente a sistemas computacionais traz consigo apenas o sentido pedagógico.

(111) *Ib.* p. 586.

A idéia de *analogia* está vinculada à tentativa dele – “*probably... to classical paradigms of epistemology*” – de aproximação ao conceito clássico:

“When we speak about mental representations, we don’t mean something out of the physical world. Talk about mental representations is simply talk about physical systems undertaken at a certain level of abstraction, rather similar to, say, if we talk about valence or properties of elements in the periodic table. We don’t say that there is a domain outside of physics which involves things like valence and periodic tables. We say that whatever the more primitive and underlying elements of the particles of matter may be, at this level of abstraction from mechanisms, what we find is properties like valence and so on. Similarly, at this level of abstraction, from mechanisms, whatever the mechanisms of the brain may be, what we find is systems that have all the properties of a computational system.” (112)

O lingüista não afirma que a mente é um sistema computacional, mas diz que, quando comparamos aquilo que já se sabe sobre a mente, o resultado disto é que “encontramos sistemas que têm todas as propriedades de um sistema computacional (*“what we find is systems that have all the properties of a computational system”*). Seria importante discorrer sobre isto, porque no lugar de se concluir que ele seja um *racionalista de linhagem cartesiana*, parece-me crucial notar que esta passagem conduz-nos a uma conclusão inesperada. Ainda neste capítulo, ao tratar da *Máquina de Markov*, retomo esta analogia: *what we find is systems that have all the properties of a computational system*.

Isto posto - acerca das analogias entre sistemas mentais e computacionais -, um outro aspecto deve ser avaliado, que vem a ser, justamente, investigar o que ele entende sobre inatismo:

“How is it acquired? It appears to be the case that it is acquired on the basis of a very richly structured innate system that simply constitutes one component of the human mind, ultimately the human brain, and is probably on a par with the systems that determine the specific organization and structure of particular organs of the body. This system simply grows and matures and becomes a mature computational system. Its initial state is that of a partially specified computational system, and it becomes a specific computational system through the interactions with external world.” (113)

(112) *Ib.* p. 588-589.

(113) *Ib.* p. 586.

Rumo ao inatismo, segundo ele, há evidências de um desencontro de opiniões sobre o que seja a Linguagem e a gramática, na medida em que muitos lingüistas não façam distinção entre Lingüística e Linguagem.

Na maioria das vezes, quando um lingüista ou um lógico usam o termo “linguagem”, o fazem por um motivo técnico, segundo o qual a linguagem significa um conjunto infinito de objetos e sentenças associadas a significados (o exemplo proposto - idem, p. 589 e ss - mostra a confusão). O expressar-se em determinado idioma não implica, necessariamente, em pleno conhecimento da infinidade de sentenças de tal língua, mas sim numa infinidade de sentenças-pares, isto é: o determinado idioma representa uma quantidade determinada de sentenças. Assim, quando digo que alguém fala *Finnish*, afirmo que ele conhece um sistema de regras, que *Finnish* é um sistema de regras e que, em termos técnicos, essas regras são chamadas de gramática. Esse conjunto de regras, para empregar a comparação proposta por ele mesmo, representa a *esfera interna da repetição* à qual aludi. Quando se diz “linguagem” como gramática, emprega-se um termo intuitivo, pré-teorético, por assim dizer, que pouco tem a ver com o termo Linguagem, em seu sentido amplo. Por conseguinte, para o lingüista, a gramática não contém o significado de Linguagem. Conforme nota:

“For example, there has been a big debate over the years by philosophers about the concept ‘knowledge of grammar.’ It has been argued that this is somehow mysterious and raises deep philosophical problems, whereas ‘knowledge of language’ is more or less straightforward and not complicated. In fact, quite the opposite is true. ‘Knowledge of grammar’ is the ordinary concept, it is the real system in the brain, that is, knowledge of grammar, the rule system... it has misplaced the problem, it has misunderstood the problem. To a very large extent, I think, it has been simply misled by a terminological confusion.”
(114)

Em face do exposto, a tradicional referência à Linguagem, como um jogo de regras fundadas para expressar uma coisa qualquer no mundo, faz da Gramática, por sua vez, a controladora da Linguagem. Parece-me ser esta confusão que o autor quer desfazer para, enfim, clarear sua teoria acerca do conhecimento.

(114) *Ib.* p. 590.

O sistema ideal de representações, no cérebro e na mente, dos objetos reais, que, através das Estruturas, se expressa vocalmente, deveria estar efetivamente vinculado à Linguagem (Deep Structures, ou Estruturas Profundas, conforme os seus ensaios científicos) e não à Gramática, de coisas reais que atuam como manifestação.

Nesta leitura, levo-me a crer que ele refere-se, portanto, às *Estruturas Profundas*, ao lidar com a Linguagem: daí sua insistência em desfazer as *confusões terminológicas*.

A exposição destas três componentes da Linguagem em termos intuitivos (linguagem, gramática e estrutura), leva a uma conclusão importante: de que pessoas com diferentes gramáticas às mãos (e em termos intuitivos com diferentes linguagens às mãos), nomearão coisas e lhes darão diferentes significados, se se trata da *realidade*.

O termo *realidade* tem caráter polissêmico, abstrato e não poderia ser empregado sem a devida atenção filosófica. Porém, no sentido utilizado, trata-se de uma referência ao mundo dos fatos, cotidiano, e pode ser entendido como “o corriqueiro diário”, até porque, neste momento, ele refere-se à linguagem (em minúsculo) no contexto da confusão terminológica, conforme ele mesmo destaca.

É claro que os elementos da Linguagem são de estrito interesse, como, por exemplo, se compararmos diferenças nessa ou naquela forma, nessa ou naquela palavra curiosa, nas análises sintáticas e assim por diante. Mas, este assunto não nos leva aos princípios que aqui evidenciamos.

Muito embora a relevância de estudos comparativos de linguagens, em inúmeros casos não há evidências de que sejam, no entanto, suficientes para dar conta de todo o sistema a que chamamos de Linguagem.

Hoje já existem estudos que conduzem a uma visão mais ampla e inusitada. Por exemplo:

“It now looks as if there are no rules, no rules of grammar in the traditional sense, that these are artifacts. In fact, what there are is something rather different, namely quite general and quite abstract principles that belong to various different so-called modules, subsystems that are integrated in a certain fashion. All of this is part of the initial state of the mind, our biological endowment. This whole system is associated with a certain finite set of possibilities of variation, which are called parameters, and the choice of one language or

another is determined by fixing those parameters. It's as if, to use an image, nature provides us with a rather intricately wired system, the language faculty, so constructed that not all the connections are fixed. Many of them are, and the general structure of the system is fixed entirely. But associated with this system, there is a certain, say, switch-box (grifo nosso), a certain set of switches, and each of those switches can be set one way or another. Experience has to determine which way to set the switches, and once you have set them, you've got a language. That is a very different approach. It makes it much harder to find explanations. In the old system (grifo nosso), to explain a phenomenon you constructed a rule system to derive it. That is hard enough, but now it is much harder..." (115)

O "sistema velho" traz consigo dificuldades para a montagem de um sistema de regras.

(115) Ib. p. 593.

5.1.1 - Da diferença entre frase desprovida de sentido e frase gramatical.

Em *Estruturas Sintáticas* (p. 17 - item 2.3), o autor faz uma demonstração da noção de gramatical e identifica aquilo que é “dotado de sentido” ou de “significado”, em sentido semântico. Veja-se:

(1) *"Colorless green ideas sleep furiously.*

(2) *Furiously sleep ideas green colorless. "*

Em (1), “Incolores verdes idéias dormem furiosamente” (minha tradução), traduzido no livro por “Incolores idéias verdes dormem furiosamente”. Em (2), “Furiosamente dormem idéias verdes incolores”, (minha tradução), traduzido no livro por “Verdes dormem incolores furiosamente idéias”.

O lingüista quer mostrar que (1), embora desprovida de sentido, é gramatical, enquanto (2) não o é, ou seja: (2) é desprovida de sentido e agramatical. Um falante inglês lerá a frase (1) com uma entonação de frase normal, ao passo que lerá (2) com uma entonação descendente em cada palavra:

“...precisamente com o padrão de entonação adequado a qualquer seqüência de palavras sem relação entre si. O falante tratará cada palavra de (2) como um sintagma isolado. Do mesmo modo, ser-lhe-á muito mais fácil recordar (1), aprendê-la muito mais rapidamente, etc.” (*Estruturas Sintáticas*, p. 17 e ss.)

5.1.2 - Do grau de probabilidade de ocorrência de uma palavra.

Por consequência desta análise, chegamos à noção daquilo que seja o grau de probabilidade de ocorrência de uma palavra.

Acerca da independência das palavras, vale analisar, à luz de uma *teoria da estrutura sintática*, a noção de *sentido e significado semântico*. O exemplo a seguir pode melhor demonstrar a idéia:

(*Estruturas Sintáticas*, p. 18 - item 2.4) “Para dar outro exemplo, no contexto ‘I saw a fragile -’, as palavras ‘whale’ e ‘of’ poderão ter uma frequência igual (isto é, zero) na anterior experiência lingüística de um falante.”

Note-se que, no contexto, “Vi uma _____ frágil”, as palavras “baleia” e “de” terão uma probabilidade de ocorrência de quase zero a zero absoluto. Dir-se-ia, presumivelmente, “Vi uma 'baleia' frágil”, em situação de iminente catástrofe, o que faz a palavra “baleia” se apresentar com probabilidade quase zero quanto a aparecer na frase. Por outro lado, não se diria, certamente, “Vi uma 'de' frágil”, porque não se espera o uso da preposição (ou partícula de ligação) “de” no contexto em que se apresenta, com probabilidade de ocorrência zero na frase.

Vem à tona o que se poderia classificar como *Simplicidade Necessária do Discurso*.

Quando trata do que chama *grau de probabilidade de ocorrência de uma palavra na frase*, quer evidenciar, matematicamente, o bom senso do uso da língua. Evidente que a capacidade de qualquer pessoa em produzir enunciados gramaticais não se assenta em noções de aproximação estatística. O que se quer afirmar é que o interesse e a importância dos estudos semânticos e estatísticos da língua parecem não ser diretamente relevantes para a determinação de um conjunto de enunciados gramaticais.

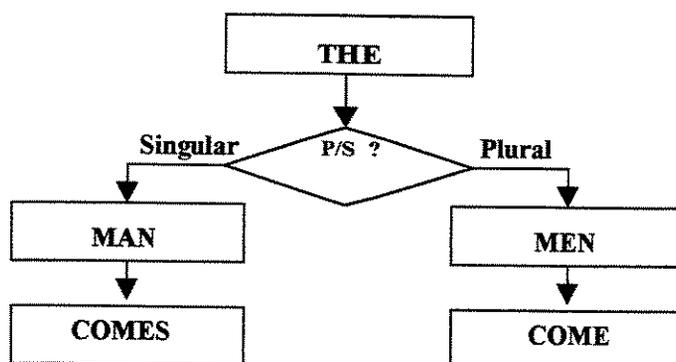
(*Estruturas Sintáticas*, p.9 - item 2.4): “Penso que seremos forçados a concluir que a gramática é autônoma e independente do sentido e que os modelos probabilísticos não fornecem qualquer esclarecimento sobre certos problemas básicos da estrutura sintática.”

5.1.3 - A independência da gramática diante de qualquer discurso.

A gramática é independente de qualquer princípio ou processo, justamente porque não se pode impedir as não-frases, as frases agramaticais. É dessa independência da gramática que provém, por fim, as não-frases, os equívocos das traduções, ou mesmo, as não-verdades de um dado discurso. Esta *independência da gramática* estaria relacionada a *uma infinidade de possibilidades finitas* de seqüências gramaticais.

Mas o que vem a ser uma infinidade de possibilidades finitas? A par da quantidade de letras do alfabeto de uma língua, e da quantidade de palavras conhecidas nesta dada língua, é infinita a possibilidade de início de uma fala. Porém, à medida que esta progride, as possibilidades tornam-se finitas e cada vez menores de emprego sucessivo de termos que obedeçam às condições exigidas nos termos anteriores. O que levaria, de algum modo, à impossibilidade de se estabelecer a dependência de uma gramática com qualquer processo ou princípio regulador e/ou gerador.

A este respeito (capítulo 3, *Uma teoria linguística elementar*, in: *Estruturas Sintáticas*), nosso autor trata de investigar uma teoria clássica e elementar das estruturas sintáticas, na medida em que propõe a avaliação do *Método de Markov* e seus processos de estados finitos. Parte por admitir uma máquina hipotética capaz de passar por um número finito de diferentes estados internos e que transita de um estado para outro pela emissão de um determinado símbolo. Assim, no exemplo que se segue:



Ele esclarece o seguinte:

(*Estruturas Sintáticas*, p. 23 - Par.3): “Esta concepção de língua é extremamente poderosa e geral. Se a adotarmos, o falante poderá ser comparável a uma máquina deste tipo. Ao produzir uma frase, o falante começa no estado inicial, produz a primeira palavra da frase, passando depois a um segundo estado que limita a escolha da segunda palavra, etc. Cada estado por que passa representa as restrições gramaticais que limitam a escolha da palavra seguinte, nesse ponto do enunciado.” (116)

Desta maneira, uma gramática de estados finitos pode representar-se graficamente por um “diagrama de estados”. Este “diagrama de estados”, no exemplo acima, produz apenas as duas frases “*the man comes*” e “*the men come*”.

A partir da negação da Máquina de Markov, o linguísta precisa ser lido com atenção, na medida em que num instante refere-se ao comportamento e à competência lingüísticos presentes no senso comum e, noutro momento, alude à sua própria concepção de Linguagem, do ponto de vista filosófico.

No presente caso, como o faz em *Current Issues in Linguistic Theory*, refere-se à linguagem do senso comum, como se vê ao expressar, “... *in his native language*” (p. 9).

O que equívale a dizer que a *experiência limitada* da fala em cada “humano” se desenvolve por si mesma e depende da competência relativa à sua *língua nativa*. Que esta competência se traduz num sistema de regras chamado *gramática* de sua língua. Isto significa o mesmo que afirmar que as línguas não se comportam como estados finitos, ao insistir que “*o inglês não é uma língua de estados finitos*”. (*Estruturas Sintáticas*, p. 23-34), e ressalta:

“Se uma gramática deste tipo produz todas as frases do inglês, não deixará de produzir, também, muitas não-frases... “Isto é, é impossível, (grifo nosso), e não só difícil, construir um mecanismo do tipo acima descrito... que produza todas e apenas as frases gramaticais do inglês.”

(116) O autor cita o modelo de língua desenvolvido em Hockett – *A Manual of Phonology*, Baltimore, 1955, 02. Cita, também, o modelo proposto por C. E. Shannon e W. Weaver, *The Mathematical Theory of Communication*, Urbana, 1949, pp. 15 ss.

Não caberia discutir, na presente pesquisa, acerca da possibilidade de existência de uma questão ideológica inserida no contexto da expressão chomskyana, onde o Inglês não seja uma língua de estados finitos. Por qual razão ele não se refere a outros idiomas, não me parece ser uma insinuação do poderio e da penetração, subjacentes, do Inglês na sociedade hodierna. Não há como negar, contudo, que esta questão seja relevante e a disseminação do idioma traga consigo, sem sombra de dúvidas, os meios facilitadores para a introdução de um estilo de vida e cultura que, certamente, alicerçam todas as investidas da propaganda capitalista. Este tema é debatido em outra obra (*Free Market Fantasies*). Entretanto, o salto para dentro da Linguagem é essencial, pois a Linguagem *liberta*.

A Linguagem, no pensamento de Chomsky, é libertária.

"Por que estudar a linguagem"? Em (*Reflexões sobre a linguagem*, Cap. 1. p. 9 e ss) dá sua resposta:

"Poderíamos, por exemplo, sentirmo-nos simplesmente fascinados pelo que efetivamente valem os elementos da língua e querer descobrir a sua ordem e distribuição, a sua origem na história ou no indivíduo, ou o modo como são utilizados no pensamento ou na arte, ou ainda na vulgar comunicação. Uma boa razão para se estudar a linguagem - e, na minha opinião muito pessoal, a mais sugestiva - é a tentação de encarar a linguagem, em conformidade com a expressão tradicional, como 'um espelho do espírito.'" (É Chomsky quem produz o grifo).

Encontro, aqui, um autor que exprime suas convicções morais e, em certa medida, deixa transparecer a face de seu apelo a uma ética voltada à *justiça universal absoluta*. Ao dizer que a Linguagem poderia ser encarada como um "espelho do espírito" e que este é o seu mote primordial, *faz do conceito, a tentação*, "de encarar ... como um espelho do espírito". Emprego mote, no lugar de objetivo, porque é a palavra que os antigos cavaleiros tomavam por divisa em suas empresas, ou ainda o conceito, ordinariamente expresso num dístico ou numa quadra, para ser glosado": seu mote é o *espírito*.

Mais para além da relação entre a Linguagem e a Política, está, certamente, o homem. Das vitórias das forças reativas e da vontade de negar, que Nietzsche define como niilismo, ou do triunfo dos escravos, migra-se para a vontade de poder, não só de tomar, mas de criar e dar – a vontade de uma força que obedece.

Oswaldo Giacoia Jr. interpreta o niilismo europeu que infunde-se de forma generalizada:

“O mais extremo Niilismo não é aquele que se detém na destruição a que conduz o tormento do ‘em vão’, o ódio nadificante da ausência de todo sentido; o mais extremo Niilismo é aquele para o qual o sentido e o valor se deslocam da ‘coisa em si’ para o núcleo de toda valoração, para a vontade que cria e institui todo valor. O mais extremo Niilismo é o Niilismo da vontade supremamente criadora, que se reconhece como detentor do direito de querer para além das ruínas do Cristianismo e de sua crença numa ordenação ética do universo. Trata-se do Niilismo que prazerosamente se autodenega como vontade de nada (*nihil*) para afirmar e bendizer a inocência da aparência perspectiva, a radical falsidade do ‘caráter total da existência’.” (117)

Chomsky também combate o niilismo *in extremis causa*, para onde encontra-se, *de facto*, as instituições que estão, como diz Giacoia Jr, “para além das ruínas do Cristianismo e de sua crença numa ordenação ética do universo.”

A aparente controvérsia de sua postulação por uma ética universal absoluta é justamente o entendimento do que esta vem a ser, e não é, em minha leitura, uma tentativa de reordenação, mas essencialmente anarquista. Quer fazer ser possível estabelecer o ponto onde se anulam - numa *metáfora* adequada para evidenciar *a dispersão e a convergência* (118) -, as resultantes de um conflito entre forças de atração e repulsão, no cotidiano das relações humanas, as quais tudo fazem para promover, de todos, *a conversão* de indivíduos na luta contra a “*rascal multitude*”. O ato de converter e desato de *perder* o homem, que deitam a destruir e arruinar, aniquilar, e de onde nada mais resulta do ideal de equilíbrio contra a mesmice.

(117) Cf. Giacoia Jr., O. *Labirintos da Alma*, p. 42-43.

(118) Parafrazeando parte do título de Defesa de Tese de Oswaldo Giacoia Júnior, conforme *Discurso Filosófico e Discursos Científicos – Convergência e Dispersão*, de 19/05/1983)

Em *sua batalha* contra a opressão e a miséria, postula, ao mesmo tempo em que afirma sua opção anarcosindicalista, um desmonte técnico à crítica negativa contra o *espírito*. Tal *espírito* deve ser entendido – é a forma que o interpreto - como uma manifestação única e original das mais profundas estruturas da Linguagem, no ser humano, conforme se lê em *Reflexões sobre a Linguagem* (op. cit.).

5.2 - A caixa preta da Linguagem, o passo rumo à Lingüística Cartesiana e ao Inato de Platão.

A retomada do tema anterior – tratado como “sistema velho” -, nos leva à demonstração de que a maioria das teorias lingüísticas são totalmente inaplicáveis e não explicam todas as questões. Em resumo, uma abordagem da análise gramatical, de uma gramaticalidade proposta por Markov, produzindo frases da esquerda para a direita, leva a um impasse. Da mesma forma, uma gramática deste tipo produzirá as frases do Português, não deixando de produzir, também, muitas não-frases. Resta-me introduzir algumas observações acerca do discurso e da *caixa preta*. Para tal, procurei mostrar, de acordo com suas afirmações, que uma gramática meramente voltada para o inventário de símbolos não é suficiente para impedir a existência de não-frases, agramaticais, sem sentido e desprovidas, por conseqüência, do mínimo de conteúdo verossímil.

Efetivamente, o que quer significar *switch-box* - caixa-preta - a que se refere? Repriso a citação:

“All of this is part of the initial state of the mind, our biological endowment. This whole system is associated with a certain finite set of possibilities of variation, which are called parameters, and the choice of one language or another is determined by fixing those parameters. It’s as if, to use na image, nature provides us with a rather intricately wired system, the language faculty, so constructed that not all the connections are fixed. Many of them are, and the general structure of the system is fixed entirely. But associated with this system, there is a certain, say, switch-box (grifo nosso), a certain set of switches, and each of those switches can be set one way or another. Experience has to determine which way to set the switches, and once you have set them, you’ve got a language.” (Conforme nota 115)

A rigor, *switch-box* melhor seria traduzido como caixa-de-conectores, chave-liga-desliga, interruptor. Aqui está implícita uma citação anterior que apresentei, onde ele faz uma comparação entre os sistemas de linguagem e os sistemas computadorizados, no cérebro. A alusão à *switch-box* traz a imagem dos *bits* de computadores, que representam as unidades, por excelência, destas máquinas. As memórias processadoras de dados dos computadores têm, em cada bit, duas e somente duas possibilidades: ou aceso ou apagado, ou guarda ou não guarda corrente elétrica, ou ligado ou desligado, ou sim ou não, *ou*

verdadeiro ou falso. No grifo da citação acima, as estruturas sintáticas se comportam, dentro do mais estrito senso, como *um conjunto de procedimentos*.

Por esta razão, *e quer me parecer que somente por esta lógica razão*, evidência objetiva fornecida pela ciência, o autor declara e estabelece, ao seu modo, os limites das estruturas sintáticas inclusas na gramática, limites estes que se prendem à “*certain switch-box*”, que opera em estado binário, do sim e do não, do verdadeiro e do falso.

Nestes termos, posso agora justificar minha preferência pela tradução de *switch-box* como *caixa-preta*: trata-se de uma tradução que vai além do interruptor liga-desliga, para enveredar pelo terreno baldio que se vê para após as fronteiras da lógica binária e aristotélica. O lingüista não acredita na possibilidade de exame da gramática para resolver as dúvidas que possam surgir num discurso, porque não acredita, sequer, numa lógica voltada para este fim. Exige a intermediação da *switch-box*.

Seria a afirmação sua de que “seremos forçados a concluir que a gramática é autônoma e independente do sentido e que os modelos probabilísticos não fornecem qualquer esclarecimento sobre certos problemas básicos da estrutura sintática”; e que “é impossível, e não só difícil, construir um mecanismo do tipo acima descrito... se uma gramática deste tipo produz todas as frases do inglês, não deixará de produzir, também, muitas não-frases.” Ou de qualquer língua.

5.3 – Passagem de Platão a Descartes.

Um de seus exemplos favoritos para elucidar acerca do inatismo, está naquele em que mostra como se consegue transpor – dada uma criança de cinco ou seis anos de idade -, de um número pequeno de conceitos para toda uma Linguagem, assim como no caso do diálogo *Ménon*, de Platão. McGilvray (1999), retoma o assunto:

“There we were dealing with a single person who in a short time and on the sole basis of impoverished stimuli came to understand the concepts required to make the calculations summarized by Pythagorean Theorem; despite impoverished conditions, the boy quickly acquired understanding of a rich, abstract subject matter. When we shift the example to natural language, we move beyond a single example of a slave-boy on one occasion to all humans over the history of the species [...] We find that all children come to understand a (first) language or languages in a short time and proceed through various stages of development in the same order and at approximately the same rates.” (119)

O autor refere-se ao exemplo de Sócrates, no *Ménon*, onde o filósofo grego ensinara um escravo a manusear o figuras geométricas, proposta que incide sobre o famoso Teorema de Pitágoras. Ali, Sócrates, para espanto de sua platéia, convence-a de que os conceitos têm de ser inatos – “... *that these concepts must be innate*” (McGilvray, 1999, p. 64) -, porque o rapaz apreende o significado das demonstrações geométricas sem um conjunto, um procedimento de aprendizado. Este é seu caso favorito, para demonstrar que uma idéia inata não é um conceito específico mas, e principalmente, uma *Linguagem Natural*. No *Ménon* (de 81-a a 85-d), encontra-se a referência feita por McGilvray, especialmente esta, onde Sócrates conversa com o escravo:

(*Ménon*, 85b): “Soc. And how much is four as compared to two?”

“Boy. Twice as much.

“Soc. Then how big does this figure come out?”

“Boy. Eight feet big.

“Soc. And what line does it come from?”

“Boy. This one.

(119) Cf. McGilvray, J. *Language, Mind and Politics*. p. 67.

“Soc. The one stretching from corner to corner of the four-foot figure?

“Boy. Yes.

“Soc. What the experts call that is the diagonal. So if the diagonal is the name of this line then you, Meno’s boy, say that a figure of twice the size would come from the diagonal.

“Boy. Yes indeed, Socrates.”

A citação de Sócrates é relativa à divisão em quadrantes de um quadrado qualquer, onde, ligados os meios de cada lado, se tem um losango e, por sua vez, um triângulo retângulo pitagórico (120). Se considerarmos que uma criança entre os cinco e sete anos possui um vocabulário de aproximadamente treze mil palavras (121), poderemos verificar que o vocabulário apreendido requer constante atenção e treinamento – aliás como os *behavioristas* têm insistido.

O desenvolvimento espontâneo tanto vale para a geometria quanto para a Language, segundo Humboldt, como se vê a seguir. A crítica de Chomsky denuncia o empirismo e, ao mesmo tempo, adota o projeto platônico, como se vê a seguir.

"Applying this rationalist view to the special case of language learning, Humboldt (1836) concludes that one cannot really teach language but can only present the conditions under which it will develop spontaneously in the mind in its own way. Thus the form of a language, the schema for its grammar, is to a large extent given, though it will not be available for use without appropriate experience to set the language-forming processes into operation. Like Leibniz, he reiterates the Platonistic view that, for the individual, learning is largely a matter of Wiedererzeugung, that is, of drawing out what is innate in the mind... This view contrasts sharply with the empiricist notion (the prevailing modern view) that language is essentially an adventitious construct, tough by 'conditioning' (as would be maintained, for example, by Skinner or Quine)... In short, empiricist speculation has characteristically assumed that only the procedures and mechanisms for the aquisition of knowledge constitute an innate property of the mind..."

(120) Cf. Day, Jane. *Plato's Meno in focus*. p.47 e ss, in: Meno: 81c a 85d.

(121) Ib. citando Pinker, 1994 b: 150-1, que afirma: “The figure is from Pinker 1994b: 150-1 and is perhaps too modest. Chomsky’s apparently different assumptions provide for a vocabulary of about 35,000 words by age eight (about a word per waking hour between two and eight).”

“... 'which teaches a bird, with such exactness, the art of incubation, and whole economy and order of its nursery' - it is derived 'from the original hand of nature' (Hume, 1748, C. IX).” (122)

Noutra palavra, a *visão tradicional* estabeleceu que uma Teoria da Linguagem está relacionada somente ao falante de uma dada língua; que tantas serão as Teorias da Linguagem quantas forem as línguas em questão.

Ou, ainda, tantas serão as teorias da linguagem quantos forem os falantes, se se quiser ir ao extremo.

Esta análise se promove para resgatar, em sua teorização lingüística (e ética), um Platão e um Descartes que, em seu entender, contrapõem-se ao empirismo, na forma conveniente segundo seu interesse aqui discutido.

Elisabeth Fontenay, acerca da relação intrínseca entre Platão e Descartes, neste sentido, tem uma posição definida. Em *Le silence des bêtes – La philosophie à l'épreuve de l'animalité*, Fontenay comenta que um habitante da Antigüidade poderia guardar nomes e línguas de outros homens, a par de outras razões. Assim, esse habitante, portanto, bem poderia compreender o Sirio ou o Persa. No entanto, apenas pelo fato de ser um homem antigo, não lhe seria dado o direito de compreender outra língua, coisa que somente agora, com o *método cartesiano*, racional, seria possível? Os antigos, desprovidos do método científico, estavam incapacitados de raciocinar?

“Mais n'est-il pas absurde de déterminer qu'un être est doué de raison on ne l'est pas selon que son parler est intelligible ou non, qu'il est au-dessus de tout et aux autres dieux parce qu'ils sont muets. Mais le dieux révèlent leur pensée tout en restant muets, et les oiseaux sont plus prompts que nous à la saisir. Ici encore, une référence platonicienne: les oiseaux sont plus proches de la réalité intelligible, ils sont de meilleurs réceptacles du divin que les hommes, parce qu'ils sont plus légers, moins attirés vers la terre, et surtout parce qu'ils ont une écoute plus subtile.” (123)

(122) Cf. Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*. p. 51 - par. 2 e ss.

(123) Cf. Fontenay, Elisabeth. *Le silence des bêtes*. p. 140.

Há, segundo Fontenay, uma certa ironia quando algum tradutor busca uma frase do Grego e comenta, a seguir, com um “a propósito”, como se fosse necessário elucidar aos que lêem acerca de alguma descoberta ulterior:

“C’est sans doute avec un peu d’ironie que les traducteurs de Porphyre emploient l’adverbe français ‘à propos’ pour traduire ce que le grec donne comme ‘de manière appropriée’, car cet ‘à-propos’, cette prompte intelligence du nouveau témoigne justement de ce dont les animaux seront par Descartes déclarés incapables, en vertu d’une déficience essentielle, marquant qu’ils ne parlent ni ne pensent. Quant à ceux que distinguent le langage naturel et le langage institué en privilégiant le second – apanage, prétendent-ils, de l’homme –, ils ne voient pas que les animaux pratiquent l’apprentissage, qu’ils éduquent leurs petits.”
(124)

A proposta de Descartes seria, assim e “*a propósito*”, acerca dos animais não poderem e/ou poderem pensar ou entender a linguagem humana, debate este ainda por ser encerrado. Fontenay abre a questão em sua obra.

O lingüista entende que qualquer criança na Terra falaria qualquer idioma e se fôssemos capazes de resgatar uma criança Marciana, esta não seria capaz de aprender a linguagem humana. Assim, insisto no fato de que ele está voltado para a Linguagem como ponte, elo, conexão, na travessia para a *liberdade humana*. Esta posição sobre os animais e a linguagem é clara, no texto que apresento a seguir. Perguntado se dava conta de sua aproximação à Linguagem através de um método antropológico e se pensava que os lingüistas poderiam contribuir para o entendimento de problemas filosóficos acerca da natureza humana e da cultura, ele respondeu:

“My feeling is that a human being or any complex organism has a system of cognitive structures which develop much in the way the physical organs of the body develop. That is, in their fundamental character they are innate; their basic form is determined by the genetic nature of the organism. Of course, they grow under particular environmental conditions, assuming a specific form that admits of some variation. [...]

(124) *Ib.*, *idem*.

“... Much of what is distinctive among human beings is a specific manner in which a variety of shared cognitive structures develop. [...] Perhaps the most intricate of these structures is language. In studying language we can discover many basic properties of this cognitive structure, its organization, and also the genetic predispositions which provide the foundation for its development. [...] So in this respect, linguistics, first of all, tries to characterize a major feature of human cognitive organization. And secondly, I think it may provide a suggestive model for the study of other cognitive systems. And the collection of these systems is one aspect of human nature.” (125)

Caberia ressaltar, a este respeito, que a partir de Descartes, em especial, nosso autor passa a construir sua Teoria Lingüística adequada à concepção platônica do inatismo da Linguagem. Assim, em *Current Issues*, ele mostra os passos seguidos para composição desta teoria, da seguinte forma:

- de um conjunto de regras de um nativo e sua linguagem, se tem uma *gramática*;
- dada uma *gramática*, deve-se buscar uma *gramática generativa* que possa distinguir-se daquele conjunto descritivo que meramente apresenta um inventário de elementos de uma estrutura aparente;
- da *gramática generativa*, obtem-se um conjunto de *componentes sintáticos e semânticos*;
- os *componentes sintáticos e semânticos* permitem a internalização da *gramática generativa*;
- desses *componentes*, se evolui para um *modelo transformacional*, complexo e altamente estruturado;
- da investigação dos *componentes semânticos* de uma *gramática transformacional*,
- para, por fim, elaborar uma *Teoria da Sintaxe*.

Este roteiro já estaria centrado nas idéias preliminarmente expostas por Descartes, porém reforçadas nos Senhores de Port-Royal (Arnauld e Lancelot), especialmente em *Grammaire générale et raisonnée*, de 1660. Veja-se, a seguir:

(125) Cf. Chomsky, *Language and Politics*. p. 399.

"The transformational model, so described, express a view of the structure of language which is not at all new. In particular, we find the observation that the semantic content of a sentence is represented only in an unexpressed deep structure, based on elementary underlying string, in the *Grammaire générale et raisonnée* of Port-Royal (1660)... 'Dieu invisible a créé le monde visible' (68-69)... 'Dieu est invisible', that 'il a créé le monde', and that 'le monde est visible', of which the second is 'la principale et l'essentielle de la proposition', while the first and third are 'incidentes'. They point out that each of the three underlying structures that represent the semantic content could be converted into a sentence in itself... but that in general the 'propositions incidentes' are simply represented 'dans notre esprit, sans être exprimées par des paroles, comme dans l'exemple proposé' (although, 'quelquefois aussi on les marque expressément... come quand je réduis le même exemple à ces termes: 'Dieu qui est invisible a créé le monde qui est visible.' '). Other aspects of sentence structure (e.g., infinitival constructions) are also analysed in this transformational framework, which is then still further elaborated in the Port-Royal *Logic*." (126)

O autor resgata os aspectos semânticos tratados pelos Senhores de Port-Royal e mostra que já havia uma Filosofia da Linguagem ótima – segundo seu critério - no raiar das Luzes, em consonância com aquilo que entende ser o *padrão racionalista de Descartes*, no século XVII, preterido por muitos como carente de uma lingüística significativa.

O jogo de palavras que Arnauld e Lancelot apresentam, evidenciado pelo lingüista, relativamente à colocação das frases entre predicativas e substantivas, foi visto quando tratei das questões de frases e não-frases. Em seu trabalho, *Current Issues in Linguistic Theory*, está proposto o seguinte:

"In fact, the realization that this 'creative' aspect of language is its essential characteristic can be traced back at least to the seventeenth century. Thus we find the Cartesian view (grifo nosso) that man alone is more than mere automatism, and that it is the possession of true language that is the primary indicator of this (see Descartes, *Discourse on Method*, Part V), developed by a follower along these lines (Cordemoy, 1668): 'if the organs... had a certain settled order among them [i.e., if man were a 'language-producing engine' such as, for example, an artificial speaking machine, rocks that produce an echo, or, to a confirmed Cartesian like Cordemoy, a parrot], they could never change it!...." (127)

(126) Cf. Chomsky, *Current Issues in Linguistic Theory*. p. 15.

(127) Cf. Chomsky, *Current Issues in Linguistic Theory*. p. 8 e ss.

É significativa a confirmação de que toda análise chomskyana (vide *Linguística Cartesiana*) expressa e enumera pontos primordiais dos pensadores franceses do século XVII, em especial Descartes, Cordemoy e as contraposições de La Mettrie e Bougeant.

Ainda sobre o assunto relativo ao pensamento orgânico do século XVII, nomeadamente em Descartes, da questão animal – máquina, Fontenay recorda o seguinte:

“La publication en français, après la mort de Descartes, du Traité de l’homme (1663) constitue un tournant: la préface de Clerelier et la postface de Schuyt réifièrent en doctrine métaphysique l’explication mécaniste du vivant. Il s’agissait, pour ces deux cartésiens qui se doublaient de fervents catholiques, d’en faire le fondement – incompatible avec la théologie – de la nouvelle physique mathématique en prouvant que, malgré la mise à l’Index de son oeuvre en 1662, Descartes ne menaçait en rien le dogme... [...] En la prenant dans le vif du texte, doit-on considérer cette avancée si déconcertante comme une simple hypothèse ou comme une fiction à usage pédagogique? Descartes va répétant qu’il construit, pour penser clairement et distinctement la réalité, la ‘fable’ d’un monde imaginaire que ne fonctionne une histoire ou si vous l’aimes mieux comme une fable.” (128)

Como quer mostrar Fontenay, o *Tratado do Homem* contém uma doutrina metafísica que se volta para a explicação mecanicista do ser vivente que, embora incompatível com a teologia – católica, em especial -, “*malgré la mise à l’Index*”, faz Descartes avançar na direção de uma ficção, num sentido pedagógico, “*pour penser clairement et distinctement la réalité, la ‘fable’ d’un monde imaginaire*”. O filósofo-pai da Revolução Científica intervém definitivamente na história do conhecimento. Da crença numa alma imortal à possibilidade de redução do homem (ou *grande parcela* dele) ao estatuto de máquina, reproduz todos os seus movimentos e, quiçá, matematiza seus pensamentos, no modelo dos autômatos.

A alusão ao inatismo da Linguagem que o autor faz a Descartes se desvincula da questão do autômato Cartesiano, em si. Essa “adoção” cartesiana, de Chomsky, tem seu caráter também pedagógico – como explica Fontenay, o que fez Descartes ao seu tempo – e se prende a um ideal de composição de uma “ética fundada na linguagem”.

(128) Cf. Fontenay, Elisabeth. *Le silence des bêtes*. p. 275-6.

“Les propriétés générales du langage. En dépit de nombreuses générations de chercheurs et de leur fécondité, on ne peut tenter de répondre aux questions abordées ici que de manière toute provisoire. Rares sont les langues pour lesquelles nous disposons de descriptions en profondeur, et seuls quelques aspects choisis du langage ont été étudiés avec assez d’attention et de succès pour appuyer des conclusions de nature générale. Il est cependant possible de donner avec quelque assurance un aperçu de certaines propriétés et conditions que distinguent les langues humaines parmi les systèmes arbitraires de manipulations de symboles, de communication et d’expression de soi”. (129)

Nestes termos, parecem-me desfeitas possíveis dúvidas acerca das teorias chomskyanas, no que tange à automação da Linguagem e, conseqüentemente, à manipulação de símbolos arbitrários. Para assegurar-se disto, ele mesmo afirma:

“Le contexte de cette discussion sur les limites de l’explication mécanique doit rester bien présent à l’esprit. Ce qui est en cause n’est pas l’existence de l’esprit en tant que substance dont la pensée serait l’essence. Pour Descartes, l’introspection suffit à la rendre évidente – elle est en fait plus facile à démontrer que l’existence du corps. C’est de l’existence d’autres esprits qu’il s’agit. Elle ne peut être établie que par des témoignages indirects, du genre de ceux que citent Descartes et ses successeurs. Ces tentatives pour prouver l’existence d’autres esprits ne convainquirent pas outre mesure l’opinion contemporaine. Pour Pierre Bayle, par exemple, les Cartésiens seraient incapables de prouver l’existence d’autres esprits, c’est là ‘peut-être le côté le plus du Cartésianisme’ (Rosariious, *Dictionnaire historique et Critique*, 1697).” (130)

O autor atravessa os aspectos do uso da Linguagem, suas estruturas profundas e de superfície, propõe uma descrição e uma explicação em lingüística e trata da aquisição e uso da Linguagem. Todos os temas fundados no pensamento cartesiano, desde a discussão da história da lingüística no período moderno. Nesta obra (*Lingüística Cartesiana*), insurge-se contra a opinião de que “*tout ce qui est antérieur au XIX^e Siècle, n’étant pas encore de la linguistique, peut être expédié en quelques lignes*” e afirma que “*um cuidadoso estudo dos paralelos entre Lingüística Cartesiana e certas criações contemporâneas pode mostrar-se recompensador de muitas maneiras.*” (*Lingüística Cartesiana*, Introdução, p. 9).

(129) Cf. Chomsky, N. *La linguistique cartésienne*. p. 125.

(130) *Ib.*, p. 18-19.

Gostaria de ressaltar, sobre isto de beleza e precisão do texto platônico, como nosso autor deixa escapar sua admiração, quando emprega termos tais como “mais intrigante”, “pelo menos para mim”, “filósofos profundos” (esta em especial), “muito aquém da vontade ou da consciência” e outros. Como ele mesmo atesta:

"Mais intrigante, pelo menos para mim, é a possibilidade que o estudo da linguagem nos dá de descobrirmos princípios abstratos que determinam a sua estrutura e utilização [...] É um produto da inteligência humana, criada de novo em cada indivíduo por meio de operações que se encontram muito aquém da vontade ou da consciência [...] Os problemas que pretendo levantar são já clássicos. Em muitos aspectos essenciais, nada avançamos relativamente à Antigüidade Clássica ao levantarmos questões concretas neste campo, ou ao respondermos a perguntas que inevitavelmente surgem. De Platão aos tempos modernos, filósofos profundos se têm sentido confundidos e intrigados pela interrogação que Bertrand Russell, num dos seus últimos trabalhos, formulou do seguinte modo: 'Como se explica que seres humanos, cujos contatos com o mundo são breves, pessoais e limitados, sejam, no entanto, capazes de saber tanto quanto na realidade sabem?'(Russell, 1948, p.5)". (131)

A citação direta a Platão não evidencia – ao contrário do que se poderia supor ao início deste capítulo -, uma contradição pela adoção ao empirismo. Está vivo, nele, o Platão da Linguagem, na sua trajetória para construção de uma teoria lingüística que pretende manter a imagem "da teoria da imagem".

Magalhães-Vilhena sugere, de forma semelhante, uma boa razão que “é a tentação de encarar a linguagem... como espelho do espírito”. A este respeito, faz interessante comentário, de que possa ter sido, inclusive, a intenção de Platão criar diálogos com a participação de Sócrates, para retratar este aspecto do espelho de sua própria alma; um Sócrates que é espelho do pensamento de Platão:

"Léon Robin disse um dia, numa bela fórmula, que a história do pensamento filosófico 'est la philosophie se regardant dans le miroir de son passé, mais dans un miroir à la courbure duquel elle ne reste pas étrangère, dans le temps même qu'elle s'y regarde'. [...]

(131) Cf. Chomsky, *Reflexões sobre a linguagem*, Cap. 1. p. 10 e ss.

[...] “Ora, os diálogos de Platão, enquanto a figura de Sócrates neles se projeta, não serão esse espelho que, com a sua própria curvatura, nos reflete a luz e as sombras nele incidentes? É óbvio que a imagem, pelo próprio fato de ser uma imagem, nunca se identifica com o objeto refletido. Mas a determinação da natureza do espelho, do grau de curvatura, não ajudará a conhecer melhor a possibilidade de distinguir o original de que a imagem é a reprodução, a cópia, e também a conhecer de certo modo o próprio original?”(132)

Utilizo a metáfora suscitada por Magalhães-Vilhena, em sua alusão à teoria platônica da imagem, para sugerir que Chomsky encontra em Platão mais que uma referência importantíssima para suas pesquisas em Linguagem: a precisão de uma filosofia que lhe cativa, também pela beleza do texto.

(132) Cf. Magalhães-Vilhena, *O problema de Sócrates*. p. 376.

5.4 – A concepção chomskyana de Linguagem Inata.

O esforço da demonstração, em si e por si, do inatismo se prende à absoluta necessidade de se declarar a Linguagem como um elemento único no homem, uma faculdade, voltada ao “instinto para a liberdade”, e, portanto, libertária.

Contrários, por exemplo, a estes argumentos, apresentarei algumas idéias propostas por Huck e Goldsmith (*Ideology and linguistic theory*, 1995), a seguir. No debate entre Chomsky e Piaget há evidências de um esboço – e mesmo uma crítica cerrada - de descrédito científico à teoria do inatismo da Linguagem.

Ao tangenciar o tema que procura esclarecer os conceitos de “*Deep Structure*” e “*Minimalist Program*”, contudo, verifica-se que a forma léxica e os significados naturalizados são os passos fundamentais de se vislumbrar o poder cognitivo presente no inatismo e dele, por sua vez, a concepção de pessoa anárquica.

Se retomarmos alguns aspectos do pensamento de Wittgenstein, poderemos verificar que a linguagem é vista como uma atividade e posta como meio de aprendizagem, em seus jogos. Ao aprender uma língua materna e os significados diversos, indivíduos promovem atividades mentais, buscam sentidos e procuram eliminar confusões.

O acento nas inconsistências provenientes de uma gramática qualquer e ordinária deve, necessariamente, exigir um diagnóstico. Wittgenstein parece querer evidenciar o desejo de todos a uma certa ordem, clareza e sistematização. A capacidade de generalizar, abstrair e encontrar modelos é essencial à mente humana. No entanto, esta mesma capacidade humana permite a extrapolação, aqui no sentido de conduzir o familiar às idéias de permanência, infinitude, Deus e outras; de tal sorte que problemas podem ser criados. Segundo Pitkin (1973):

"Wittgenstein imagina que la capacidad viene cotejada por una especie de necesidad, por un 'anhelo de generalidad', por una 'demanda de lo absoluto' (49 – referência ao aforismo 49 do *Tractatus* – grifo nosso). Al estar captados por esta necesidad, creemos que necesitamos una definición mejor, pero las definiciones no nos satisfacen, 'al igual que en ciertos estados de indigestión sentimos una especie de hambre que no puede ser eliminada comiendo' (50 – da mesma forma como a anterior). Wittgenstein dice que lo que nos ocurre no es que sólo no encontramos 'la pureza cristalina de la lógica' cuando nos sentimos confusos

conceptualmente, sino que se trata de un 'requisito' que incorporamos a nuestras investigaciones (51 – idem, grifo nosso)." (133)

Um segundo diagnóstico de Wittgenstein, ainda segundo Hanna Pitkin, é o da linguagem como vazio, dada a confusão e dados os paradoxos conceituais provenientes da abstração especulativa, de origem contemplativa. Na ânsia de generalidade, o homem trataria dos casos concretos e particulares. Assim, ao criarmos um novo contexto de contemplação abstrata, não mais usaríamos a linguagem para dizer alguma coisa a outra pessoa, mas tornado-a objeto de estudo. A especulação sobre conceitos faz do jogo de linguagem algo perdido:

"96. À ilusão peculiar que aqui se tem em mente associam-se outras de diversos lados. O pensar, a linguagem, aparece-nos agora como o correlato singular, a imagem, do mundo..." e "97. O pensar é envolto por um halo. - Sua essência, a lógica, apresenta uma ordem, ou seja, a ordem a priori do mundo, isto é, a ordem das possibilidades, que tem que ser comum ao mundo e ao pensar..." (134)

Esta tese de Wittgenstein acerca do homem, de que o pensar, de essência lógica, exige ordenamento do mundo se entende como diz Arley Moreno (1988):

"... Não se trata, é claro, de procurar um discurso puro para as ciências humanas, pois não existe um tal paradigma nas ciências da natureza nem mesmo nas exatas." (135)

Considerado o problema da natureza do conhecimento, a conclusão implica que desconhecemos as coisas que ordinariamente pretendíamos conhecer. Desde Descartes e o automatismo, levamo-nos àquilo que parece ser o que pretendemos conhecer? Chomsky afirma que as investigações de nexos entre a Linguagem, o Pensamento, a Mente e o Conhecimento, conduzem-nos à conclusão a favor de uma Consciência, seja ela o Espírito ou Deus, presentes no *res cogitans* de Descartes, e numa *Linguagem que a exprime*.

(133) Cf. Pitkin. *Wittgenstein: el lenguaje, la política y la justicia*. p. 138, citando Wittgenstein em: (49) - *Blue and Brown Books*, p. 17; (50) - *Ibd.*, p. 27; (51) - *Philosophical Investigations*, par. 107, cfr. Pars. 108, 38.

(134) Cf. Wittgenstein. *Investigações filosóficas*. p. 67 (par. 96-97).

(135) Cf. Moreno. *A propósito de uma analogia: a tautologia de Chomsky/Fodor*. Abralin, p. 18.

5.5 – Da concepção chomskyana de Linguagem Inata para o portal da Teoria da Catástrofe: a Física Quântica.

Pergunta Moreno (*Acerca de uma analogia*, p. 24):

"Qual é a função de uma tese não-científica no interior de um modelo que pretende ser científico? Qual a importância e a função desse tipo de tese, que possa justificar uma argumentação analógica e impertinente?"; e responde (p. 25): "Mas, como ele [referindo-se a Chomsky] é um cientista do séc. XX, avesso à Metafísica, deixa a tarefa para outro cientista."

A pergunta feita vem a calhar, pois não se trata mais, como disse, da *Metafísica*. Da esfera da Epistemologia e da Lógica, a metafísica passa a buscar guarida nas pesquisas do gerativista ou nos laboratórios da Física Quântica, das probabilidades do mapeamento plano a plano, no seio da Teoria das Catástrofes.

Se, com efeito, a liberdade reside numa possibilidade metafísica da existência da Consciência – inata nas particularidades e não na sociedade civil-burguesa -, uma liberdade ainda que meramente provável, quanticamente provável, ainda assim, cada humano continuará a buscar sua liberdade. Ademais, "*enquanto não vier uma comprovação científica para a tese não-científica, esta continuará a lhe satisfazer, pois será vivida como sendo uma evidência tautológica.*"

A tese gerativista é científica, em que pese os rigores da ciência ortodoxa pré-quântica, este é meu entender. Mais que isto, acerca de sua cientificidade, noto, na reprise de uma citação, o seguinte:

"Optimism is a strategy for making a better future. Because unless you believe that the future can be better, it's unlikely that you will step up and take responsibility for making it so. If you assume that there's no hope, you guarantee that there will be no hope. If you assume that there is an instinct for freedom, there are opportunities to change things, there's a chance that you may contribute to making a better world. The choice is yours." (Cf. Site <http://eng.bu.edu/~rajwi/chomsky.html>)

Note-se que ao fazer tal afirmação - “*the choice is yours... instinct for freedom (conforme Bakunin), you guarantee (com certeza matemática)*” -, a rigor ele se declara quântico, na medida em que a probabilidade de existência da Consciência também se faz probabilidade no homem: “*the choice is yours*”. Tratar a Lei Moral como regra probabilística, um passo fantástico para a ciência, um degrau adiante do estabelecimento dos limites exatos da razão. Importa ressaltar, ainda, o já citado debate *Chomsky / Fodor versus Piaget (Como é possível a Indução, in: Debate, após a Exposição do Paradoxo - Piattelli-Palmarini)*. Nosso autor acentua aqui sua preocupação de ordem ética, na clara intenção de se libertar, pela circunstância e não pela exigência científica, da discussão (136).

Ao olhar para a Filosofia como um pensar que só pode ter êxito diante da Linguagem, se, e somente se, daí emergirem as implicações políticas e sociais, ele conclui por uma *Política* de investigação simultânea das características do mundo e da Linguagem. George Lakoff nota o debate desviado de seu eixo (cf. Huck and Goldsmith, 1995):

“There was another major difference. Chomsky held a view about the philosophy of science that we did not hold – the Quine-Duhem thesis. Quine assumed that a scientific theory was a finite list of axioms in first order predicate calculus, and used the Lowenheim-Skolem theorem to argue that no finite number of counter examples could falsify any finite number of axioms since a finite number of auxiliary hypotheses could always be added to handle the counter examples. As Chomsky has said, in the Quine-Duhem spirit, only the theory as whole, once completed with no additional auxiliary hypotheses, can be falsified.” (137)

(136) Cf. Piattelli-Palmarini.. *Chomsky no Debate, Como é Possível a indução. In: Teorias da linguagem-teorias da aprendizagem*. p. 336. - Pergunta de Zengotita: “Poderia descrever em que consistiria uma restrição psicológica?”- Resposta de Chomsky: “Uma longa tradição, que remonta certamente à escolástica e se confundiu depois com correntes empiristas, queria fazer-nos admitir que a mente humana está vazia, é uma tábula rasa. Hoje ninguém mais admite isso, mas alguns têm dificuldade em abandonar essa hipótese. Em segundo lugar - e isto é pura especulação de minha parte, não tenho prova alguma do que postulo (grifo do aluno) - a crença em que a mente humana está vazia fornece uma justificação para toda espécie de sistemas autoritários (grifo do aluno). Se a mente humana está vazia, todo o método para modelar segundo o arbúrio de qualquer um é legítimo, e isto encontra desenvolvimentos extremos, em Skinner, por exemplo; tudo termina numa espécie de esquema fascista (grifo do aluno), resultante da hipótese de que, em última análise, a mente humana está vazia... se bem que nós, os bons arquitetos, vamos construí-la de tal modo que o ambiente seja bom e o mundo será feliz para sempre. Os intelectuais devem estar muito atentos para esse gênero de coisas, porquanto pensam que lhes compete modelar os espíritos.”

(137) Cf. Huck / Goldsmith, *Ideology and linguistic theory*, p. 115.

Paul M. Postal, argüido sobre a possibilidade de pessoas, em torno do MIT, estarem promovendo rumores sobre ter sido deixada de lado a idéia de que as estruturas profundas – “*deep structures*” – eram uma simples árvore e que a hipótese chomskyana acerca da inatividade estava, fortalecida e estabelecida, e se acreditava na “inatividade”, a resposta foi contundente. Postal (in: *Ideology and linguistic theory*) respondeu:

“Innateness was not a topic I remember anybody talking about when I first got to MIT. When I first got there, the issues were technical ones. For example, in phonology, Halle had formulated this argument about biuniqueness and there was a lot of interest in generative phonology, features, rules, and rule ordering, and that’s what phonology was about. And then there was also interest in finding arguments for transformations. I supposed the real issue is when Chomsky started citing the Cartesians and Humboldt and so forth. It was certainly not prevalent in 1961 and 1962. Well, there was talk about mentalism. One of the structuralists’ accusations was the Chomsky was bringing back mentalism, and that must have been related to innateness in some way: if linguistic rules are real psychological things, then that leaves open the question of what is innate and what’s not.” (141) [... e seguido de...]
“One thing I think we should say is that the timing is at least correct. That the beginning of all this kind of explicit hassling significantly corresponds with Chomsky’s public involvement in the anti-Vietnam War movement. There is certain case to be made that the emotional fervor and sense of rightness that was involved in that political antiwar movement somehow migrated over to linguistics independent of the content. In the words, there is in his kind of linguistics over the last ten or fifteen years a kind of emotional and moral fervor, as if he were battling for the right.” (138)

Há um debate de fundo ideológico que permeia o ambiente lingüístico do MIT:

“One thing I think we should say is that the timing is at least correct. That the beginning of all this kind of explicit hassling significantly corresponds with Chomsky’s public involvement in the anti-Vietnam War movement. There is certain case to be made that the emotional fervor and sense of rightness that was involved in that political antiwar movement somehow migrated over to linguistics independent of the content. In the words, there is in his kind of linguistics over the last ten or fifteen years a kind of emotional and moral fervor, as if he were battling for the right.” (139)

(138) *Ib.*, p. 130-131.

(139) *Ib.*, p. 141.

Este debate ideológico foi suscitado a partir das pesquisas gerativistas, na década de 60, e retomado, agora, por seus colegas. O tema do inatismo também está acentuado em *Language and Thought* (1993). Ali, acadêmicos influentes da universidade norte-americana discutem, dadas as circunstâncias e modelo de ensino adotado em seu “em torno”, algumas idéias de Chomsky. Entre eles, nomes como Eric Wanner (Presidente da Russel Sage Foundation, New York), Akeel Bilgrami (Professor de Filosofia da Columbia University), George Miller (Professor de Psicologia da Princeton University), James H. Schwartz (Professor de Neuro-Biologia da Columbia University) (140). A resultante disto pode ser retirada, entre outras, da opinião de Paul Postal que declara:

“He continues to rewrite the same book, as if he didn’t notice that he had actually won that war. But on the other hand, he has good reasons for being insecure because he cannot fail to have noticed that he has few substantive results in the sense that these are understood in more serious fields such as logic, mathematics, computer science, or physics.”
(141)

(140) Cf. Chomsky, *Language and Thought*, p. 96.

(141) Cf. Huck / Goldsmith, *Ideology and linguistic theory*, p. 141.

Capítulo VI

A Teoria da Catástrofe e a Ética Universal Absoluta.

6.1 – Ética da Anarquia.

Aquela conclusão de Paul Postal, imediatamente anterior (nota 138), inspira grande parte desta minha pesquisa acerca de Avram Noam Chomsky, num certo sentido. Penso que a dúvida de nosso lingüista de fato existe, no que respeita ao pleno entendimento, por todos, das conexões que ele faz em seu pensamento.

Ademais, críticas que ecoam – sustentadas em perspectivas acadêmicas - sobre algumas de suas afirmações e posições políticas (e até lingüísticas) que se fundamentariam em bases contraditórias – ou interpretações indevidas deste ou daquele pensador influente -, mantém-me, também, no mesmo estado declarado por Paul Postal.

Por exemplo, James H. Schwartz tece alguns comentários sobre críticas ao lingüista (in: *Language and Thought*, p. 76 e ss). Evidencio apenas um trecho, quando trata alguns de seus colegas como “reducionistas”:

“Now, my reductionist scientific colleagues tend toward the philosophy of Eliminative Materialism and the computer logic of information processing. It shouldn't be a surprise the Plato's 'Meno' is one of Professor Chomsky's favorite examples illustrating the innate structure of mind.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Thought*, p. 76)

Procurei mostrar, ao longo deste trabalho, que o ato (o desejo ou impulso) de expor a verdade precede à própria verdade, enquanto atitude ética. As dificuldades que se apresentam, em face das muitas complexidades do mundo internacionalizado, de acesso aos meandros dos acordos mundiais, impõem uma ação ativista. Não tenho a pretensão, que seria desmedida, de sustentar o pensamento ético e lingüístico de Noam Chomsky. Contudo, creio que a atitude adequada a todo pensador responsável – no caso, em minha opinião, a dele -, seria aquela do *ato de expor a verdade* às pessoas certas, nas ocasiões certas, conforme ele mesmo declara.

Invoco, por esta razão, o pronunciamento de Pierre Fougeyrollas (in: *La philosophie en question*, 1967), para iniciar este último capítulo. Trata Fougeyrollas, do “impulso de filosofar” e leva-nos a crer que o filósofo, para além da transmissão do saber acumulado proposto pelos autores clássicos, na academia – e, portanto, também na *práxis* -, tem em si o *impulso* – que compreendi como instinto para a liberdade – de filosofar e seguir *uma pista* adiante de si.

O ato de expor a verdade somente poderia ser movido por um impulso, nesse caso, porque, dada *uma pista*, a verdade “oficial”, em muitas ocasiões, está encoberta por esta ou aquela razão. Este filosofar se traduz em algo, como afirma Fougeyrollas:

“Posso, pois, transformar a posse bimundana da qual sou presa, em fruição da beleza, em conquista de verdades úteis e em esperança da salvação eterna. Transformar, porém, não é abolir. Para abolir o reino da possessão seria preciso que eu aceitasse a morte como plenitude do nada. Ora, filosofar, diz Platão, é aprender a morrer. Todavia, aquilo de que precisamos não é de uma preparação para a morte considerada como uma passagem para uma vida nova e superior. Aquilo de que precisamos é de um morrer a toda mundanidade (interior e exterior).” (*A filosofia em questão*, p. 90)

Conforme as palavras de Fougeyrollas, penso que Chomsky seria presa da posse bimundana, se interpreto a afirmação de Paul Postal. Mais ainda, quando adota dois métodos distintos para examinar esse e aquele de seus mundos, trata a si mesmo como metódico – na esfera lingüística – e como hiperbólico – na região ética. Contudo, devo destacar outra nota de Fougeyrollas:

“Todavia podemos, desde já, verificar que essa indizibilidade e essa negatividade não dizem respeito a esta doutrina ou escola e não a tais outras. Ao contrário, pertencem ao pensamento filosófico aquém de sua dilaceração (grifo nosso) em doutrinas e em escolas diferentes e antagônicas. [...] Evocamos, suficientemente, as alienações de que foi e ainda é presa o pensamento filosófico. Chegou o momento de interrogá-lo para nele discernir, eventualmente, a capacidade de sobrevivência que detém e desvelar a vocação original que lhe pertence com exclusividade.” (id., p. 88)

Em conformidade a Fougeyrollas, o antagonismo a Chomsky pode estar centrado, pelo *mal da dilaceração*, a partir de seus antepassados (*forebears*), segundo Neil Smith, como se lê a seguir:

“His (de Chomsky) intellectual forebears in this area (anarquistas) are Jean-Jacques Rousseau (1712 – 78), Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835), Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 65), Mikhail Bakunin (1814 – 76), John Dewey (1859 – 1952), Bertrand Russel (1872 – 1970), Anton Pannekoek (1873 – 1960), and Rudolf Rocker (1873 – 1958), all of whom share a vision of human society free of oppression from concentration of power: whether that power is in the hands of the church, the state, slave-owner, feudal lords or private corporations. None of these thinkers had a program with which Chomsky (or anyone today) could sympathize *in toto*: Proudhon and Rousseau both thought women inferior, with Proudhon ‘rating’ their intellectual and moral value as one-third of that of men’; and Bakunin’s ‘passion for destruction’, even if creative, encouraged unremitting violence. Humboldt is the most interesting and probably the one to whom Chomsky feels closest. Like Chomsky, he was a ‘profound theorist of general linguistics’ and a ‘forceful advocate of libertarian values’.” (Cf. Smith, Neil, *Ideas and Ideals*, p. 186 – 187)

Fougeyrollas adverte-nos, por fim, com os seguintes dizeres:

“Lembremos, a propósito, a diferença existente entre a dúvida metódica e a dúvida hiperbólica. A dúvida metódica põe em questão o valor de nossos conhecimentos sensíveis, isto é, a aptidão de nossos sentidos, de nossa imaginação, de nossa memória em aprender corretamente os objetos que lhe são oferecidos. A bem dizer, não há pensamento científico autêntico sem a prática constante da dúvida metódica. Nesse nível, não entramos ainda no domínio próprio da filosofia. Recusando assim o testemunho dos sentidos, permanece o valor do conhecimento intelectual puro. Se Descartes tem razões para duvidar do conhecimento sensível porque é obscuro e confuso, não as tem em relação ao conhecimento intelectual que, por sua própria natureza, é claro e distinto. O pensamento científico, beneficiário da dúvida metódica, não precisa ir mais longe no caminho da crítica. [...] A dúvida hiperbólica incide sobre aquilo que a dúvida metódica deixou subsistir, como, por exemplo, as verdades matemáticas. Pois, na medida que é reconhecida a natureza formal dos seres matemáticos, o mundo exterior pode existir ou não existir sem que isso em nada afete as verdades matemáticas, que resultam exclusivamente do acordo do pensamento consigo mesmo. [...] Pode-se, aliás, perguntar se no caso da chamada dúvida hiperbólica é de uma dúvida que se trata.” (id., p. 92-93)

Dirijo-me, a partir de agora, à dúvida hiperbólica que está presente em Chomsky, na pista indicada por Fougeyrollas, para a região além daquela onde “o pensamento científico, beneficiário da dúvida metódica, não precisa ir mais longe no caminho da crítica”.

Creio seja providencial examinar aquilo que Paul Postal diz encontrar em Chomsky, uma insegurança – “*he has good reasons for being insecure because he cannot fail to have noticed that he has few substantive results*” -, que representa nosso lingüista-ativista hiperbólico.

Destaco, desta maneira, uma passagem peculiar onde Neil Smith diz que Chomsky volta-se, não aos seus “antepassados intelectuais”, mas ao “risco perene” sempre presente na instalação de companhias, nos diversos países:

“The major international companies have resources which are frequently greater than those of many states, and they use these resources to maximize profits for their directors and share-holders. In some instances this provides employment and even a reasonable standard of living for the workers in the countries where the companies locate their operations. But as is clear as from the repeated movement of production to places where the wages are more and more depressed, there is a perennial risk of explicative unemployment.”
(Cf. Smith, Neil, *Ideas and Ideals*, p. 188)

O risco perene, no entender de Chomsky e Neil Smith, o permanente, o perpétuo, (*perennial*), está mais *além* do lucro dos acionistas ou do próprio desemprego que daquelas instalações pode advir. Esse risco refere-se a um aspecto à deriva, acerca do indivíduo autômato, que estaria, no entender de Neil Smith sobre o nosso autor, para além das gestões, das Normas e do cotidiano, conforme procurei mostrar nos primeiros capítulos.

Por esta razão, anunciei que minha pesquisa procura evidenciar o antagonismo de duas situações distintas e, ao mesmo tempo ligadas por uma mesma corda, uma corda à toa.

Chomsky procura resgatar o barco à deriva – talvez o *seu próprio* barco -, numa linguagem metafórica. A corda, que se chama *toa* – nos dizeres dos marinheiros -, deve ser utilizada para que o barco à deriva fique *à toa*, isto é: *estar à toa*, não significa estar num *laisser-aller*, desleixado, negligente, *laisser-faire*, num fazer-se nada. Mas, ao contrário,

estar atado na toa, *à toa*, atado àquele rebocador que é a linguagem, que traz consigo o mundo moral e os “*ethical principles that derive from it*”.

Tanto naquela citação acima (in: *Ideas and Ideals*), quanto na seguinte, ambos pensam na possibilidade da escravidão, na perspectiva da afronta aos direitos e à dignidade humana. Chegaria a ser repetitivo e/ou enfadonho (como diz Paul Postal, “escrevendo sempre o mesmo livro”), não fosse pelo fato disto estar posto numa obra que, aparentemente por seu título, não se relaciona com tal assunto: *Language and Problems of Knowledge*. A citação é a seguinte:

“This is a chance of moral realization that slavery is an intolerable affront to human dignity. It is not merely a change but an advance, an advance toward understanding of our own nature and the moral and ethical principles that derive from it.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Problems of Knowledge*, p. 154)

Para Chomsky, a reflexão vai além desta ou daquela esfera do saber, na medida em que o mesmo ocorre em relação às artes, ao ideal estético ou em face do julgamento moral. No caso da linguagem, onde ele estaria mais apto a opinar, isto também se confirmaria, quando diz que:

“... we are compelled to speculate (acerca deste assunto); but it certainly seems reasonable to speculate that the moral and ethical system acquired by the child owes much to some innate human faculty. The environment is relevant, as in the case of language, vision, and so on; thus we can find individual and cultural divergence.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Problems of Knowledge*, p. 152-3)

Penso que a especulação chomskyana guarda um sentido científico, não na direção da aceitação ou da comprovação das hipóteses – dúvida metódica -, mas, verdadeiramente, no horizonte da experimentação da essência – dúvida hiperbólica -.

Justamente porque os preceitos não são os do primado da ciência positivista, mas aqueles que situam o homem na esfera da experiência por excelência, conforme se depreende da próxima citação:

“There may be no end to such discoveries, if civilization survives. A truly decent and honest person will always seek to discover forms of oppression, hierarchy, domination, and authority that infringe fundamental human rights. As some are overcome, others will be revealed that previously were not part of our conscious awareness. We thus come to a better understanding of who and what we are in our *inner nature* (grifo nosso), and who and what we should be in our actual lives... [...] I mentioned that Rousseau derived libertarian conceptions from Cartesian principles of body and mind. These ideas were developed further in French and German Romanticism, still framed within assumptions about essential human nature. In the libertarian social theory of Wilhelm von Humboldt, who greatly influenced John Stuart Mill (and also, incidentally, a major figure in linguistics whose ideas are only now coming to be appreciated), it is *an essential human right* (grifo nosso), rooted in the ‘*human essence*’ (grifo de Chomsky) to be able to carry out productive and creative work under one’s own control in solidarity with others. If a person creates some beautiful object under external direction and control, Humboldt argued, we may admire what he does, but we despise what he is – a machine, not a full human being. Marx’s theory of alienated labor, the basis of his social thought, developed from these grounds, and in his early work he too formulated these conceptions in terms of a ‘species property’ that determines certain fundamental human rights... [...] Bakunin argued that humans have ‘an instinct for freedom’ and that infringement on this essential feature of human nature is illegitimate.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Problems of Knowledge*, p. 154-5)

Da derivação das concepções cartesianas, às teses libertárias:

- de “*human essence*” para “*an essential human right*”;
- de “*productive and creative work*” para “*solidarity with others*”;
- de “*Marx’s theory of alienated labor*” para “*an instinct for freedom*”;
- para figuras essenciais da construção da pessoa humana.

Mas, esses princípios éticos que derivam do conceito de natureza humana precisam ser investigados. “Há razões para suspeitar” que a inteligência humana – na sua capacidade intelectual – toca os limites do mundo moral interior ao indivíduo:

“One possible reason for the lack of success in solving it or even presenting sensible ideas about it is that it is not within the range of human intellectual capacities, or beyond their limits altogether. There is some reason to suspect that this may be so, though we do not

know enough about human intelligence or the properties of the problem to be sure.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Problems of Knowledge*, p. 151)

Desfazer o nó górdio, contudo, representa enfrentar a perspectiva de um novo desenvolvimento para o estudo destas faculdades do homem, que levam a outro terreno mais árduo de ser interpretado.

Esse nó desfaz-se, paradoxalmente, pelas amarras da toa: o barco que não está à deriva, *está à toa*.

Proponho, desta sorte, levantar a seguinte dúvida hiperbólica: Chomsky induz ao exame de alguma relação, ainda que probabilística, entre modelos matemáticos e a natureza humana?

Passo, desta maneira, a examinar a natureza dessa corda, *da toa*, que ao romper-se, provoca uma *catástrofe*.

6.2 – A Teoria da Catástrofe: lineamento.

A hipótese da aproximação de Chomsky à Física Quântica apresenta-se a seguir, a partir da identificação de uma sua citação isolada:

“Human language has the extremely unusual, possibly unique, property of *discrete infinity* (grifo nosso), and the same is true of the human number faculty. In fact, we might think of the human number faculty as essentially an ‘abstraction’ from human language, preserving *the mechanism of discrete infinity* (grifo nosso) and eliminating the other special features of language.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Problems of Knowledge*, p. 167)

Quando Chomsky refere-se a estruturas discretas – ou infinidade discreta ou “*discrete infinity*” –, insere este infinito, discreto, numa faculdade (*human number faculty*) *inata, imensurável, mas perceptível*.

Uma das possibilidades de percepção do mundo pode ser o estudo das bifurcações, singularidades e catástrofes, como formas de descrever o surgimento de estruturas discretas a partir de estruturas contínuas e suaves. Certa vez, o cientista Henri Poincaré disse que “os matemáticos não destroem os obstáculos que povoam a sua ciência mas simplesmente os empurram até sua fronteira.” O pensamento de Chomsky relativo à linguagem e à ética, como uma atitude semelhante à de Poincaré, procura examinar mais de perto a assertiva que leva a uma incursão nos terrenos das *modernas ciências* da Física e da Matemática.

Chomsky pode “empurrar” a *sua linguagem* e a *sua ética* para *estas* fronteiras da Física e da Matemática? Nós podemos interpretar o pensamento de Chomsky *nestes horizontes*?

A resposta não deveria ficar restrita à esfera das Físicas ou das Matemáticas, por serem capazes, estas ciências, de manusear complexas equações e modelos abstratos e específicos ao extremo. Embora reconheça que a satisfação dessa carência dependa de esforço singular nas *ciências exatas*, a relação dialética entre filosofia e matemática, linguística e física, não poderia ser interdita, diante da impossibilidade presente nas contingências provenientes da capacitação específica em cada um desses terrenos.

Caberia lembrar as opiniões a este respeito produzidas por Alan Sokal e Jean Bricmont. Estes importantes cientistas elaboraram um ensaio (*Fashionable Nonsense*), onde pretenderam dar uma contribuição à crítica contra aquela corrente de pensamento que os autores chamam de “pós-modernista”. Lançando mão da conhecida metáfora sobre o Rei Nu, Sokal busca evidenciar o abuso repetido de conceitos e terminologias que vêm de matemáticas e físicas, o que, em seu entender, provoca confusões freqüentes e, mais que isso, evoca discursos teóricos desconectados de qualquer teste empírico, com um relativismo cognitivo e cultural para “nada além de uma narração, um mito ou uma construção social” qualquer.

Sokal entende que este fenômeno está ligado às seguintes características, nos *cientistas pós-modernos*, como ele os chama, como seja:

a) exibição de saberes sobre os quais não têm quase nenhuma idéia, ou alguma “idéia sumamente nebulosa”, e, portanto, empregam uma tática e uma terminologia onde as palavras não significam, de fato, o que representam.

b) inexistência de justificação conceitual, fazendo-se analogias vagas, como, no exemplo que dá, quando Lacan fala da estrutura da neurose como *torus*, Kristeva cita a linguagem poética como *cardinalidade da quantidade contínua*, Roland Barthes é impressionado pela *precisão do trabalho* de Julia Kristeva e o periódico francês Le Monde admira a *erudição* de Paul Virilio. Jean Baudrillard trata da guerra moderna acontecendo num *espaço não-euclidiano*, “todos sem explicação”, são alguns dos exemplos que Sokal dá em seu trabalho.

c) afetamento vaidoso por uma erudição superficial, que lança mão, “descaradamente”, de “termos técnicos em um contexto onde eles são completamente irrelevantes”. Com isto, a pessoa estaria, em seu entender, buscando “impressionar e, acima de tudo, intimidar o leitor”.

Sokal confessa que empregou um método não-ortodoxo e mandou publicar um artigo num diário cultural norte-americano, intitulado “*Transgressing the Boundaries: Toward a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity*” (que pode ser traduzido como *Transgredindo os Limites: Para uma Hermenêutica Transformativa de uma Quantidade Indivisível de Energia Eletromagnética Que Para Uma Radiação de Freqüência f , É Igual ao Produto $h \times f$ Onde h é a Constante de Planck, na Gravidade*, ou,

simplesmente, *Transgredindo os Limites: Para uma Hermenêutica Transformativa da Gravidade de uma Partícula Associada a um Campo*).

Neste artigo, Sokal proclama que o mundo externo ao indivíduo não tem nada a ver com o Pi de Euclides ou o G (a constante gravitacional) de Newton. Após inúmeras manifestações de admiração de leitores, Sokal desfaz o estratagema e escreve outro artigo mostrando como os cientistas “pós-modernos” empregam uma linguagem absurda e, portanto, conclui, as pessoas transgridem os limites e invadem regiões que não deveriam visitar, espaço reservado somente aos detentores das senhas da física *não-newtoniana* e da matemática *não-euclidiana*.

Em *Fashionable Nonsense (Postmodern Intellectuals' Abuse of Science)*, Alan Sokal e Jean Bricmont citam Stanislav Andreski como mentor de seus *pensamentos holísticos*:

“So long as authority inspires awe, confusion and absurdity enhance conservative tendencies in society. Firstly, because clear and logical thinking leads to a cumulation of knowledge (of which the progress of the natural sciences provides the best example) and the advance of knowledge sooner or later undermines the traditional order. Confused thinking, on the other hand, leads nowhere in particular and can be indulged indefinitely without producing any impact upon the world. —Stanislav Andreski, *Social Sciences as Sorcery* (1972, p. 90)”

Entendo a relevante preocupação de Sokal e Bricmont, no sentido de que todos os *pensadores responsáveis* devem delegar a especialistas, as suas especialidades? Ou devo entender que Jean Baudrillard, Julia Kristeva, Jacques Lacan, Roland Barthes e o jornal *Le Monde* são “pós-modernistas”, para considerar Sokal.

Ao que me parece, Chomsky não está brincando, nem estavam Descartes, Cordemoy ou Nietzsche, nem Diderot, Bakunin ou Platão.

6.2.1 – Conceitos *básicos fundamentais* do mapeamento plano a plano, da mecânica quântica, dos fractais e da Teoria da Catástrofe.

No mapeamento do plano sobre o plano, posto como elemento básico da construção da Teoria das Catástrofes, há dois princípios que devem ser tocados:

- a) o relacionado às singularidades dos contornos de estabilidade e
- b) aquele relativo ao *da fragilidade do que é bom*.

O estado de equilíbrio de *infinitos discretos* se descreve em modelos matemáticos da Teoria das Catástrofes como manifestação de um princípio geral. Vladimir Arnold, a este respeito, declara:

“Isto é uma manifestação de um princípio geral que declara: as coisas boas (a estabilidade, por exemplo) são mais frágeis do que as ruins. Parece que nas boas situações um certo número de requisitos precisa ser atendido *simultaneamente* (grifo dele), enquanto basta ocorrer uma só falha para dizermos que a situação é má. No caso de quatro parâmetros devemos acrescentar mais dois tipos de singularidades aos já descritos... [...] L. V. Vevantovski demonstrou que o número de tipos de singularidades (não-redutíveis uns aos outros por mudanças suaves dos parâmetros) permanece finito, mesmo para um número arbitrariamente grande de parâmetros, e que o princípio da fragilidade do que é bom se mantém.” (Cf. Arnold, Vladimir, *Teoria das Catástrofes*, p. 56-57)

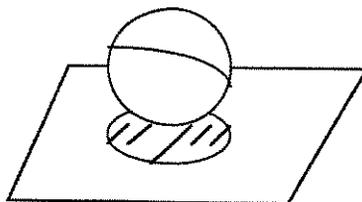
Arnold trata da Teoria das Singularidades de Whitney, matemático americano – Hassler Whitney -, que publicou um artigo intitulado *Mapeamentos do plano sobre o plano* (1955), onde estabelece as fundações para uma nova teoria matemática das singularidades dos mapeamentos suaves. O *exame do momento* onde as estruturas contínuas e suaves sofrem do *mal da fragilidade do que é bom*, indica que as coisas boas exigem um certo número de requisitos a serem atendidos simultaneamente, enquanto basta ocorrer somente uma falha para dizermos que a situação é má. Vladimir I. Arnold, matemático russo, escreveu no *Prefácio à Edição Russa* (1981) de *Teoria da Catástrofe*, que “o autor tentou explicar a essência dos resultados fundamentais e das aplicações [da teoria] a leitores providos de mínima formação matemática, pressupondo, porém, que os mesmos tenham

uma mente inquisidora” (142). À nossa volta há milhares de objetos de superfícies suaves num plano. Seus contornos visíveis são projeções de suas superfícies sobre a retina humana. Segundo Arnold:

“Whitney observou que, genericamente, apenas duas singularidades são encontradas. Todas as outras desaparecem com pequenos movimentos do corpo ou do ângulo de projeção, enquanto que os dois tipos por ele identificados são estáveis e persistem após pequenas deformações do mapeamento.” (143)

“Catástrofes são, portanto, mudanças súbitas e violentas, representando respostas descontínuas de sistemas a variações suaves nas condições externas.” (op. cit., p. 19)

O exemplo dado por Whitney, a que alude o matemático Arnold, é o de uma esfera quando a mesma é projetada num plano. Aqui, ocorre a primeira singularidade, chamada de *dobra* por Whitney. Veja-se a figura a seguir:



A primeira singularidade mostra que as projeções das superfícies de corpos suaves sobre pontos da retina sempre trazem, consigo, tal singularidade e, quanto a isso, não há surpresa alguma. No entanto, o inusitado é que, segundo Arnold, “além dessa singularidade – a *dobra* -, encontramos apenas um outro tipo de singularidade, mas praticamente nunca damos conta desse fato” (144).

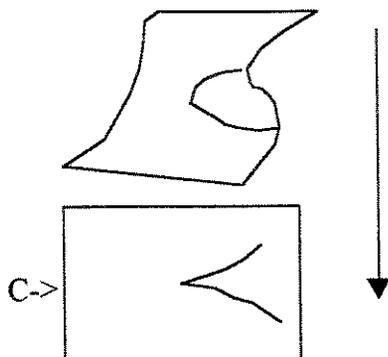
Na figura que se segue, há o Plano Baixo, onde a folha (Plano Alto) projeta uma curva qualquer. Note-se que a folha (Plano Alto) está levemente dobrada, formando um S, e uma curva nela desenhada. O ponto “C” é a *cúspide*, no Plano Baixo, assim chamada como projeção no plano da figura dobrada na folha posta no espaço.

A segunda singularidade de Whitney, chama-se *cúspide*:

(142) Cf. Arnold, V. I. *Teoria da catástrofe*, p. 13

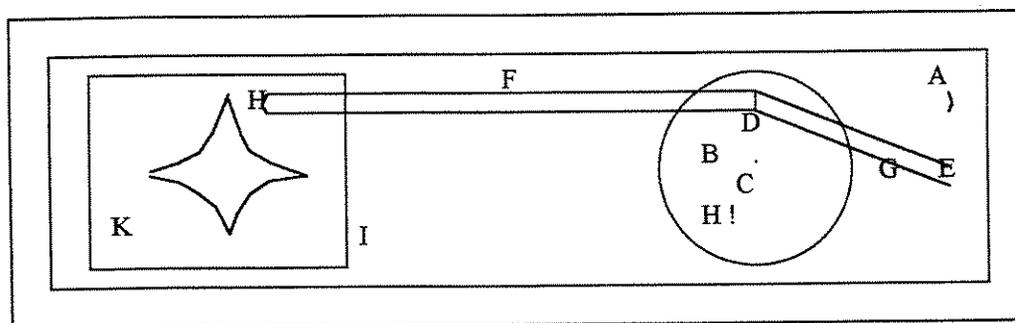
(143) *Ibidem*, p. 21-22

(144) *Ibidem*, p. 22



Sobre o plano horizontal se vê uma parábola semicúbica, com uma cúspide na origem. Quando alguém se movimenta da região da direita para a esquerda, vê que duas das três imagens inversas se fundem, desaparecendo. Porém, a cúspide permanece. Whitney provou, segundo Arnold, “que a cúspide é estável, isto é, todo mapeamento vizinho tem uma singularidade similar num ponto adequado. Em outras palavras, podemos encontrar coordenadas apropriadas de forma a descrevê-las pelas fórmulas do mapeamento original... [e]... *que toda singularidade de um mapeamento suave de uma superfície sobre um plano, divide-se em dobras e cúspides, sob efeito de uma pequena perturbação apropriada*” (145).

Ao aplicar a teoria de Whitney de mapeamento plano a plano, é possível construir-se máquinas de catástrofes. Arnold dá uma demonstração de uma aplicação – a máquina de catástrofes de Zeeman (*Teoria da Catástrofe*, p. 32) -, a saber:



(145) *Ibidem*, p. 24

Arnold prossegue (p. 32 – 33):

“A máquina de catástrofes pode ser construída facilmente. São necessários uma chapa (A) e um disco de papelão (B) fixado à chapa por um pino (C), que atravessa o seu centro permitindo que o disco gire livremente. Outro pino (D) é fixado à borda do disco, e um terceiro (E) à chapa. Para completar a montagem da máquina precisamos de dois elásticos facilmente extensíveis (F, G), um lápis (H) e uma folha de papel (I). Depois de ligar o pino na borda do disco (D) ao pino fixo (E) e ao lápis (H), usando os dois elásticos, colocamos a ponta do lápis em um ponto da folha de papel, de forma a tensionar os dois elásticos; o disco então se equilibra em uma certa posição. Agora, ao movermos o lápis, o disco gira; acontece que, para certas posições do lápis, um pequeno movimento deste gera uma ‘catástrofe’, isto é, o disco subitamente gira de um salto para uma nova posição. Se marcarmos todas essas ‘posições de catástrofes’ na folha de papel, obteremos a ‘curva de catástrofes’ (K). [...] Verifica-se que a curva das catástrofes assim obtida tem quatro cúspides. Ao se atravessar a curva das catástrofes pode ocorrer ou não um salto, dependendo de como o lápis passa pela cúspide.” (146)

A catástrofe representa algo “ruim”, no infinito discreto de algo “bom”. “Isso é uma manifestação de um princípio geral que declara: as coisas boas (a estabilidade, por exemplo) são mais frágeis do que as ruins. Parece que nas boas situações um certo número de requisitos precisa ser atendido simultaneamente, enquanto basta ocorrer uma só falha para dizermos que a situação é má” (147). As conclusões de Thom (1974) são:

“No plano da filosofia propriamente dita, da metafísica, a teoria das catástrofes não pode, certamente, trazer resposta alguma aos grandes problemas que afligem o homem. Mas ela favorece uma visão dialética, heraclitiana do universo, de um mundo que é o palco permanente da luta entre *logoi*, entre arquétipos. Ela nos conduz a uma visão fundamental politeísta: é preciso saber reconhecer a mão dos Deuses em todas as coisas. E é aí, talvez, que ela também encontrará os limites inelutáveis de sua eficácia prática. [...] Assim como o herói da *Iliada* só podia se opor à vontade de um Deus – Posídon – pela invocação do poder de uma divindade oposta – Atená -, da mesma forma nós só poderemos restringir a ação de um arquétipo opondo-lhe um arquétipo antagonista, em uma luta ambígua e de resultado incerto... [...]

(146) *Ibidem*, p. 33

(147) *Ibidem*, p. 57

“... As próprias razões que nos permitem estender nossas possibilidades de ação em certos casos irão condenar-nos à impotência em outros. Poder-se-á, talvez, demonstrar o carácter inelutável de certas catástrofes, como a doença ou a morte. O conhecimento não será mais uma promessa de sucesso ou de sobrevida; ele poderá igualmente ser a certeza de nossa derrota, de nosso fim.” (148)

De toda forma, a Mecânica Quântica foi, em certo sentido, o arquétipo antagonista que se referiu Thom, no mundo da física e da matemática, às teorias newtoniana e euclidiana clássicas. Foi graças ao confronto entre o inexplicável e o plausível – entre as impossibilidades das matemáticas clássicas e as probabilidades quânticas –, que se deu um passo decisivo rumo ao que os teóricos chamam de infinito. Esta *mecânica nova* baseia-se no conceito de *quantum*, que descreve as interações das propriedades dinâmicas de partículas subatômicas. Foi uma resposta às dificuldades da mecânica clássica newtoniana que não podia descrever com precisão certos movimentos dos corpos, como por exemplo, o malabarismo de Hipérion (lua de Saturno), cujo comportamento orbital dá *cambalhotas* complexas e irregulares, embora obedecendo leis de gravidade e dinâmica – este comportamento impedia aos astrônomos determinarem com precisão o movimento de Hipérion, em face da incapacidade das equações que não tratam o movimento aleatório, na física de Newton.

A natureza claramente probabilística da Física Quântica representa a oposição ao determinismo clássico. A primeira nega a afirmação de que no universo se pode obter a informação exata sobre um dado sistema se se conhecer a condição inicial do mesmo, enquanto o método determinístico vê o universo como um relógio. Pierre Simon de Laplace, em seu *Ensaio Filosófico sobre as Probabilidades*, observou que:

“Um intelecto que, num momento dado qualquer, conhecesse todas as forças que animam a natureza e as posições mútuas dos seres que a compõem, se esse intelecto fosse vasto o suficiente para submeter seus dados a análise, seria capaz de condensar numa única fórmula o movimento dos maiores corpos do universo e o do menor dos átomos: para tal intelecto nada poderia ser incerto; e tanto o futuro quanto o passado estariam presentes diante de seus olhos.”

(148) Ibidem, citando Thom, p. 147

Max Planck propôs, em 1900, a absorção da energia por essas pequenas unidades e, logo depois, em 1927, Werner Heisenberg enunciou o Princípio de Incerteza que diz ser impossível determinar a posição e o momento de uma partícula num dado local sem se prejudicar a busca noutro. Assim, se o determinismo se governa por leis exatas, o estocástico (aleatório ou imprevisível), por seu *Princípio de Incerteza*, é governado pelo acaso. Daí resultam os modernos estudos acerca da Teoria do Caos, que buscam compreender flutuações erráticas irregulares da natureza e resíduos da formação primordial.

Um sistema caótico sempre mostra "sensibilidade" e qualquer perturbação do estado inicial leva a grande diferença no estado final. A previsão do futuro torna-se difícil, exceto se o comportamento caótico for compreendido.

O Caos, por estas razões, não pode ser imaginado senão por aquilo que esteja contido nele.

Um dos exemplos da impossibilidade de imaginação de situações caóticas é aquele relativo aos mapeamentos que se fazem necessários diante de uma situação embaraçosa para a Geometria de Euclides, onde:

- ou a) a figura tem dimensão zero e é o ponto;
- ou b) a linha tem uma e apenas uma dimensão;
- ou c) o plano tem duas dimensões;
- ou d) a área tem três dimensões.

Contudo, dada a irregularidade presente em infinitos fenômenos da natureza, certos objetos não podem ser descritos por uma reta, porque tal reta seria "esburacada", isto é: sobraria uma "poeira" - uma dimensão intermediária entre ponto e reta ou entre reta e plano ou entre plano e sólido. Esta "poeira" chama-se "Poeira de Cantor", em homenagem ao seu proponente, Georg Cantor. Para o estudo de uma geometria não-convencional, Benoît Mandelbrot (a partir dos anos de 1980) designa por fractais os objetos intrincados que não possuem dimensão inteira, mas sim fracionária. Suas estruturas geométricas de grande complexidade, ligadas às formas da natureza, ao desenvolvimento da vida e à própria compreensão do universo, representam imagens de objetos abstratos infinitamente multiplicadas dentro de cada parte, que escapam da compreensão em sua totalidade pela

mente humana, cujas características principais são as da auto-semelhança e da complexidade infinita. Os fractais estão ligados à Teoria do Caos, porque buscam-se padrões organizados de comportamento dentro de um sistema aparentemente aleatório.

Diante deste quadro esboçado nas especificidades físicas e matemáticas, certamente complexas, vê-se, desde logo, o florescer de uma ampla gama de conceitos, por demais novos, para não aguçar, pelo menos, o ímpeto de *novos* pesquisadores, tais como Kristeva, Barthes, Lacan e tantos outros. Sobretudo, porque a noção de catástrofe aponta não para a direção do grande, mas, justamente, para o pequeno – o *infinito discreto*. Com esta *nova* idéia de catástrofe, vem a reboque outras não menos importantes como as de probabilidade quântica, fractais, cúspides, dobras, poeiras da Cantor, princípios de incerteza, etc.

Esta idéia de *realização do fato* no infinito discreto, em certo sentido, desloca o eixo da reflexão científica e exige a sua apropriação em várias esferas do saber, como sustentaram os “pós-modernistas”, conforme Sokal.

6.2.2 – A Teoria da Catástrofe nos estudos da Linguagem.

Uma possível aplicação é sugerida por Pedro de Souza (*Caos e indeterminação na física e na análise do discurso*), que faz uma análise sobre a indeterminação ligada ao conceito de discurso, através do efeito caótico estudado na Teoria do Caos (149). Interpreta Michel Pêcheux e uma nova semântica da quebra do princípio de literalidade na linguagem:

“Não se trata simplesmente de negar a univocidade do sentido, mas de surpreender os seus mecanismos de produção como parte de uma ilusão necessária. Se a semântica formal insiste na evidência do significado, Pêcheux mostra que esta evidência não passa de um efeito de ocultamento. O ocultamento reside no processo pelo qual para que as coisas a saber tornem-se evidentes em um universo logicamente estabilizado é preciso ignorar as zonas limítrofes do não-sentido, esquecer o espaço de multiplicidade onde os sentidos podem ser outros. Aparece aqui como a indeterminação é um ponto de vista constitutivo da Análise do Discurso, na medida em que, em termos de linguagem, opera a partir do múltiplo, do indeterminado, para tornar explícito não o que se deve saber, mas os dispositivos de evidências que estabelecem as coisas a saber. Esta perspectiva aponta também para a quebra com o princípio positivista da ciência, ao deslocar os parâmetros estáveis da localização e da determinação dos fatos de conhecimento. Os objetos não estão lá no espaço, apenas são tornados visíveis graças à intervenção de instrumentos mobilizados para fazê-los existir. Se na Física, conforme diz Fernando Paixão, “a resposta à questão, “o que vai acontecer”, implica em alguma forma de determinismo”, no âmbito da AD, o tempo de conjugação do verbo da pergunta é o pretérito perfeito articulado ao presente, ou seja, o processo de determinação enquanto recurso de saída do indeterminismo constitutivo do sentido está ligado à questão ‘o que aconteceu?’ cuja solução deve responder à pergunta crucial colocada no tempo presente: ‘o que acontece?’” (op. cit.)

A importância da crítica de Pedro de Souza, em conformidade com a linha que aqui apresento sobre a proximidade de Chomsky à Teoria do Caos, é tal que:

“De um paradigma epistemológico a outro, sob a ótica do discurso, o que se pode apontar aí é a quebra da ilusão da estabilidade do universo a conhecer. O real não é uma totalidade controladamente circunscrita nos dispositivos do conhecimento. A propósito do que nos mostra Paixão acerca do espanto dos cientistas diante do caótico, [...]”

(149) Campinas, Unicamp, IEL, endereço <http://www.unicamp.br/iel/histlist/pedro.htm>.

“[...] Pêcheux apontaria o deslocamento do olhar para outra forma material de realidade - indefinível, indeterminada ou seja, “pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser assim”. Neste salto, o real passa a ser definido como “impossível que seja de outro modo”. Paixão nos explica como se estabelece os parâmetros positivistas de previsibilidade dos acontecimentos na Física de Newton. “De uma maneira simplificada, diz ele, podemos afirmar que as Leis de Newton dizem que : se soubermos num instante de tempo onde os corpos se encontram, como se movimentam, e quais as forças que atuam sobre eles, o seu futuro está previsto”. Contudo, malgrado a rigidez das equações da mecânica, repentinamente, após uma longa tradição filosófica positivista, os cientistas percebem que há muitos fenômenos que escapam aos critérios matemáticos mais seguros de explicação. É daí, conforme nos esclarece Paixão, que se vê-que “o surgimento dos fenômenos ligados ao Caos ocorrem dentro das equações da mecânica, sem que seja necessária qualquer alteração.” (op. cit.)

Por sua vez, Fernando Paixão (op. cit., In: *Caos e indeterminação na física e na análise do discurso*, idem, op. cit.), entre inúmeros trabalhos de grande relevância, promove discussões também acerca dos conceitos de caos e indeterminação quântica, oriundos da Física. Seus estudos apontam para a significação e a importância da evolução do Determinismo Clássico para a Indeterminação Quântica dentro dos estudos da Linguagem. Em determinado ponto de seu pensamento, Fernando Paixão declara:

“É muito interessante percebermos que o surgimento de fenômenos ligados ao Caos ocorre dentro das equações da mecânica, sem que seja necessária qualquer alteração. Ainda em *Estrelas Indecifráveis* temos: “E não me espanta que após estudarem, sob incontáveis aspectos, os astros extraordinários, e de assistirem ao despencar escandaloso de tantas explicações, gizadas a esclarecê-los com os nossos conhecimentos atuais, cheguem os cientistas de agora à melancólica conclusão da falência inesperada da astronomia, ante aquelas estrelas flagrantemente rebeldes a todas as analogias oriundas do nosso sistema, e as fórmulas matemáticas mais seguras.” Euclides da Cunha apresenta uma série de fenômenos, inexplicados pela astronomia da época. Nascimento e morte de estrelas e supernovas. Passaram-se muitos anos até que a Astrofísica ultrapassasse a falência descrita por Euclides. A perspectiva do entendimento destes fenômenos é resultado da Física do século XX. E foi também estudando problemas ligados ao movimento dos planetas uma das vertentes para o surgimento do caos.” (op. cit.)

O texto acima apresentado, por exemplo, declara a aproximação da literatura de Euclides da Cunha ao indeterminismo da linguagem do caos. Mas, de forma definitiva, Paixão dá sua opinião, quando nos diz:

“A literatura, ao revelar a alma humana, nos apresenta inúmeros exemplos onde estas qualidades opostas convivem na mesma pessoa, por caminhos muito distintos da ciência. O mais interessante é que isto não é incompatível com a concepção hoje da Física.” (op. cit.)

Esta aproximação da Linguagem em relação ao Caos, presente nos estudos de boa parte dos pesquisadores influentes – como Fernando Paixão dá mostras, de Michel Pêcheux e de si próprio -, nos complexos estudos da Física Quântica, dos fractais e da Teoria Matemática do Caos, é, para dizer o mínimo, uma predileção pela indeterminação e uma ojeriza pelo determinismo. Nesta atitude, pelo que tudo indica, não há nada de espírito não-acadêmico, desprovido do necessário rigor que a ciência clássica teria como exigência.

Noam Chomsky não é exceção a esta tendência e seu pensar traduz-se em coerência que se funda em *ativismos político e lingüístico*.

Conforme procurei delinear, alguns conceitos básicos deste *mundo quântico*, a fragilidade do que é bom na linguagem se apresenta naquelas singularidades que se inserem – e podem ser notadas – *somente pelo lado interno da estrutura caótica*. Para relacionar esta interpretação às suas idéias, todavia, recorro novamente a uma invocação a Descartes, posta como segue:

“The Cartesian alternative invoked a kind of computational theory of the mind. A series of physical events, always involving only direct contact, stimulate the retina (the hand, etc.), and internal computational resources produce an image – say, of a triangle, or people walking in a crowd – on the basis of these scattered stimuli... [...] We then have the problem of determining the nature of this *res cogitans*, and we face the unification problem that arises throughout the natural sciences: showing how mind and body interact, in the traditional formulations. [...] Descartes and his followers, notably Géraud de Cordemoy, outlined experimental tests that could be used to answer this question, focusing on language use.” (Cf. Chomsky, N., *Language and Thought*, p. 36 – 37)

Quer dizer que o conceito do uso *adequado* da linguagem possibilitaria uma outra interpretação do problema do que vem a ser a *res cogitans*: o pensar com o espírito.

É, esta, uma afirmação com certo sentido anárquico.

Também será bom lembrar a análise de Oswaldo Giacoia Jr. sobre a *res cogitans* e a *res extensa* presentes em Descartes. Ali, Giacoia destaca o pensamento de Nietzsche a respeito dos preconceitos acerca da alma, quando diz:

“Escolho, pois, como fio condutor dessa abordagem da derradeira filosofia de Nietzsche a crítica da substancialidade do *ego cogito*, tal como foi ontologicamente estabelecida por Descartes na aurora da modernidade filosófica. Fazendo uso da imagem do filósofo como gestor dos interesses supremos da racionalidade, que tem por tarefa o ‘estar desperto’, Nietzsche propõe, justamente, que sejamos mais cautos e argutos que Descartes, que se deixou enredar nas malhas de um ‘preconceito popular de tempos remotos (como o preconceito da alma, que como preconceito do sujeito e do eu ainda hoje não cessou de criar disparates).” (Cf. Giacoia Jr, O. *O mais oculto de todos os escondidos*. p. 2, em *Texto e Notas Pessoais*, em primeira mão, citando Nietzsche, in: *Para Além do Bem e Mal*, p. 11)

Ao lembrar o fragmento póstumo de Nietzsche (agosto-setembro de 1885, nr. 40), Giacoia Jr. está, em determinado instante, interessado em verificar o que Nietzsche pretendia demonstrar acerca do *cogito*, especialmente na crença à Lógica, que interpõe o *ergo* entre o *cogito* e o *sum*. Giacoia Jr. traz uma frase de grande relevância para a questão, quando diz:

“Por conseguinte, o próprio Descartes ressaltava a imediatez da certeza presente no *cogito* que, ao contrário do que pensava Nietzsche, não se obtinha por inferência a partir da comparação com outros estados mentais já conhecidos, como querer, sentir, etc. Mas, se a primeira parte do argumento se fragiliza, o mesmo não ocorre com a seqüência do raciocínio. Com efeito, na suposta imediatez do ‘eu penso’, há uma ‘série de ousadas afirmações, cuja fundamentação (*Begründung*) é talvez impossível’ (citando Nietzsche, *Para Além do Bem e Mal*, af. Nr. 16). Por exemplo, que sou eu quem pensa; ou seja que o núcleo da identidade subjetiva centrada na consciência (grifo nosso) é coincidente com a atividade da consciência. [...] Dito de outro modo, a proposição *cogito ergo sum* pressupõe a estrutura da sentença gramatical, vale dizer, ela se institui a partir do esquema lógico-predicativo da subsistência-inerência, que Nietzsche combina com o modo predicativo da causa-efeito.” (op. cit. p. 3)

Neste ponto que me parece culminante em meu trabalho, algo, de fato, parece ser parte de “*ousadas afirmações, cuja fundamentação (Begründung) é talvez impossível*”. Seria de afirmar que também Chomsky aceita a certeza imediata, tal qual declara Nietzsche?

Giacioia Jr. ressalta, nestes termos: “*Do ponto de vista do argumento de Nietzsche, o importante é denunciar a falácia representada pela noção de certeza imediata*” (idem, p. 3). Se lá, como mostrou Giacioia, Nietzsche discorda do raciocínio “lógico”, também não verifica – por qualquer que seja a razão – o argumento que se fragiliza, se não comparado a outros estados mentais.

Chomsky repousa sobre as certezas do *cogito* cartesiano?

Se a resposta for afirmativa, Chomsky constrói a Linguagem novamente, aplicando o *princípio da fragilidade do que é bom*. Se estiver voltado para a região fragilizada do argumento denunciado por Nietzsche – conforme demonstra Giacioia Jr -, então ele justifica a *Ética da Anarquia* - que descreve a *fragilidade daquilo que é bom* – e a *Ética Universal Absoluta* que integra a realização do indivíduo, em seu espírito.

Anexos

Anexo 1

Compõem o SINMETRO (Sistema Nacional de Metrologia), desta forma, o INMETRO e o CONMETRO; estes, são membros da comunidade internacional, regulada pelo BIPM (Bureau Internacional de Pesquisas Metroológicas).

O organograma atual permite uma visão aproximada da estrutura organizacional dos organismos oficiais, no Brasil, conforme segue: (Vide Anexo 3, entrevistas).

a) MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, órgão principal, no país, sob o qual se vinculam os demais órgãos reguladores de Normalização e Qualidade. Como dado adicional, tem-se que o Ministro de Estado exerce a função de Presidente do CONMETRO.

b) Subordinado ao MICT, está o CONMETRO e um grupo importante de instituições que fazem parte do Sistema Brasileiro de Certificação com vistas a opinar sobre novos modelos e a manutenção dos atuais; dado importante é que como membro atuante do Conselho, estão, entre CESP, TELESP, ANFAVEA, ABNT e outros, a própria UNICAMP.

c) Subordinado ao CONMETRO, está o INMETRO que é o órgão nacional regulador e mantenedor de todos os Certificados da Qualidade emitidos no Brasil. O INMETRO tem sua sede em Xerem – RJ e Superintendências Regionais. A representação formal brasileira junto à ISO se dá através do INMETRO.

d) Subordinadas ao INMETRO, estão quatro diretorias que distribuem as atividades, conforme segue: DINQP (Diretoria de Normatização, Qualidade e Produtividade), DIMCI (Diretoria de Metrologia Científica), DIMEL (Diretoria de Metrologia Legal) e DIRAF (Diretoria Administrativa e Financeira). Além disso, o INMETRO tem representações (escritórios) em diversas capitais brasileiras, como em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outras.

e) Subordinadas à DINQP, estão todos os órgãos independentes e qualificados e/ou certificados pelo INMETRO para exercer as atividades de Consultoria e Emissão de Certificados da Qualidade no Brasil; entre eles, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas – organização de caráter privado) e outros organismos internacionais qualificados para operarem em território nacional, como holandeses, ingleses e outros (baseados em tratado internacional específico, do qual faz parte o CONMETRO, pelo Brasil).

f) Ainda subordinado ao INMETRO, encontra-se a RNML (Rede Nacional de Metrologia Legal) que tem por objetivo tratar dos processos de aferição e calibração de instrumentos de medição. Subordinados à RNML e à DIMEL, estão os diversos IPEM's (Institutos de Pesos e Medidas), espalhados pelo território nacional.

Missões específicas:

a) CONMETRO: Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial:

- visa formular e avaliar a política nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial.

b) CBC: Conselho Brasileiro de Certificação:

- propõe ao CONMETRO a política de certificação nacional,
- aprova procedimentos, critérios e regulamentos,
- elabora Planejamento Estratégico das atividades do Sistema Brasileiro de Certificação,
- julga recursos administrativos em última instância relativos a assuntos de credenciamento de organismos de certificação,
- avalia a eficácia do Sistema Brasileiro de Certificação, aprova o código de ética dos auditores,
- aprova requisitos mínimos para qualificação, reconhece organismos estrangeiros de certificação e
- estipula prazos e critérios para manutenção das certificações e registros.

c) INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial:

- Credencia organismos de certificação de acordo com procedimentos e critérios aprovados pelo CBC,
- Participa do Conselho Deliberativo do Organismo de Certificação de Auditores de Sistema da Qualidade,
- Coordena e articula o reconhecimento internacional do Sistema Brasileiro de Certificação e Registro de Auditores de Sistema da Qualidade.

d) OC - Organismos de Certificação:

- Concedem a certificação e registro a auditores de Sistemas da Qualidade,
- Mantêm e publicam, periodicamente, listas atualizadas dos auditores registrados e entidades reconhecidas para ministrar treinamento,
- Buscam reconhecimento estrangeiro mútuo,
- Divulgam e promovem a qualificação e a certificação de auditores,

- Fazem cumprir o *código de ética* aprovado pelo CBC.

e) Conselho Deliberativo do Organismo de Certificação:

- Formula as diretrizes normativas e administrativas e avalia seu cumprimento,
- Recomenda ao CBC a aprovação dos requisitos mínimos de qualificação e experiência para os candidatos a auditores,
- Estabelece e exige o cumprimento do código de ética a ser seguido,
- Acolhe e julga recursos de pessoas e entidades ligadas ao sistema contra ações ou decisões do Bureau de Certificação,
- Aprova critérios para o reconhecimento de entidades de treinamento de auditores

f) Bureau de Certificação:

- Avalia os atributos de qualificação e experiência para os candidatos a auditores,
- Estabelece o sistema de créditos e respectivos valores tanto para o registro inicial como para o acompanhamento do desenvolvimento funcional dos auditores,
- Propõe ao Conselho Deliberativo os critérios para reconhecimento de entidades de treinamento de auditores,
- Recebe e analisa inscrições de candidatos à certificação,
- Processa as inscrições aceitas,
- Organiza e administra o exame de proficiência,
- Emite os documentos de certificação de auditores,
- Zela pelo cumprimento do código de ética.

Anexo 2

4.1 – *Responsabilidade da direção*: onde estabelecem-se os compromissos da direção da empresa para com o Sistema da Qualidade. Trata-se de um dos mais importantes requisitos porque revela, tacitamente, o compromisso de investimento e manutenção, perante a comunidade empresarial.

Via de regra, denotam os desejos do empresário em relação ao seu investimento, que acabam por se transformar na Política da Qualidade da Empresa.

4.2 – *Sistema da Qualidade*: onde estabelecem-se as filosofias e os objetivos da Qualidade na empresa.

Explica-se este item como segue: A função desta gerência é, entre outras, a de promover a implementação do Sistema da Qualidade em toda a empresa. Assim, deve manter procedimentos internos, exclusivos de sua área, que explicitem o organograma da empresa, as diversas funções distribuídas, as políticas da Qualidade de maneira geral, os cronogramas de implementação e auditorias internas, os planejamentos e antevistas de treinamentos específicos de sua área para os demais setores da empresa e outras. A esta gerência caberá, por fim, a tarefa retórica de persuasão e *convencimento* de todos para a Qualidade e a tarefa de lidar com todas as *possíveis resistências* a isto; goza, portanto, de poder suficiente, delegado pela direção, para *impor* (se necessário for) os princípios e metas estabelecidos para o Programa.

Trata-se de um setor prioritário para a empresa e torna-se o elo entre a direção e os demais setores envolvidos com o produto e/ou serviço.

4.3 – *Análise de Contrato*: a partir deste requisito da Norma, propriamente, começa a ação efetiva da Qualidade diretamente sobre o produto e/ou serviço.

Geralmente a cargo dos setores de Vendas / *Marketing*, conforme o caso, este requisito sugere que todos os contratos de vendas de produtos e/ou serviços, para todos os clientes, contenham tópicos passíveis de controle pela Qualidade, como seja: prazos, preços, quantidades, especificações técnicas e outros.

Procedimentos elaborados para controle deste requisito da Norma devem prever todo o fluxo de trabalho aí contido e os pontos de controle que se julguem necessários. Note-se que este item está diretamente vinculado ao processo produtivo, uma vez que qualquer atraso de produção pode afetar o negócio pactuado em contrato, abrindo espaço para emissão de TNC's (Não-conformidades).

4.4 – *Controle de Projetos*: este requisito da Norma somente se aplica àquelas empresas que pretendam a Certificação ISO 9001, estando portanto excluído dos processos de certificação 9002.

O setor de Projetos, normalmente, vincula-se à Engenharia de Desenvolvimento ou algo similar. A prancheta do desenhista – antiga ou computadorizada – ou a mesa de criação de programas, modelos e serviços estão sob a mira, neste item. Procedimentos devem estabelecer a forma de documentar, recuperar e gerar informação sobre o produto; também devem, quando possível, estabelecer critérios de criação, geralmente baseados nos padrões da empresa. Por exemplo, uma empresa desenvolvedora de *software* terá seu departamento de criação de projetos restrito à tecnologia disponibilizada, não restando alternativas (neste caso, ressalto que há uma Norma específica para desenvolvimento de *software*, sobre a qual farei menção a seguir).

4.5 – *Controle de Documentos e Dados*: este requisito da Norma aplica-se a todos os setores da empresa, inclusive à direção que não pode se furtar de ser auditada por este item.

Tratam-se de procedimentos que estabelecem as formas de armazenagem e recuperação de documentos e dados, quando solicitados, à tempo e à hora. Trata-se de requisito considerado como de vital importância, uma vez que tudo, a partir do Sistema da Qualidade, dependerá do acesso à informação e aos procedimentos, para o devido enfrentamento de situações emergenciais ou outras.

4.6 – *Aquisição*: relativo ao setor de Compras e Suprimentos da empresa, geralmente.

Representa um dos requisitos mais complexos da Norma, em face das exigências no trato com fornecedores de produtos, insumos e/ou serviços, peças de manutenção e tudo o mais que entra na empresa diretamente ligado ao produto final. Entre as atribuições deste setor, a novidade se dá no que respeita ao desenvolvimento de novos fornecedores e, por consequência, na negociação eficaz da aceitação dos procedimentos e requisitos técnicos exigidos pelos setores consumidores dentro da empresa.

Sistemas informatizados complexos são desenvolvidos para contribuir na avaliação dos fornecedores e no desempenho do próprio setor, no que tange às negociações constantes ali realizadas quanto ao nível máximo e mínimo exigido em estoques e etc.

Procedimentos rigorosos controlam esta atividade de Aquisição, que é sempre alvo de auditorias periódicas quanto às avaliações de desempenho, históricos de cotações de preços, verificações de pedidos de compras arquivados e atendidos, etc.

4.7 – *Controle do Produto*: este requisito está vinculado a produtos fornecidos pelo cliente para serem usados no atendimento aos requisitos do contrato (item 4.3 da Norma).

Trata-se de um requisito melindroso, na medida em que a empresa manuseará material de propriedade de terceiros, sendo que o terceiro é seu próprio cliente. Não poderia caber falhas sobre este assunto, razão pela qual aqui também os procedimentos da Qualidade são rigorosos e precisos.

4.8 – *Identificação e Rastreabilidade do Produto*: este requisito se aplica desde o recebimento de material e/ou serviço até a entrega do produto acabado para faturamento. Na maioria dos casos, também contempla o setor de Compras exigindo deste a negociação preliminar com o fornecedor, da identificação do material recebido por data de fabricação, lote e outros.

Procedimentos e sistemas computadorizados aqui também são empregados no sentido de garantir o resgate da informação o mais rápido possível.

Este requisito, embora semelhante, não pode ser confundido com o item 4.5 da Norma. O histórico do produto, sua vida ao longo do processo de produção, está vinculado ao item 4.8, de sorte que o Controle de Documentos e Dados se faz como algo mais abrangente e genérico.

4.9 – *Controle de Processos*: este requisito da Norma talvez represente o ponto crítico focal de todos os sistemas da Qualidade, em meu entender.

Trata-se, das vias de acesso, as formas e as folhas de operação e a estrutura da Engenharia do Produto se revelam. Sistemas da Qualidade não vinculados à empresa, protegidos sob rigoroso *código de ética* entre auditores externos. As empresas fornecedoras de produtos e/ou serviços, quando se submetem através do Sistema da Qualidade a clientes exigentes, tendem a evitar que informações preciosas de seu processo produtivo sejam divulgadas e não há, em nenhum ponto da Norma, alguma abertura que permita exigências dessa natureza.

Gerentes de Produção, Supervisores, Controladores e demais colaboradores estão, em última instância, voltados para este requisito. A experiência mostra, com certa frequência, que os setores da

Produção guardam, por força da grande responsabilidade que carregam, poder de veto em diversas decisões na empresa, quanto a aumento da capacidade de produção, remanejamento de “mix” de produção e outros assuntos afins ao produto. Por esta razão, e tendo em vista o foco das atenções, os procedimentos relativos aos Controles de Processos são fundamentais.

Sistemas computadorizados extremamente complexos são desenvolvidos para este setor. Procedimentos não ficam a dever, em complexidade e precisão.

A rigor, segundo meu ponto de vista e conforme procurarei mostrar adiante, é neste ponto que se decide pela gestão *taylorista* ou *toyotista*, em função das possibilidades de “layouts” da área produtiva e outras; neste requisito é que está inclusa a concepção de produção que engloba conceitos como *Kaizen*, *Kanban*, *Just-In-Time*, *Perda Zero*, *Tempos & Métodos* e outros. Aqui estão centradas, principalmente, as discussões relativas à ergonomia no trabalho, à segurança e, fundamentalmente, ao treinamento (requisito 4.18 da Norma). Adiante, tratarei do assunto com maiores detalhes.

4.10 – *Inspeção e Ensaio*: trata-se de um requisito periférico ao Sistema da Qualidade que, no entanto, merece grande atenção da empresa.

Isto se dá porque, na maioria dos casos, ao longo do processo produtivo há que se verificar as especificações técnicas do produto que está sendo forjado; para tanto, a inspeção e os ensaios devem ser realizados para garantir a continuidade do processo. Geralmente, encontram-se nas Folhas de Operação de Produção (sobre as quais tratarei a seguir) as descrições das estações de trabalho específicas e determinadas para Inspeção e Ensaios. Procedimentos precisos também são requisitados aqui.

Rigorosamente, este requisito da Norma enquadra-se no item anterior (Controle de Processo); quero crer que seu desmembramento se deva ao fato de se enfatizar, até por razões psicológicas, a questão da Inspeção. Sabe-se que em seus primórdios, os departamentos de Controle de Qualidade, nas empresas, faziam, fundamentalmente, a tarefa de Inspeção. Na moderna gestão, como tratarei adiante, a função da Inspeção – anteriormente atribuída a um setor chamado Controle de Qualidade – foi diluída para a mão-de-obra direta, produtiva. Assim, seria lógico que este requisito da Norma se dissolvesse, também, no requisito 4.9 (Controle de Processo), o que é um paradoxo aparente.

4.11 – *Controle de Equipamentos de Inspeção, Medição e Ensaio*: atividade relacionada à anterior, visa aos equipamentos, propriamente, de medição, inspeção e ensaios; os mesmos devem estar calibrados e aferidos dentro de rigorosos padrões normatizados por organismos certificados, como, por exemplo, o IPEM, que afere balanças contadoras e outras.

Procedimentos também são empregados aqui e passíveis de auditoria periódica.

4.12 – *Situação de Inspeção e Ensaios*: este requisito esclarece, do ponto de vista da Norma, a dúvida em forma de *paradoxo aparente* apresentada no item 4.10. Isto, porque ao longo do processo produtivo, na devida estação de trabalho, os produtos são retirados da linha de produção e aguardam o pronunciamento de Inspeção e Ensaios.

Cinco são as possibilidades de situações, a saber: 1) produto não inspecionado, 2) produto inspecionado e aprovado, 3) produto inspecionado e rejeitado, 4) produto inspecionado, não aprovado, e aguardando decisão e 5) produto aguardando decisão.

Para suportar estas possíveis alternativas, quero crer, o item 4.10 é desvinculado do item 4.9, ensejando a criação dos itens 4.11, 4.12 e 4.13 a seguir.

A idéia, aqui, respeita à necessidade de criar-se *evidências objetivas* sobre a produção, vale dizer: os procedimentos são documentados (o que é redundante mas efetivo); ao longo da produção, instalação e serviço associado do produto, visa-se assegurar que somente o produto aprovado pela inspeção seja liberado sob concessão autorizada. A segregação do produto(s) ao longo da linha, em muitos casos, todavia, se faz por lotes, o que invalida o conceito anteriormente exposto. No entanto, reforça, em meu ponto de vista, o aspecto psicológico que faz valer, sobre tudo e sobre todos, a importância da Inspeção no Processo.

4.13 – *Controle de Produto Não-Conforme*: este requisito visa estabelecer as ações necessárias para os produtos não-conformes, isto é: procedimentos documentados (novamente a redundância) devem assegurar as medidas a serem tomadas para produtos não-conformes inspecionados e reprovados.

As situações, nestes casos, são as seguintes, basicamente: 1) o produto é enviado para recuperação – o que se costuma chamar por *desvio de processo* – e retorna novamente ao ponto de inspeção onde foi reprovado para nova verificação; 2) ou o produto é “scrapeado” – do Inglês “*scrap*”, refugo – e é sucateado; 3) ou o produto é retrabalhado – por exemplo, um bloco de argila pronto e defeituoso que é devolvido para o moinho, retornando ao processo como massa de mistura (a lei de Lavoisier levada ao seu extremo, na empresa: ... “*tudo se transforma*”).

O Controle do Produto Não-Conforme é importante porque, tanto o desvio de processo quanto o retrabalho ou o refugo geram custos diretos. Em situações anômalas, isto poderia se traduzir em vantagens; explica-se, por inadvertência ou má-fé, propositalmente, se produtos forem enviados para retrabalho, recuperação ou refugo e não houver o devido reporte de produção; nestes casos, os custos não serão refletidos nos setores de Custos e Contabilidade; se não se refletirem em Custos, por sua vez, a planilha de preços do produto não refletirá a real situação de produção, estando sempre acima do esperado.

Trata-se, com efeito, de um importante item de controle gerencial e do Sistema da Qualidade.

4.14 – *Ação corretiva e preventiva*: são aquelas que fazem as exigências, procedimentais, de correção e prevenção.

Rigorosamente, este requisito da Norma está mais centrado nos departamentos de Manutenção das empresas, embora seja um item aplicável em todos os setores voltados para a Qualidade do Produto.

Sistemas informatizados complexos costumam atender às áreas de Manutenção, em tarefas de Predição, Prevenção e Correção de problemas. As tarefas preditivas não são formalmente controladas pela Norma, explicitamente; no entanto, estão implícitas nas atitudes que se exigem dos colaboradores, especialmente aqueles que trabalham com o chamado CEP (Controle Estatístico de Processo): a estatística empregada com caráter preditivo.

Por sua vez, as tarefas de Prevenção e Correção recebem tal importância da Norma, que não há – ou não deveria haver – nenhum TNC (Tratamento de Não-Conformidade, documento já citado que denuncia o problema detectado) que não apresente, necessariamente, quais as ações corretivas e preventivas que serão tomadas para a solução do problema ali especificado.

Com efeito, trata-se de um requisito primordial para o Sistema da Qualidade.

4.15 – *Manuseio, Armazenagem, Embalagem, Preservação e Entrega*: este requisito da Norma abrange todo o processo de estoque de material na empresa.

Para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da diferenciação entre produto e material, resalto as definições que emprego, na distinção entre produto, conjunto, subconjunto, matéria-prima, material direto de processo, material indireto de processo e material não produtivo.

A) Trato por *produto, conjunto, subconjunto ou matéria-prima* todo aquele componente que faz parte do produto final da empresa. Se, por exemplo, falamos do veículo tipo A, será produto A; será conjunto de A, o motor; será subconjunto do motor, bronzinas; será matéria-prima a chapa de aço utilizada para a lataria do veículo. B) Trato por *material direto de processo* todo aquele material que, ao longo do processo, será empregado na conformação do produto (ou de suas partes) e seguirá com ele; por exemplo, tinta para pintar a lataria de um veículo. C) Trato por *material indireto de processo* todo aquele material empregado na conformação do produto (ou de suas partes) que não segue com o mesmo. Por exemplo, um lixa de chapa de aço, utilizada em funilaria de chapas ao longo do processo, mas que não está agregada ao produto final. D) Trato por *material não-produtivo* todo aquele material utilizado na empresa que não está vinculado ao produto. Por exemplo, lâmpadas, material de escritório, papel higiênico, etc.

Esta divisão de materiais, que apresento acima, não é objeto de atenção explícita da Norma e pode variar de empresa para empresa; portanto, não caberia indicar alguma fonte teórica específica em Classificação de Materiais. Entretanto, a divisão, seja qual for, é fundamental, na medida em que o item 4.15 sugere o estabelecimento de procedimentos de controle para manuseio, armazenagem, embalagem, preservação e entrega; claro deve estar que, implicitamente, o requisito da Norma refere-se aos materiais diretamente relacionados ao produto final.

Daí se depreende que, pelo menos da parte dos almoxarifados, haja uma real e clara classificação de materiais e procedimentos específicos para cada tipo deles.

O processo de controle, neste item, agrava-se sobremaneira na medida em que se faz o manuseio, propriamente. Empilhadeiras retiram materiais de estoque e os disponibilizam ao longo do processo; daí, os encaminham para setores de embalagem e estoques de acabados. Trata-se, enfim, de um esquema logístico bastante complexo, nomeadamente os de reporte de entrada e saída dos diversos estoques possíveis.

Sistemas informatizados complexos tratam o assunto e exigem máxima atenção dos colaboradores. Por sua vez, o processo de rastreabilidade – item 4.8 da Norma – deverá estar diretamente vinculado ao 4.15, além de outros, como o 4.6 (Aquisição).

No que respeita à preservação, propriamente, a Norma é rígida (do ponto de vista das auditorias). As condições do ambiente do estoque – umidade e outras – bem como das características da embalagem do produto, em si, são muito consideradas.

4.16 – *Controle de Registros da Qualidade*: este requisito da Norma está vinculado, diretamente, ao item 4.2 (Sistema da Qualidade) e através da recuperação de documentos da Qualidade se poderá tomar decisões estratégicas de rota, para garantir a confiança no sistema, em geral.

As auditorias da Qualidade estão focalizando suas atenções, em especial, aqui, no Gerente da Qualidade da empresa e seus registros da Qualidade específicos distribuídos por setores. Também nas áreas de Despacho, propriamente, porque cada embarque, após faturamento total ou parcial, habitualmente, segue o Produto acompanhado de um Certificado da Qualidade – o produto embalado e seu *Diploma da Qualidade*. Os registros desses certificados devem ser mantidos sob rigoroso controle procedimental.

4.17 – *Auditorias Internas da Qualidade*: este requisito da Norma não pode ser confundido com *auditorias externas*. As auditorias internas são realizadas por pessoal da própria empresa, especialmente designado e treinado para tal tarefa e objetivam, normalmente, o seguinte: 1) verificar a adequação dos procedimentos ao Sistema; 2) avaliar a eficácia do Sistema; 3) atender a requisitos regulamentares, vale dizer:

é exigência da Norma que as auditorias internas se realizem periodicamente e sejam documentadas; 4) facilitar as auditorias externas da Qualidade.

A título ilustrativo, devo dizer que as *auditorias externas* são aquelas realizadas por organismos credenciados pelo INMETRO, no caso do Brasil, e se dão da seguinte forma: a) a empresa estabelece contrato (pelo qual paga valores estipulados entre as partes e de conformidade com tabelas aceitáveis pelo INMETRO) de parceria entre ela e um terceiro – o organismo credenciado. Este contrato prevê que as auditorias – chamadas por externas – serão realizadas pelo organismo contratado que terá, a seu cargo, a responsabilidade de conferir, negar, manter ou retirar o Certificado da Qualidade da empresa; b) também é possível que o organismo certificador contratado contribua, durante o processo que antecede à Certificação – na forma de Consultoria – para que o Sistema da Qualidade seja implementado na empresa com vistas à Certificação. Neste caso, para que não haja conflito de interesses, documentos são assinados no sentido de garantir a total isenção, por parte do organismo certificador, no que respeita à sua conduta ética relativa à rigidez, à probidade e à qualidade de seus serviços quando das efetivas auditorias externas.

As auditorias da Qualidade são definidas como um *“exame sistemático e independente para determinar se as atividades e os resultados relativos à Qualidade satisfazem as disposições pré-estabelecidas, se estas disposições estão efetivamente implementadas e se são adequadas para alcançar os objetivos.”* (ISO 8402).

Desta sorte - interpretando o requisito 4.17 (Auditorias Internas da Qualidade) da Norma ISO 9001 -, as Auditorias da Qualidade visam avaliar a necessidade de melhorias ou de ações corretivas em sistemas implantados e podem-se evidenciar os seguintes objetivos:

- Determinar a conformidade ou não-conformidade dos elementos do Sistema da Qualidade com os requisitos especificados;
- Determinar a eficácia do Sistema da Qualidade implementado, para cumprir os objetivos da Qualidade especificados;
- Dar ao auditado a oportunidade de melhorar o seu Sistema da Qualidade;
- Satisfazer exigências regulamentares;
- Permitir o reconhecimento do Sistema da Qualidade da entidade auditada.

De três perguntas básicas, podem surgir conflitos para os quais nenhum membro colaborador de um Sistema da Qualidade deve *não-ter* respostas. São elas: 1) aqui, em seu setor, existe processo documentado? Se sim, prove-o; se não, faça-o. 2) Seu processo está totalmente implementado e adequado à função que é realizada? Se sim, prove-o; se não, faça-o. 3) É possível melhorar o processo em seu setor? Se sim, faça-o; se não, prove-o; aqui, inverte-se o valor da prova e da execução: as regras básicas traduzem-se nas seguintes, *grosso modo*: - *Diga o que faz e faça o que diz.* - *Prove que faz o que diz fazer.* - *Diga que fará ou prove que não é possível fazer.*

As auditorias, portanto, que podem ser internas (realizadas na empresa por pessoal da própria empresa, periodicamente) ou externas (realizadas na empresa por instituições credenciadas junto aos organismos reguladores da Norma), são as primeiras responsáveis pela emissão de documentos conhecidos, por exemplo, como TNC's (Tratamento de Não-Conformidades). Tratam-se de documentos que relatam todas as não-conformidades apuradas ao longo de um processo de auditoria; estas não-conformidades são pontuadas de tal modo que, dependendo de sua quantidade ou da gravidade do problema, podem levar à desqualificação da própria empresa de seu Certificado da Qualidade.

Ocasionalmente, setores da empresa que se sintam prejudicados por seus setores pares, na abastecimento de produtos, informações ou outros, segundo os procedimentos e requisitos, também podem emitir TNC's exigindo correções e/ou ações preventivas quaisquer.

As auditorias representam o ponto alto, periódico, na empresa, das certificadas ou em vias de, na medida em que todas as atenções estarão voltadas para os auditores e suas investigações de não-conformidades; somente aqueles que já passaram por uma auditoria interna e outra externa, quero crer, sabem a verdade contida nestas afirmações.

Ressalta, portanto, desta sucinta análise em torno dos referenciais básicos da Garantia da Qualidade, a idéia de que mais que garantir a conformidade de sistemas, processos, produtos ou serviços, torna-se fundamental implementar um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz que cumpra os objetivos definidos pela organização e, por consequência, satisfaça as diferentes partes interessadas – incluídos os próprios clientes. As auditorias cumprem papel definitivo nesta garantia.

Portanto, o requisito 4.17 da Norma estabelece, implicitamente, vínculos diretos entre a empresa e o organismo certificador, na medida que os auditores internos devem estar alinhados aos princípios aplicados pelos auditores externos e os demais – os avaliados - sobremaneira.

4.18 – *Treinamento*: este requisito da Norma diz respeito a todo o treinamento realizado pela empresa – ou terceiros por ela contratados – para seus colaboradores, no sentido de garantir a capacitação de seu pessoal diretamente envolvido com o Sistema da Qualidade, vale dizer: com os itens anteriores já descritos, seus requisitos.

Importante ressaltar, neste tópico, que os treinamentos específicos devem ser registrados com base na instrução e devem conter documentação farta sobre o seguinte: 1) avaliação da capacidade pessoal, 2) identificação pessoa a pessoa das necessidades de treinamento, 3) planejamento, organização e execução do processo (treinamento) como rotina.

4.19 – *Serviços Associados*: tratam-se de tarefas periféricas à produção, propriamente, tais como: treinamentos externos de assistência, treinamentos de usuários e outros.

Este requisito é necessário apenas quando o fornecedor estiver obrigado a tal; para tanto, deverá manter procedimentos adequados de todas as tarefas realizáveis.

4.20 – *Técnicas Estatísticas*: representam todos os tratamentos estatísticos utilizados na empresa, para controlar a capacidade do processo e das características do produto.

Entende-se por capacidade, a habilidade da capacidade do processo. Termo estranho, que não se encontra na maioria dos dicionários convencionais, resulta da idéia de se controlar e verificar o processo produtivo e suas características por técnicas estatísticas, como, por exemplo, o CEP (Controle Estatístico do Processo), com suas curvas, gráficos chamados por Espinhas de Peixe, curva de Pareto e outras aplicações técnicas dos especialistas no assunto.

Concomitantemente a este item, deve-se empregar as sugestões inclusas na NBR ISO 9004-4, que trata de uma série de ferramentas úteis aos cuidados estatísticos de maneira geral.

Anexo 3

Entrevista - Órgão: IPEM – MG:

Sr. Carlos Daher.

Função: Gerente Regional IPEM-MG / Depto. Técnico de Divinópolis, MG

Local: Divinópolis.

Data: 14 de Maio de 1999.

Objetivo: Identificar os canais principais no INMETRO com vistas a realizar levantamento de dados para avaliação dos Sistemas da Qualidade em empresas no Brasil.

Desenvolvimento: O sr. Daher forneceu cópias dos seguintes materiais, para consultas e estudos: - Lei 5966, que regulamenta os órgãos citados, seus objetivos e funções; - Manual – Resoluções CONMETRO 89-96, emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (RJ, 1997), desde a primeira resolução, chamada RESOLUÇÃO N. 01, DE 16 DE JUNHO DE 1989, publicada no D.O.U. de

19.06.89 e assinada pelo então Presidente do Conselho, o sr. Roberto Cardoso Alves; - Normas ISO 9000 – 9001, 9002, 10000, 10011 e 14000 (esta voltada para o Meio Ambiente); - Alguns manuais técnicos de Auditoria e Consultoria da Qualidade como seja: “Auditoria Interna Para Sistema da Qualidade – IPEM-MG” e “Projecto de Cooperação – EU – MERCOSUR, da Associação Portuguesa para a Qualidade / Sensibilização à Qualidade, de julho de 1997”.

Anexo 4

Entrevista - Órgão: INMETRO - MG:

Eng. Antônio Mário Pinheiro de Azevedo *.

Função: Tecnologista Senior.

Local: Belo Horizonte.

Rua Guajajaras, 2009, segundo andar.

Data: 18 de Agosto de 1999.

Objetivo: Levantar dados relativos às atividades do INMETRO como órgão certificador e controlador das atividades da Qualidade no Brasil.

Desenvolvimento: Pinheiro de Azevedo foi indicado para entrevista através de contato telefônico com o eng. Marco Antônio Fajardo Roldão, Diretor do IPEM-MG.

A entrevista iniciou-se pela apresentação e explanação de Pinheiro de Azevedo a história do INMETRO e indicados contatos no Rio de Janeiro para obtenção das seguintes informações: a) - Do CONMETRO / CBC: - Qual é a política de certificação nacional do CONMETRO. - Qual é o Planejamento Estratégico do Sistema Brasileiro de Certificação. - Como é feita a avaliação da eficácia do SBC. - Qual é o Código de Ética dos auditores do Sistema da Qualidade. - Quais são os prazos e critérios para a manutenção das certificações e registros da Qualidade. - Qual é o número de funcionários e colaboradores do CONMETRO – por estado da Federação. - Qual é o orçamento anual do CONMETRO – nos últimos 10 anos e a fonte dos recursos. b)- Do INMETRO: - Qual é o total de Certificados da Qualidade emitidos no Brasil – por setor [qual o total de funcionários e colaboradores das empresas do setor envolvidos], por Estado, por série das Normas ISO 9000 e ISO 14000. - Quais são as datas de emissão dos Certificados da Qualidade, com a respectiva análise do crescimento do processo de certificação – por setor, por Estado, por série das Normas ISO 9000 e ISO 14000. - Qual é o total de Cancelamentos de Certificados da Qualidade processados no Brasil

– por setor [qual o total de funcionários e colaboradores das empresas do setor envolvidos], por Estado, por série das Normas ISO 9000 e ISO 14000. - Qual é o total de organizações que estão em processo de certificação no momento – por setor, por Estado, por série das Normas ISO 9000 e ISO 14000. - Quais são todos os Organismos Certificadores habilitados em operação no Brasil – sua origem e data de sua fundação, quantidade de empregados e sede principal no Brasil. - Quais as fontes de recursos para investimentos e manutenção das atividades do INMETRO – orçamento anual aprovado nos últimos 10 anos. - Qual o número de funcionários e colaboradores do INMETRO – por unidade da Federação. - Qual é o atual quadro sinóptico de Certificados da Qualidade válidos no mundo – por setor [qual o total de funcionários e colaboradores envolvidos por setor], por país, por série das Normas ISO 9000 e 14000. - Quais são os procedimentos e critérios aprovados pelo CBC segundo os quais o INMETRO credencia Organismos de Certificação – qual a diferença entre procedimento e critério e como eles se consolidam. Pinheiro de Azevedo informou que todas as perguntas formuladas e acima descritas melhor seriam respondidas – e documentadas – em entrevistas realizadas na sede do INMETRO, no Rio de Janeiro, e através de consultas ao CB/25 (Comitê Brasileiro de controle das normas ISO 9000), também sediado no Rio de Janeiro. Forneceu os seguintes contatos: a) INMETRO- RJ: Rua Santa Alexandrina, 416 – Rio Comprido: a) para assuntos relativos à Certificação de Produto, gerente de área Elizabeth Cavalcanti, b) para assunto de Certificação de Sistemas, gerente de área Margareth Lafin; b) CB/25 – RJ: Fone 021-21-2206631.

Ao término da entrevista, o sr. Antônio Mário colocou-se à disposição para eventuais consultas e posteriores discussões.

* (Mestre em Engenharia de Produção pela UFMG com a Dissertação: “O valor da Qualidade ou a Qualidade do valor: o papel da Qualidade na valorização da mercadoria nas estruturas de mercado caracterizadas pela concorrência monopolística.”)

Anexo 5

Entrevista - Órgão: INMETRO – RJ: Divisão de Certificação de Sistemas:

Margareth Lafin.

Função: Gerente de Divisão.

Local: Rio de Janeiro.

Data: 2 de Setembro de 1999.

Objetivo: Levantar dados relativos à Certificação de Sistemas junto ao órgão governamental responsável pela normatização e controle do processo de Qualidade no país, envolvendo as normas ISO 9000 e ISO 14000.

Desenvolvimento: Margareth Lafin atendeu forneceu diversos documentos sobre o INMETRO, a saber: a) Procedimento para Manutenção, Extensão, Redução, Advertência, Suspensão, Cancelamento e Transferência do Credenciamento, b) Regulamento para o Credenciamento de Certificação, de Inspeção, de Treinamento e de Verificação, c) Preços de Credenciamento d) Formulário de Solicitação de Credenciamento e) IAF Guidance on the Application of ISO/IEC Guide 65, f) Certificação ISO 14001 – Empresas Certificadas por estado, no Brasil, g) Resolução CONMETRO 2/97, h) Tabela de Preços da DINQP, i) Termo de Confidencialidade para auditores, j) Termo de Conflito de Interesse para auditores, k) Procedimento de Conflito de Interesse, l) *Certification, Principes et Pratique, du Organisation Internationale de Normalisation et du Centre du Commerce International*, m) Pesquisa de Satisfação dos Usuários INMETRO / Julho-1999.

A Sra. Lafin informou sobre a estrutura organizacional do INMETRO, CONMETRO e demais órgão a eles vinculados. Indicou a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) como fonte de informações importantes, incluindo os guias ISO de credenciamento, como o Guia 61 e o Código de Ética proposto na resolução CONMETRO 2/97.

Anexo 6

Entrevista - Órgão: Divisão de Certificação de Produtos:

Elizabeth dos Santos Cavalcanti.

Função: Gerente de Divisão.

Dra. Márcia de Barros.

Órgão: Divisão de Certificação de Produtos.

Função: Chefe Substituta da Divisão de Certificação de Produtos.

Local: Rio de Janeiro.

Data: 2 de Setembro de 1999.

Objetivo: Levantar dados relativos à Certificação de Produtos junto ao órgão governamental responsável pela normatização e controle do processo de Qualidade no país, envolvendo as normas ISO 9000 e ISO 14000.

Desenvolvimento: Elizabeth Cavalcanti e Márcia de Barros forneceram diversos documentos sobre o INMETRO, especialmente relativos às suas funções, a saber: a) Relação de Organismos de Certificação de Produtos Credenciados, b) Relação de Produtos com Certificação Compulsória, c) Organismos de Verificação de Desempenho de Produtos, Credenciados pelo INMETRO, d) Critérios para o Credenciamento de Organismo de Certificação de Produto, e) Critério para Seleção e Utilização de Laboratórios de Ensaios, f) Critérios para o Credenciamento de Organismo de Verificação de Desempenho de Produtos, g) Procedimento para o Credenciamento de Organismos de Certificação de Produtos e de Verificação de Desempenho de Produtos, h) Relação dos Fabricantes Nacionais de Preservativos Masculinos Certificados.

Anexo 7

Entrevista - CB/25 – RJ:

Por contato telefônico:

Fone 021-21-2206631 / fax 021-21-2206376 (sr. Alexandre – Informática).

Prezado senhor:

Conforme nosso contato telefônico, estou enviando fax solicitando informações do CB/25 para inserção em minha Dissertação de Mestrado em Filosofia Política e Ética pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas (IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

As informações obtidas junto a V.Sa., no CB/25, são de grande valia para o presente trabalho que realizo na UNICAMP, razão pela qual peço a especial atenção de responder, via fax ou Internet, utilizando formulário que identifique esta prestigiada instituição (CB/25), bem como a identificação clara do responsável pelas informações.

(POR GENTILEZA, àquelas perguntas sem dados disponíveis, QUEIRA INFORMAR com “NÃO TEMOS RESPOSTA A ESTA PERGUNTA”, ou “DADOS INEXISTENTES” ou “DADOS CONFIDENCIAIS QUE NÃO PODEM SER DIVULGADOS”, conforme o caso):

Primeira pergunta: Qual é o total de Certificados da Qualidade válidos emitidos no Brasil, por setor, por Estado, por série das normas ISO 9000 e ISO 14000? FAVOR informar por ano, nos últimos 10 (dez) anos.

Segunda pergunta: Dos Certificados da Qualidade emitidos no Brasil, por setor e por empresa, qual é o total de funcionários e colaboradores das empresas? (PARA ESTA PERGUNTA, caso não haja resposta, GENTILEZA INFORMAR QUAL ÓRGÃO GOVERNAMENTAL PODERIA FORNECER A INFORMAÇÃO).

Terceira pergunta: Qual é o total de Certificados de Qualidade emitidos no mundo, por países e por série das normas ISO 9000 e ISO 14000?

Quarta pergunta: Qual é o total de CANCELAMENTOS (ou SUSPENSÃO) de Certificados da Qualidade processados no Brasil, nos últimos 10 (dez) anos, por setor, por Estado, por série das normas ISO 9000 e ISO 14000? (PARA ESTA PERGUNTA, caso não haja resposta, GENTILEZA JUSTIFICAR).

Quinta pergunta: Qual é a estimativa de crescimento de Certificações no Brasil para os próximos 10 (dez) anos, por setor, por Estado e por série das normas ISO 9000 e ISO 14000? (GENTILEZA INFORMAR quais referenciais aplicados para base do cálculo. CASO NÃO EXISTA ESTA INFORMAÇÃO, GENTILEZA JUSTIFICAR).

Sexta pergunta: Qual é o ORÇAMENTO previsto para o próximo ano, no CB/25? Qual foi o ORÇAMENTO do CB/25, em cada ano, nos últimos 10 (dez) anos?

Sétima pergunta: Qual é a Estrutura Organizacional do CB/25 e como se distribui o CB/25, dada sua estrutura organizacional, pelos estados da Federação?

Resposta, via fax, do CB-25:

Em fax de 26 de Outubro de 1999, o CB – 25 informou baseado em dados da fonte *The ISO Survey de 1999* (conforme indica em seu fax). Para efeito comparativo, apresento uma pesquisa semelhante, por mim realizada, com dados obtidos também da fonte *The Mobil Survey de Dezembro de 1995*, sendo que os dados de Brasil e Argentina são de 11 de Novembro de 1997. Os resultados da fonte do CB – 25 estão na coluna 1999 (*Certificados/1999*) e os resultados da fontes que apresento estão na coluna 1997 (*Certificados/1997*).

7.1 – Pesquisa de Empresas Certificadas no mundo.

Em consulta realizada ao CB – 25 (*Anexos 7.1 – a até f*), obtive algumas respostas importantes relativas às empresas certificadas no Brasil e no mundo. As tabelas apresentadas são de: a) Países da América Central / por número de Certificados ISO série 9000; b) Países da América do Norte / por número de Certificados ISO série 9000; c) Países da América do Sul / por número de Certificados ISO série 9000; d) Países da Ásia / por número de Certificados ISO série 9000; e) Países da Europa / por número de Certificados ISO série 9000 e f) Países da África / por número de Certificados ISO série 9000.

Observe-se, entre outras possíveis conclusões, que o crescimento de Certificados da Qualidade é avassalador, com números assustadores e convincentes:

- a) Cresce, em dois anos (de 1997 a 1999), mais de 4800 por cento em alguns países;
- b) Por todos os continentes do mundo (embora eu não tenha incluído dados da Oceania), nota-se a penetração dos princípios da Norma ISO, conforme esboça as pretensões do estudo da ISO / GATT (1980) já citado.

Conforme havia frisado, até novembro de 1997, expediram-se inúmeros certificados de qualidade pelo mundo afora, nos padrões *NBR ISO 9000* - família de normas ISO. No Brasil, ratificados pela *ABNT* (Associação Brasileira de Normas Técnicas) através de seu *CB-25* (Comitê Brasileiro de Qualidade) e da *CE-25:002.11* (Comissão de Estudo de Sistemas da Qualidade). Ao examinar-se os dados do *CB-25* de 18/11/1997, verifica-se que foram emitidos certificados de qualidade em todo o mundo, como segue: 1.561 na África, 51 na América Central, 10.374 na América do Norte, 11.059 na Ásia, 92.609 na Europa, 10.526 na Oceania; 2.655 na América do Sul; 36 em outros cantos. Aproximadamente cento e trinta mil empresas (entre elas incluídas suas unidades de negócios) pelo mundo, estavam certificadas segundo normas internacionais. A distribuição das riquezas, tomando-se como parâmetro o potencial produtivo das respectivas nações globalizadas, fica evidente nos quadros sinópticos que se seguem.

Como se vê, de um total de 102 nações e 128.835 certificados da qualidade emitidos e validados, pode-se afirmar o seguinte: 93.7 % dos certificados estão entre 21.5 % das nações mais industrializadas do mundo; o Brasil, e suas indústrias certificadas pelo sistema *NBR ISO 9000*, possui mais certificados que setenta países do mundo e suas empresas certificadas juntas, ressaltando nações como Kuwait, Emirados Árabes, Rússia, Arábia Saudita, Argentina, Polônia, México e Grécia; o mesmo Brasil lidera, em termos de quantidades de certificações, sobre nações como Suíça, Bélgica, Nova Zelândia, Irlanda, Espanha, África do Sul, Canadá, Formosa, Dinamarca, Singapura, Áustria, Suécia, Índia, Noruega, Finlândia, Hong Kong

(considerado como independente à época do levantamento fornecido pela FONTE), Malásia, Coréia do Sul, Israel, China, Turquia, Portugal e Hungria.

Estes dados, descritos anteriormente, permanecem estáveis, em proporção, na pesquisa apresentada para o ano de 1999.

Anexo 7.1

a - Países da América Central / por número de Certificados ISO série 9000:

Países	Certificados/1997	Certificados/1999	Crescimento %
Antiga & Barbuda	n/i	1	-
Bahamas	1	1	0
Barbados	1	7	600
Bermuda	n/i	4	-
Costa Rica	2	12	500
Cuba	n/i	13	-
Curaçao	4	2	-50
El Salvador	1	3	200
Granada	n/i	1	-
Guatemala	1	3	200
Honduras	n/i	2	-
Jamaica	2	12	500
Nicarágua	n/i	1	-
Panamá	n/i	17	-
Porto Rico	n/i	36	-
República Domin.	4	7	75
Santa Lúcia	n/i	4	-
Trinidad y Tobago	9	19	111,1111111
Costa Rica	2	n/i	-----
TOTAIS	27	145	437,037037

b) Países da América do Norte / por número de Certificados ISO série 9000:

Países	Certificados/1997	Certificados/1999	Crescimento %
Canadá	1397	7585	442,9491768
Estados Unidos	8762	24987	185,1746177
México	215	978	354,8837209
TOTAIS	10374	33550	223,4046655

c) Países da América do Sul / por número de Certificados ISO série 9000:

Países	Certificados/1997	Certificados/1999	Crescimento %
Argentina	181	807	345,8563536
Bolívia	1	2	100
Brasil	2306	3712	60,97137901
Chile	21	61	190,4761905
Colômbia	49	213	334,6938776
Equador	1	16	1500
Guiana	n/i	3	-
Paraguai	n/i	6	-
Peru	7	46	557,1428571
Uruguai	9	49	444,4444444
Venezuela	81	163	101,2345679
TOTAIS	2656	5078	91,18975904

d) Países da Ásia / por número de Certificados ISO série 9000:

Países	Certificados/1997	Certificados/1999	Crescimento %
Afganistão	1	1	0
Arábia Saudita	98	280	185,7142857
Bahrain	9	31	244,4444444
Brunei	17	224	1217,647059
China	507	8243	1525,838264
Cingapura	1180	3000	154,2372881
Coréia do Sul	619	7729	1148,626817
Emirados Árabes	104	632	507,6923077
Fiji	1	8	700
Filipinas	102	668	554,9019608
Formosa	1354	3173	134,3426883
Guam	n/i	1	-
Hong Kong	739	1940	162,5169147
Índia	1023	3344	226,8817204
Indonésia	126	1442	1044,4444444
Irã	2	224	11100
Israel	526	3700	603,4220532
Japão	3762	8613	128,9473684
Jordânia	2	169	8350
Kuwait	9	62	588,8888889
Líbano	n/i	37	-
Malásia	690	1707	147,3913043
Maurício	4	92	2200
Mongólia	n/i	7	-
Myanmar	m/i	4	-
Omã	20	70	250
Paquistão	7	145	1971,428571
Qatar	6	20	233,3333333
Síria	n/i	13	-
Sri Lanka	7	59	742,8571429
Tailândia	143	1236	764,3356643

Vietnã	1	29	2800
TOTAIS	11059	46903	324,1161045

e) Países da Europa / por número de Certificados ISO série 9000:

Países	Certificados/1997	Certificados/1999	Crescimento %
Alemanha	10236	24055	135,0039078
Áustria	1133	3245	186,407767
Belarus	n/i	14	-
Bélgica	1716	3176	85,08158508
Bósnia	n/i	10	-
Bulgária	3	96	3100
Chipre	7	62	785,7142857
Croácia	22	121	450
Dinamarca	1314	2200	67,42770167
Eslováquia	59	575	874,5762712
Eslovênia	99	502	407,0707071
Espanha	1492	6412	329,7587131
Estônia	1	26	2500
Finlândia	772	1450	87,8238342
França	5535	14194	156,4408311
Grécia	246	764	210,5691057
Holanda	5284	10570	100,0378501
Hungria	309	1660	437,2168285
Ilhas do Canal	n/i	8	-
Irlanda	1617	2854	76,49969079
Islândia	12	62	416,6666667
Itália	4814	18095	275,8828417
Iugoslávia	1	148	14700
Liechtenstein	19	n/i	-
Luxemburgo	48	n/i	-
Noruega	890	n/i	-
Polônia	130	n/i	-
Portugal	389	n/i	-
Reino Unido	52591	n/i	-
República Tcheca	180	n/i	-
Romênia	42	n/i	-
Rússia	22	n/i	-
Suíça	2065	n/i	-
Suécia	1095	n/i	-
TOTAIS	92143	90299	-2,001237207

f) Países da África / por número de Certificados ISO série 9000:

Países	Certificados/1997	Certificados/1999	Crescimento %
África do Sul	1454	2166	48,96836314
Argélia	n/i	2	-

Bangladesh	n/i		4	-
Botswana	n/i		4	-
Camarões	n/i		5	-
Congo	n/i		2	-
Costa do Marfim	n/i		8	-
Egito		45	385	755,5555556
Gabão	n/i		2	-
Gana		2	2	0
Guinea	n/i		1	-
Líbia	n/i		1	-
Macau	n/i		9	-
Malavi	n/i		1	-
Mali	n/i		5	-
Malvides	n/i		1	-
Marrocos		9	71	688,8888889
Moçambique	n/i		1	-
Namíbia		6	14	133,3333333
Nigéria		1	20	1900
Nova Guiné	n/i		7	-
Palestina	n/i		5	-
Quênia		1	416	41500
Senegal	n/i		1	-
Serra Leoa	n/i		1	-
Sevchelles	n/i		2	-
Suazilândia		2	6	200
Sudão	n/i		1	-
Tanzânia	n/i		1	-
Tunísia		13	70	438,4615385
Turquia		434	n/i	-
Yemen		1	8	700
Zaire		1	1	0
Zâmbia		3	4	33,33333333
Zimbabwe		23	60	160,8695652
				-
TOTAIS		1995	3287	64,76190476

7.2 – Pesquisa de Empresas Certificadas no Brasil.

Apresento, a seguir, os Certificados da Qualidade emitidos no Brasil, por Estados da Federação, da mesma fonte do CB – 25, conforme anexo 5 (*The ISO Survey, 1999*). Faço notar a observação do CB – 25 nos seguintes termos:

“Um certificado emitido pode abranger mais de um Estado da Federação. Assim, o total apresentado neste relatório pode não coincidir com o total de certificados emitidos no Brasil.” (Anexo 7)

7.2.1 - Por Estados da Federação:

São Paulo sozinho detém metade do território nacional em Certificados da Qualidade, seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por aqui, é possível verificar-se, também, o nível de industrialização dos demais estados da Federação, o que não representa a realidade social do país, uma vez que os Certificados da Qualidade têm relação direta com o PIB e não com a população local.

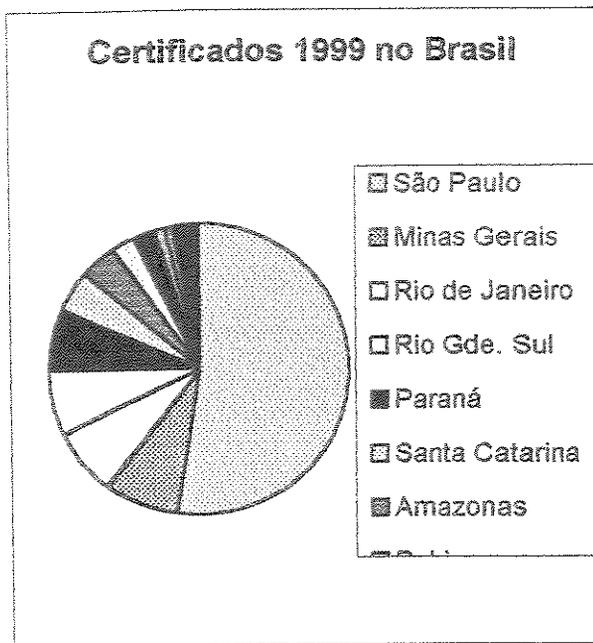
A este respeito, não me foi possível obter, junto ao CB – 25, uma análise de referência cruzada entre o número de Certificados emitidos versus a população economicamente ativa por Estado da Federação, conforme, aliás, sugere o Assessor-FAPESP.

Todavia, se vê que não é ilícito argumentar que o incremento da Qualidade – por via da emissão de Certificados da Qualidade – nada tem a ver, diretamente, com melhorias sociais para a população em geral. Os efeitos daí decorrentes representam objeto de outros estudos possíveis.

Por Estados da Federação:

Estado	Certificados/1999
São Paulo	2551
Minas Gerais	370
Rio de Janeiro	370
Rio Gde. Sul	351
Paraná	340
Santa Catarina	219
Amazonas	198
Bahia	116
Pernambuco	59
Espírito Santo	52
	51
Ceará	
Distrito Federal	43
Goiás	43
Pará	18

Paraíba	14
Maranhão	12
Alagoas	11
Rio Gde. Norte	11
Mato Grosso do Sul	8
Sergipe	6
Piauí	5
Mato Grosso	4
Rondônia	2
Roraima	1
Total	4855



7.2.2) Por área de atuação:

Este anexo é bastante elucidativo, no que respeita ao grau de interesse das Corporações na obtenção de Certificados da Qualidade. Observe-se que são emitidos Certificados da Qualidade, entre outros, para a indústria de fumo, o que chega a ser, em certa medida, uma ironia, dadas as diversas campanhas veiculadas pela mídia, pagas pelo Ministério da Saúde do Brasil, relativas aos efeitos prejudiciais à saúde do corpo humano, pelo fumo: “*O Ministério da Saúde adverte: fumar causa câncer de pulmão*”, é uma das campanhas fixadas em pacotes de cigarro, obrigadas que estão, estas empresas, por força de Lei, a veicular tal informação.

Outro fator relevante a notar, neste anexo, é que existe uma maioria esmagadora de Corporações que optam pela Certificação ISO 9002. Conforme já fiz alusão, anteriormente, isto pode significar que estas Corporações não tenham, em seu ambiente, os setores de Projetos e, portanto, não se sintam obrigadas a ter certificação ISO 9001; todavia, sabe-se que esta última forma de certificação é mais onerosa, sendo necessário o desembolso de maiores investimentos.

Apresento, ainda no anexo em questão, a mesma planilha classificada por ordem crescente de Certificados, na coluna ISO 9002. Ali, pode-se notar um total atraso da Administração Pública Brasileira, em relação aos demais seguimentos, para se qualificar.

Também ressalto a emissão de 47 Certificados para a área de Educação, na coluna 9002. Significa dizer que esta área tem 47 Certificados que não atentam para Projetos; não posso afirmar, todavia, que trata-se de um abandono estratégico e temporário das Pesquisas e Projetos por parte da Educação, no Brasil, espelhados nas certificações da Qualidade.

Também nota-se uma maior concentração de Certificados em segmentos da chamada indústria pesada ou bens de consumo relativamente caros se comparados ao salário mínimo e à renda *per-capta* nacional: eletroeletrônica, metais de base, veículos, transportes e outros, versus, do meio para o fim da listagem, outros segmentos como, serviço social, pesca, couro, madeiras, construção, agricultura e extração.

Por área de atuação:

Por áreas em 1999	9001	9002	9003	TOTAIS
Eletroeletrônica e ótica	346	554	2	902
Metais de base e produtos metálicos	122	772	0	894
Atividades imobiliárias (locações)	181	414	3	598
Química de base, produtos químicos e fibras sint.	149	368	1	518
Comércio, conserto veículos, bens pessoais	20	493	2	515
Equipamentos de transporte	175	221	0	396
Transportes, armazenagens e telecomunicações	39	343	0	382
Máquinas e equipamentos não especificados	165	200	2	367
Artigos de borracha e plásticos	70	222	0	292
Produtos minerais não-metálicos	34	146	1	181
Construção	33	127	0	160
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	26	133	0	159
Celulose, papel, papelão e produtos de impressão	19	128	0	147
Intermediação financeira	16	111	0	127
Saúde e serviço social	4	90	0	94
Educação	42	47	0	89
Indústrias têxteis	26	63	0	89
Indústrias extrativas (menos energéticos)	1	44	0	45
Coque, refinados de petróleo e combustível nuclear	7	37	0	44

Hotéis e restaurantes	1	33	0	34
Atividades de serviços sociais comunitários	2	31	0	33
Indústrias de transformação	6	16	0	22
Suprimentos de energia elétrica, gás e água	0	21	0	21
Madeira, cortiça e seus produtos	1	17	1	19
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	2	16	0	18
Couro e produtos de couro (menos vestuário)	5	12	0	17
Extração de produtos energéticos	2	9	0	11
Administração pública e defesa, seguridade social	0	4	0	4
Pesca	0	1	0	1
Totais	1494	4673	12	6179

A seguir, a mesma planilha, classificada a partir da coluna 9002:

Por áreas em 1999	9001	9002	9003	TOTAIS
Pesca	0	1	0	1
Administração pública e defesa, seguridade social	0	4	0	4
Extração de produtos energéticos	2	9	0	11
Couro e produtos de couro (menos vestuário)	5	12	0	17
Indústrias de transformação	6	16	0	22
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	2	16	0	18
Madeira, cortiça e seus produtos	1	17	1	19
Suprimentos de energia elétrica, gás e água	0	21	0	21
Atividades de serviços sociais comunitários	2	31	0	33
Hotéis e restaurantes	1	33	0	34
Coque, refinados de petróleo e combustível nuclear	7	37	0	44
Indústrias extrativas (menos energéticos)	1	44	0	45
Educação	42	47	0	89
Indústrias têxteis	26	63	0	89
Saúde e serviço social	4	90	0	94
Intermediação financeira	16	111	0	127
Construção	33	127	0	160
Celulose, papel, papelão e produtos de impressão	19	128	0	147
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	26	133	0	159
Produtos minerais não-metálicos	34	146	1	181
Máquinas e equipamentos não especificados	165	200	2	367
Equipamentos de transporte	175	221	0	396
Artigos de borracha e plásticos	70	222	0	292
Transportes, armazenagens e telecomunicações	39	343	0	382
Química de base, produtos químicos e fibras sint.	149	368	1	518
Atividades imobiliárias (locações)	181	414	3	598
Comércio, conserto veículos, bens pessoais	20	493	2	515
Eletroeletrônica e ótica	346	554	2	902
Metais de base e produtos metálicos	122	772	0	894
Totais	1494	4673	12	6179

7.2.3) Por acumulados, na década de 1990:

A planilha apresentada neste anexo traz informações sobre a evolução de Certificados da Qualidade no Brasil, na última década, conforme comento a seguir.

- Por acumulados, na década de 1990:

ANO	EMPRESAS	U.NEGOCIO	CERT.	EMP.ACUM.	UNID.ACUM.	CERT.ACUM
1990	13	17	18	13	17	18
1991	12	16	17	25	33	35
1992	44	60	61	69	93	96
1993	94	127	129	163	220	225
1994	270	366	370	433	586	595
1995	257	349	353	690	935	948
1996	442	591	636	1132	1526	1584
1997	656	752	892	1788	2278	2476
1998	919	1140	1236	2707	3418	3712
1999	800	1002	1125	3507	4420	4837

- Curva da Evolução de certificados emitidos na década: (Anexo 5 – c.3.1)

A curva apresentada neste anexo permite um vislumbre do crescimento de Certificados emitidos no Brasil, na última década.

Devo ressaltar, entretanto, algumas informações obtidas junto ao INMETRO-RJ, nas entrevistas expostas nos *Anexos 3 e 4*, como seja:

a) Não existe – ou não existia à época de minha entrevista – *Política de Certificação Nacional do CONMETRO*, conforme estabelece a Lei. Também não existe – ou não existia à época -, *Planejamento Estratégico do Sistema Brasileiro de Certificação*, conforme exige a Lei. Segundo o INMETRO, estes assuntos estavam em evolução junto ao Comitê Brasileiro do SBC e o Ministério de Estado. Há Resoluções CONMETRO específicas para estabelecer estas exigências, conforme a Lei.

b) Sobre como é feita a avaliação da eficácia do SBC (Sistema Brasileiro de Certificação), do INMETRO e do CONMETRO, as mesmas se dão através de pesquisas encomendadas junto ao público cliente. Apresentarei, no próximo item, alguns dados relativos a estas pesquisas.

c) Sobre o *Código de Ética* dos auditores do Sistema da Qualidade, o *Guia 61* estabelece rígida conduta para auditores, no que tange à confidencialidade dos dados por eles manuseados.

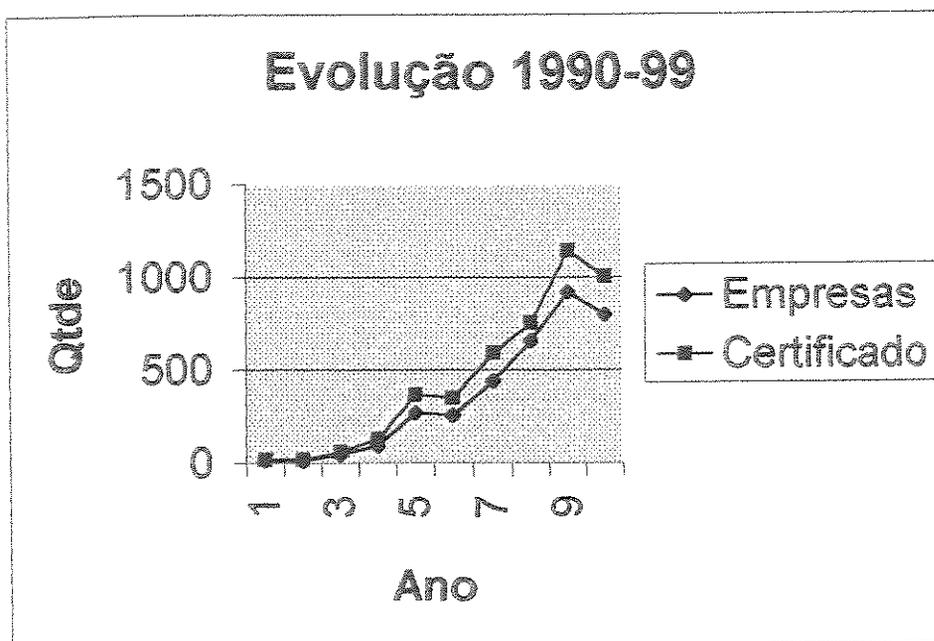
d) Sobre os prazos e critérios para a manutenção das certificações e registros da Qualidade – Certificados emitidos –, variam de 1 a 3 anos, e sempre são revistos por auditoria específica.

e) Sobre o número de funcionários e colaboradores do CONMETRO – por estado da Federação – e do INMETRO, não obtive informações.

f) Sobre o orçamento anual do CONMETRO – nos últimos 10 anos e a fonte dos recursos – e também do INMETRO (orçamento anual e fonte dos recursos), não obtive informações.

g) A Divisão de Certificação Compulsória de Produtos do INMETRO não trata da Certificação de produtos médicos, que está a cargo de outra entidade governamental.

- Curva da Evolução de certificados emitidos na década:



7.3 – Pesquisa de Satisfação de Usuários da Qualidade:

7.3.1 – Pesquisa de Satisfação de Usuários da Qualidade de Produtos com Certificação Compulsória:

Conforme meu levantamento junto ao INMETRO-RJ (*Anexo 6*), identifiquei uma pesquisa realizada, de Satisfação dos Usuários, cujo cliente era o próprio INMETRO, de Julho de 1999. Os resultados foram

publicados no *Jornal do SBC* (n. 02/99). Este trabalho, conforme a publicação citada, se deu em função de pacto entre o INMETRO e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), visando estabelecer-se as metas do INMETRO em três anos e sua eficiência.

Assim, a pesquisa voltou-se para macro indicadores de atendimento, empregando uma metodologia cujos indicadores eram: efetividade, eficácia e eficiência. O *Jornal do SBC* informa que os resultados foram selecionados de uma pesquisa original, nos seguintes termos:

“Esta é a primeira pesquisa e é possível que algumas alterações sejam feitas nas perguntas, inclusive com a inclusão de novas perguntas, novos setores (ex.: meio ambiente, inspeção, treinamento, pessoal certificado) e outros clientes do sistema (ex.: órgãos reguladores).” (*Jornal do SBC*, 02/99, p. 2)

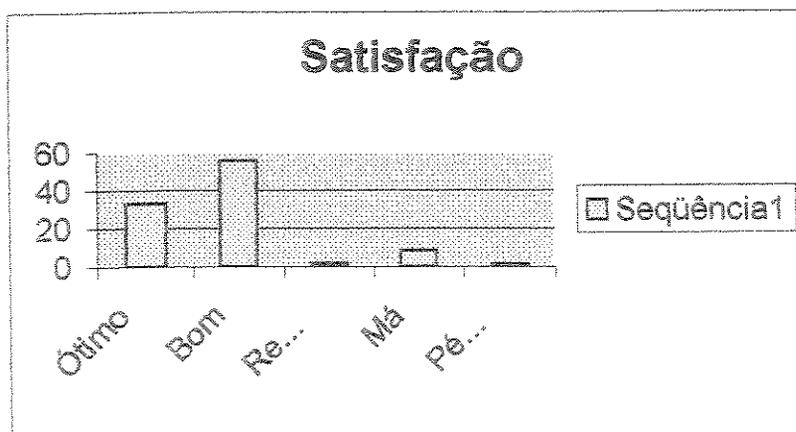
Desta sorte, nota-se que a pesquisa não considerou, em primeiro momento, o público treinado pelo Sistema da Qualidade. Realizada de Novembro de 1998 a Junho de 1999, apresenta alguns resultados, como passo a expor.

a) Primeiro questionário: “Medir a satisfação das empresas que solicitam certificação compulsória de produtos, avaliando especificamente a satisfação com relação ao trabalho realizado pelos Organismos de Certificação de Produtos” (op. cit., p. 6)

As OCP's consultadas foram: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear, Instituto Falcão Bauer da Qualidade, União Certificadora da Indústria Eletro-Eletrônica, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Instituto da Qualidade do Brinquedo, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Instituto da Normalização na Segurança, Saúde, Qualidade, Produtividade, Avaliação e Juízo Arbitral, Instituto da Qualidade Automotiva, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Instituto Certificação Qualidade Brasil.

Entre os produtos pesquisados, encontram-se: fios e cabos isolados, mangueiras de pvc, extintor de incêndio, preservativo masculino, brinquedos, ônibus urbano, fósforo e outros.

Os resultados estão abaixo:



- Gráfico da Satisfação de Usuários de Produtos Compulsórios:

b) Segundo questionário: "Em que aspectos o (a) sr. (a) considera que a certificação foi mais vantajosa?" (op. cit., p. 12)

Os resultados abaixo apresentam algo surpreendente: o quesito "atendimento às normas governamentais" está em último lugar e o quesito "aspecto jurídico" em má colocação; todavia, o que se espera é que as "normas governamentais" e os "aspectos jurídicos" sejam concomitantes à credibilidade do produto junto aos clientes, especialmente por se tratarem de produtos com certificação compulsória. Em outras palavras, fica claro que o Governo Federal não estaria atuando devidamente, no sentido de mostrar à população que está atuando em seu benefício; este descrédito poderia ser considerado comprometedor.

Também não é possível entender o conteúdo da pergunta "maior proteção quanto à fiscalização".

Quais são os tipos de proteção que se esperam contra a fiscalização? De uma forma ou de outra, o quesito está pessimamente colocado, indicando uma certa ojeriza à fiscalização governamental.

Também se nota que o quesito "aumento de produtividade" está em péssima classificação de satisfação; isto mostra que o processo da Qualidade não convenceu os funcionários acerca da *habilidade* em produzir *dependabilidade*. Isto se relaciona ao quesito "maior garantia de trabalho sério", o que chega a ser irônico.

Outra informação dali extraída é sobre o quesito "motivação dos funcionários", que está em péssima classificação. Isto mostra, entre outras coisas, que os aspectos motivacionais não estão surtindo efeito esperado, no caso dos produtos com certificação compulsória.

- Planilha de aspectos vantajosos:

Resposta espontânea	Frequência	Requência
1-Maior credibilidade do produto/empresa junto aos clientes	74	31,9
2-Aumento da qualidade final do produto	21	9,1
3-Maior garantia da qualidade do produto	13	5,6
4-Maior segurança da empresa na comercialização	10	4,3
5-Maior Segurança no produto	10	4,3
6-Aumento do conhecimento técnico do produto	6	2,6
7-Aumento das vendas	5	2,2
8-Aumento de participação em concorrência pública	5	2,2
9-Melhor atuação no mercado	5	2,2
10-Melhoria da organização interna	4	1,7
11-Maior aceitação do produto	4	1,7
12-Motivação dos funcionários	4	1,7
13-Maior controle do produto	4	1,7
14-Melhor orientação na fabricação do produto	3	1,3
15-Aspecto jurídico	3	1,3
16-Satisfação dos clientes	2	0,9
17-Maior valor comercial do produto	2	0,9
18-Maior competitividade	2	0,9
19-Maior proteção contra a fiscalização	1	0,4
20-Na adequação de equipamentos para produzir com qual.	1	0,4
21-Inclusão no cadastro de fornecedores estatais	1	0,4
22-Aumento de produtividade	1	0,4
23-Redução de concorrentes	1	0,4
24-Melhor apresentação do produto	1	0,4
25-Fator determinante para concorrência mais justa	1	0,4
26-Expor o produto para um número maior de clientes	1	0,4
27-Maior garantia de trabalho sério	1	0,4
28-Eficácia de marketing	1	0,4
29-Maior diferença entre produtos bons e ruins do merc.	1	0,4
30-Maior possibilidade de importação	1	0,4
31-Colocação da empresa num patamar diferenciado	1	0,4
32-Atendimento às normas governamentais	1	0,4
Entrevistados	232	***
Respostas	191	82,1

c) *Terceiro questionário*: “Em que aspectos o (a) sr. (a) considera que a certificação foi desvantajosa para a empresa” (op. cit., p. 14)

Os resultados estão abaixo.

A maioria acredita que não haja desvantagem (frequência de 165); todavia, há fortes indicações de ausência de fiscalização, perseguição fiscal e a imputação de multas, além de corrupção em concorrências, conforme está insinuado nos quesitos 3, 4, 7 e 8 da planilha.

Note-se, também, que há queixas sobre o processo oneroso. No caso das OCC's (Organizações de Certificação), há, inclusive acusação grave quando diz: "*alguns OCCs estão certificando empresas não qualificadas, prejudicando empresas com boa qualidade de serviços*" (op. cit. p. 14)

Outra indicação peculiar é aquela relativa ao quesito "a exigência é desnecessária na medida em que a empresa possui certificação ISO 9000", conforme item 15 da planilha. Ora, mas a Norma ISO refere-se à Certificação de Sistema da Qualidade e não Certificação Compulsória de Produtos – até porque há duas divisões distintas dentro do INMETRO, voltadas, cada uma, para um tipo de Certificação. Isto mostra que quem respondeu à questão não tem internalizado os princípios da Qualidade; como isto é grave e passível de uma TNC (Não-conformidade), é de se questionar os critérios de sua empresa (treinamentos e técnicas de convencimento de pessoal) aplicados para a obtenção do Certificado ISO. O mesmo comentário vale para o último quesito (inspeção de seis em seis meses), porque as auditorias são necessárias com frequência e regularidade, dentro do princípio geral já comentado.

É bom ressaltar que, relativamente à Certificação Compulsória de Produtos, conforme informação cedida pelo INMETRO-RJ (*anexo 3*), datada de 11 de Agosto de 1999, há uma listagem de produtos com Certificação Compulsória, no Brasil. Trata-se de um esforço realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em conjunto com o INMETRO, da parte da DINQP (Diretoria de Normalização, Qualidade e Produtividade – Coordenação Geral do Sistema). Todos os produtos apresentados a seguir, conforme a listagem referida, foram regulados por Portarias do Governo Federal cuja mais antiga é a de 1982 (para veículos de container). São os seguintes, os produtos – entre parênteses, indico o ano de aprovação da norma reguladora -:

1) Preservativo masculino (1995), 2) Embalagem plástica para álcool (1997), 3) Segurança de brinquedo (1998), 4) Pneus novos de automóveis, caminhões e ônibus (1998), 5) Pneus novos de motocicleta, motoneta e ciclomotor (1996), 6) Mamadeira (1997), 7) Barras e fios de aço (1996), 8) Configuração de motores – emissão veicular (1995 e 1989), 9) Fusível tipo rolha cartucho (1988), 10) Fios e cabos isolados até 750 V. (1995), 11) Equipamento elétrico para atmosfera explosiva (1997 e outros), 12) Equipamentos eletromédicos (1997), 13) Cabos e cordões flexíveis (1995), 14) Filtro tipo prensa para óleo diesel (1996), 15) Mangueira de pvc para GLP (1984), 16) Regulador de pressão para GLP (1984), 17) Recipiente de aço para GLP (1997), 18) Requalificação de botijões de gás (1996), 19) Capacete de proteção para ocupantes de Motocicleta (1996), 20) Vidros de segurança de veículos (1986), 21) Ônibus urbano – carroçarias (1993), 22) Eixo veicular – fabricação (1988), 23) Eixo veicular – adaptação (1988), 24) Dispositivo de fixação de

container (1997), 25) Veículo rodoviário para container (1986), 26) Extintor de incêndio (1994), 27) Extintor de incêndio – inspeção, manutenção e recarga (1994), 28) Fósforo (1996).

A este respeito, não pude encontrar nenhuma Portaria Federal ou Norma Reguladora Compulsória para *Seringas de Injeção e respectivas Agulhas - dentro do INMETRO*, devo ressaltar.

- Planilha de aspectos desvantajosos:

Resposta espontânea	Frequência	Requência
1-Nenhum	165	71,1
2-Aumento de custos	35	15,1
3-Concorrência com empresas não certificadas	7	3
4-Favorecimento de concorrência desleal	5	2,2
5-Muita burocracia	5	2,2
6-Tempo gasto aguardando a certificação sem comerc.	4	1,7
7-Não existe fiscalização e as empr.não certificadas <custo	3	1,3
8-Empresas certificadas ficam mais visadas pela fiscalização	2	0,9
9-Processo muito oneroso	2	0,9
10-Aumento da concorrência	1	0,4
11-aumento elevado das multas para pequenas empresas	1	0,4
12-Concorrência com empresas pelo INOR que tem cert.	1	0,4
13-Alguns OCCs estão certificando empresas não-qualif.	1	0,4
14-O tempo gasto para o acompanhamento do processo	1	0,4
15-A exigência é desnecessária - a empresa tem ISO 9001	1	0,4
16-Aumento de custo fixo por causa do selo da qualidade	1	0,4
17-Dificulta importações	1	0,4
18-Alto custo de ensaios	1	0,4
19-O valor da revalidação do Certificado é muito caro	1	0,4
20-Não é prova de confiabilidade, pois recebeu multas	1	0,4
21- Demora na importação do produto	1	0,4
22-Portaria 194, par. 2 complicada	1	0,4
23-O alto custo investido	1	0,4
24-Inspeção de 6 em 6 meses deveria ser anual	1	0,4
Entrevistados	232	***
Respostas	243	104,4

7.3.2 – Pesquisa de Satisfação de Usuários da Qualidade de Produtos com Certificação Voluntária:

A mesma pesquisa realizada para o INMETRO, publicada no *Jornal do SBC* (op. cit.) apresenta dados relativos à Certificação voluntária. Na página 15 da publicação estão indicados os objetivos, a saber: “medir a satisfação das empresas que solicitam certificação voluntária pela ISO 9000, avaliando

especificamente a satisfação com relação ao trabalho realizado pelos Organismos de Certificação Credenciados – OCC's. Em paralelo, foram pesquisados os aspectos vantajosos e os desvantajosos alcançados pela empresa com o processo de certificação voluntária.” (idem, p. 15)

A publicação indica as OCC's consultadas, que foram as seguintes: Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABS Group Services do Brasil Ltda, BRTÜV Avaliações da Qualidade S/C, BSI – British Standards Institution – Quality Assurance, BVQI – Bureau Veritas Quality International, DNV – Det Norske Veritas Classificadora Ltda, FCAV – Fundação Carlos Alberto Vanzolini, IRAM – Instituto Argentino de Racionalización de Materiales, LRQA – Lloyd's Register Q.A., SGS ICS Certificadora Ltda, UCIEE – União Certificadora da Indústria Eletro-Eletrônica, TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná, DQS do Brasil S/C Ltda, IQA – Instituto da Qualidade Automotiva, CTA/IFI – Centro Técnico Aeroespacial / Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, ITQC – Instituto de Tecnologia e Qualidade da Construção, SAS – Sociedade dos Auditores de Sistema.

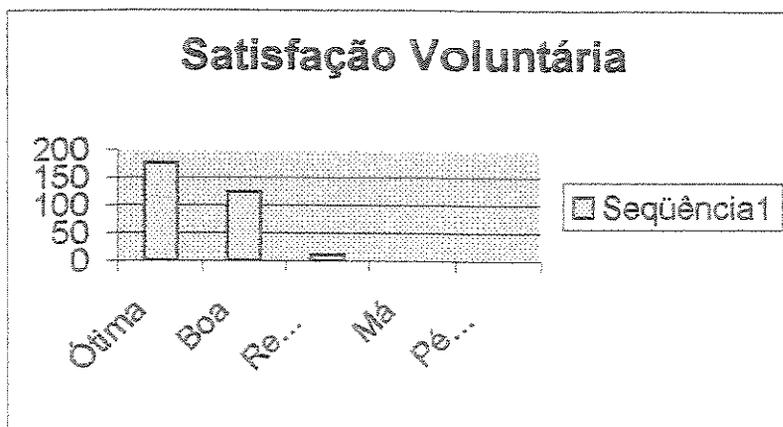
Foram pesquisadas 309 (trezentas e nove) empresas e 23 (vinte e três) contatadas e não pesquisadas – ou por não encontrar o responsável, ou extinta, ou recusou-se, ou não renovou a certificação ou avaliada pela VW.

Não foram encontradas 11 (onze) empresas – dado do relatório publicado – pelo motivo de que não se obteve contato telefônico, o que é surpreendente. (Veja-se p. 15, da referida publicação).

a) Primeiro questionário: “Como o (a) sr. (a) avalia a Qualidade dos serviços prestados pelo organismo de certificação?” (op. cit., p. 19)

Os resultados estão a seguir: (Ótima = 176, Boa = 123, Regular = 10, Má = zero, Péssima = zero).

- Satisfação de Certificação Voluntária:



b) Segundo questionário: “em que aspectos o (a) sr. (a) considera que a Certificação foi mais vantajosa?” (op. cit., p. 21)

Os resultados estão abaixo.

Nota-se, ao examinar a planilha apresentada, os efeitos da implementação do Sistema da Qualidade no que respeita ao aumento da produtividade, organização interna, motivação de pessoal, satisfação de clientes, redução de desperdícios e outros. A planilha reflete, de forma coerente, toda a teoria da Qualidade, dita e repassada.

Todavia, há algumas indicações, tênues e esparsas, de indivíduos com resistência ao Sistema da Qualidade, que se sentem de alguma forma contrariados, coisa que poderá ser contornada facilmente pela gerência da Qualidade. Destaco, principalmente, nesses casos, o que se segue: o quesito sobre “A certificação foi quase que imposta” e o quesito sobre “perda de benefícios se não forem certificados”. Por trás desses quesitos está a máxima segundo a qual se a empresa não for Certificada, perderá sua condição de competitividade no mercado e, como consequência, não poderá sustentar-se e aos seus empregados; esta é uma indicação de algum tipo de convencimento utilizado para levar os funcionários a abraçarem o Sistema da Qualidade, o que pode ter ocorrido.

- Planilha de Vantagens da Certificação Voluntária:

Resposta espontânea	Frequência	Requência
1-Melhoria da organização interna	125	40,5
2-Aumento da qualidade	57	18,4
3-Aumento da padronização interna	56	18,1
4-Motivação / conscientização dos funcionários	56	18,1
5-Satisfação dos clientes	45	14,5

6-Melhoria de controle de processos	45	14,5
7-Redução de desperdícios	20	6,5
8-Abertura/ampliação/acesso a novos mercados	19	6,1
9-Obrigatoriedade de realização de treinamentos	16	5,2
10-aumento das vendas / faturamento	13	4,2
11-Aumento da produtividade	13	4,2
12-Eficácia de marketing	11	3,6
13-Melhoria/facil./rapidez na comum. e na informação	10	3,2
14-Melhoria da competitividade	9	2,9
15-Diminuição de custos	7	2,3
16-Gerenc de indicadores/implementadores de qual e prod	5	1,6
17-Redução na quantidade de avaliação de fornecedores	4	1,3
18-Redução na necessidade de manutenção da fábrica	4	1,3
19-Visualização de problemas antes de sua ocorrência	4	1,3
20-Aumento da confiabilidade	3	1
21-Maior conhecimento da empresa pelos funcionários	3	1
22-Perda de benefícios senão forem certificados	2	0,6
23-Ferramenta gerencial / instrumento de gestão eficaz	2	0,6
24-A certificação foi Quase que obrigatória	1	0,3
25-Desenvolvimento técnico da empresa	1	0,3
26-Melhoria no planejamento da produção	1	0,3
27-Geração de novos produtos	1	0,3
Entrevistados	309	***
Respostas	533	172,2

c) Terceiro questionário: “em que aspectos o (a) sr. (a) considera que a Certificação foi desvantajosa para a empresa?” (op. cit., p. 23)

Os resultados encontram-se abaixo.

Embora, nesta planilha, a maioria dos entrevistados indique que não há nenhum aspecto desvantajoso, deve-se atentar para o seguinte: consideraram aumento de burocracia, custos e baixo retorno nos negócios, na maioria dos casos.

Vejam-se manifestações do “aumento no ritmo e na Quantidade de trabalho”, indicando aspectos negativos do processo, conforme anteriormente comentado; além disso, sobre o quesito “maior cobrança dos funcionários”, fica claro que a intenção é a reação contra a intromissão indevida de pessoas, dentro da empresa, coligada ao quesito “geração de conflitos na organização” e “queda na produção e vendas devido a autosuficiência dos funcionários”.

O que surpreende, no entanto, é encontrar-se manifestações acerca da “pouca abrangência da norma ISO 9000”; seria esta uma manifestação de algum funcionário no sentido de que dever-se-ia controlar mais coisas no processo?

- Planilha de Desvantagens da Certificação Voluntária:

Resposta espontânea	Frequência	Reqüência
1-Nenhum	238	77
2-Excesso de papéis / burocracia	30	9,7
3-Aumento nos custos	12	3,9
4-Baixo retorno nos negócios	9	2,9
5-Aumento no ritmo e na Quantidade de trabalho	9	2,9
6-Pouca homogeneidade de interpretação entre auditores	3	1
7-Pouca abrangência da norma ISO 9000	3	1
8-Pouca adequação para uso na área de serviços	1	0,3
9-queda na produção e vendas devido a autosuficiencia func	1	0,3
10-Maior cobrança pelos funcionários	1	0,3
11-Reação da concorrência	1	0,3
12-Geração de conflitos na organização	1	0,3
Diminuição da velocidade de operação da empresa	1	0,3
Entrevistados	309***	
Respostas	310	100,2

Bibliografia.

ABBAGNANO, N. *Diccionario de filosofia*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1996. 1206 p.

ABRAÃO (?). *Sepher Yezirah – um livro sobre a criação*. Tradução do Hebraico para o Inglês, prefácio, notas e glossário por Ver. Dr. Isidor Kalisch; tradução para o Português de Edmond Jorge. Curitiba: AMORC, 1987. 71 p.

AMIN, S., CHOMSKY, N. et all. *Maîtres du monde? Ou les dessous de la guerre des Balkans*. Trad. de l'anglais: Namita Dewan. Pantin: Le Temps des Crises, 1999. 295 p.

ANSELL-PEARSON, K. *An introduction to Nietzsche as political thinker*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 243 p.

ANTUNES LIMA, F. P. *Doctorat d'Ergonomie – Les contraintes au travail et la dimension éthique de l'activité: les valeurs dans l'activité de travail et leur signification pour la transformation ergonomique*. Paris: Laboratoire d'Ergonomie et de Neurosciences du Travail du Conservatoire National des Arts et Metiers, 1995. 318 p.

_____. *Medida e desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo?* In: Fidalgo, F. *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: MCM, 1996.

ANTUNES LIMA, M. E. *Os equívocos da excelência – as novas formas de sedução na empresa*. Petrópolis: Vozes, 1996. 357 p.

_____. *Novas políticas de recursos humanos: seus impactos na subjetividade e nas relações de trabalho*. São Paulo: Revista ERA, Mai/Jun 1994.

_____. *Programas de qualidade total e seus impactos sobre a qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Revista de Administração, v.29, n. 4. Out/Dez 1994.

ARISTÓTELES. *Categorias*. Livro I. Tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira; notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães e Editores, 1982. 121 p.

_____. *Categories*. Livro I. The Loeb Classical Library. NY: Harvard University Press, 1975.

_____. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril, 1984. 329 p.

_____. *Ethique a Nicomaque*. Texte, trad., pref. et notes par Jean Voilquin. Paris: Garnier-Flammarion, 1965.

_____. *Retórica*. Introdução, trad. e notas de Manuel Alexandre Jr. et all. Lisboa: INCM, 1998.

ARNAUD. *Politique d'Auguste Comte*. Paris: A. Colin, 1965.

ARNAULD, A. e NICOLE, P. *La logique ou l'arte de penser*. Paris: Flammarion, 1970. 440 p.

ARNAULD, A. e LANCELOT. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Republications Paulet, 1969. 157 p.

ARNOLD, V. I. *Teoria da Catástrofe*. Campinas: UNICAMP, 1989. 154 p.

AUBENQUE, P. *La prudence chez Aristote*. 2 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997. 220 p.

AZEVEDO, A. M. P. *O valor da qualidade ou a qualidade do valor: o papel da qualidade na valorização da mercadoria nas estruturas de mercado caracterizadas pela concorrência monopolística. Dissertação de Mestrado.* Belo Horizonte: Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

BALZAC, H. de. *Ilusões Perdidas.* Rio de Janeiro: Ediouro Editora, 1994. 550 p.

BANDEIRA, M. *Libertinagem – Estrela da Manhã.* 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 112 p.

BARNES, R. M. *Estudo de Movimentos e de tempos – projeto de medida do trabalho.* 6 ed. São Paulo: Edgard Blücher Edta., 1999. 636 p.

BARROS, R. S. M. de. *Introdução à Filosofia Liberal.* SP: EDUSP/ Ed. Grijalbo, 1971.

BARSA, Enciclopédia. *The new Barsa Dictionary of the English and Portuguese Languages.* New York: Meredith Publishing Company, 1967.

BAUDELAIRE, C. *As Flores do Mal.* Título original: *Les fleurs du mal.* Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 658 p.

BEAUNE, J-C. et all. *La mesure – instruments et philosophies.* Lyon: Presses Universitaires de France, 1994. 279 p.

BLOCH, E. *Droit Naturel et Dignité Humaine.* Trad. de Lacoste, J. Paris: Payot, 1976.

_____. *L'esprit de l'utopie.* Traduit de l'allemand par Anne-Marie Lang et Catherine Piron-Audard. Paris: Gallimard, 1977. 344 p.

BOBBIO, N. Estudos sobre Hegel - direito, sociedade civil, estado. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1995. 2 ed. 229 p.

BOËTIE, E. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Le discours de la servitude volontaire. Paris: Payot, 1976. 370 p.

BOITO Jr., A. et all. A obra teórica de Marx - atualidade, problemas e interpretações. Campinas: UNICAMP / IFCH, 2000. 294 p.

BOWEN, C. Juárez - the laboratory of our future. Preface by Noam Chomsky. Hong Kong: Everbest Printing Company Ltd, 1998. 131 p.

BURNET, I. Platonis Opera. Tomus II - Tetralogias II-IV Continens. Oxford: Oxford University Press, 1991.

_____. Platonis Opera. Tomus III - Tetralogias V-VI Continens. Oxford: Oxford University Press, 1991.

_____. Platonis Opera. Tomus IV - Tetralogiam VIII Continens. Oxford: Oxford University Press, 1991.

CARVALHO, M. C. et all. Metodologia científica - fundamentos e técnicas. 6 ed. Campinas: Papyrus, 1997. 175 p.

CASTRO, N. A. et all. A máquina e o equilibrista - inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra SA, 1995. 450 p.

CHOMSKY, N. e HERMAN, E. S. Washington y el fascismo en el tercer mundo. Tradução para espanhol de Rosa Molina. Título original: The Washington connection and the third world fascism. Madrid: Siglo XXI Editores, 1981. 481 p.

CHOMSKY, N. Chomsky no Brasil. São Paulo: PUC/SP, 1997. Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. Vol. 13, num. especial, 1997.

_____. A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta. Título original: The prosperous few and the restless many. Tradução de Mary Grace Fighiera Perpétuo. Brasília: UnB, 1997. 149 p.

_____. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge: The MIT Press, 1969. 249 p.

_____. Camelot: os anos Kennedy. Título original: Rethinking Camelot - JFK, the Vietnam War, and U.S. Political Culture. Tradução de Maristela M. de Faria Ribeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993. 215 p.

_____. Current Issues in Linguistic Theory. The Netherlands: Mouton & Co., Publishers, 1966. 119 p.

_____. Deterring democracy. 9 ed. New York: Hill & Wang, 1997. 455 p.

_____. Deterring Democracy: with a new afterword. New York: Hill and Wang, 1992. 455 p.

_____. Diálogos com Mitsou Ronat. Título original: Dialogues avec Mitsou Ronat. Tradução de Álvaro Lorencini e Sandra Margarida Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1977. 177 p.

_____. *Estruturas Sintacticas*. Título original: *Syntactic structures*. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70. 1980. 126 p.

_____. *Free Market Fantasies*. AK PR Distr, 1997.

_____. *La linguistique cartésienne suivie de La nature formelle du langage*. Traduction de N. Delanoë et D. Sperver. Paris: Éditions du Seuil, 1969. 182 p.

_____. *Language and Mind*. HBJ College and School Div, 1972.

_____. *Language and mind*. Orlando: Harcourt Brace&Comp., 1972. 194 p.

_____. *Language and politics*. New York: Black Rose Books, 1999. 779 p.

_____. *Language and Problems of Knowledge - Managua Lectures*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987. 205 p.

_____. *Language and problems of knowledge – the Managua lectures*. 9 ed. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1997. 197 p.

_____. *Language and Thought*. Rhode Island: Moyer Bell LTD, 1994.

_____. *Language and Thought*. Wakefield, Rhode Island: Moyer Bell, 1993. 96 p.

_____. *Linguagem e Pensamento*. Título original: *Language and Thought*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1971. 2. ed. 127 p.

_____. *Linguística Cartesiana*. Título original: *Cartesian Linguistics: a chapter in the History of Rationalist Thought*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1972. 117 p.

_____. *Manufacturing Consent - The Political Economy of the Mass Media.*
Pantheon Books. 1988.

_____. *Necessary illusions – thought control in democracy societies.* Boston:
South End Press, 1989. 422 p.

_____. *Novas e Velhas Ordens Mundiais.* Título original: *World orders old
and news.* Tradução de Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Editora Página Aberta, 1996.
376 p.

_____. *Os caminhos do Poder.* Título original: *Powers and prospects.*
Tradução de Elisabete Lacerda. Porto Alegre: Artmed, 1998. 255 p.

_____. *Powers and prospects – reflections on human nature and the social
order.* Boston: South End Press, 1996. 244 p.

_____. *Profit over people – neoliberalism and global order.* New York:
Seven Stories Press, 1999. 175 p.

_____. *Radical priorities,* ed. Carlos Otero. Montreal: Black Rose, 1981.

_____. *Reflexões sobre a linguagem.* Título original: *Reflections on language.*
Tradução de Isabel Gonçalves. Lisboa: Edições 70. 1975. 285 p.

_____. *Secrets, lies and democracy.* Monroe: Odonia Press, 1999. 127 p.

_____. *Segredos, Mentiras e Democracia.* Título original: *Secrets, lies and
democracy.* Tradução de Alberigo Loutron. Brasília: UnB, 1997. 142 p.

_____. *Some Concepts & Consequences of the Theory of - Government and
Binding.* Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1982.

_____. *Teorias da Linguagem. Teorias da Aprendizagem: Jean Piaget e Noam Chomsky com Gregory Bateson*. Título original: *Theories du langage, theories de l'apprentissage*. Tradução de Rui Pacheco. Lisboa: Edições 70, 1987. 513 p.

_____. *The Culture of Terrorism*. Boston: South End Press, 1988. 263 p.

_____. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. Plenum Press, 1975.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996. 420 p.

_____. *The prosperous few and the restless many*. Monroe: Odonia Press, 1999. 95 p.

_____. *What Uncle Sam really wants*. Monroe: Odonia Press, 1999. 111 p.

_____. *World orders old and new*. New York: Columbia University Press, 1996. 343 p.

CORNFORD, F. M. *La teoria platónica del conocimiento*. Tradução para castellana de Néstor Luis Cordero e María Dolores Del Carmen Ligatto. Buenos Aires: Editorial Paidós. 299 p.

CROCKER, L. G. *Diderot's Chaotic Order – Approach to Synthesis*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1974. 183 p.

DASTUR, F. *Hölderlin - Reflexões*. Tradução de Márcia C. de Sá Cavalcante. Seguido de: *Hölderlin, tragédia e modernidade*. Tradução de Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 214 p.

DAY, J. M. *Plato's Meno in focus*. London: Routledge, 1994. 261 p.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Título original: *Discours de la methode*. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimaráes Editores, 1989. 84 p.

DEWHURST, K. *John Locke: Physician and Philosopher*. New York: Garland Publishing, Inc, 1984. 331 p.

DOBB, M. *Theories of Value and Distribution since Adam Smith – Ideology and Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. 295 p.

EVES, H. *Introdução à História da Matemática*. Título original: *An introduction to the history of mathematics*. Tradução de Hygino H. Domingues. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 843 p.

FERGUSON, A. *Institues of Moral Philosophy – for the use of Students in the College of Edinburgh*. London: Routledge / Thoemmes Press, 1994. 319 p. Coleção History of British Philosophy: The Scottish Enlightenment.

FONTAINE, J. *As mais belas fábulas*. Tradução: Exceção Assessoria de Texto. São Paulo: Impala Brasil Editores Ltda. 1998.

FONTENAY, E. *Le silence des bêtes – La philosophie à l'épreuve de l'animalité*. Paris: Fayard, 1998. 784 p.

FOWLER, H. N. *Plato in Twelve Volumes*. Vol. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966.

FRANCO, M. S. C. *All the world was America*. In: *Revista USP*. São Paulo, USP, Número 17, Março/Abril/Maio 1993. p. 30-53.

FOUGEYROLLAS, P. *A filosofia em questão*. Título original: *La philosophie en question*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 159 p.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000. 276 p.

GIACÓIA Jr., O. *Discurso Filosófico e Discursos Científicos – Convergência e Dispersão*, Tese de Mestrado em Filosofia. São Paulo: PUC/SP, 1983.

_____. *Labirintos da alma – Nietzsche e a auto-supressão da moral*. Campinas: Unicamp / IFCH, 1997. 188 p.

_____. *Nietzsche*. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. “*O mais oculto de todos os escondidos*”. Artigo e notas pessoais do Autor, gentilmente cedido em primeira mão.

GOFFMAN, E. *Des moments et leurs hommes – Erving Goffman: testes recueills et presentes par Yves Winkin*. Paris: Seuil, 1988.

GOULDNER, A. W. *The coming crisis of western sociology*. London: Heinemann, 1971.

GRANET, M. *O pensamento chinês*. Título original: *Le Pensée chinoise*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GUERREIRO, M. A. L. *O dizível e o indizível*. Campinas: Papyrus, 1989. 143 p.

GUSDORF, G. *Fondements du savoir romantique*. Paris: Payot, 1982. 471 p.

HAAKONSSON, K. *The science of legislator – The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. 240 p.

HABERMAS, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública – investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398 p.

_____. Passado como futuro. Título original: *Vergangenheit als Zukunft*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 119 p.

HANSON, V. D. Le modèle occidental de la guerre - la bataille d'infanterie dans la Grèce classique. Paris, France: Les belles lettres, 2001

HARMAN, G. Modern studies in Philosophy: on Noam Chomsky - critical essays. New York: Anchor Press, 1974. 348 p.

HAWKING, S. O universo numa casca de noz. Título original: *The universe in a nutshell*. Tradução de Ivo Korytowsky, São Paulo: Ars, 2001.

HAYEK, F. A. O caminho da servidão. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1977. 234 p.

_____. New Studies in philosophy, politics, economics and the history of ideas. London: Routledge & Keagan Paul, 1990. 314 p.

HEGEL, G. W. F. A Sociedade Civil-Burguesa. Tradução de Marcos Lutz Müller. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 21, 1996. 87 p.

HOBBS, T. Leviatan, o La materia, forma y poder de una republica eclesiastica y civil. Tradução para o espanhol de Manuel Sánchez Sarto. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 7 ed. 618 p.

HUCK, G. J. and GOLDSMITH, J. A. Ideology and linguistic theory – Noam Chomsky and the deep structure debates. New York: Routledge, 1996. 185 p.

HUMBOLDT, W. *Escritos políticos*. Tradução para espanhol de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. 274 p.

IAF. *IAF Guidance on application of ISO/IEC Guide 65*. Canberra City, Australia: IAF, 1999. 17 p.

INMETRO. *Resoluções CONMETRO 89-96*. Rio de Janeiro: INMETRO, 1997.

ISO. *Certification – principes et pratique*. Suisse: Organisation Internationale de Normalisation, 1980.

JEVONS, S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1998.

KENDALL, W. *John Locke and the Doctrine of Majority Rule*. Urbana: Illinois, EUA, 1941).

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *The general theory of Employment Interest and Money*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1935. 403 p.

KINTZLER, C. e RISK, H. *La république et la terreur – Actes du séminaire organisé par le Collège International de philosophie – nov. 1993 – juin 1994*. Paris: Éditions Kimé, 1995.

KIRK, G. S., RAVEN, J. E. e SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Tradução de Carlos Alberto L. Fonseca. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983. 542 p.

LANDAU, L. e RUMER, Y. *Aprenda a teoria da relatividade brincando*. Título original: *What is the Theory of Relativity*. Tradução de Giorgio Moscati. São Paulo: Hemus, 1970.

LASLETT, P. *John Locke: two treatises of goverment*. NY: Cambridge University Press, 1965. 575 p.

LAWRENCE, I. *Linguistics and theology – the significance of Noam Chomsky for Theological Construction*. London: The Scarecrow Press, Inc., 1980. 196 p.

LEBRUN, G. *O avesso da dialética*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Título original: não há. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 336 p.

LEITE, M. *Ilusões reencontradas: a palavra da imprensa e suas aparentes facilidades*. São Paulo: Biblioteca de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo – Comissão de Direitos Humanos.

LOCKE, J. *Coleção Os Pensadores*. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. E ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. 313 p.

_____. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo ; Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. SP: Abril Cultural, 1978.

LOPARIC, Z. *Descartes heurístico*. Campinas: UNICAMP. 1997. 177 p. Coleção Trajetória.

LOSURDO, D. *Hegel e la libertà dei moderni*. Roma: Editori Riuniti, 1992. 486 p.

_____. *Hegel et la catastrophe allemande*. Tradução para francês de Charles Alunni. Título original: *La catastrophe della Germania e l'immagine di Hegel*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994. 229 p.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razon: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Traducido por Wenceslao Roces. 3 ed. Barcelona: Fondo de Cultura Económica, 1972. 705 p.

POUILLON, F. et al. *A Antropologia Econômica – correntes e problemas*. Título original: *L'Anthropologie Économique*. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1976. 264 p.

MacPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke*. Tradução Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 317 p.

MAGALHÃES-VILHENA, V. de. *O problema de Sócrates*. Porto: Calouste Gulbenkian, 1984. 596 p.

MAIAKÓVSKI, V. V. *Antologia Poética*. Tradução de E. Carrera Guerra. 6 ed. São Paulo: Max Limonad, 1987. 199 p.

MARCUSE, H. *One-dimensional man. Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. 10 ed. Boston: Beacon Press, 1968. 257 p.

_____. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso. Título original: *Reason and Revolution*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969. 411 p.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

McCORMICK, J. P. *Carl Schmitt's critique of liberalism against politics as technology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997. 352 p.

McGILVRAY, J. *Chomsky – language, mind and politics*. Cambridge, UK: Polity Press, 1999. 274 p.

MERLEAU-PONTY, M. *Signos*. Título original: *Signes*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MONZANI, L. R. *Freud – o movimento de um pensamento*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MORAES, R. C. C. *Economia, Política e Ideologias*. Caderno Primeira Versão, 83. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1999.

_____. *Liberalismo e Neoliberalismo – uma introdução comparativa*. Caderno Primeira Versão, 73. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1997.

MOREIRA, D. A. *Administração da Produção e Operações*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1998. 619 p.

MORENO, A. R. *Wittgenstein, ensaio introdutório*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. 103 p.

_____. *A propósito de uma analogia: a tautologia de Chomskky / Fodor*. Campinas: UNICAMP-Revista ABRALIN, 1988. pp. 15-27.

MORISHIMA, M. *Capitalisme et Confucionisme*. Paris: Flammarion, 1987.

NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra – um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Mário da Silva. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 331 p.

_____. *A genealogia da moral*. Tradução de A. A. Rocha. Rio de Janeiro, Tecnoprint.

_____. *Além do Bem e do Mal – prelúdio de uma filosofia do futuro*. Tradução de Márcio Pugliesi. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

_____. *Ecce Homo – como alguém se torna o que é*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ORTEGA y GASSET, J. *Unas lecciones de metafísica*. Tomo XII, Lección I a V. Madrid: Alianza Editorial-Revista de Occidente, 1983.

OUSHI, W. *Théorie Z – faire face au déti japonais*. Paris: Interreditions, 1979.

PACKARD, Vance. *The hidden persuaders*. Montreal: Pocket Books of Canada, LTD, 1957.

PIAGET, J. *Biologie et connaissance: essai sur les relations entre les regulations organiques et les processus cognitifes*. Lausanne: Delachaux, 1992.

_____. *Ensaio de lógica operatória*. Porto Alegre: Globo, 1976.

_____. *Epistemologia genética: sabedoria e ilusões da filosofia: problemas de psicologia genética*. Tradução de Zilda Abujamra. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

_____. *Epistemologia genética*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *La enseñanza de las matemáticas*. Madrid: Ed. Aguilar, 1973. 180 p.

PIATELLI-PALMARINI, M. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem - o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky*. Título original: *Théories du langage / théories de l'apprentissage*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983. 456 p.

PITKIN, H. F. *Wittgenstein: el lenguaje, la politica y la justicia. Sobre el significado de Ludwig Wittgenstein para el pensamiento social y político*. Título original: *Wittgenstein and Justice. On the Significance of Ludwig Wittgenstein for Social and Political Thought*. Tradução para espanhol de Ricardo Montoro Romero. University of California Press. Madrid: Grayda, 1984. 489 p.

PINO, C. et all. *El discurso de la mentira*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. 191 p.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

_____. *Éutifron*. In: *Diálogos*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix.

_____. *Fedro*. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.

_____. *Timeu e Crítias ou A Atlântida*. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus Editora. 215 p.

_____. *Diálogos. Teeteto - Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Un. Federal do Pará, 1973. Vol. IX.

_____. *Mênon*. Tradução de Maura Iglésias. Texto estabelecido por John Burnet. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2001.

_____. *Parménides ou das idéias*. Tradução de A. Lobo Vilela. Lisboa, Editorial Inquérito.

-
- _____. *Protágoras*. Tradução de A. Lobo Vilela. Lisboa, Editorial Inquérito.
- _____. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 6 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.
- RABINOW, P. *Antropologia da Razão*. Tradução de João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 203 p.
- RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. 246 p.
- RIBEIRO, R. J. *Ao leitor sem medo - Hobbes escrevendo contra seu tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 263 p.
- RINALDI, D. *A Ética da Diferença – um debate entre psicanálise e antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 160 p.
- ROMANO, R. *O caldeirão de Medéia*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Conservadorismo Romântico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 167 p.
- _____. *Silêncio e ruído – a sátira em Denis Diderot*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. 201 p.
- _____. *Lux in Tenebris – meditações sobre filosofia e cultura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.
- ROSSETTI, J. *Introdução à Economia*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- SADER, E et alii. *7 Pecados do Capital*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 221 p.
- SCHLANGER, J. E. *Les métaphores de l'organisme*. Paris: Vrin, 1971. 269 p.

- SCHMITT, C. *Teoria de la constitucion*. Madrid: Alianza, 1983. 377 p.
- _____. *Political romanticism*. Translated by Guy Oakes. Cambridge: MIT Press, 1986. 177 p.
- SMITH, A. *História da Riqueza das Nações*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1978.
- _____. *A riqueza das Nações – investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. II.
- SMITH, Neil. *Chomsky - Ideas and Ideals*. Cambridge, UK: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1999. 268 p.
- SMOLKA, N. *Esopo – Fábulas Completas*. Tradução direta do grego por Neide Smolka. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- STRAUSS, L. *Droit Naturel et Histoire*. Tradução do inglês para o francês de Monique Nathan e Éric de Dampierre. Paris: Flammarion, 1986. 323 p.
- _____. *The Political Philosophy of Hobbes - Its basis and Its Genesis*. Tradução para o inglês de *Manuscript German* por Elsa M. Sinclair. Chicago: The University of Chicago Press. 1984. 172 p.
- TAWNEY, R. H. *Religion and Rise of Capitalism*. Penguin, 1948.
- TERRA, E. *Gramática*. São Paulo: Editora Scipione, 335 p.
- TÖNNIES, F. *Comunidade e Sociedade*. Edição espanhola. Buenos Aires: Losada, 1949.

TURLOW, J. *Media today*. Boston: Houghton Mifflin, 1999.

WEBER, M. *Economy and society – an outline of interpretative sociology*. Tradução do original de Ephraim Fischoff. New York: Bedminster Press, 1968.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: Pioneira T. Learning, 2001. 185 p.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Título original: *Philosophische untersuchungen* complementada pela edição inglesa *Philosophical Investigations*. Petrópolis: Vozes, 1994. 2 ed. 350 p.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. Título original em inglês: *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994. 2. ed. 294 p.